Política Externa em Tempos de Mudança

A gestão do Ministro FERNANDO HENRIQUE CARDOSO no Itamaraty

Ministério das Relações Exteriores
Fundação Alexandre de Gusmão
1994

POLÍTICA EXTERNA EM TEMPOS DE MUDANÇA

Política Externa em Tempos de Mudança

A gestão do Ministro
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
no Itamaraty
(5 de outubro de 1992 a
21 de maio de 1993)

DISCURSOS, ARTIGOS E ENTREVISTAS

Ficha Catalográfica

Brasil. Ministério das Relações Exteriores

Política externa em tempos de mudança / Cardoso, Fernando Henrique. — Brasília : Fundação Alexandre Gusmão, 1994.

319 p.

Prefácio do Embaixador Luiz Felipe Lampreia.

1. Brasil - Relações exteriores 2. Comércio exterior I Cardoso, Fernando Henrique (1992/1993) II Título.

CDU 339.5(042.5)(046)

PREFÁCIO

Durante muitos anos, debateu-se entre os diplomatas brasileiros a questão de ter, como Ministro de Estado, um grande político em lugar de um grande servidor de carreira. Tradicionalmente, os militares defendem a tese de que o Chanceler deve ser um diplomata por definição visto que o cargo exige conhecimento e experiência que só um profissional possui. Muitos membros do Serviço Diplomático Brasileiro compartilham esta idéia. Pessoalmente, nunca tive posição doutrinária e sempre julguei que as circunstâncias políticas e históricas poderiam aconselhar ao Presidente da República uma ou outra solução. Tivemos boas e más experiências em ambos os casos. Não creio, porém, que exista a menor dúvida de que a gestão Fernando Henrique Cardoso foi positiva sob todos os aspectos para o Brasil, para a nossa política externa e para a Casa de Rio Branco. Dirão que sou suspeito para fazer uma avaliação, pois fui Secretário-Geral das Relações Exteriores nos oito meses em que o Senador por São Paulo foi Chanceler. Aceito plenamente a suspeição, inclusive por ser antes de mais nada um amigo pessoal muito dedicado a Fernando Henrique. Creio porém que, com toda objetividade, há muitos motivos para as afirmações acima feitas.

Fernando Henrique Cardoso assumiu o Itamaraty no dia 5 de outubro de 1992, momento histórico em que, pela primeira vez, o Congresso Nacional decretara o impedimento do Presidente da República, e a Chefia do Estado passara ao Vice-Presidente Doutor Itamar Franco. Somavam-se a este gravíssimo fato todas as inovações da cena internacional nos anos recentes e todas as modificações de rumo que a sociedade e o Governo brasileiro decidiram imprimir à condução das políticas públicas de nosso País. Uma das principais determinações do Chanceler Fernando Henrique foi a de promover uma reflexão aprofundada sobre as implicações desta circunstância histórica para a Política Externa Brasileira e para o Itamaraty. Fê-lo colocando-se no centro do exercício, seja em conversas com as chefias ou em encontros informais, seja em vistas a unidades da Casa, seja na criação de instâncias específicas para o desdobramento da discussão, seja no exercício

das funções diplomáticas em missões oficiais no exterior. Ao lançar formalmente esta diretriz, o Ministro Cardoso disse em cerimônia pública no Itamaraty: "Neste mundo em transformação, o exercício de uma diplomacia dotada de objetivos claros, de longo prazo, capaz de articular uma visão da realidade em que vivemos nos próximos dez a quinze anos, torna-se indispensável para concretizarmos o projeto nacional brasileiro".

O Itamaraty tem orgulho em servir ao Brasil desde a independência e ter sido sempre capaz de renovar-se, mantendo uma linha de consistente defesa dos interesses nacionais. Com Fernando Henrique Cardoso à sua frente, demos início a um processo de planejamento estratégico e de modernização de métodos para verificar de que modo poderemos estar à altura das exigências e das tradições do Brasil. Nos discursos, artigos e entrevistas que aqui se publicam, fica refletido este propósito de reavaliar e definir uma nova presença significativa do Brasil no mundo. Fica também, por outro lado, exemplificada a trajetória luminosa de um Ministro excepcional. Na busca de harmonização das crises de crescimento do MERCOSUL e no lançamento das bases da Área Sul-Americana de Livre Comércio (ALCSA). No esforço de estabelecer com os países mais poderosos do mundo um diálogo em que o Brasil seja tratado como merece, ou seja, como uma grande Nação. Na preocupação de manter vivas e atuais nossas relações com a África e, ao mesmo tempo, de reescrever nossa presença na Ásia. Na construção de uma parceria estratégica com a China. No estabelecimento de canais de diálogo do Itamaraty com as forças vivas do Brasil-empresariado. Enfim, em tantas áreas atuou e deixou sua marca, que um leitor desavisado pode ser induzido a crer que a gestão Fernando Henrique Cardoso no Ministério das Relações Exteriores durou muitos anos e não apenas oito meses.

Luiz Felipe Lampreia

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

– Fernando Henrique Cardoso 15

DISCURSOS

– Discurso na cerimônia de posse do Embaixador Luiz Felipe Lampreia no cargo de Secretário-Geral das Relações Exteriores — Brasília, 9 de outubro de 1992 23

– Discurso na XLVII Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas (consideração do item 79 da agenda: "O Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento") — Nova York, 2 de novembro de 1992 33

– Discurso no Conselho das Américas — Nova York, 3 de novembro de 1992 41

– Pronunciamento no I Congresso de Marketing do MERCOSUL — Florianópolis, 4 de novembro de 1992 49

– Discurso no XII Encontro Nacional de Comércio Exterior — Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1992 51

– Discurso na cerimônia de instalação da Comissão de Aperfeiçoamento da Organização e das Práticas Administrativas do Itamaraty (CAOPA) — Brasília, 20 de novembro de 1992 57

– Discurso perante a Comissão de Relações Econômicas Externas do Parlamento Europeu — Bruxelas, 23 de novembro de 1993 63

– Palestra no Senado Federal por ocasião de audiência pública da Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL — Brasília, 25 de novembro de 1992 71

- Discurso por ocasião da III Reunião Extraordinária e XX Reunião Ordinária dos Chanceleres dos Países da Bacia do Prata — Punta del Este, 5 de dezembro de 1992 79

- Discurso na cerimônia de troca dos instrumentos de ratificação do Acordo celebrado entre o Brasil e os Emirados Árabes Unidos sobre Cooperação Econômica, Comercial, Industrial, Tecnológica e Financeira — Brasília, 7 de dezembro de 1992 83

- Discurso na cerimônia de inauguração oficial da sede da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) — Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1992 87

- Discurso por ocasião de jantar comemorativo do Quadragésimo Aniversário da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira — São Paulo, 10 de dezembro de 1992 91

- Discurso no Inter-American Dialogue — Washington, 14 de dezembro de 1992 97

- Discurso na cerimônia de assinatura de Acordos com a República Oriental do Uruguai — Montevidéu, 28 de dezembro de 1992 107

- Discurso em almoço de trabalho promovido conjuntamente pelas Câmaras de Comércio no Brasil e no Reino Unido — Londres, 27 de janeiro de 1993 111

- Discurso na abertura do Seminário organizado pela Canning House sobre a integração latino-americana — Londres, 27 de janeiro de 1992 121

- Conferência no Royal Institute for International Affairs (Chatham House) sobre o tema "O Brasil e a integração européia" — Londres, 28 de janeiro de 1993 127

- Discurso na Sessão Plenária da Terceira Reunião da Comissão Mista Brasil-Irã — Brasília, 16 de fevereiro de 1993 143

- Discurso na cerimônia de condecoração do Embaixador da República Argentina, Senhor José Manuel de la Sota, com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul — Brasília, 2 de março de 1993 147

- Discurso na cerimônia de assinatura de atos com o Chanceler da República Popular da China, Senhor Qian Qichen, em visita oficial ao Brasil — Brasília, 5 de março de 1993..... 151

- Discurso na cerimônia de condecoração do Embaixador da França, Senhor Jean-Bernard Ouvrieu, com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul — Brasília, 11 de março de 1993 155

- Discurso na cerimônia de assinatura de Acordo por troca de notas com o Governo do Japão sobre projetos ambientais financiados pelo "Overseas Economic Cooperation Fund" — Brasília, 12 de março de 1993 159

- Discurso ao ser condecorado pelo Governo da República do Chile, em cerimônia na Academia Diplomática, com a Grã-Cruz da Ordem ao Mérito — Santiago, 23 de março de 1993.... 163

- Conferência proferida no hemiciclo da antiga Câmara dos Deputados do Chile, sob o patrocínio da Academia Diplomática, sobre o tema "Desenvolvimento e integração: respostas ao novo contexto internacional" — Santiago, 24 de março de 1994 171

- Apresentação perante a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados ("Uma política externa para os anos 90") — Brasília, 31 de março de 1993 185

- Discurso na cerimônia de condecoração da Ministra das Relações Exteriores da Colômbia, Senhora Noemi Sanín de

Rubio, com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul — Brasília, 13 de abril de 1993 193

- Discurso na cerimônia de assinatura de atos com o Governo da Colômbia, por ocasião da visita oficial ao Brasil da Ministra das Relações Exteriores da República da Colômbia, Senhora Noemi Sanín de Rubio — Brasília, 14 de abril de 1993 197

- Discurso no Seminário "Democracia, Desenvolvimento e Direitos Humanos", patrocinado pelo Ministério das Relações Exteriores — Brasília, 15 de abril de 1993 199

- Discurso na cerimônia de condecoração do Embaixador da República Federal da Alemanha, Senhor Hans Theodor Wilhelm Wallau, com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul — Brasília, 19 de abril de 1993 203

- Discurso no Itamaraty durante a solenidade do Dia do Diplomata — Brasília, 27 de abril de 1993 207

- Discurso por ocasião de banquete oferecido pelo Ministro das Relações Exteriores do Equador — Quito, 29 de abril de 1993 213

- Discurso na cerimônia de encerramento da XI Conferência Interparlamentar Europa-América Latina, na sede do Parlamento Latino-Americano — São Paulo, 6 de maio de 1993 219

ARTIGOS

- *Riscos e oportunidades,* "Jornal do Brasil", 12 de janeiro (primeira parte) e 10 de fevereiro de 1993 (segunda parte) 229

- *Política externa: a opção universalista*, "O Estado de São Paulo", 24 de janeiro de 1993 235

- *Brasil-EUA: maturidade do relacionamento,* "Correio Braziliense, 1 de fevereiro de 1993 239

- *Primeiro passo para o desenvolvimento sustentável*, "Folha de São Paulo, 24 de fevereiro de 1993 243
- *O Brasil e Clinton*, "Zero Hora", 28 de fevereiro de 1993 247
- *Redimensionando a Ásia,* "O Estado de São Paulo", 5 de março de 1993 251
- *A África e o Brasil*, "Jornal do Brasil", 18 de março de 1993 255
- O Brasil e a lusofonia, "Jornal do Brasil, 25 de abril de 1993.... 261
- Comunidade Européia: modelo e desafio, "O Estado de São Paulo", 4 de maio de 1993 265

ENTREVISTAS

- *"As prioridades da política externa"* (publicada em "O Globo", de 24 de outubro de 1992) 273
- *"O mundo está se organizando em blocos"* (publicada em "O Estado de São Paulo", de 25 de outubro de 1992)..... 277
- *"O primeiro mundo começa aqui"* (publicada no "Jornal do Brasil", de 17 de janeiro de 1993) 281
- *"Emigrantes enviam US$ 2,4 bi ao país"* (publicada na "Folha de São Paulo", de 22 de janeiro de 1993)..... 291
- *"Vuelvo como canciller al país de mi exilio"* (publicada em "La Nación", de Santiago do Chile, de 23 março de 1993 299
- *"Brasil vê com atenção a Europa unificada"* (publicada no "Correio Braziliense", de 13 de maio de 1993) 303
- *"Um sociólogo na Fazenda"* (publicada na "Gazeta Mercantil, de 21 de maio de 1993) 311

Apresentação

Este volume reúne textos selecionados sobre a minha passagem pelo Itamaraty. Tem o propósito de contribuir para a memória da Casa, com a reprodução de discursos, artigos e entrevistas nos quais tive a oportunidade de manifestar-me sobre diferentes questões da política externa brasileira, no período em que me coube a responsabilidade por sua execução.

A vivência política e acadêmica me estimulou a fazer editar esta coletânea. O exercício da diplomacia é atividade que interessa à sociedade como um todo e, crescentemente, desperta a reflexão coletiva. É, pois, de todo desejável a edição dos pronunciamentos mais importantes de cada Ministro, como material de referência para o público em geral, assim como estudiosos e pesquisadores da área das relações internacionais. Aliás, esta é a prática no Itamaraty: lá existe memória, ao contrário de outros setores da Administração Pública.

Os discursos publicados correspondem às suas versões preparadas previamente, por vezes utilizadas apenas como roteiro para a exposição oral. Nestes casos não constituem transcrição fiel daquilo que foi dito. Difícil para um político como eu, acostumado à vida parlamentar, adaptar-se à prática do discurso diplomático formal. Freqüentemente improvisei, mais do que li, conquanto expressando as idéias, os conceitos e as posições consignadas no papel. Vários discursos deste livro têm, na verdade, essa dupla existência: o texto escrito — feito com técnica, com racionalidade — e as palavras proferidas de viva voz, que voaram e se perderam, o que é pena, pois são elas que dão o tom mais pessoal, que reforçam a mensagem com maior espontaneidade.

Os artigos traduzem uma forma de estímulo ao debate público em torno da política externa. Tratam de temas variados e foram escritos um pouco ao sabor da conjuntura, em função do interesse do momento ou, mesmo, da percepção da própria demanda da sociedade por conhecer as visões do Itamaraty e as do Chanceler.

Achei útil também incluir na coletânea algumas das entrevistas que concedi à imprensa como Ministro das Relações Exteriores. Elas contém declarações que servem para evidenciar, em estilo menos for-

mal, a dinâmica da ação diplomática. Algumas tratam também de aspectos de política interna. Pareceu-me importante não expurgar essas partes da transcrição, não apenas porque a política externa está necessariamente entrelaçada com política interna, mas também porque o registro dessas entrevistas na sua inteireza vale como depoimento sobre minhas opiniões políticas gerais. São até mais espontâneas, pois em política externa é óbvio que o Ministro precisa ser mais cuidadoso: qualquer palavra é considerada uma posição de governo sujeita a ser interpretada nas chancelarias estrangeiras.

Ao assumir o Itamaraty, estava consciente de que herdava importante patrimônio de princípios e realizações, que me cabia preservar, mas sobretudo de que me incumbia assessorar o Presidente na definição de uma política exterior capaz de responder a um dos momentos mais desafiantes da história contemporânea. Nessa tarefa, contei, desde o princípio, com o apoio do Congresso Nacional e a contribuição dos mais diversos setores da sociedade. E, claro, com o Itamaraty, com o corpo de funcionários da Casa, reputado no mundo inteiro pelo seu alto nível profissional. Tratava-se fundamentalmente de desenharmos uma política externa capaz de acelerar o desenvolvimento do país através da utilização das oportunidades oferecidas pelo novo cenário internacional, inclusive em resposta às demandas revigoradas da sociedade brasileira.

A mudança ganhava força tanto no mundo quanto no Brasil.

Uma mescla de tendências à integração e à desagregação era, como continua a ser, traço dominante da conjuntura internacional. De um lado, o fim da Guerra Fria a possibilitar o funcionamento mais intenso do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o encaminhamento de soluções de uma série de conflitos regionais, a substituição dos temas militares e de segurança pelos econômicos na escala de prioridades das grandes potências. Esse processo se desenvolve num ambiente marcado pela globalização da economia e pela vigência renovada de valores éticos hoje compartilhados quase universalmente, como a democracia, os direitos humanos e a proteção do meio ambiente.

De outro lado, a superação da estrutura bipolar e as redefinições cartográficas conseqüentes desencadearam conflitos de caráter étnico-religioso que têm ameaçado a estabilidade mundial. Essas forças de fragmentação poderiam ter encontrado um paralelo no campo econômico caso o multilateralismo comercial não houvesse sido preservado com a conclusão da Rodada Uruguai do GATT. Mas ainda há o risco de virem a acentuar-se, caso os processos de integração regional se solidifiquem em blocos comerciais fechados.

Internamente, a mudança não prosperava apenas com a velocidade desejada, sobretudo porque acabávamos de sair, com o desfecho da questão do "impeachment" presidencial, de uma das crises políticas mais sérias de nossa história republicana. O Brasil consolidava plenamente a sua democracia, mas esse avanço político infelizmente coexistia com uma fase em que, após anos de acelerado crescimento no período do autoritarismo, vivenciávamos a experiência da recessão econômica. Esgotados o modelo de substituição de importações e o nacionalismo autárquico, o país custava, no início dos anos noventa, a completar a sua inserção competitiva na economia internacional. E por mais aspectos positivos que apresente, é difícil a um país com os níveis de inflação do Brasil perfilar-se como um parceiro confiável.

Nos sete meses em que estive no Itamaraty, coube-me, assim, dirigir a diplomacia brasileira num momento de grande significação na vida política nacional e num momento, também, em que aumentavam os desafios e as responsabilidades do Brasil no mundo. Convocado para a pasta da Fazenda pelo Presidente Itamar Franco, deixei o Ministério com o sentimento da gestão interrompida, mas, ao mesmo tempo, muito recompensado pelas ações empreendidas e pelo convívio com seus profissionais.

Depois de dez anos como Senador, pude apreciar por dentro o que é uma burocracia eficiente, uma instituição que prima pela excelência de seu trabalho, pela lealdade e pela dedicação de seus funcionários. Em uma palavra, pela noção de servir ao Estado. Mas conheci também uma instituição que não está alheia às necessidades de renovação e de adaptação. Não nego, por isso, que ali encontrei um ambiente de certa

ansiedade: a Casa querendo repensar a si própria e, sobretudo, discutir novos perfis de atuação profissional e aperfeiçoamentos na carreira diplomática condizentes com as necessidades e os interesses atuais do país.

Minha primeira preocupação foi justamente a de procurar canalizar institucionalmente todo esse debate e reflexão que já vinha fervilhando no Ministério. Infelizmente, minha transferência para outra função no Governo impediu-me de colocar em prática as recomendações que me pareceram apropriadas da Comissão criada para aquele fim (Comissão de Aperfeiçoamento da Organização e das Práticas Administrativas do Itamaraty — a CAOPA), que trabalhou ativamente durante vários meses. Paralelamente, pude iniciar a implementação das conclusões do estudo efetuado na Casa — que se valeu muito de subsídios colhidos no âmbito de seminários abertos à participação de representantes de vários setores da sociedade — sobre a atualização das prioridades da política externa. O Itamaraty deu a conhecer posteriormente o teor dessas conclusões, na publicação intitulada **Reflexões sobre a Política Externa Brasileira.**

Do ponto de vista da ação diplomática, os meses que passei no Itamaraty não poderiam deixar de ser gratificantes. Áreas importantes do nosso relacionamento externo foram intensificadas; desafios enfrentados pelo país com serenidade e firmeza; oportunidades de diálogo e cooperação exploradas com diferentes parceiros; e também não poucas situações críticas encaminhadas com prudência e responsabilidade.

Houve fatos muito significativos: o início do novo mandato do Brasil como membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas; a batalha interna e externa que significaram as gestões para a aprovação da Lei de Propriedade Intelectual; o agravamento da guerra civil em Angola, com o drama da retirada dos brasileiros que lá trabalhavam; a questão da assistência aos brasileiros em Portugal, que pôs a descoberto a necessidade de redimensionamento de nossas atividades diplomáticas e consulares; o avanço do MERCOSUL e os progressos nas relações bilaterais com a Argentina; as preocupações com o NAFTA; o equacionamento da crise na fronteira com a Venezuela; o

desencadear definitivo, após décadas de indefinições, do projeto de gás com a Bolívia.

Minha mensagem aos diferentes interlocutores e em todas as tribunas internacionais que ocupei foi sempre de confiança no Brasil e a disposição invariavelmente construtiva de sua presença no mundo.

Ao país, cabe enfrentar esses novos tempos com otimismo. O fim da Guerra Fria nos trouxe mais vantagens do que prejuízos, na medida em que nunca nos incluímos entre aqueles países que de algum modo barganhavam sua participação em um dos dois esquemas estratégicos existentes. A transição de um mundo cujo eixo era a segurança e a confrontação militar para um mundo dominado pela temática econômica e social nos oferece hoje uma posição de relevância, que pode ser ainda maior no futuro. O Brasil e a América do Sul, para não dizer a América Latina, não apresentam as tensões de fundo étnico-religioso que assumem papel fragmentador em outras regiões. Somos uma área de estabilidade geopolítica.

Os novos valores que informam o debate internacional e os padrões de aferição da conduta dos Estados são os mesmos que nos legou a História e que nossa sociedade tem reafirmado. Se nem sempre estamos à altura de nossos padrões, é a sociedade brasileira a primeira a cobrar uma evolução decisiva no campo dos direitos humanos ou do meio ambiente, por exemplo.

Nossa característica de país presente nos mais diversos mercados — de "global trader", como aprendi a dizer no Itamaraty — nos permite esperar o melhor de uma economia internacional mais aberta, ao mesmo tempo em que nossa participação no MERCOSUL nos oferece uma alternativa regional de grande vitalidade.

A qualidade plural e aberta de nossa sociedade do ponto de vista étnico, cultural, político e ideológico nos torna parceiro natural de todos os países dos mais diversos horizontes.

Com esse capital diplomático, o Brasil tem assim respondido às expectativas da nação e aos desafios de um período histórico de grande

aceleração. Almejamos a ampliação de nossa presença em todo o mundo e uma crescente participação nos processos decisórios internacionais. Assim estaremos contribuindo para o desenvolvimento do país e para o bem-estar do povo brasileiro e, integrados plenamente à comunidade das nações, para a construção de um mundo mais justo e mais pacífico.



Fernando Henrique Cardoso
Brasília, 30 de março de 1994

Discursos

Discurso na cerimônia de posse do Embaixador Luiz Felipe Lampreia no cargo de Secretário-Geral das Relações Exteriores

Brasília, em 9 de outubro de 1992

Senhor Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa,
Senhor Embaixador Luiz Felipe Lampreia,
Senhores Subsecretários-Gerais,

Meus Amigos,

É com grande prazer que dou posse, hoje, ao Embaixador Luiz Felipe Lampreia no cargo de Secretário-Geral das Relações Exteriores.

Conheço-o há muitos anos, acompanhei sua trajetória diplomática, fui testemunha de sua competente e dedicada colaboração ao Ministro João Sayad, na pasta do Planejamento, quando a mim cabia a função de Líder do Governo no Congresso.

Suas virtudes de liderança, de hábil negociador e de profundo conhecedor dos temas da política externa brasileira são a garantia de que alcançará pleno êxito na condução das tarefas da Secretaria-Geral.

Tenho presente que o papel do Secretário-Geral como primeiro auxiliar do Ministro de Estado, sobretudo de um Chanceler político, é de fundamental importância para que a política externa esteja ao mesmo tempo atenta aos anseios da sociedade e fiel às melhores tradições do Itamaraty.

Ao Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, cujo talento e integridade sempre foram motivo de orgulho para o Itamaraty, quero estender minhas expressões de reconhecimento pelo trabalho competente, eficaz e imaginativo que realizou em sua gestão.

Suas qualidades humanas, associadas à solidez da formação acadêmica e ao empenho na defesa do interesse nacional, balizaram, em

todo momento, sua conduta no exercício do cargo de Secretário-Geral das Relações Exteriores.

Estou certo — e nisso creio interpretar a convicção de todos os funcionários do Itamaraty — de que, em sua brilhante carreira, continuará a prestar os mais altos serviços ao Brasil e a esta Casa.

Senhoras e Senhores,

Tenho perfeita consciência do privilégio de assumir o cargo de Chanceler do Governo Itamar Franco numa época de reafirmação dos valores da ética e da democracia.

Meu interesse pelos temas das relações internacionais vem de longa data; não preciso recordar aqui a experiência acadêmica e política adquirida em diversas passagens e estadas, voluntárias ou involuntárias, em países da América Latina, da Europa e nos Estados Unidos.

Em período recente, já membro do Congresso Nacional mas ainda conservando laços com a Academia, pude aprofundar minha visão da inserção internacional do Brasil, seja como membro da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, seja como participante de um grande número de debates sobre as questões de nossas relações internacionais e a posição peculiar do Brasil num mundo em transformação.

Minha chegada ao Itamaraty coincide com momento decisivo e inovador da História do Brasil: o desafio de conciliar a busca do desenvolvimento econômico com o imperativo da justiça social, o crescimento com a eqüidade; o progresso social com a repartição equilibrada das conquistas materiais.

Não há mais lugar, no Brasil de hoje, para os que se tentam aferrar a privilégios e arbitrariedades; não há mais espaço para os que buscam vantagens pessoais sob o manto da impunidade.

No Brasil, acaba de acontecer uma revolução democrática, sem precedentes em nossa história. Uma revolução em paz, dentro da legalidade constitucional e nascida dos clamores da sociedade. Resgatam-se os valores mais puros da cidadania, recupera-se o sentido da atividade política, revigora-se a consciência do novo papel do Estado.

O Brasil de hoje, que me cabe representar internacionalmente, caracteriza-se por uma conjuntura política em que vigoram plenamente o Estado de Direito e a ordem democrática; em que o amadurecimento das instituições — ainda agora testada em seus mecanismos mais sensíveis — nos permite vislumbrar um cenário não só de normalização, mas sobretudo de intensificação do diálogo entre as forças políticas nacionais.

Cresce o protagonismo do Congresso, e aprofunda-se o entendimento trabalhadores-empresários.

A política externa do Brasil democrático só pode ser uma política externa democrática, se plenamente sintonizada com os interesses da Nação em seu conjunto.

O Itamaraty deve desempenhar um papel de relevo na construção de uma nova nacionalidade, propiciando ao País uma inserção internacional de acordo com seus legítimos interesses internos e contribuindo na busca de formas modernas de gestão da coisa pública.

A ordem democrática no plano das relações exteriores deve permitir justamente que essa dimensão social interna possa refletir-se no trabalho de formulação e de execução da política externa governamental.

O diplomata não pode ser um cidadão isolado das realidades sociais de seu País; um indivíduo desconectado das condicionantes internas; alheio aos problemas materiais e humanos que afetam seus concidadãos.

Também não pode deixar de antecipar-se aos fatos e às tendências que emergem no exterior, já que tem o privilégio de estar em contacto diário com eles.

O Presidente Itamar Franco tem demonstrado a vontade de enfrentar as demandas por mudanças profundas na vida do País. Adota, já nos primeiros dias de governo, iniciativas nos campos institucionais, legislativo e administrativo.

Depois de importantes resultados ao longo de quase 40 anos, o modelo de substituição de importações cumpriu seu papel. Agora é

aconselhável a gradual redução da presença do Estado na economia, assim como tornam-se necessárias a política de abertura, a de desregulamentação e a de privatização.

A recuperação da capacidade produtiva com a retomada do crescimento só ocorrerá com o êxito concomitante das rígidas políticas de ajuste econômico interno.

Senhores,

O dinamismo que estamos experimentando no plano interno não pode conviver com imobilismo no plano externo. As mudanças do mundo contemporâneo exigem do Brasil firmeza de propósitos, clareza de rumos e objetividade na ação.

O fim da Guerra Fria, o término do confronto Leste-Oeste, a superação do fator ideológico nas relações internacionais, com a desagregação da União Soviética, conformam os elementos de um cenário internacional sensivelmente diferente daquele em que crescemos e fomos educados: os velhos conceitos, os antigos argumentos, os discursos tradicionais podem ser guardados na estante.

A linguagem da diplomacia contemporânea deve necessariamente ser diferente, menos preocupada com os equilíbrios estratégicos e as disputas pela hegemonia e mais voltada para a superioridade tecnológica e o desempenho econômico.

A ordem econômica mundial não é mais moldada apenas pela vontade de algumas poucas economias dominantes: a globalização dos circuitos produtivos, dos fluxos de comércio e de investimentos, cria uma enorme rede de interesse interdependentes, muito embora essa interdependência favoreça mais a uns do que outros.

Os países em desenvolvimento são mais frágeis em sua interdependência com o mundo, carentes que são do acesso a capitais e fontes externas de tecnologia moderna.

A América Latina perdeu espaço relativo nos mercados internacionais nos últimos dez ou doze anos, enquanto partes importantes da Ásia tiveram êxito na caminhada célere na busca de uma nova inserção internacional.

Enfrentamos, hoje, o desafio do crescimento econômico diante de um mercado internacional de reduzido dinamismo e da perspectiva de que sua recuperação seja insuficiente para aumentar a demanda por produtos exportados pela região.

Esse contraste, doloroso para nós, acostumados que estávamos a décadas de crescimento contínuo, ilustra com força a importância do componente econômico na conformação da agenda diplomática contemporânea.

Daí derivam novos princípios que deverão orientar a política externa do Brasil nos anos 90.

Nossa diplomacia, em respeito a suas tradições, deve procurar antecipar-se aos movimentos do presente. Orientará seu instrumento de análise e de atuação para detectar as oportunidades que assegurem ao Brasil melhor acesso aos mercados e aos fluxos de capitais e tecnologia.

As mudanças internacionais encontram o Brasil pronto para participar de forma construtiva, em toda a extensão de suas possibilidades, no desenho da ordem que almejamos construir. A volta ao Conselho de Segurança das Nações Unidas será oportunidade de demonstrarmos que o Brasil pode legitimamente participar das grandes decisões internacionais. Com a credencial que conquistamos na Conferência do Rio, teremos atuação significativa nas conferências mundiais que se aproximam: sobre Direitos Humanos, sobre População, sobre a Situação da Mulher e sobre Desenvolvimento Social.

Realismo e objetividade no tratamento dos temas de interesse concreto do Brasil de hoje caracterizarão nossa política externa nesta fase de inserção competitiva no mundo contemporâneo.

O Brasil é um país, de vocação ecumênica, com interesse diversificados que nos levam a um relacionamento verdadeiramente universal.

No campo comercial, como um autêntico "global trader", isto é, um país que não se restringe a áreas regionais, é preciso que nossa visão estratégica leve em conta a tendência recente de redirecionamento de nossas exportações.

Para realizar a inserção do Brasil na economia mundial, a ação diplomática externa consolidará os compromissos do País com o sistema multilateral de comércio, em especial com o GATT.

Abandonaremos as posturas essencialmente defensivas naquele e em outros foros. É do nosso interesse que o GATT se afirme definitivamente como instrumento de expansão do comércio e que a Rodada Uruguai tenha êxito na tentativa de regulamentação dos novos temas como serviços e propriedade intelectual. É fundamental reduzir o potencial discriminatório de medidas nacionais unilaterais ou de iniciativas regionais estabelecidas por acordo entre blocos ou parceiros mais poderosos.

O acompanhamento atento das negociações da Rodada Uruguai do GATT, em estreito contacto com os setores privados pertinentes, será outra das prioridades de minha gestão.

O Brasil deve abrir novas frentes de negociação externa. Buscará a liberalização dos fluxos de comércio e o acesso de produtos brasileiros aos mercados internacionais.

Na política comercial externa seguiremos uma estratégia diferenciada. Ao mesmo tempo em que desenvolvemos uma maior agressividade nos mercados regionais e dos países em desenvolvimento, ampliaremos nossas relações econômicas com os países desenvolvidos, principalmente Estados Unidos, Japão e Europa.

A integração regional deve articular-se com a política em relação aos países desenvolvidos, dos quais continuará a derivar o essencial dos nossos instrumentos de modernização tecnológica, além dos capitais.

Quanto ao MERCOSUL, darei atenção especial às negociações tendentes à consecução dos objetivos, metas e prazos propostos no Tratado de Assunção e confirmados na decisão de Las Leñas do Conselho do Mercado Comum.

A América do Sul, no contexto da integração regional, constitui, nos dias de hoje, um espaço relevante para nossos interesses políticos, econômicos, comerciais e culturais. Proporemos ações positivas que permitam ao Brasil tomar outras iniciativas regionais.

A integração hemisférica, do qual o Acordo de Livre Comércio entre os Estados Unidos, o Canadá e o México é um março significativo, deve merecer ampla análise no âmbito do Governo. Avaliaremos as conseqüências e impactos daquela iniciativa para nossos interesses, em coordenação com os nossos parceiros do MERCOSUL e com o setor privado.

Procuraremos ampliar as relações de cooperação científica e tecnológica com a China, a Índia e demais países com igual potencial neste campo.

Em relação ao Oriente Médio e à Europa Central e Oriental, o Brasil continuará a acompanhar atentamente os acontecimentos, resguardando nossos interesses.

A prioridade no relacionamento com o Continente Africano — em especial aos países de língua portuguesa — continuará a ser obedecida nos campos da prestação de cooperação técnica e de participação em projetos de desenvolvimento.

Em coordenação com os órgãos competentes do Governo, reforçaremos nossa política de difusão cultural, de forma a valorizarmos a singularidade de nossas raízes e tradições e os aspectos positivos de nossa realidade.

Senhores,

Manterei o Itamaraty aberto à sociedade.

O Parlamento, minha casa de formação política, encontrará no Itamaraty interlocutor aberto a todas as preocupações e anseios da sociedade que legitimamente representa, especialmente neste momento em que o País discute um novo sistema de governo. Assim como vinha fazendo no Senado, quero estimular a maior participação substantiva do Congresso nas questões de interesse para a política externa.

É minha intenção manter estreito contato com os setores produtivos — empresários e trabalhadores — para que estes possam fazer o acompanhamento da agenda econômica externa, nos foros multilaterais, em especial no GATT e no MERCOSUL. A própria pauta de nego-

ciações nesses foros requer participação ampliada da sociedade. Além das associações patronais, representantes das centrais sindicais haverão de incorporar-se à minha agenda de contatos como Ministro das Relações Exteriores.

Desde os primeiros momentos em que assumi a chefia da Casa, tenho dedicado atenção especial às questões administrativas, que tanto afetam a ação institucional do Itamaraty, assim como de seus funcionários, no Brasil ou no exterior.

Estou consciente das dificuldades financeiras e disposto a empenhar-me para que o Ministério tenha meios de executar plenamente uma política externa que corresponda às aspirações de um país do porte do Brasil. Uma instituição que não salda despesas de suas Embaixadas e Consulados, deixando de honrar pontualmente suas obrigações contratuais, compromete a imagem que queremos ter de uma diplomacia moderna e confiável.

Apesar de vivermos época de grandes carências, cabe não perder de vista a necessidade de aperfeiçoamento da máquina administrativa. Deveremos fazê-lo sem planos demasiadamente ambiciosos ou inovações mirabolantes, mas valorizando o que esta Casa tem de melhor, que são os seus recursos humanos.

É preciso que todos contribuam para esse processo. É necessário dar-lhes condições adequadas de trabalho e estímulo profissional, remotivar funcionários dos diversos escalões. Quero dar-lhes, a todos, um papel criativo e participativo em suas funções.

Pela natural afinidade entre os temas sob sua responsabilidade, prioritários na política externa, as Subsecretarias-Gerais de Assuntos Econômicos e de Integração serão fundidas numa só, a ser chefiada pelo Embaixador Rubens Antonio Barbosa. Ao mesmo tempo, decidi criar uma nova Subsecretaria-Geral de Planejamento Político e Econômico, que confiei ao Embaixador Cladoaldo Hugueney. O trabalho de ambos, como o dos demais Subsecretários-Gerais que mantenho no cargo — o Embaixador Sérgio Duarte e o Embaixador Fernando Reis — enriquecerá, estou certo, o processo de formulação e execução das diretrizes diplomáticas.

Espero contar com a colaboração, o entusiasmo e a dedicação do corpo de servidores altamente qualificados desta Casa, como de seus funcionários administrativos e de apoio, que, apesar das dificuldades materiais e das limitações orçamentárias, continuam a dar o melhor de seus esforços em benefício do Itamaraty.

Quero manter estreito contato com a Casa e aproveitar suas virtudes e sua ação criativa. Com minha formação democrática e experiência no Congresso, conduzirei uma gestão aberta. Pretendo visitar as unidades básicas desta Casa — cada Departamento e, se possível, cada Divisão. Desejo conhecer de perto os problemas, discuti-los e na medida do possível resolvê-los.

Senhoras e Senhores,

A diplomacia brasileira sempre soube renovar-se nos períodos cruciais de sua história, em perfeita sintonia com o interesse nacional e com a percepção correta dos desafios internos e externos.

O momento que vivemos é, por excelência, um tempo de reflexão e de mudança.

Concretizar as esperança do povo brasileiro por uma vida mais digna e justa, buscando soluções para os gravíssimos problemas sociais que nos afligem, é um dever de todo homem público deste País.

Esses imperativos políticos, éticos e econômicos não podem ficar à mercê de interesses de grupos ou de segmentos minoritários da sociedade nacional.

O Itamaraty, reafirmo, tem papel essencial a exercer nessa era de mudanças.

Tenho perfeita consciência dos desafios e dificuldades que me esperam, mas estou seguro de que, com o apoio de todos, poderemos cumprir com êxito à frente da Casa de Rio Branco uma tarefa à altura das realizações históricas da diplomacia brasileira.

Muito obrigado

Discurso na consideração do item 79

(Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento) da agenda da XLVII Sessão da Assembléia-Geral das Nações Unidas.

Nova York, em 2 de novembro de 1992.

Senhor Presidente,

Compareço a esta sessão para significar a importância que o Brasil confere à implementação das decisões tomadas em junho último na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Aos povos de todo o mundo interessaram genuína e profundamente as discussões no Rio de Janeiro. Estava em jogo o futuro do nosso planeta.

Mas a Conferência do Rio não terminou no Rio. O espírito que marcou suas deliberações — "o espírito do Rio", nas palavras do Secretário-Geral Boutros-Ghali — deve projetar-se além de 1992.

Como Senador, dediquei-me a atrair a atenção da sociedade para a Conferência e participei da criação de uma Comissão Parlamentar encarregada de acompanhar e apoiar seus trabalhos preparatórios. No próximo mês, o Brasil abrigará a Conferência Mundial Interparlamentar sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Agora, em minha condição de Ministro das Relações Exteriores, considero uma honra a tarefa de assegurar a participação brasileira no esforço comum por traduzir em realidade os resultados da Conferência e responder aos desafios que nos cabe doravante enfrentar.

Senhor Presidente,

País sede da UNCED, o Brasil se orgulha deste evento sem precedente das Nações Unidas, que foi, reconhecidamente, um grande êxito. Do Rio emergiu um consenso sobre a problemática do meio ambiente e do desenvolvimento. A maior virtude deste consenso repousa

na contribuição vigorosa dada à promoção de uma expressiva mudança nas relações internacionais, particularmente no âmbito das relações Norte-Sul.

Todos os países são agora parceiros numa empresa comum. As categorias de países doadores e recipiendários de ajuda perdem aplicabilidade.

Essa nova parceria traduz uma lógica de cooperação que exclui tanto a confrontação quanto atitudes paternalistas. Trata-se de uma tendência de "relegitimação" das negociações globais, destinada fomentar o entendimento em escala mundial. Fortaleceu-se o multilateralismo pela consciência de que as soluções para os problemas universais requerem a participação de todos os Estados.

O atual processo de redefinição de diretrizes e métodos de trabalho das Nações Unidas há de ser enriquecido por este ponto de inflexão que significam, na diplomacia contemporânea, as conquistas da Conferência do Rio. A cooperação internacional para o desenvolvimento começou a ser resgatada do impasse que há tanto tempo a mantém estagnada.

Questionam-se os estilos de vida baseados no desperdício e na dilapidação, enquanto se reconhece finalmente a perpetuação da pobreza como inaceitável.

A UNCED tornou-se, assim, ponto de partida para o estabelecimento de novos padrões de cooperação internacional, guiados pelo imperativo do tratamento conjunto dos problemas do meio ambiente e do desenvolvimento. O vínculo ora firmemente estabelecido entre superdesenvolvimento e subdesenvolvimento reforça a certeza de que meio ambiente e desenvolvimento não podem ser tratados separadamente: um depende do outro; sem desenvolvimento, não há proteção ambiental.

A UNCED não buscou nem a reorientação parcial da atividade econômica, nem a adoção de medidas paliativas ou transitórias. Simplesmente, seu objetivo foi redefinir o desenvolvimento e transportar esse conceito para novos níveis de racionalidade e solidariedade, sob a

premissa, por todos aceita, de que este é o único caminho para garantir sustentabilidade e condições de uma vida digna para a humanidade como um todo.

A Conferência do Rio proveu terreno fértil para a deliberação sobre problemas universais com a participação aberta e igualitária de todos os Estados — grandes e pequenos. Esta foi uma verdadeira lição de democracia nas relações internacionais. Conseqüentemente, emergiu dessas negociações um novo conjunto de interesses e responsabilidades.

A Rio-92 também consagrou a tendência que surge com a crescente participação de diferentes setores da sociedade nas discussões e atividades relacionadas com os temas do meio ambiente e do desenvolvimento.

O papel desempenhado pelas organizações não-governamentais, assim como pelos setores empresariais e científicos, abre grandes potencialidades no campo da cooperação internacional no período posterior à Conferência.

A UNCED produziu novo paradigma de cooperação em torno do conceito de desenvolvimento sustentável. Ele visa a assegurar, em benefício das gerações presentes e futuras, um equilíbrio racional entre as legítimas aspirações de bem-estar e desenvolvimento, de um lado, e a manutenção de um planeta ambientalmente sadio, por outro. Desenvolvimento sustentável é a expressão contemporânea de progresso.

Com a Agenda 21 e os outros instrumentos acordados no Rio, os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento reconheceram a necessidade de assumirem compromissos dentro de um espírito de mutualidade, inspirado pelo princípio de responsabilidades iguais, mas diferenciadas.

Com relação à questão das florestas, a comunidade internacional foi, pela primeira vez, capaz de tomar posição, por consenso, em matéria de conservação, manejo e desenvolvimento sustentável de toda espécie de floresta, através da adoção de uma declaração política e de um plano de ação. É importante dar a essa moldura jurídica tempo suficiente para demonstrar sua operatividade.

Os dois instrumentos legais abertos a assinatura na Conferência do Rio — a Convenção sobre Mudanças Climáticas e a Convenção sobre Diversidade Biológica — traduzem a determinação da comunidade internacional de dar os passos apropriados para a proteção de áreas particularmente vulneráveis do meio ambiente. Representam contribuição altamente relevante para a promoção do direito internacional no campo do desenvolvimento sustentável.

Inspirados pela Declaração do Rio, devemos prosseguir nesse caminho. A Declaração é produto deste momento histórico. Aponta para o futuro sem subestimar ou eludir os problemas contemporâneos, entre os quais aqueles relacionados com a posição desvantajosa dos países em desenvolvimento na cena internacional.

É especialmente significativo que o elemento central da Declaração do Rio seja o reconhecimento de que "o direito ao desenvolvimento deve ser cumprido de modo a atender eqüitativamente as necessidades ambientais e de desenvolvimento das gerações presentes e futuras".

Senhor Presidente,

Tendo presentes as decisões e recomendações da Conferência, os países da América Latina e do Caribe examinaram em conjunto os elementos básicos da iniciativa do estabelecimento da Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável. Suas conclusões foram apresentadas como contribuição às atividades do Grupo do 77 e, como resultado, acordou-se um documento que consideramos como boa base para as deliberações da Assembléia Geral nesta matéria.

A Agenda 21, cuja implementação deve ser acompanhada pela Comissão, é um programa de trabalho corajoso, o mais amplo já adotado pela comunidade internacional. Para nos mantermos fiéis às legítimas expectativas que gerou, deve ser posto em prática na sua inteireza, nos níveis local, nacional, regional e universal. Não podemos incorrer no erro de estratégias parciais ou sem rumo claro.

Para tanto, e em nome do objetivo do desenvolvimento sustentável, é imperativo que os compromissos previstos no Capítulo 33 da Agenda, relativos aos recursos financeiros novos e adicionais, sejam

cumpridos dentro de uma visão flexível, transparente, democrática e universal a respeito dos mecanismos de financiamento.

No mesmo sentido, as disposições referentes à transferência de tecnologia são cruciais no processo de seguimento da Conferência e devem ser traduzidas em medidas tangíveis de curto prazo.

O Brasil espera que, nesta XLVII Sessão da Assembléia Geral, sejam anunciados compromissos concretos. É inquietante notar que, desde a Rio-92, nenhum movimento significativo em termos de recursos financeiros pôde ser identificado como medida compatível com os compromissos necessários à nova parceria mundial que se deseja construir.

Preocupa crescentemente que, no curto espaço de tempo que se segue à Conferência, o tema do meio ambiente se torne menos evidente na agenda das reuniões dos países desenvolvidos. Parece agora receber atenção inferior à merecida em importantes instâncias decisórias.

O Brasil está determinado a cumprir suas responsabilidades. Por decisão do Presidente Itamar Franco, foi criado o Ministério do Meio Ambiente, numa demonstração da prioridade que seu Governo atribui às matérias relacionadas com o desenvolvimento sustentável.

O "espírito do Rio" deve mostrar-se vivo. Esta é a nossa tarefa na presente sessão da Assembléia Geral.

O Brasil empresta grande importância à Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável. A efetiva implantação de uma nova modalidade de cooperação internacional dependerá, em boa medida, do trabalho a ser desenvolvido por aquele órgão.

É essencial apoiá-lo no cumprimento de suas funções, sobretudo no que se refere ao mandato sem precedentes para o monitoramento das questões atinentes ao Capítulo 33 sobre recursos financeiros.

Sem o aprovisionamento adequado desses recursos, nem a implementação da Agenda 21 será possível, nem se justificará a criação da Comissão de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável.

Para que a Comissão seja eficaz, deve ser mantido grau apropriado de proporcionalidade. A implementação do programa de trabalho

reclama não apenas a instituição da Comissão. Requer um Secretariado de alto nível e com capacidade substantiva, assim como recursos adequados para a implementação da Agenda 21.

Tal como a concebemos, a Comissão deve ter como um de seus propósitos fundamentais a promoção, a divulgação e o cumprimento dos princípios corporificados na Declaração do Rio.

Quanto à Agenda 21, cabe ter presente que esse plano de ação é fruto de um processo negociador de natureza política e diplomática. Seu seguimento deve, pois, ser confiado a um órgão intergovernamental cuja composição deve ser essencialmente política.

Há que atentar para a necessidade de especificação do papel e da competência daqueles setores aos quais caberá trazer sua contribuição para as deliberações dos representantes governamentais. De outro modo, a efetividade da Comissão pode ser colocada em risco.

O estabelecimento da Comissão, sob o argumento de que é necessário evitar a duplicação de atividades, não deve levar à eliminação de outros órgãos com mandatos próprios e muitas vezes complementares.

Seria com efeito uma contradição pretender derrubar alguns dos pilares do sistema de cooperação multilateral quando precisamente tanto esforço tem sido dirigido para o fortalecimento das Nações Unidas, em particular de sua capacidade de resposta e atuação diante da multiplicidade e complexidade crescente dos problemas econômicos, sociais, científicos e tecnológicos que afetam a comunidade internacional.

Senhor Presidente,

Ofereceu-se o Brasil para abrigar um centro internacional de pesquisa sobre desenvolvimento sustentável. Esperamos que esta iniciativa, acolhida positivamente em resolução aprovada pela UNCED, encontrará apoio na comunidade internacional.

As primeiras medidas para a sua implementação já foram tomadas. Seu propósito, de natureza acadêmica, será o de contribuir para a maior compreensão do conceito de desenvolvimento sustentável, tanto

em termos teóricos quanto práticos, com a vocação de tornar-se um foro internacional dedicado ao intercâmbio de informações, à conscientização pública e à pesquisa de temas ligados à implementação das decisões da Conferência do Rio.

Convidei para esse projeto especialistas e eminentes personalidades. Destaco, entre eles, o Professor Celso Lafer, que como meu predecessor chefiou a Delegação do Brasil à Conferência do Rio e foi um de seus Vice-Presidentes. Sou-lhe reconhecido pela contribuição que pôde prestar para o estabelecimento do Centro.

Senhor Presidente,

O Brasil acredita estar preparado o terreno para uma nova e frutífera era de cooperação internacional, baseada em compromissos democraticamente negociados e nos princípios do direito internacional.

Uma das grandes realizações da Conferência do Rio foi a de dar forma concreta à nação de que, para a consecução de objetivos comuns, a participação democrática não pode ser desconsiderada, tanto no âmbito nacional quanto internacional. Na raiz desse conceito está o vínculo entre interesses específicos e preocupações universais.

Aquele foi um exemplo notável de democracia em funcionamento. Vamos prosseguir no mesmo caminho.

Muito obrigado

Demonstramos que é na vitalidade do regime democrático que temos de caminhar para a superação dos problemas econômicos e sociais que ainda nos afligem.

A modernização das estruturas produtivas, imperativo decorrente da própria evolução da economia brasileira, e o resgate da dívida social são anseios de toda a sociedade.

Existe hoje virtual consenso no Brasil de que, para reencontrarmos os índices de crescimento que fizeram de nossa economia uma das que mais se desenvolveu no pós-guerra, é preciso não só assegurar a estabilidade macroeconômica, mas também levar adiante importantes reformas estruturais.

Aprendemos, em uma década de sacrifícios, que é inadiável redefinir o padrão de desenvolvimento.

Do ponto de vista interno, o modelo seguido no pós-guerra encontra-se, após ter cumprido seu papel histórico, esgotado e, por própria natureza dinâmica, precisa ser revisto.

Da perspectiva do cenário internacional, não são menores os estímulos à mudança.

Vivemos época de rápida aceleração do tempo histórico. O novo paradigma emergente na economia internacional tem efeito profundo sobre a divisão internacional do trabalho e abre espaço para novos papéis e posições relativas no comércio de bens e serviços.

Esse processo de transformação internacional, sobreposto às mudanças que internamente se fazem necessárias, formam o quadro mais amplo no qual se exige a reestruturação da economia e do desenvolvimento.

É nessa perspectiva que devem ser entendidas as reformas estruturais que gradualmente vão modificando a face da economia brasileira.

É nessa perspectiva, por exemplo, que deve ser entendido nosso processo de abertura comercial.

Estamos convencidos de que a própria manutenção de nossa competitividade externa depende do acesso que a indústria instalada no Brasil tiver a insumos alta qualidade a preços internacionais.

Com esse objetivo, o Brasil eliminou todas as barreiras não-tarifárias ao comércio. Trata-se de medida única entre países de grau de desenvolvimento similar ao nosso e representa firme indicação de que a liberdade de comércio é uma meta da qual não abrimos mão.

Ao mesmo tempo, o atual cronograma de reduções tarifárias permite uma adaptação em ritmo seguro a um ambiente de maior exposição à concorrência internacional. O Governo do Presidente Itamar Franco, ao confirmar essa visão estratégica, reforça a decisão da sociedade de ampliar sua inserção internacional e sinaliza para o empresariado que o Estado brasileiro não mais se pode permitir proteger setores ineficientes.

Os expressivos resultados de nosso comércio internacional confirmam o acerto do gradualismo da estratégia, e o recurso a uma política cambial realista afasta o fantasma da desindustrialização.

Paralelamente à abertura comercial, nos últimos meses o Brasil deu passo significativo ao normalizar suas relações com a comunidade financeira internacional.

A reestrutura da dívida comercial, cujo term sheet será em breve submetido à apreciação do Senado Federal, é a última peça de negociações delicadas nas quais regularizamos nossos atrasados, fechamos um acordo com o FMI, e renegociamos nossos débitos oficiais no Clube de Paris, no âmbito do qual já renegociamos a dívida com quatro países. A dívida total brasileira, considerando o endividamento externo e interno, é de aproximadamente 38% de nosso PIB, o que representa proporção perfeitamente equacionável.

As reservas cambiais brasileiras, em nível sem precedentes, são indício sólido de que o mercado internacional reconhece os avanços realizados e confia no Brasil como atraente opção de investimento.

Apenas para dar dimensão concreta a essa confiança, lembraria que, entre 1983 e 1985, a média dos investimentos estrangeiros diretos no Brasil foi de US$ 400 milhões/ano. Em 1990, evoluímos para US$ 687 milhões, em 1991 para US$ 1,4 bilhões e, em 1992, até junho, já tínhamos recebido US$ 3.2 bilhões.

No que concerne aos investimentos globais, até junho deste ano já recebemos US$ 9.5 bilhões, e o fluxo de recursos tem-se mantido estável e em níveis satisfatórios nos últimos meses.

Nosso retorno aos mercados financeiros internacionais é indispensável em um novo padrão de desenvolvimento em que o Estado é crescentemente substituído pelo capital privado na função de liderar a retomada do crescimento.

Precisamos do capital externo não apenas para irrigar nossa economia e trazer modernos métodos de gestão, mas também como parceiro de um novo ciclo de desenvolvimento que se desenha e no qual o investimento privado nacional deverá ser complementado por poupanças externas.

A reforma do Estado, por sua vez, é indispensável para preparar o País para esse novo padrão.

É nesse contexto que devem ser entendidos os programas de privatização e de desregulamentação da economia.

É esse o sentido último dos projetos de modernização ora sob exame no Congresso Nacional e que o Governo Itamar Franco tem condições políticas de ver aprovados.

Entre eles destaco: modernização dos portos, participação dos trabalhadores nos lucros, incentivo fiscal para capacitação tecnológica, concessão de serviços públicos, reformulação do sistema financeiro, concorrência em obras públicas e proteção à propriedade industrial.

O Brasil tem plena consciência de que na nova economia mundial, na qual o conhecimento tem papel central, a integração competitiva exige adequado padrão de proteção.

Buscamos, assim, ao propor ao Congresso uma Lei de Propriedade Industrial, criar as bases sobre as quais definiremos novas e produtivas parcerias tecnológicas.

Permitam-me aqui chamar sua atenção para o recente fim da reserva de mercado a produtos de informática no Brasil. Trata-se, sem dúvida, de marco importante dos novos caminhos que desejamos traçar para a economia brasileira.

Ao mesmo tempo em que se vão realizando as mudanças estruturais exigidas pela economia brasileira, seus resultados ainda se vêem condicionados por um contexto macroeconômico de alguma instabilidade e com expectativas extremamente voláteis.

Para superar esse problema é indispensável a aprovação de reforma fiscal.

Nesse sentido, em estreita coordenação com o Congresso Nacional, o Governo está preparando projeto amplo de reforma cujo objetivo central será assegurar o equilíbrio sustentável das contas públicas e assim permitir o desafogo da política monetária.

O ajuste do setor público e a resultante queda da inflação são hoje problemas essencialmente políticos. Na democracia que acabamos de fortalecer, o Governo do Presidente Itamar Franco, integrado por representantes expressivos da sociedade, saberá levar a bom termo as reformas de que tanto necessitamos harmonizando o que é economicamente indispensável com aquilo que é politicamente possível.

Senhoras e Senhores,

Não há como negar que a experiência brasileira de realizar os ajustes estruturais em ambiente democrático tornou o processo mais lento.

Essa lentidão relativa, entretanto, é mais que compensada pela certeza de que esse é o único caminho para garantir que as reformas serão legítimas e duradouras.

Todos nós sabemos, além do mais, como é difícil promover ajustes em uma economia do peso da brasileira, que sozinha responde por 40% do produto latino-americano e cuja diversidade e complexidade afastam a tentação dos alinhamentos imediatos e das parcerias excludentes.

A própria dificuldade da economia norte-americana em eliminar seus déficits fiscal e externo, de efeitos comprovadamente desestabilizadores para a economia interna e internacional, revela que os ajustes são tanto mais difícil quanto mais complexa é a realidade.

Que a dificuldade do desafio, porém, não nos intimide, mas nos sirva de estímulo a prosseguir.

Estamos construindo uma democracia em um país cindido por profundas desigualdades.

Alimentamos, no entanto, a convicção de que somente em ambiente de ampla liberdade política, de respeito às liberdades essenciais e ao Estado de Direito é que se pode assegurar o consenso indispensável para que um novo padrão de desenvolvimento seja estável.

Enfrentamos, assim, com coragem, os ajustes estruturais e administrativos, com sentido de missão histórica, as demandas múltiplas, e não raro incompatíveis.

Queremos construir um Brasil onde a economia de mercado seja sinônimo de mais justiça social, de melhora generalizada da qualidade de vida.

Não nos interessam modelos de crescimento que associem prosperidade e marginalização, enriquecimento de poucos e empobrecimento da maioria.

Sabemos hoje que a miséria é resultado, mas também raiz do subdesenvolvimento.

Queremos construir uma Nação na qual a prosperidade não aumente o desemprego, não leve à degradação ambiental e não agrave as injustiças sociais.

As reformas em que estamos trabalhando internamente, e para as quais o Congresso Nacional dará, estou seguro, resposta solidária nos próximos meses, criarão as condições para aperfeiçoar a democracia brasileira e dar início a novo ciclo de expansão econômica em um padrão de desenvolvimento no qual o crescimento será contrapartida inseparável do resgate da justiça social.

O ambiente de solidariedade e de diálogo, tão importante internamente, é igualmente crucial em nosso relacionamento com a comunidade das nações.

O Brasil entende que o mesmo diálogo democrático pelo qual internamente as sociedades buscam seus pontos de consenso deve estar presente no relacionamento entre as nações. Democracia nos países deve ser acompanhada de democracia entre os países.

A cisão entre prosperidade e miséria, que divide sociedades, também divide países. E essa desigualdade, ninguém ignora, é grave ameaça à estabilidade ambiental.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Aqui, na América, na juventude da idade moderna, os Pais da Pátria lançaram as bases dessa grande democracia.

Aqui, no Conselho das Américas, o Brasil orgulhoso de suas conquistas democráticas, afirma que a tarefa não terminou. Que talvez nunca possa terminar.

Democracia não é ponto de chegada. Democracia é ponto de partida, é caminho aberto.

Nesse sentido, a nossa missão, a missão de cada homem é contribuir permanentemente para seu aperfeiçoamento, com a consciência aguda de que nada conspira mais contra a democracia do que a pobreza que, em nossos tempos, subsiste mesmo nos países desenvolvidos.

Recordo aqui as palavras de John Donne ao afirmar que (e cito) "No man is an island, entire of itself; every man is a piece of the continent, a part of the main".

Que a sabedoria de Donne nos sirva de inspiração nesse momento em que se abre para a comunidade internacional a possibilidade de reinventar a história das relações entre os países, à base de uma cooperação crescente entre seus principais atores.

Pronunciamento no I Congresso de Marketing do Cone Sul

Florianópolis, 4 de novembro de 1992.

O I Congresso de Marketing do Cone Sul, promovido pela Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (ADVB), é um evento de grande importância para o processo de formação do Mercado Comum do Sul.

O marketing, hoje, é uma ferramenta imprescindível à economia de mercado: na interação entre a oferta e a demanda de bens, em sentido lato, os instrumentos de marketing funcionam como verdadeiro catalisador, potencializando a produção, o nível de emprego e ajudando a elevar, assim, o nível de bem-estar de toda a sociedade.

Marketing é sinônimo de modernidade.

O MERCOSUL é um dos acontecimentos mais importantes de nossa História Diplomática contemporânea. Quem ainda não percebeu o seu alcance, em termos de potencialidade econômica, está, por um lado, certamente, em descompasso com o presente; por outro, perigosamente, alienado com relação ao futuro.

A regionalização é um fenômeno que veio para ficar: basta ver o que está acontecendo na América do Norte, com o NAFTA, na Europa, com a CEE, no bloco Andino, no Caribe, na Ásia, enfim, em todo o mundo.

A consolidação do MERCOSUL é para nós prioritária, embora não vejamos o Mercado Comum como um alternativa ao relacionamento com os principais pólos dinâmicos da economia internacional. Ao contrário, ele será um instrumento valioso para dinamizar ainda mais aquele relacionamento.

O marketing tem um papel essencial a desempenhar para o pleno êxito do Mercado Comum: como bem demonstraram as dificuldades

enfrentadas por Maastricht, os projetos de integração regional somente serão bem sucedidos, na medida em que a população seja convencida de sua importância e nela tenham participação ativa.

Todos os presentes devem utilizar, portanto, sua capacidade criativa, sua disposição de trabalhar para ajudar-nos a viabilizar o Mercado Comum. Todos vamos ganhar com isso: empresários, trabalhadores, donas de casa, o povo brasileiro em sua totalidade.

A meta de criação de um mercado comum intensifica o diálogo e a cooperação entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, não somente no nível governamental, mas também, e principalmente, entre parlamentares, empresários, trabalhadores e demais grupos da sociedade civil. Além de trazer ganhos econômicos, esse processo, que conformará um macro-espaço econômico da ordem de 480 bilhões de dólares, contribui de forma decisiva para a consolidação do relacionamento tradicionalmente pacífico e amistoso entre nossos povos.

A integração já é hoje uma realidade palpável, como podemos ver. Este Congresso é sinal inequívoco disto. Na área comercial, esperamos para 1992 intercâmbio da ordem de 6,5 bilhões de dólares. Basta lembrar que em 1991 esta cifra foi de 5,2 bilhões de dólares, um crescimento de 30% se comparado a 1990, para ver como a integração vai gerando frutos.

Até dezembro de 1994, cumprindo cada uma das metas fixadas pelos Presidentes dos quatro países em Las Leñas, Argentina, em junho deste ano, teremos dado um salto, concretizando a zona de livre comércio a que tanto almejamos. O processo de integração não pára aí: falta muito para alcançarmos ainda uma União Aduaneira e o livre trânsito dos fatores de produção, capitais e investimentos, como queremos. Mas estou seguro que o MERCOSUL prosseguirá seu curso irreversível, para o bem de nossos países, para o bem de nossos povos.

Discurso do XII Encontro Nacional de Comércio Exterior

Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1992.

Tenho grata satisfação de participar do XII Encontro Nacional de Comércio Exterior.

É em foros como este, dos quais participo sempre com grande interesse, que se estão discutindo com seriedade, espírito público, competência e visão de futuro os rumos que a Nação deve seguir para alcançar o nível de prosperidade e de justiça social com que todos sonhamos.

Um verdadeiro Projeto Nacional não se forja na reclusão dos gabinetes governamentais; não se constrói, tampouco, segundo modelos artificiosos e artificiais dos laboratórios acadêmicos.

Um verdadeiro Projeto Nacional começa a ser desenhado em encontros como este, em que a cidadania promove a discussão democrática das prioridades e alternativas de crescimento econômico.

O empresariado, e muito especialmente o setor exportador, tem papel decisivo a cumprir nesse esforço de modernização que estamos empreendendo.

O Governo necessita, no seu processo de tomada de decisões, dessa visão pragmática do mundo e dessa intuição empreendedora que os bons empresários têm, livre de paternalismos ou clientelismos; com objetividade e visão de futuro.

O Itamaraty quer estar à altura dos grandes desafios que se estão apresentando neste final de século. A diplomacia não pode, nos dias de hoje, assumir contornos defensivos ou reativos: a atual conjuntura exige a adoção de posturas propositivas, inovadoras e ousadas na defesa do interesse nacional.

O Brasil é grande demais, é importante demais para estar ausente nesse processo de construção da nova ordem internacional em gestação. Temos muito com que contribuir; temos muito a dizer.

Nesse sentido, o Ministério das Relações Exteriores busca desenvolver uma visão estratégica e absolutamente sintonizada com os interesses da Nação em seu conjunto, da inserção do Brasil no cenário internacional. Todos sabemos, hoje, que o comércio exterior é uma prioridade absoluta. O Itamaraty tem a clara percepção disso e está trabalhando com total empenho a) na abertura de novas frentes de comércio, b) na busca de maior liberalização dos fluxos comerciais e de maior acesso dos produtos brasileiros aos mercados internacionais, c) na exploração de nichos de oportunidade comercial nos países desenvolvidos, principalmente nos EUA, Japão e Europa; e d) na consolidação de nossa projeção nos mercados regionais e nos países em desenvolvimento.

Temos, porém, a perfeita consciência de que poderemos desempenhar melhor o nosso papel se mantivermos estreito contacto com os setores produtivos, para que eles possam fazer o acompanhamento de nossa agenda econômica externa nos foros multilaterais, em especial o GATT e o MERCOSUL.

Os desdobramentos da Rodada Uruguai do GATT terão conseqüências fundamentais no futuro do comércio mundial: um eventual fracasso nessas negociações pode provocar uma guerra comercial sem precedentes na história do comércio internacional contemporâneo. Temos de estar preparados para isso, embora torça para que os impasses sejam superados.

Temos acompanhado com atenção as possíveis implicações para nosso comércio da consolidação do megaespaço econômico europeu, previsto já para 1993 no Ato Único Europeu.

Nessa mesma linha, no contexto da regionalização dos fluxos de comércio internacional, estamos estudando os desdobramentos de uma possível conformação de uma Área Hemisférica de Livre Comércio nas Américas, seja no âmbito da Iniciativa para as Américas, do Presidente Bush (mantida, ao que tudo indica pelo Presidente-eleito Clinton), seja

pela ampliação progressiva do NAFTA, o Acordo de Livre Comércio da América do Norte, que envolve, por enquanto, os EUA, o Canadá e o México.

Temos de avaliar, é claro, a conveniência e o interesse nacional de todas essas iniciativas. E para fazê-lo bem, devemos escutar a sociedade, ouvir suas postulações, ponderações e percepções.

Para isso, estamos criando o CONSELHO EMPRESARIAL DO DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO COMERCIAL, um órgão de assessoria do Itamaraty na área do comércio exterior. Ali, vamos sintonizar a máquina do Itamaraty com as prioridades concretas do setor exportador; vamos maximizar o aproveitamento dos recursos escassos de que dispomos para implementar essas prioridades do setor exportador e, principalmente, vamos criar um canal de comunicação entre o Itamaraty e o empresariado em temas como o GATT, a solução de contenciosos internacionais, as iniciativas de regionalização, entre outros.

Estamos criando também o FÓRUM NACIONAL DO MERCOSUL, um organismo que visa a preencher uma lacuna na comunicação entre a sociedade e o Estado no terreno da integração, com a participação dos setores patronais e sindicais (áreas industrial, agrícola, financeira, exportadora, comercial e trabalhista). O FÓRUM funcionaria como um organismo de consulta do Grupo Mercado Comum, com uma agenda aberta aos temas relevantes do processo negociador do MERCOSUL.

Como podem ver, o Itamaraty está tratando com realismo e objetividade os temas de interesse concreto para o Brasil, numa fase de inserção competitiva no mundo contemporâneo. Mas isso não basta: como afirmei, nenhum esforço governamental poderá alcançar pleno êxito sem contar com a ajuda e a participação de toda a sociedade, em particular, do empresariado.

Vamos lutar juntos, empresariado e Governo, para erguer empresas campeãs, gigantes industriais ágeis e eficazes, em áreas nas quais desfrutamos de vantagens comparativas. Gigantes capazes de competir de igual para igual com seus similares estrangeiros.

Precisamos definir produtos, estratégias de comercialização internacional, áreas bem definidas para investimento em pesquisa tecnológica. Temos de acabar com essa distorção de querer produzir de tudo, produzindo mal e de forma ineficiente, e alimentando pequenos cartórios empresariais, à custa de subsídios, reservas de mercado e barreiras tarifárias. Passou o tempo de acobertar a ineficiência de certos setores produtivos.

Temos de tirar o Estado da produção, para que ele possa investir seus esforços na melhoria da infra-estrutura, da educação, da segurança, da saúde, etc., áreas em que desempenha um papel insubstituível. Só assim estaremos praticando um capitalismo moderno, com consciência social.

Ressalte-se, porém, que o Estado, num país como o Brasil, com deficiências de todo matiz, econômicas e sociais, tem uma função essencial e urgente a cumprir, no equacionamento de uma crise estrutural que persiste há mais de uma década. É imprescindível, assim, que a) se avance no processo de enxugamento do aparelho estatal, com mais iniciativas de desburocratização e de desregulamentação; b) se persista no esforço de ajuste econômico interno, com uma ampla e profunda reforma tributária, de forma a desonerar os setores produtivos e, em particular, os exportadores de uma excessiva carga fiscal, que os alija da competição internacional por mercados; c) se obtenha a aprovação da Lei dos Portos e da Lei de Propriedade Intelectual, ambas de grande importância para a modernização econômica do País; e d) que se definam prioridades de investimentos em infra-estrutura, em pesquisa tecnológica e científica e nas políticas sociais.

O empresariado precisa mobilizar-se para tornar conhecidas e influenciar decisões centrais de "policy".

Passo a ler agora Mensagem endereçada a todos os Senhores pelo Presidente Itamar Franco:

"Congratulo-me com os organizadores do XXII° Encontro Nacional de Comércio Exterior, augurando-lhes pleno êxito à iniciativa. Por intermédio do Ministro das Relações Exteriores, Senador Fernando Henrique Cardoso, que nomeei meu representante na solenidade de

abertura desse encontro conclamo todos os seus participantes a que busquem debater e sugerir estratégias e medidas capazes de dar novo ímpeto ao comércio exterior nacional. Com a ajuda e a participação da classe empresarial e, principalmente, dos exportadores, haveremos de recolocar o Brasil na trilha segura do desenvolvimento e do crescimento econômico saudável.

Itamar Franco,
Vice-Presidente da República,
no exercício do cargo de Presidência da República.

Muito obrigado

Discurso na cerimônia de instalação da "Comissão de Aperfeiçoamento da Organização e das Práticas Administrativas" do Itamaraty

Palácio Itamaraty, 20 de novembro de 1992.

Senhores servidores do Itamaraty,

Desde o momento em que assumi o cargo de Ministro das Relações Exteriores, tenho pensado na necessidade de que o Itamaraty faça uma reflexão sistemática sobre os objetivos e os instrumentos de nossa política exterior, para ajustá-los aos novos tempos e para assegurar a qualidade e a abrangência dos serviços que esta Casa deve e deseja prestar ao Brasil.

O cenário internacional vem apresentando mudanças em ritmo acelerado, com efeitos diretos e indiretos sobre interesses brasileiros, o que requer de nossa parte respostas ágeis e eficazes aos novos desafios e às novas circunstâncias.

A formulação do projeto nacional de desenvolvimento e justiça social não poderá dispensar os aportes da Chancelaria, à qual cabe justamente identificar e interpretar, a cada momento, as possibilidades, as oportunidades e os limites de nossa participação no sistema internacional.

Nos últimos anos, a política externa brasileira modificou-se em vários campos, tanto como conseqüência de alterações ocorridas na cena internacional quanto em razão das mudanças no próprio país. Assim ocorreu com relação ao tema nuclear, à ecologia, aos direitos humanos e à busca de melhor inserção no cenário internacional, e mesmo nos esforços de integração regional.

Com o fim da Guerra Fria e da bipolaridade, com a emergência de novos pólos dinâmicos no planeta e o fortalecimento dos blocos

regionais, com maior presença da ONU nos conflitos internacionais, novas opções se abrem para o país.

Neste mundo em transformação, o exercício de uma diplomacia dotada de objetivos claros, de longo prazo, capaz de articular uma visão da realidade em que viveremos nos próximos dez a quinze anos, torna-se indispensável para concretizarmos o projeto nacional brasileiro.

Pretendo propor ao Presidente da República uma atualização das prioridades diplomáticas. Por isso, pedi ao Secretário-Geral que encarregasse a Subsecretaria-Geral de Planejamento Político e Econômico, com a ajuda do IPRI, a tarefa de definir urgentemente um plano de trabalho. Sei que a reflexão sobre a política externa faz parte do cotidiano desta Casa, com a participação e a contribuição de todos os setores do Itamaraty, sem distinção. Esta é uma tarefa permanente e necessariamente coletiva. Quero estimular e aprofundar este exercício de reflexão, a ser enriquecido também com a organização de seminários e o intercâmbio crescente com a comunidade política e acadêmica. Ao Congresso Nacional, em particular, caberá emprestar contribuição relevante para esse esforço.

Além disso, o plebiscito sobre a forma de governo imporá a necessidade de ajustes administrativos, sobre os quais convém meditar desde já.

Meus colaboradores do Ministério das Relações Exteriores,

Nenhum exercício de renovação e adaptação da política externa terá êxito sem o aperfeiçoamento da máquina administrativa e sem a valorização dos funcionários.

Minha experiência de pouco mais de um mês à frente desta Casa já me permite visualizar, nesse aspecto, um conjunto de temas sobre os quais devemos refletir e deliberar:

- formação, aperfeiçoamento e especialização de recursos humanos, a começar pelo Instituto Rio Branco;
- política de fluxos de carreira no Serviço Exterior Brasileiro, ascensão funcional e lotação na Secretaria de Estado e no exterior;

- adequação da rede de postos diplomáticos e consulares, inclusive para melhor assistir nossos compatriotas que viajam ou vivem no estrangeiro;
- sistemas de armazenamento, transmissão, processamento e recuperação de dados, tanto do ponto de vista dos equipamentos, quanto da forma, do conteúdo e do volume das informações;
- destinação prioritária dos recursos financeiros;
- situação patrimonial;
- eficácia da promoção comercial, da promoção cultural e da cooperação técnica como instrumentos diplomáticos;
- introdução de métodos modernos de gerência;
- formas de interação com outros órgãos públicos e privados, assim como com a sociedade civil.

Assuntos não faltam...

Será preciso, além disso, continuar o processo de revisão do arcabouço legal que rege o funcionamento do Itamaraty, para adaptá-lo à Constituição de 1988, resguardando-se, naturalmente, as peculiaridades intrínsecas de nossa instituição diplomática. Hoje é necessário que algumas práticas tradicionais sejam reexaminadas à luz da evolução recente da legislação básica de nosso país.

O grande patrimônio do Itamaraty são seus servidores. É preciso que se implante uma estrutura que responda ao desafio de conciliar o imperativo da valorização profissional com o da estabilidade e da eficiência da organização.

Com essa finalidade, assinei, na data de hoje, Portaria que cria a "Comissão de Aperfeiçoamento da Organização e das Práticas Administrativas", que tem como Presidente o Secretário-Geral das Relações Exteriores, como Vice-Presidente, o Subscretário-Geral do Serviço Exterior e, Relator, o Embaixador Carlos Moreira Garcia.

Caberá à Comissão, durante o prazo de seis meses de seu mandato, estudar a situação atual do Ministério e propor medidas para o seu

aprimoramento funcional e administrativo. Os costumes, os métodos de trabalho, os sistemas de organização de recursos humanos e materiais devem ser analisados e, eventualmente, alterados; precisamos examinar o que garantiu ao Itamaraty, ao longo dos anos, condições de excelência, e saber, hoje, quais são os requisitos para mantê-las.

Ao longo do trabalho, a Comissão levará em conta a contribuição de todos os servidores da Casa que desejem participar; mais ainda, pedimos com empenho que se manifestem. O exercício será conduzido com objetividade e espírito crítico, com transparência e por meio de amplas consultas.

A Comissão não apresentará por certo uma solução global e única, mas aproximações à realidade, hipóteses de trabalho, alternativas mais ou menos viáveis no curto, médio ou longos prazos.

As reformas institucionais que se pretendem completas e definitivas terminam por gerar frustrações e durar pouco — isto não apenas no serviço público como também no setor privado. Só mudar o organograma muitas vezes é não mudar nada, ou até emperrar o funcionamento da máquina.

É por esta razão que as modernas práticas de gestão, adotadas nos países mais avançados, procuram incorporar conceitos como o das "melhorias contínuas", isto é, a opção pelas mudanças graduais e constantes das instituições.

A Casa será ouvida tanto na etapa de levantamento de problemas, que hoje inauguramos, quanto nas fases subseqüentes, quando dispusermos das alternativas que poderão servir de base para as decisões.

Mais tarde, será possível fazer a junção das duas vertentes — administrativa e política — do processo de aperfeiçoamento contínuo da nossa diplomacia.

Durante os trabalhos, procurarei informar-me de seu andamento, passo a passo. Na hora das decisões, a responsabilidade é minha. Asseguro a abertura do processo e prometo decisões baseadas apenas no interesse público. Não vim aqui para servir a grupos internos ou externos. Por convocação do Presidente da República, vim para zelar pelos

interesses do País no campo das relações internacionais. Neste mister cuidarei de evitar tanto a arbitrariedade quanto o corporativismo, que são faces da mesma moeda, ambas distantes da prática de uma administração verdadeiramente democrática, que exige participação e a responsabilidade de todos.

Meus amigos,

Na academia e na política, dediquei minha vida às causas da democracia, do desenvolvimento e da justiça social. Fazer com que o Estado seja expressão e instrumento desses valores é o cerne do regime democrático. Como cidadão, acredito no imperativo de uma administração eficiente e, como manda a Constituição, impessoal. Como político, sinto a necessidade de que se fixem critérios, de conhecimento público, a serem seguidos pelos administradores: sem influências indevidas, sem clientelismos.

Conto com o Secretário-Geral para liderar o processo de renovação que hoje iniciamos e manter-me permanentemente informado dos avanços em suas duas vertentes. Preciso da contribuição livre e franca dos Subsecretários-Gerais, dos vários níveis de chefia do Ministério e, fundamentalmente, de todos e cada um dos Senhores e Senhoras Diplomatas, Oficiais de Chancelaria e demais servidores do Itamaraty, no Brasil e no exterior. Muito espero em particular da contribuição dos Chefes de nossas Missões Diplomáticas e Repartições Consulares, com suas perspectivas próprias de avaliação do funcionamento da Casa.

Estou certo de que o Itamaraty como um todo saberá interpretar o interesse geral e refletir os padrões éticos e a vocação de serviço que constituem a marca do presente Governo.

Juntos, em harmonia, saberemos enfrentar os novos desafios para continuar a bem servir à Nação.

Obrigado.

Discurso perante a Comissão de Relações Econômicas Externas do Parlamento Europeu

Bruxelas, 23 de novembro de 1992.

Senhor Presidente,
Senhores Membros da Comissão de
Relações Econômicas Externas do Parlamento Europeu,
Senhor Comissário,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Foi com grande satisfação que aceitei o convite para participar desta audiência pública da Comissão de Relações Econômicas Externas do Parlamento Europeu.

Como cidadão, parlamentar e homem público, tenho por esta Casa um sentimento de respeito e admiração. Há dois anos visitei sua sede, em Estrasburgo, à frente de delegação de congressistas brasileiros. O Parlamento Europeu é o depositário autêntico das tradições democráticas dos países que compõem as Comunidades Européias.

Para um representante da América Latina, é fato auspicioso ser acolhido pela Comissão de Relações Econômicas Externas do Parlamento Europeu. Sua contribuição para o melhor conhecimento das realidades políticas e econômicas ganha relevo para a nossa aproximação com a imensa área de integração que se conforma no continente europeu.

Senhores,

A crise vivida pelo Brasil nos últimos meses fortaleceu as convicções democráticas de nosso povo. Rendeu-se à vitalidade das instituições. Capitulou ante o primado das liberdades individuais e da ordem legal.

A sociedade brasileira não mais admite retrocessos em sua opção pela democracia. Emergiu a exigência popular por firmes padrões éticos na conduta de seus governantes.

Com base nesses princípios, o Governo do Presidente Itamar Franco está determinado a realizar as reformas estruturais que nos recolocarão no caminho do desenvolvimento econômico com justiça social. Estamos conscientes de que o êxito desse novo projeto nacional depende, antes de tudo, de nós próprios. Mas a vocação histórica do Brasil para o convívio internacional, como o demonstram amplamente a universalidade e a vocação pacífica de suas relações externas, torna-o sensível às influências do cenário mundial.

A cada ameaça de paralisação do processo de liberalização do comércio internacional, recrudescem as reivindicações protecionistas internas. Por isso o Brasil propugna um sistema multilateral de comércio justo e equânime.

É corolário dessa percepção nosso ativo envolvimento em todos os setores de negociação cobertos pela Rodada Uruguai do GATT. Valeu ao Brasil recentemente, no Trade Policy Review Mechanism do Acordo Geral, menções elogiosas pelo papel de liderança e de vanguarda ali desempenhado.

Preocupam-nos, assim, profundamente os percalços sofridos pela Rodada Uruguai e, em particular, o impasse agrícola que vem conduzindo a um enfrentamento entre os dois maiores atores no comércio internacional. Caso não sejam superados, seus efeitos atingiriam severamente o Brasil. Somos um país que busca o acesso a capitais e aos mercados de bens, serviço e tecnologias. Somos uma nação que empreende abertura comercial de reconhecida envergadura.

A eliminação das barreiras não-tarifárias ao comércio, o programa de desgravação tarifária e a eliminação dos subsídios à produção agrícola requerem reciprocidade por parte dos nossos parceiros externos.

Nesse sentido, causa-nos preocupação o espectro negativo que podem ter as questões ambientais no âmbito do comércio internacional.

São irreversíveis o comprometimento do Brasil com o desenvolvimento sustentável e nosso engajamento na promoção dos princípios da Declaração do Rio, emanada da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

A proteção ambiental não pode estar dissociada do processo de desenvolvimento.

Pobreza e degradação ambiental constituem um binômio que somente poderá ser superado com o desenvolvimento sócio-econômico e a cooperação internacional.

Senhoras e Senhores,

Do nosso ponto de vista, o livre comércio é um fator propulsor do crescimento econômico e representa vetor fundamental da sustentabilidade do desenvolvimento. Esse entendimento, embora consagrado na Agenda 21 da Rio-92, e em relatórios do GATT e do Banco Mundial, é, na prática, refutado por medidas e tendências "ecoprotecionistas" por parte de países industrializados, em especial na área dos recursos naturais.

Medidas unilaterais para lidar com ameaças ambientais fora da jurisdição do país importador têm, na verdade, efeito contrário. Exercem pressão adicional ao meio ambiente, por criarem óbices maiores ao crescimento do comércio mundial, ao crescimento econômico global e, em particular, ao crescimento econômico dos países em desenvolvimento.

Medidas comerciais ligadas à execução de práticas de proteção ambiental somente são aceitáveis se estiverem em conformidade com as regras e princípios do GATT, em especial o da não-discriminação, o da transparência e o da consideração das necessidades especiais dos países em desenvolvimento.

Em um cenário positivo, a proposta de um acesso mais amplo a mercados para produtos de exportação desses países contribuirá tanto para o crescimento de suas rendas per capita quanto para a promoção do desenvolvimento sustentável, com benefício para o ambiente global.

Em um cenário oposto, a adoção de medidas comerciais restritivas com base em preocupações ecológicas reduzirá a receita comercial dos países em desenvolvimento, impedindo-os da remuneração justa e do benefício da exploração de seus recursos naturais e de suas vantagens comparativas.

Tais medidas terão, em última análise, resultado contrário à proteção ambiental desejada, com efeitos lesivos sobre os interesses dos próprios países industrializados.

Nesse contexto, a relação entre comércio internacional de produtos primários e a proteção ambiental afigura-se particularmente relevante. País com significativa participação de produtos primários na sua pauta de exportação, o Brasil vê com preocupação a prática continuada de subsídios no comércio agrícola internacional e teme pelas conseqüências do ponto de vista ambiental:

- em primeiro lugar, ao anular vantagens comparativas naturais dos países em desenvolvimento, prejudica a promoção dos parâmetros do desenvolvimento sustentável;
- em segundo lugar, por manterem os países industrializados políticas de sustentação de preços, o aumento artificial da produção pelo uso de produtos químicos e o desestímulo à rotação de culturas provoca indesejáveis efeitos ambientais.

Existem, pois, também do ponto de vista ambiental, justificativas cabais à reintegração inadiável do comércio agrícola nas disciplinas do GATT, por meio da conclusão satisfatória da Rodada Uruguai.

Senhor Presidente,

Não posso deixar de registrar, neste ponto, a satisfação do Brasil com a Declaração do Conselho das Comunidades Européias, de 28 de novembro de 1991, relativa à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Naquela Declaração, o Conselho reconheceu a dimensão financeira da questão ecológica. Endossou a necessidade de novos recursos financeiros para auxiliar os países em desenvolvimento a combater

a degradação ambiental. Propôs a aceleração do processo de transferência de tecnologias ambientais.

Esses importantes objetivos estão recolhidos no Acordo de Cooperação firmado entre as Comunidades Européias e o Brasil. As duas partes propuseram-se desenvolver projetos conjuntos, a fim de reforçar estruturas ambientais públicas e privadas, formar recursos humanos especializados, sensibilizar a opinião pública, dar apoio à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico no campo do meio ambiente.

Comprometeram-se, igualmente, a conferir atenção às parcelas menos favorecidas da população, aos problemas do meio ambiente urbano e às florestas tropicais. Registro, nesta oportunidade, o interesse de meu país no desenvolvimento desses projetos, dentro do mesmo espírito de cooperação que presidiu a formulação pelo Brasil e pela Comunidade, juntamente com o Banco Mundial, do "Programa Piloto para Conservação das Florestas Tropicais Brasileiras".

Senhor Presidente,

Os brasileiros estão construindo uma democracia num país marcado por profundas desigualdades sociais. Estamos convictos, porém, de que somente com ampla liberdade política, respeito às liberdades e ao Estado de direito será possível assegurar o consenso indispensável à estabilidade do novo padrão de desenvolvimento.

O Brasil que desejamos construir é aquele em que economia de mercado e justiça social formem um todo harmônico. Não nos interessam as fórmulas que associem prosperidade com marginalização. Sabemos hoje que a miséria é resultado, mas também causa, de subdesenvolvimento, e este, uma das fontes primeiras da degradação ambiental.

Desejamos uma nação em que a prosperidade se dê sem detrimento dos níveis de emprego, sem levar à degradação ambiental e sem agravar as injustiças sociais.

Estou seguro de que as reformas em que estamos trabalhando no Brasil receberão o respaldo solidário do Congresso Nacional, de molde a iniciar um novo ciclo de expansão num modelo de plena coesão entre crescimento e resgate social.

Neste contexto mais amplo, reitero a vinculação entre o êxito da liberalização comercial no Brasil e o êxito da liberalização comercial internacional. De pouco ou nada serviriam o nosso esforço interno de reestruturação econômica e o resgate da dívida social na ausência de um melhor equilíbrio entre as nações.

Entendemos que o mesmo diálogo democrático, por cujo intermédio as sociedades buscam seus pontos de consenso, é indispensável igualmente no relacionamento entre as nações. Como tive a oportunidade de assinalar ainda este mês perante o Conselho das Américas, em Nova York, a democracia nos países deve ser também acompanhada da democracia entre os países.

A desigualdade advinda do hiato entre prosperidade e miséria, que divide sociedades, também divide nações. Nem mesmo o fim da Guerra Fria e a profunda transformação política que trouxe ao mundo desde o final da década passada podem assegurar estabilidade para o nosso planeta caso se mantenha tal desigualdade.

Senhor Presidente,

A Comunidade Econômica Européia vive também processo de profundas transformações. O Brasil acompanha com detido interesse a evolução recente fruto da criação da Área Econômica Européia e do Tratado de Maastricht.

Desejamos consolidar e até mesmo ampliar o intercâmbio com a CEE, nosso maior parceiro comercial. Confiamos que a consolidação comunitária e o seu fortalecimento como bloco econômico não se baseie em políticas de cunho protecionista que, com denodo, vimos tentando eliminar por meio da Rodada Uruguai do GATT.

Senhor Presidente,

Antes de concluir, não gostaria de deixar de manifestar minha satisfação pela evolução rápida e positiva das relações entre o MERCOSUL e a CEE. O Acordo assinado em maio deste ano já permitiu a identificação das áreas de normas técnicas, assuntos aduaneiros e agricultura como prioritárias no âmbito da cooperação entre os sistemas de integração. Registro igualmente com satisfação o fato de já estar

programado para janeiro vindouro o próximo encontro do Grupo Consultivo estabelecido pelo Acordo.

Desejo que minhas palavras de encerramento sejam de confiança no descortino e no talento político da Europa dos Doze, os mesmos atributos que deram a este continente a função pioneira de formulação do Estado moderno e dos primeiros modelos de cooperação pacífica entre os Estados.

Que este descortino e talento possam, uma vez mais, oferecer os paradigmas de comportamento nesse novo mundo que surge, de muito maior complexidade e ainda maior risco, em benefício, como no passado histórico de que somos herdeiros no Brasil, da liberdade e da dignidade humana.

Muito obrigado

Palestra no Senado Federal por ocasião da audiência pública da Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL

Seminário: "O Mercosul e os setores sensíveis da economia brasileira"
Painel V: "A política externa brasileira e o Mercosul"

Brasília, 25 de novembro de 1992.

O processo de integração atualmente em curso entre o Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai representa uma das iniciativas mais promissoras em que nossos países já se engajaram ao longo de sua história.

O Mercosul ultrapassa, tanto em profundidade quanto em amplitude, os processos regionais de integração criados ao longo dos últimos trinta anos na América Latina.

Em profundidade, porque prevê não apenas a criação de uma Zona de Livre Comércio e uma União Aduaneira, mas também a construção de um Mercado Comum.

Em amplitude, porque não se restringe aos aspectos comerciais da integração. Abrange uma ampla gama de setores, que incluem, dentre outros, os transportes até a educação, a política tecnológica e a proteção ambiental.

Essa profundidade e essa amplitude explicam a crescente atenção que o MERCOSUL desperta junto à opinião pública. Empresa sem precedentes, a cada dia mais setores da sociedade brasileira estão conscientes de sua importância.

A evolução do processo de integração desde a assinatura do Tratado de Assunção em março de 1991 até o momento presente pode ser visualizada em duas fases integradas e complementares.

Numa primeira etapa, a meta fundamental dos quatro Governos foi colocar em funcionamento os órgãos institucionais previstos no Tratado, encarregados de administrar o processo de integração durante o período de transição que se estende até fins de 1994, divulgando o MERCOSUL junto à sociedade civil.

De acordo com esse propósito, os órgãos do Tratado de Assunção foram colocados em pleno funcionamento. Celebraram-se reuniões regulares:

- do Conselho do Mercado Comum, órgão político máximo do quadro institucional do MERCOSUL, integrado pelos Ministros de Relações Exteriores e da Economia;
- do Grupo Mercado Comum, como instância executiva, com seus onze Subgrupos de Trabalho;
- e dos Ministros da Economia e Presidentes de Bancos Centrais, cuja Reunião traça as diretrizes da integração econômica.

Juntamente com a operacionalização dos órgãos institucionais, elaboraram-se documentos de grande importância, que complementam o quadro jurídico centrado no Tratado de Assunção. Trata-se do Regime de Sanções a Falsificações em Certificados de Origem e do Protocolo de Brasília para Solução de Controvérsias, recentemente ratificado, pela parte brasileira, após sua aprovação por este Parlamento.

Paralelamente, foi ativada a Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL, órgão chamado a desempenhar papel essencial num processo de integração constituído por países democráticos. A Comissão Parlamentar tem tido atuação intensa, onde se destacam, além de suas reuniões ordinárias, iniciativas de grande relevância, como o Seminário sobre Propriedade Intelectual, realizado há poucos meses, e o presente encontro sobre setores sensíveis.

Ao mesmo tempo, o setor público procurou transmitir à iniciativa privada a noção da seriedade do MERCOSUL, como um processo que veio para ficar e que abre significativas oportunidades de negócios para empresas dos mais diversos setores. Reiterou-se sempre que o enga-

jamento do setor privado era fundamental para que o processo de integração se consolidasse e se tornasse o mais frutífero possível.

Com o sucesso nas tarefas de institucionalização, por um lado, e de divulgação, por outro, o MERCOSUL ganhou uma dinâmica própria. Tornou-se fator a ser levado crescentemente em conta na formulação das estratégias dos Governos e das empresas.

Ainda nessa primeira fase, criaram-se canais de participação do setor privado no processo de integração. As reuniões dos Subgrupos de Trabalho do Grupo Mercado Comum estão abertas à participação de representantes de entidades empresariais e trabalhistas. A atuação desses representantes, que se tem feito de maneira regular, demonstra-se contribuição indispensável para o avanço dos trabalho técnicos.

Realizam-se, igualmente, seminários periódicos dos setores agrícola e industrial, onde empresários dos quatro países reúnem-se para discutir as perspectivas que o MERCOSUL representa para seus respectivos ramos de atividade.

Surgiram críticas, como é do feitio democrático dos nossos tempos, mas, em nenhum momento, evidenciou-se sintoma de rejeição ao processo de integração desencadeado pelo Tratado de Assunção. Interpretamos muitas dessas críticas como indício de que o processo está gerando resultados concretos e efetivos.

Os mais significativos segmentos dos setores produtivos e da sociedade como um todo vêm percebendo o MERCOSUL como um projeto cujo balanço será sensivelmente positivo para o conjunto das populações dos países que o integram. Afirmou-se a noção de que o caminho da integração é inevitável (por constituir uma tendência global), irreversível (pela vontade política dos Governos em segui-lo) e, sobretudo, um caminho benéfico para o conjunto da sociedade.

Em meados de 1992, já havíamos avançado significativamente na moldura institucional provisória do MERCOSUL e no envolvimento do conjunto da sociedade no processo de sua construção. A aprovação, em junho último, do "Cronograma de Las Leñas", inaugurou nova etapa na consolidação do MERCOSUL.

Para sua implementação, o "Cronograma de Las Leñas" define o conjunto de tarefas a serem executadas pelos Subgrupos de Trabalho do Grupo Mercado Comum até dezembro de 1994. O Cronograma dá visibilidade ao conjunto de medidas a serem adotadas e permite o acompanhamento técnico mais preciso e realista dos avanços alcançados.

Com a aceleração e aprofundamento e do processo de implementação do MERCOSUL, tornam-se mais do que nunca presentes os desafios que o processo de integração gera tanto para os órgãos governamentais quanto para o setor privado. A necessidade de crescente articulação entre ambos é essencial para maximizar os benefícios associados ao MERCOSUL.

Para o setor governamental, o grande desafio é que o cumprimento das tarefas enumeradas no "Cronograma de Las Leñas" envolve um impressionante trabalho de estudos, avaliações, formulação de propostas e coordenação entre os diversos órgãos da administração envolvidos.

Para o setor privado, o desafio evidente é a adaptação a uma nova atmosfera de concorrência em um espaço econômico ampliado. A resposta a esse desafio tem sido, com freqüência, a formação de associações e parcerias entre empresas de diferentes países do MERCOSUL. Para muitas empresas e setores, as oportunidades decorrentes da integração com os países vizinhos não se limitam à possibilidade de aumento das vendas, mas incluem também a ampliação dos campos para investimento e a alocação mais eficiente dos fatores produtivos.

Os órgãos governamentais envolvidos no MERCOSUL estão em crescente contato com o setor privado, do qual recolhem informações e subsídios essenciais para a definição das posições brasileiras no processo negociador. Por meio dessa articulação, que já vem existindo e deverá fortalecer-se, é possível reduzir as tensões inevitáveis em um projeto de integração e revertê-las em benefício do próprio setor produtivo.

O processo é de visível complexidade. Na mesma medida em que aumenta a demanda por avanços de natureza técnica, cresce a necessidade de coordenação de caráter político, entre os distintos países, referente aos grandes temas de política macroeconômica.

Com a queda progressiva das barreiras tarifárias e a crescente interdependência das quatro economias, observa-se tendência natural ao agrupamento de forças econômicas. Todo um sistema de inter-relações se adensa e se torna mais completo, gerando, assim, uma importante força propulsora do MERCOSUL neste período de transição.

A operacionalização do Tratado das Empresas Binacionais Brasileiro-Argentinas, que deverá ocorrer já em princípio de 1993, certamente contribuirá para acentuar esse quadro de interdependência e transnacionalização.

A criação de interesses comuns, juntamente com a atenção que a sociedade como um todo dedica ao MERCOSUL, cria uma atmosfera positiva para o avanço do processo de integração.

Simultaneamente ao processo de negociações intra-MERCOSUL, vem-se empreendendo intenso esforço de coordenação dos quatro países em sua atuação junto aos foros comerciais internacionais, particularmente o GATT.

A conveniência de trabalhar rumo à coordenação decorre de dois fatores. Por um lado, a coordenação permite alcançar uma posição negociadora conjunta mais favorável do que a de cada país tomado individualmente. Por outro, percebe-se claramente que a atuação de cada um dos quatro países junto aos foros internacionais afeta de maneira profunda seus parceiros do MERCOSUL. Fica claro assim que, quanto mais avance o processo de integração, mais necessária se fará a adoção de uma política comercial comum frente a terceiros países.

Nos contatos com os principais parceiros comerciais do MERCOSUL, temos insistido em assinalar que este sistema de integração não foi concebido nem está sendo implementado como um bloco comercial com pretensões à auto-suficiência. Não derrubamos as barreiras entre nossos países para erguer barreiras mais altas contra terceiros.

A constituição do MERCOSUL objetiva, antes de mais nada, o incremento da competitividade dos produtos da sub-região nos mercados internacionais, por meio da melhor alocação dos fatores produtivos, da criação de economias de escala e da atração de investimentos.

O MERCOSUL é por natureza um processo voltado para fora, surgido exatamente num momento em que todos os países que o compõem se encontram engajados em políticas de abertura e liberalização econômica.

Uma das tarefas mais urgentes que o momento atual exige é a da elaboração de uma política de reconversão setorial, tanto na área agrícola quanto na industrial.

A necessidade de reconversão produtiva, que inevitavelmente se evidenciará em diversos setores dos quatro países do MERCOSUL, não é decorrência apenas do processo de integração. Está ligada sobretudo à necessidade de reformulação de modelos de desenvolvimento baseados na substituição de importações, o que implica maior exposição à concorrência externa.

A reconversão deverá prever estratégias de curto, médio e longo prazos, levando sempre em conta os aspectos sociais envolvidos.

Será necessário, ainda, definir o papel que caberá a cada um dos agentes envolvidos no processo — Estado, entidades de classe, empresários — de modo a proceder a uma cuidadosa identificação dos fatores inibidores da competitividade e a partir daí formular a estratégia de reconversão.

O processo de reconversão contribuirá de maneira decisiva para que o MERCOSUL atenda àquele que é, do ponto de vista brasileiro, um de seus principais objetivos: a revitalização da atividade econômica.

Os resultados mais visíveis deste primeiro ano e meio de existência do MERCOSUL são aqueles referentes ao intercâmbio comercial. O comércio entre os países do MERCOSUL atingiu pouco mais de cinco bilhões de dólares em 1991, com um crescimento da ordem de 30% em relação a 1990. Prevê-se que em 1992 o intercâmbio intra-MERCOSUL alcançará seis e meio bilhões de dólares.

Os três parceiros do Brasil no MERCOSUL absorveram, em conjunto, 10,5% do total das exportações brasileiras no primeiro semestre de 1992, em comparação com 5,8% no mesmo período de 1991. De um modo geral, em todos os quatro países o ritmo de expansão do

comércio com os sócios do MERCOSUL tem sido superior às taxas de crescimento de seu comércio com o resto do mundo.

O atual superávit comercial do Brasil em relação à Argentina, que em 1992 deverá superar um bilhão de dólares, deve ser visto como uma questão conjuntural, e de nenhuma maneira como uma situação com tendência a perpetuar-se. O objetivo brasileiro no MERCOSUL não é o de alcançar superávits elevados com seus parceiros, mas o de aumentar a eficiência de seu aparelho produtivo. Pela própria dinâmica do processo de integração, é previsível que o comércio bilateral com a argentina voltará a equilibrar-se, em patamares mais elevados do que os anteriores à formação do MERCOSUL.

O MERCOSUL, com efeito, não deve ser visualizado unicamente a partir da perspectiva de seus resultados comerciais imediatos, por mais expressivos que sejam. Importantes benefícios do processo de integração deverão surgir a médio e longo prazo, no campo da dinamização produtiva, da estabilização econômica, e da recuperação de níveis de crescimento compatíveis com as potencialidades de nossos países.

Temos consciência do muito que ainda resta por fazer para atingir a plena implementação do MERCOSUL. A cada dia o processo se desdobra em novas vertentes e novas facetas, que exigem um trabalho de avaliação, análise e decisão. Os órgãos envolvidos não têm poupado esforços para cumprir as tarefas que lhes são atribuídas dentro dos prazos estipulados, criando as condições para os avanços subseqüentes.

A cada dia fica mais claro, no contexto brasileiro, que o MERCOSUL é um projeto comum do Governo e da sociedade. Aí reside a principal explicação para a complexidade do processo e, ao mesmo tempo, o principal fator de estímulo para seguir avançando.

Muito obrigado

Discurso na III Reunião Extraordinária e da XX Reunião Ordinária dos Chanceleres dos países da Bacia do Prata

Punta del Este, 5 de dezembro de 1992.

Senhor Presidente,
Senhores Chanceleres,

Senhores Delegados,

É com grande satisfação que compareço pela primeira vez ao foro mais elevado da Bacia do Prata, patrimônio da diplomacia de nossos países e depositário de um legado invulgar de interesses e de objetivos comuns.

O Governo e o povo uruguaios, que nos acolhem calorosamente neste encontro, são credores do mais sincero reconhecimento pelas atenções e gentilezas que temos recebido desde nossa chegada a Punta del Este.

É com especial prazer que vejo Vossa Excelência, Chanceler Hector Gros Espiell, na Presidência desta reunião. Seu renome de grande internacionalista é garantia do êxito de nossas deliberações.

Congratulo-me também com o Embaixador Juan Enrique Fischer, operoso e diligente Secretário-Geral das Reuniões de Chanceleres.

Senhores,

Acabamos de presenciar em Buenos Aires, durante a Cúpula Presidencial do Grupo do Rio, a reafirmação dos propósitos de unidade e cooperação que animam os povos da América Latina. Ali estivemos todos nós da Bacia do Prata, partícipes de uma já antiga experiência de integração subregional, que hoje se revigora com as virtudes da democracia e a consciência ainda maior da necessidade de ação conjunta em todo nosso continente.

A Bacia do Prata foi pioneira na obra de transformação política da região. Não deixou de enfrentar dificuldades, é certo. Teve de superar discordâncias. Buscou constantemente aperfeiçoar-se em seus mecanismos institucionais. Valorizou e dinamizou a capacidade empreendedora de nossos povos.

Tudo, com respeito à vontade dos Estados membros, sem ferir as soberanias nacionais. Tudo, sem planos mágicos ou irrealistas. Tudo, em obediência ao consenso e ao ânimo de colaboração.

A Bacia do Prata simboliza, assim, uma geografia profundamente marcada pela ação política. Ação que não se esgota no tempo, nem perde vitalidade ante a magnitude dos desafios que continuamos a enfrentar.

As realizações de que nos orgulhamos hoje na Bacia do Prata — hidrelétricas, pontes, rodovias, obras de integração energética, melhoria da navegação fluvial, alerta hidrológico, controle de qualidade das águas, conservação de solos, cooperação fronteiriça — são conquistas fundadas na solidez e coerência dos princípios que regem o sistema do Tratado da Bacia do Prata. Refletem o amadurecimento contínuo da nossa experiência de cooperação, que não perde suas raízes e motivações, nem se desvincula de sua identidade formadora: o desenvolvimento harmônico e a integração física da região.

Este é, portanto, um foro político fundamental de cooperação. Assegurar os instrumentos que preservem sua vocação como moldura adequada às múltiplas facetas decorrentes de uma rica, dinâmica e complexa interação entre os signatários do Tratado da Bacia do prata deve continuar a ser atribuição prioritária da diplomacia de nossos países.

Foi justamente a partir do modelo da cooperação platina que concebemos outras iniciativas regionais na América do Sul, como o Tratado de Cooperação Amazônica.

Senhores Chanceleres,

É particularmente significativa a coincidência de que nossas reuniões tenham lugar em Punta del Este. Aqui, em 1984, durante a Décima Quinta Reunião de Chanceleres, nossos predecessores re-

comendaram a adoção de medidas concretas que assegurassem a consecução dos objetivos definidos no Tratado de Brasília.

Hoje, devemos considerar o novo Estatuto do Comitê Intergovernamental Coordenador (CIC), resultado do trabalho realizado pelo Grupo de Alto Nível. Órgão central do sistema do Tratado de Brasília, passará o Comitê — uma vez aprovado seu novo Estatuto — a ter funções não apenas de coordenação. Vai adquirir, igualmente, dimensão executiva, requisito indispensável a seu aperfeiçoamento.

Da mesma forma, o Brasil atribui grande importância à dinamização do papel do FONPLATA, agente financeiro natural do Sistema Platino. Para tanto, entendemos ser fundamental que se aprofunde a interação desse órgão com o CIC e que sejam estabelecidos mecanismos de coordenação efetiva do Fundo com as Contrapartes Técnicas do Comitê Intergovernamental. Os objetivos de integração regional serão privilegiados pela concessão de prioridade a financiamentos para projetos de natureza binacional ou multinacional no quadro do Tratado.

Pela mesma razão, é fato muito auspicioso o de aprovarmos hoje o Estatuto do Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná. Damos mais um passo de suma importância para a implementação desse projeto exemplar de cooperação entre os cinco países do Tratado. A Hidrovia Paraguai-Paraná é a expressão mais autêntica dos ideais de integração física entre as nações que compartilham a bacia hidrográfica.

O Tratado da Bacia do Prata já completou vinte e três anos de existência. É, portanto, um instrumento internacional que já deu provas de sua vitalidade e que logrou consolidar um patrimônio diplomático com regras próprias, política e juridicamente amadurecidas. Acostumamo-nos a considerá-lo como parte necessária do panorama das relações entre nossos países.

Essas relações, felizmente, têm-se adensado e diversificado. Quatro dos Estados aqui representados engajaram-se, com o Tratado de Assunção, de 1991, na implantação do Mercado Comum do Sul. Certamente o Tratado de Brasília de 1969 constituiu uma das bases para que, no momento devido, surgisse a idéia-força da integração econômica

que hoje está incorporada ao projeto de construção de sociedades prósperas e justas em nossos países.

Dessa perspectiva, olhamos com confiança as oportunidades e os desafios que surgem no campo da integração hemisférica. Da Bacia do Prata, do MERCOSUL, vislumbramos a necessidade de fortalecer o processo de construção de espaços econômicos integrados. No Prata e no Amazonas, no Sul e no Norte do continente sul-americano, é cada vez mais firme a consciência da nossa vocação associativa, para a qual se abrem novos horizontes político-diplomáticos e novas opções econômico-comerciais.

Senhores Chanceleres,

A agenda de nossos trabalhos demonstra, mais uma vez, a natureza essencialmente dinâmica do Sistema da Bacia do Prata. Os múltiplos temas que trataremos hoje nos permitem encarar com otimismo as perspectivas de nossa concertação regional, baseadas na procura do entendimento e do diálogo construtivo e fundadas no desejo comum de ampliar as faixas de convergência.

Com esses propósitos, continuemos a fazer da Bacia do Prata uma geografia de cooperação e unidade. Uma geografia transformada pela vontade política de nossos países e que é exemplo para toda a América Latina.

Muito obrigado

Discurso na Cerimônia de Troca dos Instrumentos de Ratificação do Acordo celebrado entre o Brasil e os Emirados Árabes Unidos sobre Cooperação Econômica Comercial, Industrial, Tecnológica e Financeira

Brasília, 7 de dezembro de 1992.

Senhor Embaixador,

É com especial satisfação que participo, juntamente com Vossa Excelência, desta cerimônia de troca dos Instrumentos de Ratificação do Acordo de Cooperação Econômica, Comercial, Industrial, Tecnológica e Financeira entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Emirados Árabes Unidos, assinado em Brasília em 11 de outubro de 1988.

Este ato solene marca auspiciosamente a gestão de Vossa Excelência como o primeiro Chefe de Missão Diplomática dos Emirados Árabes Unidos no Brasil, único em toda a América Latina.

De grande significado para o aperfeiçoamento das relações bilaterais, o Acordo que passa, hoje, a vigorar entre os nossos dois países certamente ensejará novas e importantes iniciativas de cooperação, em benefício do aperfeiçoamento de nossas relações bilaterais.

O texto do Acordo estabelece uma Comissão Mista bilateral, com amplo mandato para o trato de todos os temas de natureza econômica, comercial, industrial, tecnológica e financeira. Um foro que, sob a coordenação das Chancelarias, não pode dispensar a participação de todos os segmentos da sociedade que possam e desejem contribuir ao estreitamento dos laços que nos unem.

Senhor Embaixador,

No período de 1985 a 1991, foi significativo o incremento do nosso intercâmbio bilateral. Ele se elevou de 35 para 226 milhões de

dólares e, embora tenha representado um ganho de mais de 500 por cento, situa-se, ainda, muito aquém das possibilidades dos mercados de nossos dois países.

Temos todas as condições para ampliar a cooperação econômica bilateral.

Do lado brasileiro, é bastante diversificada a pauta de produtos exportáveis, cujas condições competitivas de preço e qualidade são cada dia mais atraentes, graças, sobretudo, aos esforços bem sucedidos do empresariado nacional. São promissoras as perspectivas de exportação de serviços e de constituição de joint ventures, além do potencial de cooperação na área tecnológica.

Para o lado dos Emirados Árabes Unidos, acreditamos que, a par dos negócios em torno de matérias-primas energéticas, fértil campo também lhe abre o Brasil no que se refere à aplicação de recursos financeiros em bases reciprocamente vantajosas. Temos presente que Dubai já constitui importante centro bancário em termos internacionais.

Senhor Embaixador,

O fim da Guerra Fria e a conseqüente reorganização da agenda internacional em torno de temas centrados antes na cooperação do que na confrontação justificam a esperança de um futuro de paz e progresso para toda a humanidade.

É nesse contexto que meu Governo acompanha com grande interesse o desenrolar da Conferência de Paz para o Oriente Médio. Esperamos que seu desfecho exitoso, no prazo o mais breve possível, contribua à confiança mútua e à convivência pacífica entre os países da região.

São reconhecidos os pontos de coincidência de nossas políticas externas, das quais ressaltamos o absoluto respaldo aos princípios de igualdade soberana dos Estados, autodeterminação dos povos, não-intervenção e solução pacífica de controvérsias. Uma expressiva parcela da população brasileira tem ascendência árabe e contribui ativamente para o progresso do nosso país.

Acrescentamos, hoje, ao grande número de interesses e afinidades que nos congregam, passo de inequívoca importância para dinamizar a agenda bilateral.

Com o Acordo de Cooperação Brasil-Emirados Árabes Unidos temos, agora, um marco jurídico que incentiva e baliza nossa ação já em futuro próximo. A realização da primeira sessão da Comissão Mista torna-se agora objetivo prioritário, que já conta com a promessa de expressiva substância. Sua cuidadosa preparação deve ocupar-nos no curto prazo, na certeza de que estaremos dando passos seguros para elevar a novo patamar as nossas relações.

Aprofundemos, pois, o trabalho em conjunto e aproveitemos esta oportunidade de promover uma cooperação exemplar e duradoura entre o Golfo e a América Latina.

Muito obrigado

Discurso na cerimônia de inauguração oficial da sede da agência brasileiro-argentina de contabilidade e controle de materiais nucleares (ABACC)

Brasília, 9 de dezembro de 1992.

Senhor Chanceler Guido Di Tella,
Senhores Embaixadores,
Senhores Ministros de Estado,
Senhor Governador do Estado do Rio de Janeiro,
Senhores Parlamentares,
Senhor Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro,
Senhor Secretário da Agência Brasileiro-Argentina
de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares,

Senhoras, Senhores e autoridades presentes,

É com grande satisfação que participo da cerimônia de inauguração oficial da sede da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares.

A ABACC representa o coroamento de uma proposta de entendimento político e de cooperação na área nuclear entre Brasil e Argentina. Configura também a determinação de nossos países em evidenciar, interna e externamente, os objetivos exclusivamente pacíficos de nossos programas nucleares.

Revestem-se, por conseguinte, de grande importância as iniciativas conjuntas na área nuclear adotadas por Brasil e Argentina, e que ensejaram a criação desta Agência.

Do ponto de vista interno, as atividades dos dois países asseguram a transparência almejada por nossas sociedades para os programas nucleares. No âmbito bilateral, favorecem o bom entendimento e apro-

fundam o processo de integração econômica e concertação política em que nos engajamos.

Do ponto de vista regional, nossas iniciativas conjuntas tranqüilizam vizinhos e parceiros quanto aos objetivos de nossos programas nucleares e abrem caminho para a rápida entrada em vigor, em toda a região, do Tratado de Tlatelolco, o precursor e o mais equilibrado dos instrumentos de não-proliferação.

Em sua dimensão global, permitem a ambos os países constituir um novo perfil para sua inserção internacional, mais transparente, positivo e aberto. No novo cenário internacional que vivenciamos, as iniciativas conjuntas de Brasil e Argentina permitem vislumbrar, com maior sentido de realidade, um sistema de não-proliferação mais universal e abrangente.

O trabalho da ABACC, de natureza eminentemente técnica, é de grande responsabilidade e sensibilidade política. A construção, por dois países em desenvolvimento, de uma Agência em área de aguda complexidade, envolvendo tecnologias sofisticadas, é tarefa evidentemente difícil.

Cientes disso, os Governos do Brasil e da Argentina, desde logo, comprometeram-se a assegurar-lhe os recursos necessários para que a Agência desempenhe adequadamente suas funções, dotando-a da credibilidade internacional necessária.

Senhoras e Senhores,

Toda inauguração é um ato simbólico, a que se busca emprestar valor representativo. A de hoje não é exceção. Sua representatividade, atestada pela presença aqui das mais altas autoridades de ambos os países, reflete e renova o empenho de ambos os Governos em definir e estabelecer diretrizes de atuação que se faz consubstanciam na ação da ABACC.

Nesse sentido, o Governo do Presidente Itamar Franco buscará, com a imprescindível colaboração do Congresso, acelerar a implementação das iniciativas tomadas na área nuclear, em especial o Acordo de

Salvaguardas Quadripartite e a plena entrada em vigor do Tratado de Tlatelolco.

Ao concluir, gostaria de expressar minhas sinceras congratulações ao Secretário da ABACC, Dr. Jorge Coll, ao Secretário Adjunto, Dr. Carlos Augusto Alvim da Silva, bem como a todos seus colaboradores, pelo excelente trabalho que vêm realizando, dando prova de que o alto padrão de excelência que desejamos para a ABACC é realizável.

Muito obrigado

Discurso no jantar comemorativo do Quadragésimo Aniversário da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira

São Paulo, 10 de dezembro de 1992

Não são poucos os motivos de minha satisfação ao comparecer a este encontro organizado pela Câmara de Comércio Árabe-Brasileira. Primeiramente, porque comemoramos hoje os quarenta anos de atividades da Câmara, que personifica nesta longa trajetória a capacidade empreendedora da comunidade árabe-brasileira. Congratulo-me pela data com todos seus diretores e associados.

Aqui me sinto plenamente identificado em minha dupla condição: o político, por vocação e compromisso com a sociedade, que se reúne com figuras das mais representativas da vida pública do Brasil e de São Paulo; e o Chanceler, imbuído das responsabilidades e dos desafios da agenda diplomática, ao participar de evento especialmente ilustrativo da diversidade e abrangência dos interesses internacionais do país e da vocação universalista da sociedade.

A Câmara me concede o privilégio de ser acolhido na minha terra por adoção, no Estado que tenho tido a honra de representar no Senado Federal, e ao qual obviamente continuo especialmente ligado — não menos do que antes — na condição de Ministro das Relações Exteriores: São Paulo, principal motor do desenvolvimento brasileiro, é destinatário obrigatório das atenções da diplomacia do país.

Sinto-me especialmente gratificado pela presença, neste jantar, de ilustres personalidades da comunidade de ascendência árabe, que tanto tem contribuído com seu esforço e inteligência para o progresso do Brasil.

Tradicional destino de imigrantes das mais diversas origens, nosso país sempre soube acolher generosamente aqueles que o escolheram como pátria. A comunidade árabe, pela sua especial facilidade

de integração e sua capacidade de trabalho, conquistou merecido espaço em todos os segmentos da sociedade brasileira. Na política, na vida pública e parlamentar, nas atividades econômicas, nas artes e nas ciências, sempre foi marcante e enriquecedora a participação daqueles que têm suas origens nas terras do Oriente Próximo.

Muitos deles são meus companheiros no Congresso Nacional.

Senhoras e Senhores,

Este encontro ressalta a clara evidência da presença árabe no esforço de construção de um Brasil moderno. Não apenas economicamente moderno, mas também socialmente moderno.

Como se depreende da diretriz fundamental do Governo do Presidente Itamar Franco, a busca da modernidade não pode deixar de refletir a conjugação entre o econômico e o social. Modernidade não pode ser a riqueza convivendo com a miséria, nem as conquistas tecnológicas a contrastarem com a fome, a ignorância, a marginalização de imensas camadas da população.

Político e sociólogo, procurei estudar profundamente o relacionamento humano nas sociedades. Chanceler, há três meses, passei a dedicar-me intensamente ao dia-a-dia da conjuntura internacional e à afirmação dos interesses e das aspirações do Brasil no mundo. Por saber quão difícil é a tarefa, presto minha homenagem à Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, pelo trabalho dedicado à causa do estreitamento dos laços econômicos e comerciais entre o Brasil e os países que compõem a nação árabe.

Este relacionamento é uma das prioridades da política externa brasileira. Não poderia ser de outra forma, tanto por circunstâncias históricas quanto pela projeção crescente do país no plano internacional. Desde a Antiguidade, o Oriente Próximo foi encruzilhada de civilizações, foco de irradiação de cultura e palco de parte substancial da História da Humanidade. É uma área de valor econômico e estratégico que sempre atraiu as atenções mundiais e que há tempos vem-se afirmando como um dos pólos principais nas relações internacionais.

Atualmente, a evolução da conjuntura internacional, com o fim da Guerra-Fria e as conseqüências do conflito do Golfo, dá ao Oriente

Próximo, talvez pela primeira vez, a oportunidade de ser senhor de seus próprios destinos. É tempo de redefinição no Oriente Médio. Ali se alterou substancialmente a distribuição de forças, modificaram-se as condições de ingerência externa e aumentaram as responsabilidades das lideranças árabes.

A Conferência Regional de Paz para o Oriente Médio propicia oportunidade real de ser finalmente alcançada a paz naquela parte do mundo. Os países do Magrebe procuram fortalecer sua posição internacional, com a constituição da União do Magrebe Árabe. O Conselho de Cooperação do Golfo reforça os vínculos associativos entre seus países membros e consolida sua respeitabilidade como organismo internacional.

A Conferência de Paz abriu caminho para que a comunidade internacional promovesse esforço redobrado em favor de uma solução justa, abrangente e duradoura para o conflito do Oriente Médio. Reiteradamente, o Governo brasileiro tem manifestado sua determinação de apoiar toda e qualquer iniciativa com vistas ao equacionamento pacífico da questão, com base nos princípios consagrados na Carta das Nações Unidas, em particular nas Resoluções 242 e 338 do Conselho de Segurança, de modo a permitir que todos os povos da região possam viver em paz, dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas.

No relacionamento entre o Brasil e os países do Oriente Próximo, o ano de 1973 representa um marco. A crise do petróleo e a forte dependência daquele produto por parte de nosso país tornaram mandatória uma aproximação que os laços culturais, familiares e afetivos por si só já garantiam. Cabe lembrar que apenas seis países (Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Irã, Iraque, Kuaite e Líbia) detêm aproximadamente 60 por cento das reservas mundiais de petróleo. Hoje, 45 por cento do consumo nacional é atendido com as importações do produto, dos quais 60 por cento provêm dos países da região.

Ao lado do significado econômico dessas relações, a solidariedade com os países árabes determinou, também, a grande importância política que o Brasil atribui a todos e a cada um deles. Partilhamos da preocupação internacional com o futuro da Comunidade Palestina.

Reclamamos a reconstrução do Líbano. Queremos fortalecer as relações com a Jordânia e a Síria.

Esta, entretanto, é uma Câmara de Comércio, a qual, sem poder descuidar da permanente evolução da conjuntura política mundial, dedica-se aos negócios, e deles devemos falar um pouco mais.

O Governo brasileiro tem absoluta confiança no trabalho da Câmara. Ela apóia o exportador brasileiro no esforço de ampliar a sua participação num mercado constituído por 15 países do Oriente Próximo, que, em 1990, segundo dados do Banco Mundial, importou, apenas em mercadorias, um valor global de cerca de 100 bilhões de dólares.

Assinalo que, no período de 1985 a 1990, somente os seis países integrantes do Conselho de Cooperação do Golfo (Arábia Saudita, Bareine, Catar, Emirados Árabes Unidos, Kuaite e Omã) tiveram a soma total das respectivas importações oscilando entre 31,4 bilhões e 42,8 bilhões de dólares.

Em relação ao mercado do Oriente Próximo, o intercâmbio do Brasil atingiu, em 1991, a cifra de 2,8 bilhões de dólares, dos quais, aproximadamente, 900 milhões em exportações e 1,9 bilhão em importações.

Com os países dos quais importamos petróleo, temos acumulado um déficit crônico. À Câmara corresponde a tarefa, relevante para a economia nacional, de auxiliar na reversão desse quadro deficitário, especialmente com a maioria dos países do Conselho de Cooperação do Golfo. A par do alto poder de compra e economias bem estruturadas, constituem esses países mercado especialmente importante, onde a presença brasileira está muito aquém de suas possibilidades.

Pretendo aproveitar as condições que se ofereçam para estimular maior aproximação com os países representados nesta Câmara.

Cumpre agilizar os mecanismos bilaterais existentes. Registro, sem ser exaustivo e sem prejuízo de iniciativas que se venham a acertar, reuniões previstas, no próximo ano, das Comissões Mistas com Arábia Saudita, Argélia, Egito, Emirados Árabes Unidos, Kuaite, Marrocos e Tunísia.

Constituem elas instrumentos eficazes para o desenvolvimento comercial, com a característica de aproximar Governo e empresariado. Ao primeiro cabem as tarefas de dimensionar a moldura ideal para enquadrar o relacionamento desejado e estabelecer vias de acesso que levem ao fortalecimento dos laços bilaterais. Ao segundo, reserva-se a função essencial de concretizar tais laços.

Quero ver a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira e o Ministério das Relações Exteriores intensamente envolvidos na busca desses objetivos. Por intermédio do Departamento do Oriente Próximo, o Itamaraty continuará a articular todo apoio e incentivo às atividades da Câmara.

As mudanças estruturais velozes por que passa o mundo não têm deixado intocado o relacionamento Estado-Sociedade. A própria crise do petróleo a que há pouco me referi determinou alterações profundas em outros países e, sobretudo, no Brasil. Modelos consagrados até a década de 80 são hoje considerados consensualmente arcaicos pela sociedade. A crise política e econômica que se abate há dez anos sobre o nosso país determinou a evolução do binômio Estado-Empresário e a própria participação do Estado como tal. Com o programa de privatizações, a abertura de nossa economia, a busca de maior competitividade internacional e a aversão à ingerência estatal excessiva, valoriza-se o trabalho desenvolvido por esta Câmara ao longo de quatro décadas.

Cada vez mais, nestes novos tempos, o empresariado brasileiro deverá saber traçar seus próprios caminhos e encontrar melhores oportunidades dentro do espírito da livre iniciativa.

É com esse propósito que estou instituindo no Itamaraty um Comitê Empresarial Permanente, de forma a assegurar a perfeita consonância entre a atuação do Departamento de Promoção Comercial e os interesses da comunidade de negócios do país.

Senhores empresários,

Não deve ser visto como fato inibidor o déficit anual persistente nas trocas comerciais do Brasil com os países árabes, que tem oscilado entre um e dois bilhões de dólares. É sabido que esses países dispõem de respeitável potencial como investidores internacionais. São conheci-

das não só as evidentes necessidades brasileiras de atrair os capitais que permitirão a retomada de nosso desenvolvimento, mas também a pequena participação que temos desempenhado junto aos países árabes como receptor de fluxos financeiros. O crescimento das relações econômico-comerciais do Brasil com o mundo árabe passa pela atração de parte desses capitais. O êxito dessa iniciativa, à qual Governo e empresariado deverão necessariamente aliar-se, poderá ser determinante do futuro desse relacionamento.

Em momentos de rápidas transformações no mundo, como os de hoje, não há tempo a perder.

O Brasil — que acaba de fazer uma revolução ética, que revigorou a sua consciência cidadã, que confirma as virtudes da democracia dentro da legalidade — haverá de marchar confiante para a construção do desenvolvimento econômico com justiça social.

É a partir deste Brasil rejuvenescido que não nos pouparemos esforços que visem ao aprimoramento das relações com as nações árabes, que, estou seguro, hão de reciprocar nossos gestos e iniciativas.

Para tanto, considera o Itamaraty indispensável continuar a poder contar com a valiosa contribuição da Câmara, cuja tradição de eficiência, conquistada ao longo dos últimos quarenta anos, é internacionalmente reconhecida.

Juntos e com a visão otimista do futuro, renovemos aqui o nosso compromisso de levar adiante a importante tarefa que hoje nos propomos.

Muito obrigado

Discurso no "INTER-AMERICAN DIALOQUE"

Washington, 14 de dezembro de 1992

É um prazer voltar ao Inter-American Dialogue, foro que sempre soube reconhecer a importância da América Latina para as relações externas deste grande país.

Aqui estive como acadêmico e como político. Venho agora como Ministro das Relações Exteriores do Brasil. Trago-lhes hoje um relato atualizado sobre o que se passa no Brasil e nossa perspectiva das relações internacionais nos anos 90. O início do Governo Itamar Franco coincide com a próxima mudança de administração em Washington. Momentos de transição são momentos de reflexão. Este fato convida-me, também, a explorar os horizontes que se abrem ao relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos.

Somos testemunhas de um fim e de um começo. A Guerra fria acabou. Todo nós ganhamos. Leste e Oeste e Norte e Sul voltaram a ser apenas pontos cardeais. Deixaram de ser eixos de confrontação.

Foram removidos da cena internacional os entraves ideológicos à universalização dos valores democráticos, fundamentos de nossa herança cultural comum.

As conquistas políticas que o "Founding Fathers" e a Revolução Francesa erigiram como pilares da democracia moderna se generalizam, depois de décadas de enfrentamento e intolerâncias. Foi um caminho penoso, ao longo do qual a humanidade muitas vezes pareceu hesitar entre um coletivismo que não respeitava as complexidades individuais e um individualismo que não atendia ao interesse coletivo.

No Brasil, a democracia se constrói numa sociedade complexa e desigual. Constitui imenso desafio, e cada etapa vencida engrandece o povo brasileiro.

A sociedade brasileira estará concluindo nos próximos dias um processo inédito. Pela via democrática, pelo caminho do direito, porá termo a uma das mais graves crises políticas de nossa história recente.

Tal como ocorreu em países que passaram por experiências semelhantes, o desenrolar da crise, em vez de debilitar, fortaleceu as instituições, que hoje oferecem exemplo de solidez e vitalidade. Não fosse tal a liberdade da imprensa e um Congresso sensível ao melhor interesse do povo, talvez não tivéssemos tido os pontos de partida e de sustentação nessa penosa caminhada.

A grande lição que fica é a de que a sociedade brasileira não admite recuos em sua opção pela democracia e exige de seus governantes o respeito a rigorosos padrões éticos de conduta dos negócios públicos.

Sabemos, por experiência, que a democracia não assegura por si só a superação dos problemas mais graves de nossa sociedade. Mas, sem democracia, não se pode chegar a identificar os problemas que a sociedade considera como prioritários, porque se cala a vontade soberana da cidadania.

Temos à frente importantes desafios. Não se edifica a democracia numa sociedade marcada pela estagnação e extrema desigualdade.

O povo brasileiro tem plena consciência de que é preciso voltar a crescer e resgatar nossa pesada dívida social. Sabe ainda que não há soluções fáceis.

O Brasil teve ao longo de mais um século uma das economias mais dinâmicas do mundo. Estamos determinados a superar nossos problemas atuais, recuperar a estabilidade e voltar a crescer. Essas não são palavras vazias. Estão apoiadas nas mudanças em curso no Brasil.

Para garantir a estabilidade de preços e o saneamento das contas públicas, o governo submeteu ao Congresso projeto abrangente de reforma fiscal. Sua aprovação terá importante efeito positivo sobre nossa economia. Essa reforma será o primeiro passo para permitir a retomada não-inflacionária do crescimento. Aprendemos que o crescimento sem estabilidade não é sustentável, nem socialmente justo.

Além disso, continuamos a proceder aos ajustes necessários para abrir uma nova etapa de crescimento. O programa de desregulamentação e privatização da economia prosseguirá, com a inauguração de nova

fase, na qual, os objetivos fiscais e de redução da presença do Estado no setor produtivo, se somam as metas da política industrial e da crescente competitividade internacional.

O processo de abertura comercial reduziu consideravelmente as barreiras tarifárias e eliminou, repito, eliminou todas as barreiras não-tarifárias. Trata-se de medida única entre países de grau de desenvolvimento similar ao nosso e representa firme indicação de que a liberdade de comércio é uma meta da qual não abrimos mão.

Os expressivos resultados de nosso comércio internacional confirmam o acerto dessa estratégica. O recurso a uma política cambial realista, por sua vez, afasta o fantasma da desindustrialização.

A normalização das relações do Brasil com a comunidade financeira internacional, seja com os bancos privados, seja com o Clube de Paris, e a elevação das reservas cambiais brasileiras, em nível sem precedentes, são indícios claros de que podemos voltar a ser opção atraente de investimento.

Estamos construindo uma moderna economia de mercado, conscientes de que, embora fundamental para a retomada do crescimento, o mercado sozinho não é capaz de garantir a igualdade de oportunidades e a justiça social. Não queremos que o mercado se torne sinônimo de desemprego, degradação ambiental e desigualdade. Também no Brasil, queremos "put people fist", como tão bem sintetizou o Presidente eleito Bill Clinton.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

As duas maiores democracias da América, uma ao Sul, outra ao Norte, devem encontrar formas de trabalhar juntas no mundo que se descortina.

O fim da Guerra Fria promove a convergência em torno de valores comuns: a democracia, os direitos humanos, o desenvolvimento sustentável.

A prosperidade econômica e a estabilidade política, com justiça e paz, deixam de ser refrão na confrontação entre sistemas alternativos

para voltarem a ser aspirações legítimas de todos os povos, seja qual for o seu grau de desenvolvimento. A superação de décadas de confronto abriu espaço para a expectativa — certamente otimista, sabemos hoje — de soluções e alternativas novas, igualmente rápidas, para os problemas mundiais. A euforia da primeira hora cedeu lugar à angústia, diante da persistente — e crescente — complexidade do sistema internacional, que longe está de permitir soluções rápidas ou fáceis. Nosso desafio é o de, com base no desarmamento de espíritos logrado nos últimos anos da década passada, construir um mundo realmente melhor para gerações que, no século XXI, escreverão nossa história.

Agora temos oportunidades de inovar.

São particularmente promissoras as perspectivas de colaboração internacional em temas de interesse comum. As questões econômicas ganharam importância sobre as militares e de segurança. O mundo se torna mais complexo e mais rico, pois, a diversidade entre as nações substitui a uniformidade artificial trazida pelo conflito ideológico. Estados se criam, modelos se questionam. Ao invés de recriar dogmatismos, devemos buscar respostas novas aos problemas perenes da segurança, da prosperidade e da equidade.

A globalização da economia aproximou os países de todo o mundo e deu impulso sem precedente ao comércio, acentuando a interdependência entre os setores produtivos e acelerando avanços científicos e tecnológicos. A competitividade internacional passou a ser a medida entre economias crescentemente abertas.

A competição saudável não deve, porém, resvalar para a rivalidade. As ilhas de prosperidade não são possíveis em um mundo crescentemente interdependente. Cada governante deve olhar para a prosperidade de seu povo, mas ela hoje não pode mas ser construída em isolamento.

As responsabilidade não são menores, em particular, para as grandes potencias econômicas. O equacionamento dos problemas internos de cada um deve levar em conta os interesses dos demais. A superação do desemprego e a retomada do crescimento serão fruto, tanto

de medidas internas, quanto do crescimento dos parceiros externos. A prosperidade para ser duradoura deve ser compartilhada.

Chegou-se, em toda parte, a um grau de concordância sem precedentes sobre o mundo em que vivemos, e sobre o mundo em que gostaríamos de viver, sabemos onde queremos chegar. Mas, no plano do discurso, não se encontra o sentido de projeto comum. A indignação cedeu lugar à resignação, porque todos sabem — embora nem sempre o digam —, que uma coisa é acabar com as divergências ideológicas, e outra é vencer o fosso crescente que afasta o tempo histórico, a qualidade de vida e as perspectivas das sociedades do Norte e Sul.

Persistem, assim, desconfiança, temores e pessimismos de vários tipos e origem sobre o que se pode e se deve esperar do plano internacional.

O mundo atual é mais complexo também porque nele Estados nacionais passam a conviver com maior intensidade com outros atores na cena internacional, como as grandes corporações e as ONGs. Ignorar essa realidade no campo comercial, no financeiro, no ambiental é discutir soluções parciais que dificilmente vingarão.

O Brasil reitera seu engajamento na defesa e promoção dos direitos humanos, que se traduz pela adesão integral aos instrumentos jurídicos da chamada "Carta Internacional dos Direitos Humanos", elaborada pelas Nações Unida ao longo das últimas décadas.

A par de nossa atuação construtiva nos foros multilaterais humanitários, reconhecemos a existência de graves problemas internos, a que temos procurado dar resposta pronta e eficaz. Parece-nos necessário, entretanto — sem que aqui se busquem escusas ou justificativas para as dificuldades atuais — lembrar que o desrespeito aos direitos humanos no Brasil resulta de problemas estruturais, a um só tempo políticos, sociais e econômicos. A prevenção e a correção de abusos humanitários dependerá, em grande medida, de sucesso no ataque às "causas profundas" desses fenômenos.

Na área do meio ambiente, a harmonização entre exploração dos recursos naturais e as necessidades econômicas deixou de ser preocu-

pação isolada para ganhar contornos universais. Nem o direito ao desenvolvimento, nem a obrigação de preservar a natureza são maiores do que o direito à vida e à realização das potencialidades do indivíduo.

A preservação da saúde de nosso planeta será uma meta meramente demagógica a persistir o quadro de pobreza que flagela tantas áreas do mundo. A diplomacia brasileira estará engajada, como já o demonstrou na Conferência do Rio, na luta pelo desenvolvimento e pela proteção ambiental. Estaremos ao lado de todos aqueles que genuinamente estiveram empenhados na busca de soluções para os problemas ambientais globais.

Não podemos recair na distorção de que as relações internacionais sejam um jogo de soma zero, onde os ganhos de uns equivalem forçosamente a perdas de outros. A cooperação para o desenvolvimento é a nossa sobrevivência. O Brasil sempre esteve comprometido com a causa do desenvolvimento, não com um espírito de confrontação, mas sim na busca do diálogo.

Cada país é responsável por seu próprio futuro. Não há cooperação internacional que supere o esforço interno. Ao mesmo tempo, tal cooperação pode ser essencial para facilitar a retomada do crescimento e uma inserção mais dinâmica na economia internacional. Muitos países hoje altamente industrializados tiveram na cooperação internacional o ingrediente que lhes permitiu superar seus problemas.

A não proliferação e o desarmamento devem ser bandeiras consensuais em nossos dias. Não superamos os riscos da confrontação Leste-Oeste para seguir convivendo com a ameaça do holocausto nuclear. A comunidade internacional tem à sua disposição diversos instrumentos internacionais de não-proliferação. Cada país tem o direito de escolher aqueles que julga atenderem melhor aos critérios de eficiência eqüidade.

Pela vocação pacífica de seu povo e à luz da letra de sua Constituição, o Brasil — através de Tlatelolco, dos acordos assinados com a Argentina e a AIEA e dos compromissos assumidos com a Argentina e o Chile, que anteciparam os termos da Convenção sobre Armas Químicas — participa plenamente dos esforços internacionais para afastar

definitivamente a ameaça extemporânea apresentada pelas armas de destruição em massa.

Com essa autoridade, habilitamo-nos à intensificação de parcerias no campo tecnológico. A convergência de conceitos é o caminho promissor para a cooperação.

O desarmamento deixa de ser utopia de alguns poucos. Converte-se em tarefa prioritária ante a constatação da inutilidade da acumulação de arsenais nucleares capazes de destruir o planeta uma infinidade de vezes. Liberar-se-ão assim recursos que poderão contribuir para a superação das desigualdades internas e entre as nações a assim garantir de forma mais duradoura a paz e a segurança.

O Brasil e os Estados Unidos, a despeito de seus desníveis econômicos, são ambos países com comércio exterior diversificado e perspectivas econômicas globais. É, portanto, natural que se juntem na defesa de um sistema multilateral de comércio aberto e estável. Não há alternativa satisfatória para o multilateralismo comercial. Um mundo de blocos fechados e antagônicos é um mundo de perdedores. É, portanto, fundamental que concluamos, com êxito e no mais curto prazo, a Rodada Uruguai, e que ponhamos em funcionamento, ainda que de forma preliminar, uma nova organização para gerir as novas regras do comércio mundial. O Brasil, participante ativo e influente, dentro de suas possibilidades, de todo o processo negociador da Rodada está pronto para contribuir para sua conclusão, com êxito.

A construção de um novo multilateralismo comercial requer, como no campo da segurança, uma desarmamento dos espíritos e a busca de soluções negociadas, com base em regras multilateralmente aceitas. É preciso resistir à tentação, natural nos países comercialmente mais poderosos, do recurso a medidas unilaterais.

Aqui no Norte do Continente está em construção uma importante zona de livre comércio. No Sul, estamos também construindo um mercado comum que desejamos sólido e duradouro. No dois casos, os parceiros das zonas preferenciais têm indicado o desejo de vê-las consolidar-se de forma aberta e não-excludente, no marco do sistema multilateral de comércio.

Zonas preferenciais são naturais, como incentivo ao comércio entre vizinhos que compartilham muitos problemas e devem evoluir no sentido de uma crescente integração. Em espaços econômicos mais amplos a negociação de arranjos formais pode não ser a melhor ou a única opção. Na Bacia do Pacífico, por exemplo, assistimos a um enorme dinamismo comercial apoiado em altas taxas de crescimento e em mudanças na competitividade e na especialização entre os países da área.

As Américas têm uma vocação para o crescimento. É preciso fazê-la renascer em prol do comércio hemisférico. Os processo de abertura em curso nas economias latino-americanas são uma garantia de que a retomada do crescimento será acompanhada de volumes crescentes de importação. A retomada do crescimento e o combate ao desemprego nos EUA encontrarão aliados importantes nas economias latino-americanas em expansão. Estas terão no mercado norte-americano livre de restrições o suporte que necessitam para recuperar seu dinamismo.

A liberalização comercial e a idéia de um eventual Hemisfério integrado passaram a ser tema constante da agenda diplomática e da política econômica externa dos países da região.

Algumas iniciativas, de alcance ambicioso, foram apresentadas, sem, contudo, concretizarem-se em ações efetivas de real benefício para nosso Continente.

Subgrupos regionais de integração, como o NAFTA e o MERCOSUL, independentes entre si, mas convergentes em seus objetivos, demonstraram a vontade política dos governos dos principais países do Continente em somar esforços em favor de um melhor condição de vida para seus povos.

A América é hoje um conceito mais atual do que nunca, não somente por imposição de tendência contemporânea das relações internacionais, mas também porque ressentimentos e desconfianças do passado, especialmente entre os EUA e a América Latina, hoje não mais existem.

Temos todas as condições de, juntos, "get down to business, to more and more business".

Embora pouco conhecido, o fato é que a América Latina importa mais produtos norte-americanos do que, por exemplo, o Japão. E, no caso o Brasil — país com um dos dez maiores PIB mundiais e 150 milhões de habitantes —-, caberia acrescentar que abrigamos o maior estoque de investimentos norte-americanos na América Latina, cerca de 12 bilhões de dólares, ocupamos o oitavo lugar como fonte das receitas com turismo nos Estados Unidos e, desde 1988, observamos as exportações norte-americanas para o Brasil crescerem em 80%.

Com apoio nesses dados, podemos dimensionar com otimismo as possibilidades das relações bilaterais, em termos de uma parceria dinâmica e renovada.

O diálogo entre o Brasil e os Estados Unidos está, de fato, maduro para atingir um patamar mais elevado. O caminho para isso será a definição conjunta de uma agenda revitalizada.

A evolução do cenário internacional e a própria evolução da sociedade brasileira tornam o momento especialmente propício para que Estados Unidos e Brasil construam em novas bases seus laços de amizade.

O momento de mudança da Administração norte-americana abre novas oportunidades, que, se aproveitadas, podem definir o marco de uma fase caracterizada por uma maior aproximação ainda entre os dois países.

No plano político, nossa agenda está assentada nos valores que compartilhamos: democracia, defesa dos direitos humanos, desarmamento e não proliferação e cooperação no combate ao narcotráfico. Está baseada na mutualidade de interesses, no desejo recíproco de manter e aperfeiçoar a relação bilateral, no ajustamento comum de nossas diferenças, na promoção constante da convergência em nossas posições.

Na área econômica, a ênfase dos dois países na retomada do crescimento e do bem-estar social abre amplo espaço para o aumento do comércio e dos investimentos.

Na área de meio ambiente, podemos antecipar maiores coincidências no plano multilateral, onde apoio norte-americano às novas regras

que se esboçam resulta de particular importância. Nessa área, a cooperação financeira é vital para o êxito das iniciativas. Bilateralmente, podemos cooperar inclusive em projetos que envolvam a adoção de tecnologias ambientalmente saudáveis.

A ciência e a tecnologia são hoje motores do crescimento. Não menciono apenas o impacto que tal cooperação poderá gerar no plano da retomada do desenvolvimento. Refiro-me também a sua vertente social. Refiro-me à elevação do padrão de vida do brasileiro, pela educação e pelo treinamento. Refiro-me ao aperfeiçoamento da sociedade brasileira, fonte e destino das ações do Governo do Presidente Itamar Franco.

Por tudo isso é que o Brasil deseja sensibilizar os Estado Unidos e seus parceiros latino-americanos para a necessidade de ampliar-se a cooperação na área de ciência e tecnologia.

Nesse esforço devem ter papel central as empresas privadas que operam no continente, nossos laboratórios de pesquisa, nossas universidades.

O Brasil identifica os Estados Unidos como partícipe necessário em seu processo de crescimento. Também acredita ser parceiro relevante na estratégia de expansão crescente das relações dos Estados Unidos com a América Latina.

A vitalidade de nossas democracias e o tamanho de nossas economias assim o exigem. Nossas tradições comuns e o momento internacional nos amparam. Nossa visão de futuro nos congrega. Trabalhemos juntos, pois, juntos, cresceremos mais.

Discurso na cerimônia de assinatura de Acordos com a República Oriental do Uruguai

Montevidéu, em 28 de dezembro de 1992.

Senhor Presidente Luis Alberto Lacalle Herrera,
Senhor Chanceler Hector Gross Espiell,
Senhor Governador do Estado do Rio do Grande do Sul,
Senhores Ministros,
Senhores Embaixadores,

Senhoras e Senhores,

As relações Brasil-Uruguai refletiram sempre o sentimento de fraterna intimidade que caracteriza, desde a época de nossa formação nacional, os laços de uma amizade sólida e profunda, sedimentada nos contatos entre nossos povos ao longo de extensa faixa de fronteira comum.

Essa faixa sempre se convencionou chamar de fronteira viva, porque o limite correspondeu ao ponto de contato das populações. Hoje, a fronteira é área de grande atividade, e os dois Governos têm de ouvir as populações lindeiras e abrir oportunidades para seu desenvolvimento.

Nesse aspecto, merece referência especial o trabalho paciente e de grande relevância que vêm realizando a Comissão Mista do Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim e os Comitês Fronteiriços.

A esse valioso elenco de instrumentos de aproximação e de entendimento, incorpora-se agora a Comissão do Rio Quaraí, que deverá constituir peça de grande utilidade para a identificação de oportunidades e para a promoção da cooperação, inclusive sobre os aspectos de proteção da qualidade das águas e do meio ambiente em geral.

É pois com satisfação que observo a contribuição da região da fronteira que partilhamos para estreitar e consolidar a vasta gama de interesses recíprocos.

Senhor Presidente,

Os atos que assinamos hoje ampliam a base de nossas relações bilaterais. Refletem seu caráter dinâmico e nossa capacidade de responder com presteza aos desafios decorrentes de uma rica e variada interação.

Os acordos de cooperação judicial tanto em matéria penal, quanto na área do Direito Civil, Comercial, Administrativo e do Trabalho servirão para harmonizar a aplicação de nossas legislações sobre esse vasto domínio do Direito, com base no respeito à soberania e à igualdade jurídica e interesses recíprocos.

O Acordo de Cooperação em Matéria Ambiental objetiva o que se poderia chamar de cooperação em três planos. O primeiro e principal deles visa à região fronteiriça, entendida como as faixas de 150 quilômetros dos dois lados da fronteira. Para essa área, serão definidos parâmetros de impacto ambiental. Toda vez que uma das Partes exceder qualquer desses parâmetros, será acionado o procedimento de responsabilidade para compensar os danos causados à outra parte.

Haverá, assim, uma garantia para ambos os países e as situações serão resolvidas por critérios objetivos. A definição dos parâmetros e dos procedimentos relativos a responsabilidades serão uma das funções da Comissão de Cooperação em Matéria Ambiental, mecanismo que se encarregará da operação do Acordo.

O segundo plano de aplicação do Acordo é o âmbito nacional. As Partes trocarão informações e desenvolverão programas sobre prevenção de acidentes e catástrofes, tratamento de dejetos, substâncias nocivas ou perigosas e resíduos sólidos, desertificação, meio ambiente urbano, educação e informação, entre outros temas.

Por fim, o terceiro plano corresponde ao nível global. Brasil e Uruguai trocarão informações e cooperação na aplicação de medidas relacionadas com os esforços internacionais para proteção da camada

de ozônio, conservação da diversidade biológica, atenuação da mudança do clima e controle do movimento transfronteiriço de resíduos perigosos.

O Acordo constitui o primeiro instrumento bilateral com esta abrangência. Entre os objetivos maiores do Brasil figura a incorporação da proteção e conservação do meio ambiente ao desenvolvimento econômico. Essa conjugação traduz-se no desenvolvimento sustentável, avanço conceitual importantíssimo aprovado no mais alto nível político na Conferência do Rio.

A mensagem é clara: o ecossistema planetário já não comporta o crescimento linear e ilimitado da produção e do consumo. Por outro lado, a superação da pobreza e a disseminação de padrões dignos de qualidade de vida são requisitos para a preservação ambiental. Não existe pobreza sustentável. A cooperação internacional é imprescindível para alcançar esses objetivos.

É nessa conjugação dos aspectos econômicos e ecológicos que se delineia a visão moderna do desenvolvimento.

Vossa Excelência, Senhor Presidente Lacalle, que teve papel destacado na Conferência do Rio, prestigiando-a com sua presença e participação ativa, deu sempre mostras de uma consciência atualíssima dessas questões.

É com especial prazer, portanto, que saúdo a assinatura, hoje, do Acordo de Cooperação em matéria Ambiental.

Ao firmamos hoje um acordo de última geração — seguramente um dos primeiros a incorporar os conceitos da Declaração do Rio e da Agenda 21 — estamos dando um importante sinal às nossas sociedades, bem como à comunidade internacional, no sentido da nossa disposição de traduzir na prática, de forma pioneira, as decisões tomadas na Conferência do Rio.

Nossa história é de respeito pela soberania um do outro e de muita admiração pelo que construímos. A longa e ininterrupta trajetória de cooperação reforça constantemente a confiança recíproca. Nossos povos não se confundem, mas a palavra "estrangeiro" não tem curso para nos designarmos uns aos outros.

A cerimônia de hoje consolida e projeta com visão de futuro um relacionamento de realizações impecáveis, pelo que me congratulo com Vossa Excelência e com o povo irmão do Uruguai.

Muito obrigado

Discurso em almoço de trabalho promovido conjuntamente pelas Câmaras de Comércio no Brasil e no Reino Unido

Londres, em 27 de janeiro de 1993.

Senhores Presidentes das Câmaras de Comércio,
Senhores Empresários,

Senhoras e Senhores,

Minha primeira palavra é de agradecimento pelo convite muito honroso que recebi para participar deste almoço de trabalho com os diretores e associados das Câmaras de Comércio no Brasil e no Reino Unido. Aceitei-o por várias razões. Em primeiro lugar, porque quis significar, na condição de Ministro das Relações Exteriores, a importância que o Governo brasileiro atribui às atividades de ambas as Câmaras como instrumentos promotores da cooperação entre nossos países.

Também considerei ser este momento ideal para imprimir, com renovada vontade política, a necessária vitalidade aos nossos projetos comuns, seja no comércio e nos investimentos, seja nas finanças e na área de ciência e tecnologia.

Mas decidi vir, sobretudo, para trazer-lhes a mensagem de um Brasil transformado, de um Brasil mais confiante. Transformado não em seus compromissos fundamentais com os valores e princípios que fazem parte de seu desenvolvimento histórico e se universalizam no bojo das mudanças internacionais contemporâneas. Transformado, sim, em sua consciência democrática e cidadã. Transformado, sim, no fortalecimento da ética como base da ação do poder público e na defesa irrestrita da legalidade constitucional como âncora do Estado de direito.

A transformação, portanto, não é ruptura, nem retrocesso. Atravessamos com serenidade e paciência, com o comportamento

maduro de toda a sociedade, uma das experiências mais árduas em nossa vida política e institucional. Comprovamos na prática, como lição histórica das mais fecundas para o orgulho nacional, que as instituições estão acima dos homens. De uma vez por todas, estou certo, aprendemos que o Estado não pode ser gerido pelas ambições pessoais. Não pode admitir a impunidade. Não pode ser palco da corrupção e do desmando.

Por tudo isso, o Brasil é hoje um país mais confiante. Conseguimos nos livrar de certos mitos e falácias que, mais pelo apelo da retórica do que pela consistência dos atos, contribuíram para o descrédito do Estado. A crise do Estado, obviamente, é um dado da realidade, e dela Governo e sociedade se conscientizaram. Mas crise não significa aniquilamento, mas sim mudança, adaptação. O Estado redefine o seu papel para tornar-se mais útil à sociedade. A própria evolução do sistema capitalista nas nações mais avançadas não impediu que o Estado se mantivesse forte em algumas atividades. Em países como o Brasil, é certo, ele perdeu eficácia como agente econômico, consumiu-se em seu gigantismo e fez a sociedade pagar o preço das políticas abusivas de subsídios e do protecionismo empobrecedor.

Mas, por outro lado, o Estado não pode deixar de preservar as funções que lhe são próprias. Tem sido insubstituível na tarefa da promoção do desenvolvimento social e, mesmo em setores como infra-estrutura, mantém sua importância como investidor.

Outra ilusão que felizmente se esvai no Brasil de hoje é o discurso da falsa modernidade. Modernidade mais proclamada do que construída neste últimos dois anos. Modernidade em meio à recessão e ao desemprego. Modernidade que superestimou o econômico e sacrificou o social. Como se modernidade significasse riqueza mal repartida, abundância a grassar ao lado da fome e da miséria.

De 1989 a 1992, o Produto Interno Bruto brasileiro caiu 3,7 por cento e, em termos per capita, considerado o aumento da população no mesmo período, reduziu-se em 9 por cento. Saldo lamentável de uma política que variou entre os sobressaltos e as aparências: o Brasil ficou mais pobre, mais desigual, mais injusto, quando se acreditava no caminho do novo e do moderno.

Mas das ilusões, partimos para os compromissos, e dos compromissos vamos para as realizações honestas e eficazes. O Governo do Presidente Itamar Franco não deseja rótulos. Não é um governo de promessas e nem busca antecipar o julgamento da história. Tem consciência das limitações e possibilidades do país. Sabe que é um governo de travessia. Assumiu com seriedade e confiança o papel de preparar o terreno seguro, dentro da estabilidade democrática, para o aprofundamento das reformas políticas, econômicas e institucionais. A ele cabe gerir a saída da crise brasileira e mobilizar a sociedade, com políticas de curto e médio prazo, para a consolidação do processo de mudanças.

Nesse contexto, a meta primordial do Governo é a retomada não-inflacionária do crescimento.

Uma crise de muitas faces — como é a crise brasileira, em que a inflação convive com o debilitamento dos setores produtivos, o desemprego com o desequilíbrio das contas e dos fundos públicos — não há de ser solucionada apenas por instrumentos clássicos de estabilidade econômica. O Brasil, pela sua grandeza e complexidade, não comporta simplificações. Não pode prescindir de políticas que tratem de conciliar objetivos econômicos e de natureza social ou atacar simultaneamente seus problemas estruturais. Por isso, o combate à inflação não deve ser prioridade que comprometa o crescimento ao mesmo tempo em que o imperativo do crescimento, não deve realimentar a cadeia inflacionária.

Como estabelecido nas diretrizes de ação governamental aprovadas pelo Presidente da República, o Brasil não pode aguardar que se complete a estabilização para retomar seu crescimento. Conciliar o processo de estabilização com o gradual reaquecimento da economia é o principal desafio que se coloca de imediato. Desafio que será possível vencer mediante o estímulo ao crescimento seletivo e cuidadosamente dosado, sem investimentos vultosos, de modo a evitar pressões inflacionárias. Medidas que favoreçam a queda das taxas de juros e a geração de empregos com benefícios para as classes de baixa renda são exemplos daquilo que o Governo pode, deve e vai fazer.

A experiência brasileira tem demonstrado que, dadas algumas condições mínimas de quebra da inércia das expectativas inflacionárias

e de restabelecimento de confiança dos agentes econômicos, o país tem uma grande capacidade de recuperação, superando rapidamente as crises conjunturais de. Por isso, uma política macroeconômica de caráter restritivo não é de todo incompatível com uma estratégia cautelosa de expansão de setores e áreas específicas.

Nessas condições, pode-se esperar, para o biênio 1993-1994, crescimento econômico da ordem de 5 por cento do PIB, superior à taxa de crescimento demográfico, com a elevação de 2 por cento do PIB per capita.

Para a implementação dessa política, o Governo está comprometido com alguns preceitos fundamentais. A economia será administrada com a garantia da estabilidade das regras e a renúncia a corretivos de choque. Como afirmou o Presidente Itamar Franco, a convivência democrática não permite o recurso a ações arbitrárias que desajustam a vida do cidadão ou os negócios das empresas. Ademais, a inserção competitiva na economia mundial e a intensificação do intercâmbio com as regiões mais dinâmicas — como é e continuará a ser nosso objetivo — não pode prosperar em ambiente de imprevisibilidade e desorganização macroeconômica. Nem a cidadania brasileira, nem os nossos parceiros internacionais serão doravantes surpreendidos com atos unilaterais ou medidas voluntaristas, de qualquer tipo, que não tenham sido devidamente debatidas.

Internamente, a observância desse compromisso está assegurada pelo revigoramento das instituições democráticas. Nada será feito sem a participação do Congresso Nacional, órgão em que repousa a legitimidade da soberania popular. No plano externo, a tradição de diálogo e cooperação que caracteriza a presença do Brasil no mundo, e que reflete nosso próprio padrão de sociedade democrática, pluralista e crescentemente aberta, é o melhor penhor dos propósitos que nos animam.

O plano econômico do Governo, avesso a fórmulas que se pretendam mágicas, apóia-se em conceitos que absolutamente não perderam vigência: eficiência, competitividade, integração com a economia mundial.

Por isso, foram mantidos os compromissos relativos à negociação da dívida externa. Nossas relações com a comunidade financeira con-

tinuarão normalizadas, do que é prova a recente aprovação pelo Senado Federal do acordo com nossos credores. Prossegue com resultados positivos o programa de reestruturação da dívida negociada com o Clube de Paris, e foi nesse âmbito que, há cerce de dez dias, assinamos o acordo de reescalonamento da Dívida com o Departamento de Seguro de Crédito às importações do Governo britânico, no total de 1 bilhão de 150 milhões de dólares, passo fundamental para a retomada dos fluxos de financiamento. Em breve, reiniciaremos as negociações como Fundo Monetário Internacional em torno do programa econômico.

Também como política de curto prazo, o Governo está determinado, como forma de viabilizar a recuperação econômica em forma compatível com o combate à inflação, a levar avante a aprovação da reforma fiscal. Seus objetivos incluem aumento da receita, a desoneração do setor produtivo, a simplificação da estrutura tributária, o corte das despesas públicas e a eficiência nos gastos e na arrecadação. A reforma fiscal diminuirá as pressões sobre o mercado financeiro. Fará baixar a inflação e as taxas de juros. Contribuirá para a racionalização da máquina administrativa do Estado. Permitirá o equilíbrio das contas públicas e assegurará os investimentos sociais.

Tais objetivos se articulam com a estratégia econômica de médio e longo prazo, voltada para a estruturação de um sistema produtivo moderno e competitivo. Um sistema orientado pelo mercado e centrado na primazia da iniciativa privada na exploração da atividade econômica. Um sistema dinamicamente inserido na economia internacional, capaz de expandir-se continuamente e de promover a modernização tecnológica.

Dentro dessa estratégia gradualista, prosseguirá o processo de abertura comercial. Abandonaram-se os sonhos de autarquia e, com naturalidade, aceitamos a exposição criteriosa da economia brasileira à competição internacional. A liberalização do comércio é importante para que a economia nacional absorva novas tecnologias e novas formas de gerenciamento empresarial. É importante também para que incorpore referências de preços externos e padrões internacionais de qualidade como indicadores para a reestruturação produtiva.

O crescimento das exportações continuará a ser estimulado através de uma política cambial realista e de mecanismos de financiamento e incentivo compatíveis com as normas do GATT. As iniciativas comerciais bilaterais, regionais e sub-regionais, em especial os compromissos no MERCOSUL, estão sendo complementadas pela definição de estratégias comerciais com relação aos países amazônicos e aos grandes blocos econômicos, como a Comunidade Econômica Européia, a América do Norte e a Bacia do Pacífico. Ao mesmo tempo, pela nossa condição de "global trader", manteremos a prioridade do fortalecimento do sistema multilateral de comércio através da conclusão rápida e satisfatória da Rodada Uruguai do GATT.

Aspecto igualmente crucial para o Brasil é a importância do papel do capital estrangeiro no novo ciclo de desenvolvimento que pretendemos inaugurar. Não podemos, e não iremos, abrir mão dessa contribuição. Do Reino Unido, quinto maior investidor em nosso país, esperamos participação revigorada nesse processo, inclusive através das atividades promocionais das duas Câmaras de Comércio. O empresariado de cada país haverá de encontrar, na consistência e seriedade da política que colocamos em marcha, o necessário estímulo para compensadores negócios, capazes de revitalizar o fluxo de investimentos em benefício da recuperação econômica e do adensamento de nossa cooperação. Um passo firme nessa direção está nas negociações a serem iniciadas proximamente sobre a celebração de um acordo de garantia de investimentos recíprocos entre o Brasil e o Reino Unido.

Outro passo importante será a ativação, em futuro próximo, do "Sistema de Promoção de Investimentos", que ligará o Setor Comercial da Embaixada em Londres a uma rede de informações composta por pontos focais em diversos Estados brasileiros. O Sistema servirá ao objetivo de aproximar investidores estrangeiros e empresários brasileiros na identificação de oportunidades de investimentos diretos no Brasil e de transferência de tecnologia. O SIPRI constituirá assim um importante instrumento adicional na abertura da economia brasileira — especialmente as pequenas e médias empresas — aos fluxos internacionais e tecnologias.

Estas são tarefas em perfeita sintonia com as aspirações da comunidade de negócios e da sociedade como um todo. Governo e empresariado, como evidenciamos neste encontro, devem trabalhar juntos. Esta sempre foi a minha convicção de político e homem público, que, aliás, acabo de colocar em prática no Ministério das Relações Exteriores ao criar um Comitê Empresarial Permanente para assessorar, nesta época em que se abrem tantas esperanças e oportunidades no Brasil, as nossas atividades de promoção comercial e de captação de investimentos.

O Governo brasileiro, nesse mesmo espírito, continuará, como em toda democracia, a tentar fazer das relações entre o Estado e a sociedade, não um cenário de antagonismo e suspeita, mas um vínculo de cooperação e confiança.

Prosseguirá, assim, de forma aperfeiçoada, a política de privatização. O Governo acaba de anunciar suas novas regras e mecanismos. Pretende dar-lhes agora a verdadeira dimensão que deve ter no processo de soerguimento com a política industrial e com a de desenvolvimento científico-tecnológico. Critérios como ingresso de moeda corrente no pagamento das privatizações e flexibilização das condições de participação de capital estrangeiro serão levados em conta. Serviços públicos sob regime de concessão poderão doravante ser abrangidos pelo programa.

Toda essa ação, Senhores empresários, busca tornar o Brasil economicamente mais eficiente. É um objetivo que se complementa com o de fazer também o país socialmente mais justo, levando plenamente a democracia ao campo social. Eficiência, justiça e igualdade de oportunidades são metas que conferem indivisibilidade ao processo de desenvolvimento, e a preocupação de conciliá-las representa, precisamente, o grande desafio nacional.

Prova de que essa consciência se reforça hoje está no papel central que a questão do meio ambiente passou a ocupar na problemática geral do desenvolvimento. A Conferência do Rio representou um marco e consagrou o conceito de "desenvolvimento sustentável", que define o ideal de um modelo econômico que atenda as exigências do presente, sem comprometer o atendimento das necessidades das gerações futuras.

No Brasil, esta nova mentalidade do desenvolvimento vem acompanhada hoje da expectativa de que vamos também ingressar em uma etapa de modernização política. O plebiscito deste ano irá definir a forma e o sistema de Governo, se republicano ou monárquico, se parlamentarista ou presidencialista. Estou persuadido deque, qualquer que seja a decisão do povo, o Brasil será um país diferente, revigorado tanto em sua fé democrática quanto na vitalidade das instituições. Será, também, um país mais consistente com as transformações econômicas e sociais. Será um país afinado com os princípios da funcionalidade do Estado e da universalidade da cidadania.

O aperfeiçoamento da sociedade brasileira é, em suma, fonte e destino das preocupações do Governo Itamar Franco. Somos uma nação mais do que nunca, convencida das virtudes da democracia. Nela vamos preservar na busca dos objetivos de progresso e bem-estar do nosso povo. Dela, retiramos inspiração para o esforço contínuo em favor da cooperação sempre mais estreita com nossos parceiros da comunidade internacional.

Quando ainda vivíamos a crise do "impeachment", o próprio Presidente Itamar Franco manifestou essa convicção, com expressivas palavras, ao dirigir mensagem de congratulações aos membros da Câmara Brasileira de Comércio no Reino Unido, por ocasião de seu qüinquagésimo aniversário, em outubro último. Louvou a serenidade da classe política brasileira, que soube tranqüilizar a nação e dar-lhe a certeza de que nada se faria que pudesse emperrar a engrenagem constitucional. E assegurou, como me permito aqui relatar, que as mudanças ocorridas no país não o afastarão de sua trajetória ascendente e plenamente sintonizada com o mundo de hoje.

O Reino Unido — como a Comunidade Econômica Européia em geral — é uma peça fundamental nessa articulação estratégica do desenvolvimento brasileiro com as possibilidades internacionais. Nossa cooperação, que já é antiga e exemplar, inclusive no campo do meio ambiente, precisa ser expandida e ampliada em seu horizonte. A ciência e tecnologia, motores do crescimento, devem merecer atenção mais detida de ambos os Governos. O avanço tecnológico de países em desenvolvimento como o Brasil não pode ser alvo de suspeitas infun-

dadas, nem de entraves ou discriminações. Deve ser visto, ao contrário, como imperativo de progresso que há de ser benéfico também para os países desenvolvidos. Seria fundamental que essa cooperação pudesse intensificar-se em proveito da confiança e das vantagens mútuas.

O Brasil adota posição de clara transparência nessa área. Concluímos acordo para o uso exclusivamente pacífico da energia nuclear com a Argentina. Firmamos acordo conjunto de salvaguardas com a AIEA. Em breve colocaremos o Tratado de Tlatelolco em vigor. Estamos implementando mais sistema abrangente de controle de exportações, que incluirá toda a área de mísseis, onde contemplamos, inclusive, as diretrizes do MTCR.

Senhores membros das Câmaras de Comércio,

Reitero muito sensibilizado minha gratidão por esta homenagem. Vinda de grupo tão soleto de integrantes da comunidade de negócios de nosso países, só poderia tomar-me de satisfação e orgulho.

Satisfação pela oportunidade de associar-me ao trabalho aqui realizado em prol da cooperação Brasil-Reino Unido e apreciar, na amplitude dos interesses empresariais aqui representados, o potencial que nos cabe ainda explorar.

E orgulho, fundamentalmente, por poder trazer aqui — de coração aberto, como é do bom feitio democrático (eu, Ministro, que deve agora dosar a espontaneidade do político com a formalidade do diplomata) — orgulho de trazer aqui, repito, a mensagem de um Brasil resgatado em sua dignidade. De um Governo que zela pela seriedade e a exercita. De uma Nação — como disse o Presidente que se quer sintonizada com o mundo.

Muito obrigado

Discurso na abertura do Seminário organizado pela Canning House sobre Integração Latino-Americana

Londres, em 27 de janeiro de 1993.

Senhor Presidente da Canning House,
Viscount Montgomery of Alamein
Senhor Diretor-Geral,
Sir Michael Simpson
Senhores Embaixadores

Minhas senhoras e meus senhores

É um grande prazer para mim inaugurar os trabalhos do seminário sobre integração latino-americana, patrocinado pela Canning House.

Como Ministro do Exterior do Brasil, em visita de trabalho a Londres, venho a este encontro com dupla motivação. Primeiramente, para homenagear os esforços desta instituição que abriga o melhor da tradição de cooperação e diálogo entre a América Latina e o Reino Unido. A Canning House, ao reunir aqui qualificado grupo de personalidades que estudam e vivem o dia-a-dia da vida política e econômica do nosso continente, presta mais um relevante serviço à causa do maior conhecimento dos interesses latino-americanos na Europa e, em particular, no Reino Unido.

Em segundo lugar, interpretei a iniciativa deste seminário como boa oportunidade de reafirmar a visão do Governo brasileiro a respeito do processo de integração regional. O momento é significativo diante das mudanças e das novas estruturas que se delineam no mundo, tornando cada vez mais complexo o desafio da inserção competitiva do país e de seus vizinhos na economia internacional.

Por vocação histórica, coerência em sua conduta diplomática e por preceito constitucional, o Brasil participa ativamente dos esforços

integracionistas na América Latina. Foi membro fundador da ALALC, em 1960, integra o órgão que a sucedeu — a ALADI — desde sua instituição, em 1980, e contribui, através de múltiplas modalidades institucionais de cooperação, para a integração física e o desenvolvimento harmônico na Bacia do Prata e na região amazônica.

Hoje, o impulso dado à integração a partir do entendimento entre Brasil e Argentina a partir de meados da última década e, posteriormente, pela constituição do MERCOSUL, com o Tratado de Assunção, de 1991, é evidência do engajamento dos governos e das sociedades nacionais nesta obra de grande transformação política e econômica.

A integração latino-americana deixa, pois, de ser exercício de retórica, embora não seja tarefa simples ou isenta de dificuldades. Afirmou-se a partir do fortalecimento das instituições democráticas na região e o esgotamento do modelo de substituição de importações que prevaleceu no continente ao longo de mais de quarenta anos. Nossos países estreitaram seus laços não só com base na identidade política que se foi revigorando na região com o fim dos regimes autoritários, mas também como conseqüência da crise econômica e social que nos parecia reservar senão um futuro de marginalização.

Consolidou-se, assim, a noção do interesse comum diante das adversidades comuns. Ganhou força, sob o estímulo de interesses compartilhados, a idéia de ações concertadas no plano político-diplomático. Abandonou-se a perspectiva individualista, centrada na competição estéril. Convergência e solidariedade crescentes fizeram das preocupações da América Latina com a questão do desenvolvimento uma agenda de trabalho permanente, refletida nas diversas instâncias deliberativas que hoje nos congregam na região.

Mas foi a partir da aceleração dos fenômenos da globalização e da regionalização econômica que a integração adquiriu alento como projeto diretamente vinculado aos interesses mais abrangentes da sociedade. Tornou-se complemento necessário do programa de modernização de nossas economias e de sua articulação com os grandes mercados mundiais.

Daí as dificuldades e complexidades da integração. Ela não consiste apenas em um processo de desgravação tarifária. À medida que

se vão cumprindo as condições e os prazos de uma associação cada vez mais estreita e que a realidade econômica internacional define determinados tipos de estratégia, surgem problemas como a coordenação de políticas macro-econômicas, compatibilização de regras fiscais e monetárias, ação conjunta em face de outros blocos econômicos.

Hoje, o MERCOSUL é um componente dos mais importantes de nossa atuação política externa e, ao mesmo tempo, de nossa estratégia econômica no cenário internacional. É instrumento valioso para a dinamização do nosso relacionamento com os pólos dinâmicos da economia internacional.

Na verdade, a ordem econômica mundial não é mais moldada apenas pela vontade de algumas poucas economias dominantes: a globalização dos circuitos produtivos, dos fluxos de comércio e de investimentos cria enorme rede de interesses.

Como região em desenvolvimento, a América Latina é frágil nessa interdependência com o mundo, porquanto carece do acesso a capitais e fontes externas de tecnologia moderna. Além disso, perdeu espaço nos últimos anos, quando outras regiões, como a Ásia, lograram definir com sucesso um modelo eficiente de participação na economia mundial.

Hoje, os desafios da América Latina continuam múltiplos. A persistência na implantação das reformas internas que cumpram as exigências amplamente reconhecidas de revisão do papel do Estado, abertura econômica, privatização é um imperativo do qual não podemos abdicar. Ao mesmo tempo, é preciso conter com eficácia e determinação política as ameaças a rupturas da ordem democrática. Já se tornou um conceito largamente amadurecido o de que, sem democracia, não há integração, pois a integração não é obra dos governos, mas das sociedades legitimamente representadas em seus anseios e interesses.

O mundo de hoje está a exigir também da integração latino-americana um tipo de definição fundamental quanto aos seus rumos futuros. É a que se impõe mais e mais pela formação dos grandes blocos econômicos e das tendências que se poderiam visualizar para seu modo de articulação com a região. A influência desses blocos será determi-

nante tanto no processo de elaboração final das regras multilaterais de comércio, hoje sujeito às incertezas em torno da Rodada Uruguai do GATT, quanto no impacto sobre as correntes de comércio e investimentos de cada país.

Dois assuntos adquirem, nesse sentido, especial relevância: de um lado, a entrada em vigor do mercado unificado na Europa este ano, e sua futura fusão com a Área Econômica Européia, e, de outro, o NAFTA e seus efeitos no comércio latino-americano, inclusive à luz das normas da ALADI.

Não sou dos que vêem como alarmantes essas perspetivas da América Latina. Naturalmente, é fator de preocupação o risco de que o mundo se transforme em blocos econômicos fechados e que aumentem as práticas protecionistas em nível global e que, na região, as iniciativas no campo da integração hemisférica causem prejuízos diretos e indiretos para nossos países, sobretudo com o desvio de fluxos comerciais e de investimentos. Daí a importância dos entendimentos a serem mantidos entre os países do MERCOSUL e os Estados Unidos no âmbito das negociações 4 mais 1. Daí a importância também das consultas mantidas com a CEE tanto através do Grupo do Rio e do próprio MERCOSUL.

Mas não creio, por outro lado, que a entrada em funcionamento dos novos blocos seja suscetível de provocar distorções incontornáveis. Após uma adaptação temporária às novas condições, tanto na América do Norte quanto na Europa, os fluxos de capital e de mercadorias poderão dirigir-se, como sempre, para as melhores oportunidades de mercado no mundo. E nesse caso, os desafios talvez venham a ser de natureza distinta: economias competivas, estáveis, atraentes para os investimentos de fora, empenhadas na modernização tecnológica estarão mais aptas para encontrar o seu espaço.

Tenho plena confiança de que o MERCOSUL, com seu grande potencial, continuará a atrair a comunidade de negócios tanto da Europa quanto dos Estados Unidos, além de outras áreas desenvolvidas como o Japão, tanto em termos de comércio quanto de investimentos. Uma coisa é absolutamente certa: não haverá uma "fortaleza" MERCOSUL. Os países membros, na formulação e defesa de suas políticas comerciais,

sempre se opuseram a conceitos como "comércio administrado", "unilateralismo", bilateralismo". Continuaremos a nos recusar a transformar o MERCOSUL num bloco fechado de livre comércio. Não é do nosso interesse dispor de nível elevado de proteção externa, sobretudo porque o essencial de nosso comércio em bens tecnológicos e nossos principais mercados externos estão na América do Norte, na Europa e no Japão. Seria inconsistente com nossos princípios em matéria de eficiência e competitividade estabelecer tarifas externas restritivas ou proibitivas.

Para o Brasil, especialmente, em sua condição de "global trader", é fundamental a consolidação de um sistema de comércio aberto e flexível, sem discriminações. Não estamos presos a parcerias excludentes, nem a opções limitadas de mercado. 30 por cento do nosso intercâmbio está concentrado na CEE, 20 por cento nos EUA, 20 por cento na América Latina, outros 20 na Ásia e os 10 restantes distribuídos entre África, Oriente Médio e Europa Oriental.

Senhores,

É compreensível, nesse contexto, que o desafio da integração latino-americana — que, em épocas remotas só podia ser visto como um sonho e, já há algum tempo, como realidade mais próxima — adquire hoje dimensões novas que enriquecem toda a discussão da problemática de nossa inserção econômica internacional.

O próprio MERCOSUL não é, aliás, o único empreendimento que mobiliza nossas atenções na América Latina em matéria de integração. A rede de interesses históricos que nos ligam a todos os países da região, onde temos dez fronteiras internacionais, é extremante vasta e complexa. Abrange desde os contatos humanos na fronteira, a densidade dos vínculos econômicos e culturais, até grandes projetos comuns. Essa tradição de cooperação extremamente frutífera está demonstrada em obras de grande vulto como Itaipu e, atualmente, se confirma com a implementação dos acordos de gás com a Bolívia e o projeto da Hidrovia Paraguai-Paraná.

Com os países amazônicos, o Brasil acaba de declanchar uma nova iniciativa com vistas à maior aproximação econômica e comercial.

Propusemos aos Governos da Bolívia, da Colômbia, do Equador, do Peru, da Venezuela, da Guiana e do Suriname o aprofundamento dos acordos comerciais bilaterais dentro dos critério pactados com nossos sócios do MERCOSUL.

Esta iniciativa servirá para ampliar as possibilidades de cooperação e de integração desses países com o Brasil, ajudando a preparar as bases de uma futura negociação com o Mercado Comum, sem que se excluam outros esforços de integração regional. É uma contribuição importante, em benefício de todos os países latino-americanos, para a desejada articulação entre os esquemas de integração que vimos consolidando na região e que devem confluir, como estabelece o Tratado de Montevidéu, de 1980, para a conformação de um mercado comum regional.

Identifico na chamada Iniciativa Amazônica — como nos progressos alcançados no MERCOSUL, nas programadas negociações 4 mais 1, nas realizações da ALADI, no dinamismo renovado do Pacto Andino — evidências concretas de que os ideais integracionistas na América Latina não perdem vigor num momento em que a configuração de uma nova ordem econômica mundial abre grandes inquietações. São provas de que a região se propõe constantemente buscar as respostas adequadas às novas situações e aos novos desafios. E confirmam, justamente, o que disse o Presidente Itamar Franco na reunião do Grupo do Rio, em dezembro último, em Buenos Aires: "a América Latina é grande demais, e importante demais, para estar ausente da construção dos novos tempos".

Com essa evocação, desejo formular aos Senhores participantes do seminário os melhores votos de êxito em seus trabalhos e estender-lhes minha confiança de que daqui sairão contribuições muito proveitosas para os esforços de nossos povos em favor da causa da integração latino-americana.

Muito obrigado

Conferência no Royal Institute for International Affairs (chatham House) sobre o tema "O Brasil e a Integração Européia"

Londres, 28 de janeiro de 1993.

Senhoras e Senhores,

Quero expressar, inicialmente, meus agradecimentos pelo convite muito amável para dirigir-me a tão qualificada audiência. É para mim uma honra e um privilégio comparecer a este encontro, sobretudo porque sei que há algum tempo oradores brasileiros têm estado ausentes dos ciclos de palestras aqui promovidos com membros da comunidade acadêmica britânica e européia. Vivemos uma era de mudanças e desafios, e o tipo de diálogo franco e estimulante proporcionado pela Chatham House tem contribuído para a maior compreensão da realidade internacional contemporânea e dos problemas e aspirações de muitos países, individualmente.

Considero como grata oportunidade a de poder falar-lhes aqui, da perspectiva brasileira, sobre o tema da integração européia. O Reino Unido, entre os países membros da Comunidade Européia, talvez seja aquele em que todo o processo de integração continental, do Tratado de Roma ao Tratado de Maastricht, tenha sido debatido com maior intensidade e paixão. Maastricht, aliás, talvez não tenha sido submetido a tão minucioso escrutínio no resto da Comunidade como o foi aqui. Além disso, o Reino Unido possui longa tradição de intercâmbio e cooperação com a América Latina e, especialmente, o Brasil. Seu papel como potência global e como um dos grandes contribuintes dos fundos comunitários confere ao Reino Unido posição privilegiada na parceria entre os países latino-americanos e a CEE.

Do ponto de vista do Brasil, a integração européia desempenha papel central em nossa política externa e em nossa política econômica.

Do seu impacto sobre o comércio exterior brasileiro à influência que exerce em questões como a Rodada Uruguai do GATT, globalização econômica, formação de uma nova ordem mundial e a dinâmica em torno dos chamados novos temas, ou outros que se reintroduzem, na agenda internacional — direitos humanos, desenvolvimento sustentável, cooperação para o desenvolvimento, transferência de tecnologias, desarmamento — a Comunidade Européia afirma-se como ator internacional dos mais relevantes.

Senhoras e Senhores,

Tornou-se lugar comum afirmar que atravessamos um período de transição. Não parece tão evidente, porém, que as mudanças ocorridas no mundo devam ser percebidas não apenas como oportunidades, mas sobretudo como desafios e riscos. As mudanças em si não são fator de paz. As cenas de guerra e violência expostas diariamente na mídia internacional mostram que, apesar das esperanças renovadas por uma era de estabilidade internacional, persistem forças negativas a minarem o efeito das transformações políticas a que vimos assistindo.

O mesmo se aplica ao campo econômico: as mudanças globais e a interdependência fizeram reemergir práticas protecionistas, e a ameaça de guerras comerciais torna-se cada vez mais visível no horizonte. A Guerra Fria e as tensões Leste-Oeste foram substituídas por árdua competição entre as nações e grupos de nações. Esta é provavelmente a chave para entendermos tanto a relação entre a CEE e um país como o Brasil quanto o meio internacional como um todo.

Nesse contexto, a integração é um processo sujeito a outras tendências globais e, como tal, a uma série de pequenas correções em sua trajetória de aperfeiçoamento. O mundo de hoje e, provavelmente, o de amanhã evidenciam claramente que a integração não deve significar isolamento, indiferença ou auto-suficiência. Na opinião do Brasil, a integração, como um marco da era posterior ao fim da Guerra Fria, vem acompanhada por outro conceito fundamental dos nossos tempos: a interdependência.

Esta é a razão pela qual penso que o relacionamento entre o Brasil e a CEE e a nossa própria visão da integração européia serão mais bem

compreendidos a partir dos principais elementos da visão brasileira do atual momento de transição. Assim penso porque as mudanças não ocorrem apenas em nível internacional. Ocorrem também dentro do nosso próprio país, afetando, inclusive, a maneira pela qual o Brasil vê o mundo.

O Brasil, que se volta hoje com renovado interesse para a CEE e a Europa em geral, tem promovido nos últimos anos — e, seja-me permitido dizê-lo, particularmente nos meses mais recentes — amplas reformas políticas e econômicas que restituíram o orgulho e a confiança ao seu povo.

Nos anos oitenta, enquanto se esgotava o modelo econômico baseado na substituição de importações, identificamos a necessidade de uma abertura do país à economia mundial, assim como aos fluxos internacionais de capital e tecnologia, de maneira abrangente, equilibrada e contínua. Hoje, o Brasil leva a cabo um cuidadoso programa de privatização. Reavalia-se o papel do Estado. Não desejamos nem a sua presença maciça na economia, nem o desmantelamento da máquina administrativa.

Apesar dos problemas estruturais que temos enfrentado, a economia brasileira conserva sua força como a décima economia no mundo e, provavelmente, uma das mais diversificadas entre os países em desenvolvimento, com poderosa base industrial e amplo mercado a expandir-se através da integração com nossos vizinhos do Cone Sul.

Somos uma economia competitiva em diversas áreas, tanto da indústria quanto da agricultura. Somos também uma economia com crescente projeção internacional: há muito que assumimos a condição de "global trader", com presença quase universal nos mercados internacionais. É natural que tenhamos grande interesse no mercado europeu, tanto exportador quanto importador, e que possamos discordar sobre as políticas que afetam nossa posição em terceiros mercados e sobre as regras do comércio global.

A democracia é outro importante elemento para compreender a atual situação brasileira. A democracia no Brasil tem funcionado, e os acontecimentos de 1992 foram decisivos para a consolidação do nosso

sistema político. Mas a democracia, tal como a concebemos, não é apenas um sistema político. Deve abranger também o sistema social. Deve assegurar a estabilidade social e prover a necessária base para o crescimento da economia. Temos a clara percepção de que as questões internacionais afetam a sociedade brasileira de modo bem diferente do que o faziam no passado. Temos a clara percepção de que um ambiente internacional justo e equilibrado é pré-condição de progresso social. Não é, naturalmente, a única pré-condição, mas é primordial.

As mudanças no Brasil não afetaram apenas a economia ou a política interna do país. Tiveram igualmente grande impacto nas questões externas.

Um exemplo foi a construção das relações de confiança com a Argentina. Demos importantes passos em matéria de cooperação nuclear e de salvaguardas. Promovemos com êxito emendas técnicas ao Tratado de Tlatelolco de forma a colocá-lo em vigor em toda a América Latina. Além de estar historicamente comprometido com as iniciativas no campo do desarmamento, o Brasil avançou também na causa da adoção de um mecanismo internacional de controle de transferência de tecnologias de uso dual, em bases não discriminatórias, transparentes e aceitas internacionalmente.

Outro exemplo é o processo de integração no MERCOSUL, que criará, em espaço de tempo relativamente curto, um mercado comum de 200 milhões de habitantes, com metade do PIB da América Latina e a possibilidade de incorporar outros parceiros regionais.

Exemplo, ainda, é o papel ativo que temos desempenhado nos foros multilaterais, políticos e econômicos, como as Nações Unidas e o GATT.

Todos estes são sinais que identificam o Brasil como país comprometido com o desenvolvimento. É um compromisso que gera renovados interesses externos e legítimas preocupações pelo atraso que ainda nos mantém distantes do ideal de uma plena democracia social e de uma poderosa economia de mercado engajada no comércio internacional.

O fim da Guerra Fria é, para nós, mais um elemento a ser levado em conta para a perfeita compreensão do mundo de hoje. As mudanças

profundas que começaram a ser gestadas antes da queda do Muro de Berlim e o desmembramento do bloco soviético iniciaram o processo de configuração da ordem mundial do século XXI. Muitos são, do ponto de vista brasileiro, os elementos do quadro internacional, a partir dos quais devemos avaliar o impacto da integração européia sobre o resto do mundo, e em particular sobre o Brasil: a consolidação de vários pólos econômicos e tecnológicos; a construção de blocos regionais como a CEE e o NAFTA; a ênfase revigorada no multilateralismo não apenas político — com o fortalecimento da ONU — mas também econômico — através da Rodada Uruguai; a emergência de novos tópicos na agenda internacional; a expansão da democracia e dos valores da economia de mercado; as novas tensões nacionais e regionais em países do terceiro mundo e na Europa central e oriental; o ressurgimento diferenciado da questão Norte-Sul, com o persistente e crescente desequilíbrio social, econômico e tecnológico entre países desenvolvidos e em desenvolvimento; o predomínio da competitividade econômica e da eficiência tecnológica sobre a capacidade militar e estratégica.

Muitos desses elementos que acabo de mencionar estão presentes, em certa medida, nos tópicos que integram o relacionamento entre o Brasil e a CEE. Por essa razão, ao focalizar o tema deste debate, não pude deixar de combinar uma grande expectativa com certa frustração e algum receio.

A Comunidade Econômica Européia sempre foi um modelo e um desafio para a América Latina. Nos anos 60, acreditávamos que a integração se realizaria exclusivamente em função da vontade política. Não percebíamos naquele momento que por trás do Tratado de Roma havia outros elementos além das cláusulas do próprio Tratado. Anos de aprendizado no acompanhamento cuidadoso dos assuntos da Comunidade e de sua crescente importância como nosso parceiro comercial ensinaram-nos que a integração é o coroamento de um processo progressivo de colaboração entre países que têm em comum algo mais do que suas fronteiras.

Aprendemos que integração significa maiores fluxos de comércio, de investimentos e de cooperação; significa mais do que o mero acréscimo de mercados; que o processo de integração deve ir além da

liberalização do comércio; que a integração teria grande impacto sobre certos setores das várias economias envolvidas; que alcançaria não apenas o nível de produção de bens e serviços, mas também o desenvolvimento de tecnologias; que levaria à harmonização das políticas macroeconômicas por meio de um complexo processo de barganha; e que o processo deveria respeitar as soberanias nacionais, a despeito de todas as concessões voluntárias que eram exigidas enquanto, em muitos aspectos, as fronteiras desapareciam.

A Comunidade Econômica Européia, tomada como modelo, inspirou-nos a realizar projeto similar na América do Sul. Durante anos fortalecemos o comércio intra-regional até que vislumbramos a possibilidade de promover esse comércio e elevar a patamares crescentes os interesses por ele gerados. Nesse sentido, o MERCOSUL — Mercado Comum do Sul — é um desdobramento do esforço europeu de integração. Mas não apenas nesse sentido. Quando a CEE mostrou-se decidida a caminhar rumo ao Mercado Comum, a comunidade internacional ficou em alerta: a economia mundial passava por uma rápida transformação e aquele poderoso bloco econômico provavelmente desequilibraria todo o sistema econômico do após-guerra, muito antes do término da confrontação Leste-Oeste.

A CEE foi, assim, um modelo e um alerta contra o risco de marginalização. Tal risco foi provavelmente superestimado ao final dos anos 80, mas ele representava para nós um grande desafio. Vale lembrar que os anos 80 foram uma década perdida para o Brasil e para a maioria dos países latino-americanos, para não falar da maior parte do mundo em desenvolvimento. O Japão e os "Tigres" asiáticos davam sinais de que uma comunidade informal da Ásia e do Pacífico estava em construção; os EUA e o Canadá já haviam assinado o Acordo de Livre Comércio, e a incorporação do México ao que viria a ser o NAFTA era apenas questão de tempo. A África e diversas ex-colônias recebiam da CEE um tratamento especial. A Europa Oriental era vista como o próximo satélite da CEE. A China tinha, e ainda tem, seu próprio peso. O risco de marginalização era real e efetivo em algumas regiões da América Latina. Simultaneamente com a derrocada do modelo econômico anterior,

baseado na substituição de importações e no endividamento externo, tal quadro levou-nos a modos diversos de ajustes estruturais e de integração.

Ademais de ser um modelo e um desafio, a CEE sempre foi um importante parceiro — o mais importante, e o mais duro também, para o Brasil. Somos parceiros e, força é reconhecê-lo, somos também, numa certa medida, competidores. Na verdade, em larga medida.

Sejamos francos a esse respeito. Temos o direito de discordar, precisamente porque estamos unidos por diversos interesses e porque temos sido capazes de nos por de acordo em tantas questões importantes, tanto de natureza política quanto econômica.

Tomemos, por exemplo, a agricultura. A política da CEE tem implicações não apenas sobre as economias, como a brasileira, que não subsidiam o setor, mas também sobre todo o processo de negociação da Rodada Uruguai, como um fator significativamente negativo para que se alcance um entendimento final, que, como se sabe, deveria ser um todo equilibrado de mútuas concessões e de passos coletivos rumo à liberalização multilateral do comércio. Seria interessante apenas apresentar os custos efetivos da política agrícola da Comunidade e sua profunda influência sobre o comércio mundial.

Tomemos outro setor — a política industrial. Causa-nos grande preocupação o fato de que medidas protecionistas tais como investigações anti-dumping sejam usadas como instrumento de política industrial. Subsídios para programas de alta tecnologia e o rígido cartel da indústria do aço também têm impacto negativo sobre o desenvolvimento industrial e o comércio dos parceiros da CEE.

O próprio comércio é outro campo que nos preocupa. A estrutura tarifária estabelecida pela CEE dificulta seriamente o acesso ao mercado comunitário de bens manufaturados de outros países. Aquilo que se costuma chamar de "síndrome regulamentadora" de Bruxelas contribui igualmente para o desestímulo do intercâmbio comercial, visto que tais regras, por vezes incompreensíveis, são fortemente protecionistas. Esse afã protecionista contrasta com as políticas de abertura executadas pelo Brasil e por vários outros países latino-americanos.

Diversas outras áreas refletem a preocupação que se ia tornando lugar-comum quando os Doze já se preparavam para a plena integração: o temor de que a Europa se tornasse uma fortaleza, contrariando o espírito do Tratado de Roma.

Isso é verdade igualmente com relação à transferência de tecnologias avançadas entre a CEE e os países em desenvolvimento. Pressões políticas, juntamente com uma variada gama de outras condicionantes, fazem-se notar aqui. Restrições ao abrigo de mecanismos de transferência de tecnologia como o MTCR já não são aceitáveis, uma vez que se provou que diversos países ocidentais desempenharam um papel importante no processo de desestabilização, ou mesmo de conflagração, em áreas de interesse vital como o Golfo Pérsico. A política de não-proliferação da CEE tende, ademais, a não considerar as tendências mundiais e esforços de outros países, sempre que se trate de proteger os interesses específicos dos países-membros.

Isso é verdade também com relação ao setor de transportes aéreos, onde as empresas aéreas nacionais dos países-membros são fortalecidas por meio de subsídios diretos via fundos públicos, que levam empresas privadas como a VARIG e a British Airways a se confrontarem com uma duríssima competição ao disputarem o mercado do Atlântico Sul com mais de vinte companhias estatais.

A grande atração exercida pelas economias da Europa central e do Leste sobre a CEE é outro ponto sobre o qual talvez discordamos em certa medida. Reconhecemos os vínculos históricos e culturais que os dois lados da Europa mantêm há décadas, ou mesmo séculos. Reconhecemos também que esses países, na qualidade de vizinhos ou quase-vizinhos, tendem a constituir uma fonte permanente de questões de interesse mútuo. Mas seria justo reconhecer igualmente que a América Latina possui uma classe empresarial mais dinâmica, já familiarizada com negociações internacionais, e contando com uma duradoura economia de mercado, onde a tecnologia, o comércio e o investimento estrangeiros desempenharam importante papel durante muitas décadas de continuado crescimento econômico.

Senhoras e Senhores,

A Comunidade Européia é, tem sido e tudo leva a crer que continuará a ser o principal parceiro comercial brasileiro. E não estou falando de proporções ou cifras modestas: quase trinta por centro do nosso comércio exterior está concentrado na CEE, à qual, por sua vez, cabe ampla participação nos investimentos estrangeiros em nosso país; nosso intercâmbio global atingiu, nos primeiros dez meses de 1992, o montante de US$ 12,5 bilhões.

Sentimo-nos frustrados, porém, com o fato de que, à medida que a Europa consolida transformações institucionais profundas, redesenhando a própria dinâmica das relações internacionais, a Comunidade não se tem revelado a parceira que seria legítimo esperar, à luz de seus vínculos históricos com o Brasil e de sua percepção política de nosso processo de desenvolvimento.

No âmbito dos investimentos, apesar do interesse tantas vezes manifestado pelo Brasil, persistiu, nos últimos anos, clara tendência à retração. É bem verdade que tal atitude decorreu, em parte, dos problemas provocados pelos reajustes estruturais da economia brasileira. Mas também contribuiu a falta de estímulo oficial ao investidor privado europeu, em contraste profundo com o tratamento reservado pela CEE ao Leste Europeu. Felizmente, já em 1992, voltaram a aumentar os fluxos de investimento no Brasil, reforçando nossa avaliação de que, com a retomada do desenvolvimento, ganhará novo ritmo o estímulo oficial europeu, em particular no setor de pequenas e médias empresas.

A dívida externa brasileira, por sua vez, assume celeremente a condição de um problema do passado. Fechados um acordo standy-by com o Fundo Monetário Internacional e um outro, de reescalonamento, com o Clube de Paris, estamos às vésperas de tornar operacional um acordo definitivo com nossos credores comerciais. Nessa área, cabe assinalar que a contribuição européia em favor de esquemas de negociação mais flexíveis foi muito reduzida, como se houvesse decisão de delegar aos Estados Unidos um protagonismo exclusivo na matéria. Tal atitude não é coerente com a presença de bancos europeus no endividamento brasileiro, nem com o volume dos créditos oficiais a nós concedi-

dos. O serviço da dívida não deve ser um fim em si mesmo, mas mera condição de novos e importantes negócios.

Para nós, o acesso desimpedido à tecnologia de ponta européia é aporte instrumental para nosso desenvolvimento. Compartilhamos das preocupações dos países detentores de tecnologia sobre a necessidade de garantias nos campos nuclear, balístico e químico. Daí, os renovados compromissos internacionais do Brasil nessa área. E, daí, também, estarmos trabalhando pela aprovação de um sistema de proteção à propriedade intelectual. Nosso desenvolvimento endógeno, bem sucedido em várias áreas, a diversificação de nossa economia, o tamanho de nosso mercado e nossos compromissos internacionais tornam-se parceiros importantes no setor tecnológico.

No âmbito do meio ambiente, tema tão sensível à opinião pública européia, a ação comunitária tem sido surpreendentemente parcimoniosa. Depois de seu papel na formulação doutrinária de aspectos importantes da problemática ambiental, a Comunidade chegou discreta à Conferência do Rio, e mais discretos ainda foram os seus "pledges" para financiar o Projeto Piloto de Florestas Tropicais.

É preciso não esquecer que a simples realização da UNCED, que reuniu mais de 110 Chefes de Estado e de Governo e indicou soluções tão criativas, não assegura a superação dos principais problemas que seguem afetando a todos nós na área do desenvolvimento sustentável. Precisamos passar da retórica a esforços conjuntos. Somente assim estaremos à altura da verdadeira consciência ecológica de nossa época. Apesar das limitações do Projeto-Piloto, ele hoje se torna realidade, com as primeiras contribuições. Mantido o papel construtivo da CEE, o meio ambiente pode ser área de crescente cooperação com o Brasil.

Com relação aos direitos humanos, mais uma vez busca-se uma presença mais ativa da Comunidade. Campanhas promovidas pela imprensa e por organizações não-governamentais mantêm a questão como prioritária perante a opinião pública européia. Mas isso é pouco. Muito ainda tem de ser feito, em termos concretos. No Brasil, o fortalecimento do regime democrático está-se processando conjuntamente com a retomada do crescimento, com a reforma e a modernização de nossa

capacidade produtiva, com a recuperação de uma sociedade desigual e injusta.

O desemprego nos países desenvolvidos é subemprego ou marginalização do mercado de trabalho em países como o Brasil. As deficiências do sistema educacional em sociedades como esta são questões conjunturais. No nosso caso, a agonia é estrutural. A violência que aumenta nos grandes centros urbanos é tão inquietante num lado e noutro do mundo, mas os instrumentos disponíveis para o combate às causas profundas dessa mazela social diferem consideravelmente. Eis um campo altamente propício para a fertilização da cooperação internacional.

O projeto da retomada do crescimento no Brasil implica um importante incremento no seu intercâmbio com o mundo, em regime crescentemente aberto ao exterior. Nossa meta é atingir um patamar de comércio exterior superior aos US$ 80 bilhões. Estamos seguros de que a Europa estará diretamente envolvida nesse projeto e a ele saberá dar uma resposta positiva.

Senhoras e Senhores,

O Brasil vê a integração européia como um elo importante para o crescimento da economia mundial. Só o crescimento dinâmico do mundo, com abertura comercial, poderá permitir a integração de países hoje excluídos do núcleo dinâmico da economia mundial, mas que se preparam por suas reformas internas, para a ele aderirem.

A dimensão da economia brasileira, nossos interesses comerciais diversificados, nossos parceiros múltiplos nas áreas de investimento e tecnologia determinam a opção universalista de nossa política externa. A história do Brasil aproxima-nos da Europa, dos Estados Unidos, da África, da Ásia e do Oriente Médio, para não mencionar a América Latina, nosso entorno geográfico imediato e nosso parceiro mais íntimo.

As relações do Brasil com a CEE têm de estar presididas por um encontro criativo de visões de mundo num horizonte de cooperação crescente. A sorte do Brasil de alguma maneira está vinculada à sorte da Comunidade. No momento, a economia brasileira encontra-se à beira de

dispor dos instrumentos necessários para assegurar sua estabilização, em particular a reforma fiscal, e de lançar-se em novo período de crescimento. Nossos parceiros tradicionais, como a Europa, podem contar com a revitalização das oportunidades no Brasil, onde a economia de mercado é uma realidade; não um objetivo de longo prazo.

No que tange a aspectos doutrinários de como se está processando a integração européia, destaco a postura britânica de manter, em boa medida, seu vigor liberalizante nas relações comerciais, de ser um parceiro crítico das práticas distorcidas da CEE, de defender a flexibilização da posição comunitária da Rodada Uruguai do GATT. Refiro-me, também, à disposição britânica de estabelecer vínculos bilaterais de cooperação e pesquisa conjunta na Amazônia, atitude que, decerto, explica sua militância no âmbito do G-7 em favor do Projeto Piloto sobre Florestas Tropicais, que, como já indiquei, nasceu grande, mas sobrevive pequeno à espera dos recursos prometidos.

Cito esses exemplos de convergência com o Brasil para ilustrar uma visão de mundo que nós, brasileiros, defendemos com muita convicção: no após-Guerra Fria, uma Europa fechada é o prelúdio de um mundo fechado. E um mundo fechado deverá fazer reviver o antagonismo e o confronto, em termos talvez mais acirrados do que antes. Nos próximos anos, ninguém precisará moderar as divergências para preservar alianças militares necessárias para conter a União Soviética.

O moderador das divergências haverá de ser, portanto, a consciência de que vivemos um mundo global, onde os interesses de uns se entrelaçam forçosamente com os dos demais. É bem verdade que fomos mais competentes em desmontar os esquemas da Guerra Fria do que em construir novas regras promitentes de convivência internacional. Mas ainda há tempo. As mudanças foram tão rápidas que, em muitos casos, não sabemos se já terminaram de ocorrer. Precisamos desenvolver juntos uma visão de mundo que, ao reconhecer as individualidades, promova o interesse comum.

A globalização e a interdependência da economia, para muitos vetor decisivo na superação dos esquemas maniqueístas e excludentes da Guerra Fria, conduziram também à universalização de valores que

tendem a balizar o sistema internacional. Se o novo modelo produtivo, à base do mercado e da vantagem comparativa tecnológica, impulsionou a prosperidade e a chamada terceira revolução industrial, a democracia e o respeito mais solidário de tomada de decisões que haverá de contagiar as relações entre os países.

Não se trata de valores já conquistados, dadas as dificuldades da grande maioria dos países para ajustar suas economias aos novos padrões de eficiência e suas sociedades à plenitude democrática. Trata-se, antes, de valores a serem conquistadas, segundo as possibilidades de cada um, em processos quase sempre penosos de transição.

A dinâmica dessas mudanças releva a complexidade do mundo contemporâneo. Aqui e ali, as opções de desenvolvimento percorrem trajetórias distintas. De nossa parte, consideramos que essa evolução é sadia. O Brasil, embora francamente convicto da necessidade de adaptar e modernizar sua capacidade produtiva, abrindo-se ao mercado externo e desregulamentado a presença do Estado na economia, sempre resistiu à proposta de deixar a sociedade entregue a sua própria sorte. A consciência da necessidade da retomada do crescimento avivou a consciência de toda a nação com a nossa dívida social.

Se a globalização e a interdependência da economia tornaram inviáveis posturas isolacionistas, se o fim da Guerra Fria retirou fundamento ao confronto e à intimidação, o século XXI haverá de ser o século da cooperação e da integração. De outra forma estaríamos voltando a 1914, a 1939 ou a qualquer outra data de enlutada memória.

Hoje, quando se fala em "agenda para a paz", nem sempre se tem em mente que ela deve passar necessariamente por uma "agenda para o desenvolvimento". Será possível defender o êxito de operações de paz em países flagelados pelas causas profundas do subdesenvolvimento? Em coerência com essa visão, as operações de paz devem ser, acima de tudo, "peace-fostering", e não apenas "peace-keeping". Como insistia Willy Brandt em começos dos anos oitenta, "while hunger rules, peace cannot prevail. He who wants to ban war must also ban poverty".

A chave para isso pode ser uma relação criativa entre comércio e crescimento. Na década dos oitenta, o comércio e crescimento. Na

década dos oitenta, o comércio aumentou duas vezes e meia mais do que o PIB mundial e, nem por isso, afastou-se o risco de uma recessão. Estudos recentes revelam que, mantidos os padrões atuais, o PIB mundial deverá crescer a uma taxa de 2,5% ao ano até o fim do século. Nesse nível, dificilmente será possível atender aos anseios mais vocais de melhoria de vida nas sociedades industrializadas, quanto mais os dos países em desenvolvimento. Nesse nível, também, é muito pouco provável que o crescimento dos países centrais possa, adicionalmente, ativar o crescimento dos países periféricos e, bem assim, evitar o agravamento de questões como as migrações maciças e seus corolários — a discriminação, o racismo, a xenofobia, os enfrentamentos éticos.

Nesse contexto, o fechamento dos países em blocos é o caminho mais curto para o confronto, talvez até para o caos. Se o comércio não é uma medida capaz de acelerar o crescimento nos níveis desejados, a opção não é proteger o comércio, o que desencadearia, forçosamente, uma reação em cadeia, desembocando numa guerra comercial de temíveis proporções. A opção terá de ser investir no crescimento, e em escala internacional.

Isso é que assegurará o combate às causas primeiras dos conflitos entre as nações. Isso é que criará o ambiente necessário para a fluidez e a harmonia das relações internacionais. A solução pacífica de controvérsias, no plano mundial, e o encaminhamento democrático das divergências internas, fundamentais para a prosperidade da atividade econômica, não podem mais ser contemplados sem atenção prioritária aos desequilíbrios estruturais entre países e cidadãos. Superada a divisão entre primeiro, segundo e terceiro mundos, no rastro do fim da Guerra Fria, estaríamos consagrando divisão mais perversa entre países e cidadãos de primeira e segunda classe.

O mundo fechado em blocos é o mundo do protecionismo e do nacionalismo, é o mundo das soluções excludentes, que, como nos revela a história do após-guerra, é um mundo que não resolve nada ou revolve muito pouco.

O mundo que precisamos construir deve ser um mundo de cooperação. No qual comércio e investimentos possam fluir de país para

país. Onde o crescimento econômico seja fonte de oportunidades para todas as nações. A Comunidade Européia, marco institucional da cooperação internacional, tem papel importante a desempenhar na construção desse mundo. Para tanto, o Brasil está comprometido a trabalhar junto com a Comunidade, enquanto avança no seu caminho de reformas econômicas e de estabilidade política.

Muito obrigado

Discurso na Sessão Plenária da Terceira Reunião da Comissão Mista Brasil-Irã

Brasília, em 16 de fevereiro de 1993.

Excelentíssimo Senhor
Ministro Ali Akbar Velayati,
Excelentíssimos Senhores
Membros da Delegação do Irã,
Excelentíssimos Senhores
Membros da Delegação do Brasil,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

É com grata satisfação que estendo ao Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Islâmica do Irã, Sua Excelência o Doutor Ali Akbar Velayati, bem como aos ilustres integrantes da comitiva que o acompanha, as mais cordiais boas-vindas ao Brasil e, particularmente, ao Itamaraty. Sua presença nos trabalhos desta Comissão Mista é sinal da importância dos projetos comuns que aproximam nossos dois países e confirma o espírito de diálogo e de respeito mútuo com o qual buscamos sempre pautar nossas relações.

A nação que acolhe Vossa Excelência, Senhor Ministro, ao ensejo desta visita para nós muito honrosa, abriga uma sociedade profundamente revigorada em sua fé democrática e em sua consciência ética. Esses valores dão consistência à vocação de paz e desenvolvimento do povo brasileiro e revitalizam seus vínculos de cooperação com a comunidade internacional.

Mas o Brasil que Vossa Excelência encontra hoje é, sobretudo, uma nação sintonizada com os novos tempos. Uma nação, como sempre, orgulhosa de sua identidade, de seu pluralismo político e cultural, mas, principalmente, uma nação comprometida com a construção de seu destino.

Sabemos que as transformações do mundo contemporâneo não geram apenas esperanças, mas também novos desafios e novas responsabilidades.

As esperanças são fundamentadas: as ideologias perderam sua força; fortaleceram-se em escala planetária os valores da liberdade política e econômica; desbloqueou-se a agenda internacional com a superação da ordem bipolar; abriu-se o espaço para discussão de temas vitais para o futuro da humanidade — o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, a erradicação das armas de destruição em massa, o acesso às tecnologias, a proteção universal dos direitos humanos, o combate à fome e à pobreza.

Os desafios e as responsabilidades tornam-se, por sua vez, mais complexos. Persistem conflitos e ameaças à paz, a despeito do fim da Guerra Fria. Ao mesmo tempo, a formação de blocos econômicos e a globalização e sofisticação dos sistemas produtivos suscitam inquietações. Há o risco de acirradas competições comerciais e o da marginalização dos países em desenvolvimento em relação aos principais fluxos econômicos, financeiros e tecnológicos do mundo.

É também fator de preocupação a tendência à manutenção de mecanismos decisórios anacrônicos, correspondentes a estruturas internacionais já superadas. Ao integrar no momento o Conselho de Segurança das Nações Unidas, na condição de membro não-permanente, o Brasil se propõe contribuir não apenas para o encaminhamento das questões que afetam diretamente à paz e à segurança, mas também para o debate eficaz sobre a necessidade da democratização da ordem internacional.

Assim como aspiramos a um mundo politica e socialmente mais equânime, perseveramos no caminho da autêntica modernidade de nosso país. Buscamos a retomada do crescimento econômico com justiça social. Trabalhamos para a plena realização de nossas potencialidades em colaboração com os múltiplos parceiros aos quais estamos ligados na economia internacional, não apenas em suas áreas mais dinâmicas.

Ao Irã, com seu peso internacional e sua dimensão econômica, cabe inegavelmente papel relevante no conjunto das parcerias que unem

o Brasil à região do Oriente Próximo. O propósito que hoje nos anima nesta reunião é justamente o de redimensioná-lo em função de nossos interesses recíprocos.

Na Reunião Preparatória deste encontro, as partes brasileira e iraniana realizaram um trabalho conjunto intenso e exitoso, em clima de grande cordialidade. À luz desses resultados, creio que podemos ambas as delegações compartilhar as melhores expectativas quanto à significativa contribuição que esta Terceira Reunião da Comissão Mista certamente trará ao aperfeiçoamento da cooperação bilateral.

Assinalo, por exemplo, que, no campo do comércio, são ativas as trocas entre nossos dois países, com amplas possibilidades de expansão e diversificação. As partes brasileira e iraniana manifestaram disposição para continuar a explorar todas as alternativas de mercado que visem a operacionalizar esquema de pagamentos capaz de sustentar um intercâmbio crescente, dinâmico e mais equilibrado.

Quanto à cooperação técnica e industrial, é possível identificar um vasto horizonte que se abre à participação de tecnologias, equipamentos e produtos brasileiros em setores e projetos prioritários do programa de desenvolvimento do Irã.

Reconhecendo a riqueza e diversidade das culturas iraniana e brasileira, estamos considerando várias iniciativas para dinamizar as relações culturais entre nossos dois países, aproveitando, para tal finalidade, o marco institucional do Acordo na matéria que celebramos em 1957.

A Ata Final desta Terceira Reunião da Comissão, que ainda hoje muito me honrarei em estar assinando com Vossa Excelência, recolherá nossas deliberações e se constituirá em novo marco de avanço na cooperação entre nossos países.

Além de tratarmos de nossa cooperação, terei ainda grande prazer em manter com Vossa Excelência conversações sobre temas da atualidade da agenda política internacional, com ênfase na atuação de nossos dois países em seus respectivos contextos regionais. Aí, temos, seguramente, uma rica experiência a intercambiar e a estimular nossa própria contribuição aos esforços de construção da nova ordem internacional.

Alegra-me especialmente, Senhor Ministro, que, como parte da programação oficial de sua visita, Vossa Excelência será também recebido pelas máximas autoridades e representantes do mundo empresarial do Estado de São Paulo. Aquela que é a minha terra por adoção não poderia deixar de estar diretamente associada, pelo seu papel protagônico no processo de desenvolvimento brasileiro, às iniciativas de ambos os Governos em prol do aprimoramento de suas relações.

Só temos motivos, portanto, para confiar no futuro da cooperação Brasil-Irã. Estou certo de que, a partir dos entendimentos que formalizaremos ao final dos nossos trabalhos, estarão delineadas, com precisão, realismo e objetividade, as modalidades de ação conjunta a explorar em benefício de nossos povos.

Muito obrigado

Discurso na Cerimônia de Condecoração do Embaixador da República Argentina, Senhor José Manuel de la Sota, com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro Do Sul

Palácio Itamaraty, em 2 de março de 1993.

Excelentíssimo Senhor
Embaixador José Manuel de la Sota,
Não pode ser mais grata e honrosa para o Chanceler do Brasil a tarefa de homenagear o Embaixador da República Argentina.

É um ato que ganha significação muito especial pela importância das relações entre nossos dois países e, ao mesmo tempo, pelo prazer de marcar, com esta solenidade, o coroamento da missão aqui desempenhada por Vossa Excelência com todo o brilho profissional e com o mais justo reconhecimento dos amigos e interlocutores que encontrou no Governo brasileiro e em nossa sociedade.

Creio interpretar fielmente esse sentimento ao enaltecer a valiosa contribuição prestada por Vossa Excelência para a continuidade da obra de integração que une hoje o Brasil à Argentina.

Mas a satisfação do Ministro ao acolher hoje nesta Casa o Embaixador da nação vizinha e irmã tem igualmente uma explicação que transcende o sentido do trabalho diplomático. Somos ambos políticos militantes, devotados à vida partidária e parlamentar em nossos países e que, ao menos por breve período, compartilhamos, nas respectivas esferas de responsabilidade, a experiência de servir à aproximação crescente entre nossos povos. Aqui dá-se, pois, encontro de políticos transformados em diplomatas.

Vossa Excelência, posso dizê-lo com segurança, não apenas cumpriu sua nova função no Brasil — a de diplomata — da forma mais

talentosa e mais bem sucedida, como também enriqueceu sua missão à frente da Embaixada argentina com os atributos e os méritos que lhe conferem sua vocação original — a de político.

Penso ser esta uma conjugação perfeita no caso das relações Brasil-Argentina. A integração que temos construído nestes últimos anos é, sem dúvida, uma conquista diplomática, mas é, sem dúvida também, uma realização essencialmente política. Não é obra de instituições ou de classes sociais, nem de partidos, nem de Governos, nem de homens públicos ou servidores do Estado, isoladamente.

A sociedade democraticamente constituída é a criadora e, ao mesmo tempo, a beneficiária da integração.

Por isso acolhemos Vossa Excelência no Brasil, Senhor Embaixador, encorajados pela nova visão do nosso relacionamento, personificada em sua trajetória política. Os laços entre Brasil e Argentina se aperfeiçoaram com o fortalecimento da identidade democrática. A consciência de um destino comum e a crença na soma de nossos esforços forjaram a vontade política da integração.

Inspirada nessas convicções, a missão de Vossa Excelência foi marcada pelos resultados auspiciosos que temos podido colher tanto no entrelaçamento cada vez mais intenso de nossos interesses no campo econômico quanto no aprofundamento de nossas convergências políticas. O MERCOSUL, sucessor do Programa de Integração Brasil-Argentina, teve seu Tratado Constitutivo assinado em 1991 e, hoje, é uma realidade no caminho da plena consolidação. No mais alto nível, reforçamos o diálogo político entre nossos Governos, como nos encontros regulares dos Presidentes e dos Chanceleres de ambos os países.

Por feliz coincidência, nesta mesma tarde irei encontrar-me novamente com meu colega Guido di Tella. Já perdi a conta das reuniões que mantive com ele nestes quase cinco meses em que exerço o cargo de Ministro das Relações Exteriores do Brasil. Isto porque têm sido estreitas as consultas entre nossos Governos. Isto em função da própria intensidade do trabalho em torno da integração econômica e da concertação política em nossa região. Isto a evidenciar também a riqueza de uma experiência diplomática firmemente ancorada nos valores e na prática da democracia.

Desta feita, na companhia de Vossa Excelência, Senhor Embaixador, vou estar com o Chanceler Di Tella para a assinatura do contrato sobre aquisição de petróleo da Argentina pelo Brasil. É um acontecimento inédito, de grande relevo em nossas relações econômico-comerciais. Evidencia o grau de dinamismo do processo de integração. Fortalece a confiança em nossa capacidade de trabalharmos sempre — não com a visão do curto prazo ou dos interesses menores — mas com a noção muito clara da força e do potencial da nossa cooperação.

Fato como este, Embaixador, vem premiar a missão de Vossa Excelência, o que me leva justamente a dizer aqui, nesta cerimônia, não palavras de despedida, mas palavras de homenagem pela atuação que desenvolveu no Brasil como Embaixador da Argentina, neste período tão fértil de nosso relacionamento.

Em reconhecimento a esse trabalho é que decidiu justamente o Senhor Presidente da República conferir-lhe a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul. E é em nome da amizade histórica entre Brasil e Argentina, e do grande empreendimento conjunto em que estão empenhados nossos povos, Governos e sociedades, que tenho aqui a honra de impor-lhe as insígnias desta condecoração — ao mesmo tempo em que formulo os melhores votos de felicidade pessoal a Vossa Excelência e a Embaixatriz de la Sota.

Discurso na Cerimônia de Assinatura de Atos com o Chanceler da República Popular da China, Qian Qichen, em visita oficial ao Brasil

Brasília, em 5 de março de 1993.

Excelentíssimo Senhor
Ministro Qian Qichen,

Foi com grande satisfação que assinei, com Vossa Excelência, os novos atos bilaterais entre o Brasil e a República Popular da China, que hoje se somam aos vinte e oito já existentes.

Ampliamos e aprimoramos a moldura institucional do relacionamento entre nossos dois países, conformando-a às suas novas realidades. Os acordos em vigor entre o Brasil e a China cobrem, assim, número crescente de áreas de interesse onde é promissora a cooperação.

Nossos países não só alcançaram níveis de desenvolvimento semelhantes em muitos campos, como apresentam características que os aproximam, em sua dimensão continental, abundância de recursos naturais e amplas variedades regionais. No esforço pelo nosso crescimento, desenvolvemos e provamos experiências que podemos compartilhar com grande proveito mútuo.

Acabamos de assinar acordos que disciplinam aspectos novos da cooperação bilateral e se destinam a contribuir de modo muito especial para o dinamismo desse intercâmbio.

O Ajuste Complementar sobre cooperação em matéria de hidreletricidade detalha aspectos antes previstos, em sua generalidade, no Acordo sobre Cooperação Econômica e Tecnológica, assinado por ocasião da visita do Presidente Yang Shangkun a nosso país.

Em 1992, visitaram o Brasil dez missões chinesas desejosas de conhecer a experiência brasileira na construção e implantação de usinas

hidrelétricas. Tivemos também a honra de promover a visita do Primeiro-Ministro Li Peng a Itaipu, ele próprio engenheiro elétrico por formação e com experiência de vinte anos de trabalho no setor.

Acreditamos que este novo Ajuste Complementar, fruto do esforço conjunto das autoridades responsáveis pela área de energia do Brasil e da China, ampliará a proveitosa troca de experiências já em curso entre nossos dois países e promoverá a cooperação econômica e industrial, fundamentais para o desenvolvimento do setor energético. Desejamos prestar, nessa forma, contribuição muito positiva ao gigantesco esforço do Governo chinês no aproveitamento de seus recursos hídricos.

Na área da cooperação espacial, chegamos felizmente a novo patamar de entendimento. Desejo estender minhas congratulações aos dirigentes e técnicos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e da Academia Chinesa de Ciências Espaciais pelo trabalho realizado e que ensejou a assinatura, hoje, do Protocolo Suplementar sobre Aprovação de Pesquisa de Produção de Satélite de Recursos da Terra.

O Brasil e a China, ao darem início ao projeto de construção conjunta de satélites, abriram um campo inédito na cooperação em ciência e tecnologia entre as nações em desenvolvimento. Desejamos que este seja, também, um passo inicial no longo caminho que temos à frente, para a cooperação em alta tecnologia. Esperamos expandir nossa cooperação nessa área, para incluir outros setores como a energia nuclear para fins pacíficos, química fina e novos materiais.

Por auspicioso, ressalto também nesta ocasião a promulgação, em 19 de fevereiro passado, do Acordo destinado a evitar a Dupla Tributação e prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Imposto sobre a Renda, entre o Brasil e a China.

Senhor Ministro,

A visita de Vossa Excelência ao Brasil, além de criar a oportunidade para a finalização dos instrumentos que acabamos de assinar, foi também de grande utilidade para amplo e proveitoso exame dos grandes temas internacionais, bem como da agenda bilateral. Mantemos, assim,

viva a tradição já firmemente estabelecida da consulta política periódica, de alto nível, entre os Governos brasileiro e chinês.

Gostaria de reiterar a Vossa Excelência, em testemunho público, ser minha disposição de realizar, tão logo seja possível, viagem oficial a Pequim, em atendimento ao convite que Vossa Excelência gentilmente me formulou.

Muito obrigado

Discurso na Cerimônia de Condecoração do Embaixador da França, Jean-Bernard Ouvrieu, com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul

Brasília, 11 de março de 1993

A vida diplomática, que nos proporciona, tantas vezes, a felicidade dos encontros, confronta-nos também, com uma freqüência certamente maior do que desejaríamos, com a cerimônia das despedidas. São momentos que nos levam a reconhecer um mesmo sentido de renovação e continuidade.

Sinto-me especialmente honrado em poder dirigir a Vossa Excelência, Senhor Embaixador, estas breves palavras de saudação e agradecimento pelo trabalho desenvolvido à frente da Embaixada da França no Brasil, desde o momento em que aqui chegou, em agosto de 1989.

Ao longo desse período, o relacionamento entre o Brasil e a França recebeu significativo impulso, e as diversas realizações promovidas no sentido de aprofundar a nossa cooperação contaram sempre com o decisivo empenho de Vossa Excelência.

O intercâmbio comercial alcançou cifras que, em 1991, situaram a França como o terceiro mais importante parceiro do Brasil no âmbito da Comunidade Européia, com participação de cerca de 10 por cento do total do comércio brasileiro com aquele bloco econômico. A França é importante investidor no Brasil, com números que, em junho de 1991, atingiam mais de 1 bilhão e 700 milhões de dólares. O constante diálogo político bilateral atesta, por sua vez, o dinamismo das relações entre os dois países. Reafirma a consistência dos laços que unem nossos dois países.

O período que Vossa Excelência passou entre nós foi marcado por profundas transformações, sobretudo na cena internacional. O des-

mantelamento do império soviético e o fim da Guerra Fria não trouxeram consigo o fim da História, como se apressaram a afirmar alguns, mas aportaram, sim, novos desafios, que, desaparecida a velha moldura ideológica, se mostram talvez ainda mais complexos do que aqueles urdidos a partir do confronto Leste-Oeste.

Também o Brasil, que não poderia deixar de ser afetado por tais mudanças, vivenciou nesse período um processo de grandes transformações internas. Hoje, a despeito de todas as dificuldades que ainda enfrentamos, pode-se dizer que o país superou de forma exemplar uma difícil crise, sem comprometimento de suas instituições e com o fortalecimento do ideal democrático.

Vossa Excelência, Embaixador, soube responder à complexidade das mudanças que testemunhou em sua passagem pelo Brasil com grande descortino e competência. Prova da destacada atuação de Vossa Excelência à frente da Embaixada da França em Brasília são as inúmeras realizações de natureza institucional que marcaram sua profícua passagem por nosso país, dentre as quais merece especial referência o permanente interesse pelo aprimoramento do intercâmbio cultural.

Ao designar Vossa Excelência para assumir importantes funções no Quai D'Orsay, o Governo francês demonstra compartilhar o reconhecimento pelos relevantes serviços prestados ao aprimoramento dos laços bilaterais. Tenho certeza de que o Brasil, se, por um lado, perde um notável Embaixador, ganha, por outro, um grande amigo na Chancelaria francesa.

Não poderia deixar de saudar a Embaixatriz Arabelle Ouvrieu, que abrilhanta esta ocasião com sua presença, e que, por sua cultura e simpatia, soube cativar a todos os que tiveram o privilégio de desfrutar de seu convívio desde que aqui chegou. Também a ela, em meu nome e no de Ruth, minha mulher, gostaria de estender as mais calorosas homenagens.

Senhor Embaixador Ouvrieu,

Em reconhecimento à competente atuação de Vossa Excelência em favor do permanente aperfeiçoamento da cooperação entre o Brasil

e a França e do estreitamento dos laços de amizade entre nossos povos, decidiu o Senhor Presidente da República agraciá-lo com a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, no grau de Grã-Cruz.

A distinção, cuja insígnia tenho grande satisfação de impor a Vossa Excelência, simboliza a admiração e o reconhecimento do Governo brasileiro por quem muito fez pelas relações entre o Brasil e a França.

Muito obrigado

Discurso na Cerimônia de Assinatura de Acordo por Trocas Notas com o Governo do Japão sobre Projetos Ambientais Financiados pelo "Overseas Economic Cooperation Fund"

Brasília, 12 de março de 1993.

Excelentíssima Senhora
Professora Yeda Crusius,
Ministra de Estado do Planejamento
Excelentíssimo Senhor
Governador Leonel Brizola
Excelentíssimo Senhor
Governador Luiz Antonio Fleury
Senhores Senadores
Senhores Deputados
Senhores Embaixadores

Minhas Senhoras e meus Senhores

É motivo de grande satisfação para mim proceder à presente troca de notas com o Embaixador do Japão, pela qual nossos governos acordam a contratação de financiamento, em ienes, da ordem de oitocentos e quarenta milhões de dólares, a ser estendido pelo Fundo de Cooperação Econômica Internacional, para a implementação de três importantes projetos ambientais.

Trata-se da primeira participação do Fundo em empreendimento vinculado à área de meio ambiente no Brasil. O pioneirismo deste crédito ocorre no momento em que o Brasil dinamiza sua ação, interna e externa, no campo da preservação ambiental, condição indispensável à consecução do objetivo do desenvolvimento sustentável.

A liberação de fundos que ora formalizamos beneficiará dois dos mais importantes Estados da Federação brasileira: São Paulo e Rio de Janeiro, cujos Governadores muito nos honram — a mim pessoalmente, e ao Itamaraty — com sua presença nesta solenidade. Em São Paulo, parte da ajuda nipônica se somará a outros aportes financeiros negociados pelo Governo brasileiro para a despoluição do Rio Tietê, via de integração estadual e importante artéria para a oxigenação do maior centro industrial do país.

O segundo projeto a ser financiado no Estado de São Paulo diz respeito à criação de uma usina de reprocessamento de lixo, que terá o duplo efeito benéfico de contribuir, tanto para o equacionamento da questão da limpeza urbana, quanto para a exploração de uma fonte energética alternativa, numa região de crescente demanda por eletricidade.

No Rio de Janeiro, os recursos do Fundo de Cooperação irmão somar-se a outros capitais já comprometidos para os trabalhos de despoluição da Baía da Guanabara, passo importante para a promoção da qualidade de vida das populações que vivem nas suas adjacências, além de incentivo à indústria carioca de turismo, fonte de renda relevante daquele Estado.

Este acordo é demonstrativo do vasto terreno de interesses compartilhados pelos dois países, que se expressam positivamente através da cooperação em projetos de desenvolvimento que, se já tradicionais nos setores agrícola e industrial, inauguram agora um trabalho conjunto na área inovadora e desafiante da proteção ambiental.

Do lado brasileiro, o presente acordo vem coroar, no plano das relações bilaterais, o esforço governamental de regularização de seus compromissos financeiros com o Japão, evidenciando a importância que o Brasil atribui ao seu relacionamento com esse país, com quem mantém laços especiais de amizade, magnificados pelo entrosamento cada vez maior entre seus povos.

Estou seguro de que teremos, Senhor Embaixador, muitas outras oportunidades de acordos como este, em futuro próximo, dada a multiplicidade de oportunidades de cooperação já identificadas entre os dois

países e o desejo sincero dos dois Governos de estreitarem ainda mais o relacionamento bilateral, de forma criativa e politicamente consentânea com a plena satisfação de seus interesses mútuos.

Procedemos ainda, nesta ocasião, a uma segunda troca de notas, não menos importante, pela qual nossos Governos acordam atribuir status autônomo ao escritório do Fundo de Cooperação Econômica Internacional no Rio de Janeiro.

O Brasil e o Fundo têm uma tradição de cooperação de 12 anos, consubstanciada na implementação de projetos que visam à contribuir ao aperfeiçoamento da estrutura portuária nacional, à irrigação de novas áreas cultiváveis no Nordeste brasileiro e em Minas Gerais, à eletrificação rural e, agora, à proteção e recuperação ambientais.

É, portanto, muito auspiciosa a cerimônia de que participamos aqui, Senhor Embaixador, na presença ilustre dos Governadores de São Paulo e do Rio. Ela representa o coroamento de um trabalho sério e perseverante de nossas Chancelarias, como das autoridades estaduais brasileiras, sempre atentas na identificação das oportunidades de maior cooperação bilateral. Protagonizamos hoje, portanto, uma conquista significativa para o relacionamento cada vez mais estreito e mutuamente benéfico entre o Brasil e o Japão.

Muito obrigado

Discurso ao ser Condecorado pelo Governo da República do Chile, em Cerimônia na Academia Diplomática, com a Grã-Cruz da Ordem ao Mérito.

Santiago, em 23 de março de 1993.

Excelentíssimo Senhor
Ministro Enrique Silva Cimma,
Senhores Embaixadores,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Creio não precisar dizer da emoção com que recebo das mãos de Vossa Excelência a Grã Cruz da "Ordem ao Mérito", distinção que o Estado chileno outorga generosamente aos estrangeiros que considera particularmente amigos.

Para expressar a gratidão que devoto ao Chile e sua gente, fiz questão de atender prontamente ao amável convite de Vossa Excelência para que esta fosse minha primeira visita de caráter oficial ao exterior na condição de Chanceler do Brasil.

Aqui fui acolhido da forma mais amistosa e fraterna quando, no Brasil, passávamos por tempos difíceis. Os quatro anos que vivi no Chile constituíram uma das fases mais fecundas de minha carreira acadêmica. Devo-a aos amigos que fiz nos círculos intelectuais, universitários e políticos desta magnífica cidade de Santiago. Devo-a aos alunos que aqui tive e que me estimularam a aprofundar minhas pesquisas na área da sociologia, da ciência política e das questões do desenvolvimento.

Como eu, muitos outros brasileiros se beneficiaram da hospitalidade chilena, e o Brasil também recebeu, sempre de braços abertos, os chilenos, que demandaram a nossa terra por variadas circunstâncias.

Estou seguro, Senhor Chanceler, de que não é por mero acaso que a Nação chilena desperta na sociedade brasileira um sentimento de tão profunda afinidade e admiração.

Um dos maiores historiadores do Brasil, Sergio Buarque de Holanda, em curso que ministrou também há trinta anos na Universidade do Chile, já notara que existe um notável paralelismo na evolução e formação de nossos países, expresso, entre outros fatores, "pela adoção de fato de um regime com fortes matizes parlamentares". Na realidade, a normalidade política para nós sempre foi a democracia. Nunca nos conformamos com sua ruptura.

Sublinhava ainda Buarque de Holanda que essas coincidências exerceram influência "na popularidade real, e não declamatória" que o Chile "desfrutou constantemente no Brasil".

Ao usar a expressão "popularidade real", quis o historiador significar que ela "não necessitou ser insuflada ou fabricada pelos Governos, senão que, pelo contrário, cresceu espontaneamente de múltiplas raízes e está longe de representar uma criação artificial e de emergência". Essas observações parecem-me perfeitamente atualizadas.

Brasil e Chile possuem um importante patrimônio comum de afinidades e complementaridades que está à nossa disposição, e que deve ser ampliado e melhor utilizado, nos dias de hoje, para ajudar-nos a enfrentar os desafios com que nossas nações se deparam.

Nos tempos em que vivemos destacam-se com clareza três ingentes tarefas para nossas sociedades e Governos:

- a consolidação de uma democracia aberta e moderna;
- a retomada, em termos estáveis, do crescimento econômico, para a superação do subdesenvolvimento;
- e a busca de uma posição de força para nossa região, num cenário internacional dominado por blocos econômicos poderosos e crescentemente protecionistas.

Acredito não ser exagerado afirmar que um dos principais fatos ocorridos nos últimos anos no quadro político internacional foi a restau-

ração da democracia na América Latina. Valorizo, sobremaneira, a consciência política de nossas nações, que puderam realizar com êxito a difícil tarefa de viabilizar regimes democráticos a despeito de condicionamentos internos e externos extremamente desfavoráveis.

Devemos ter sempre em mente que muitos de nossos países estão enfrentando difíceis obstáculos, como as desigualdades de renda, a persistência da inflação, o peso do serviço da dívida externa, fatores esses que poderiam induzir a um desalento com a opção pela democracia. No entanto, ao fazer uma avaliação do que já foi alcançado, verificamos que a realidade comprova que a América Latina já absorveu o ensinamento basilar de que a democracia é intrinsicamente superior a qualquer forma de autoritarismo, ainda que este acene com benefícios materiais a curto prazo.

A democracia, ao garantir esse bem superior a qualquer outro, que é a liberdade de pensamento e de iniciativa, também demonstra ser tão eficiente quanto toda outra forma de regime para a promoção do desenvolvimento com eqüidade. Nos dias de hoje, em que o sucesso econômico decorre, sobretudo, da criatividade no campo da tecnologia, o regime democrático, ao estimular o florescimento das capacidades individuais, mostra-se particularmente indutivo ao progresso material.

Ademais, convém registrar duas tendências complementares a esta força redemocratizante que empolgou a América Latina:

- a solidariedade entre nossos países na defesa de regimes democráticos ameaçados de ruptura;
- e o empenho com que buscamos aperfeiçoar e purificar nossas instituições políticas e governamentais.

Quero aqui fazer uma menção muito especial à maestria com que a classe política chilena conduziu com êxito o processo de transição, guiada com tanta competência pelo Presidente Patricio Aylwin, assessorado nessa tarefa por homens experientes, sérios e progressistas, como Vossa Excelência, Senhor Ministro Silva Cimma, e muitos outros membros do Governo chileno.

Fora de dúvida, o modelo econômico adotado pelo Chile é mais conhecido internacionalmente do que suas instituições políticas. Esse modelo vem permitindo ao país manter, já por um longo período, elevadas taxas de crescimento. Para a América Latina, o sucesso econômico chileno só nos dá satisfação. Em primeiro lugar, por vermos afinal recompensados o sacrifício e o esforço pertinazes da nação chilena, assim como a criatividade de suas lideranças empresariais.

Ademais, o exemplo chileno comprova ser o continente latino americano uma das regiões melhor dotadas para atingir taxas elevadas de crescimento econômico, desde que se estabeleçam, através de aporte de capitais, equações corretas de combinação dos fatores de produção, e que se nos garanta o direito de competir nos mercados internacionais.

Infelizmente, o alcance dessas duas metas se vê ameaçado. Em primeiro lugar, contraíram-se fortemente, nos últimos anos, as disponibilidades de capital nos países altamente industrializados. O fluxo de investimentos para a América Latina é, assim, muito reduzido, se o compararmos com os aportes que nos vinham nas décadas de 50, 60 e 70.

Temos hoje de competir por capitais com o Leste Europeu, com os países da Ásia e até mesmo com os Estados Unidos, cujo déficit fiscal o obriga a levantar vultosos recursos nos mercados financeiros internacionais. Os países do Leste Europeu, descapitalizados, atraem sobretudo os fundos de natureza pública, sobretudo provenientes da Comunidade Européia, que teme o surgimento de focos de instabilidade política na sua vizinhança. Quanto à Ásia, com seus imensos mercados potenciais e a operosidade de suas populações, afinal liberadas dos conflitos ideológicos que as entorpeciam, constitui um poderoso magneto a atrair investimentos do setor privado, sobretudo do Japão, que se propõe a criar um mercado regional alternativo para suas exportações, freadas pelos obstáculos crescentes que se lhe opõem no Ocidente.

Ademais das dificuldades para a obtenção de investimentos sólidos, e não meramente especulativos, enfrentamos um risco ainda maior, que é o da marginalização. Este risco talvez tenha sido superestimado, mas não devemos deixar de ter em mente que a crise no Primeiro Mundo

está intensificando tendências protecionistas que tanto nos são prejudiciais.

Ademais da Comunidade Européia, com sua já tradicional política protecionista, sobretudo na área agrícola, os Estados Unidos também abandonam aceleradamente a prática do livre comércio. O Japão persiste em sua política comercial desenhada para favorecer as importações de matérias-primas e desestimular as de produtos com maior valor agregado. Vemos, assim, a dimensão real dos obstáculos que se erguem contra as justas expectativas dos países latino-americanos de ampliação e diversificação de suas pautas de exportação.

Exemplo dos efeitos nefastos decorrentes da adoção simultânea de políticas protecionistas é o impasse ocorrido nas negociações da Rodada Uruguai, que ameaça causar uma contração brutal do comércio internacional.

Por essa razão, o Brasil considera a integração latino-americana como uma necessidade de natureza estratégica. Precisamos unir-nos para criar, neste mundo de blocos econômicos poderosos, um centro que tenha densidade própria, um mercado que possa garantir uma escala mínima de produção para nossos produtos manufaturados e que estimule o direcionamento de investimentos externos para setores dinâmicos de nossas economias.

Nesse contexto, adquire especial relevância a coordenação política e econômica entre nossos países. Convido meus companheiros chilenos a juntos refletirmos sobre a definição de estratégias novas para enfrentar aqueles desafios, atuando coordenadamente, de modo a assegurar para nossos países um processo de desenvolvimento auto-sustentável.

Senhor Chanceler Silva Cimma,

Brasil e Chile desenvolveram marcante trajetória no cenário internacional. Desde o início de suas existências como nações independentes, são amplamente reconhecidas nossas contribuições para o pacífico convívio internacional. Sentimo-nos, portanto, com o direito de reivindicarmos a vigência dos postulados democráticos também nas relações entre os Estados.

Devemos corrigir injustiças e desigualdades, tanto no campo interno como na área internacional. Recentemente, ao contribuirmos, Chile, Brasil e Argentina, para viabilizarmos a entrada em vigor do Tratado de Tlatelolco, e ao nos associarmos à iniciativa para o banimento de armas químicas e biológicas, demos mais exemplos de nossa ação construtiva nesse importante segmento do direito internacional.

Não aceitamos a separação preconceituosa, muitas vezes ainda praticada, entre "nações responsáveis" e "países de segunda classe". Aspiramos, legitimamente, a um tratamento digno, respeitoso e transparente.

Considero também essencial registrar aqui a ação que nossas diplomacias desenvolvem no seio das Nações Unidas, procurando reforçar sua capacidade pacificadora, ao mesmo tempo que buscamos fazer com que a ONU retome sua vocação de liderança para assegurar o progresso econômico e social dos países em desenvolvimento.

Também nesse contexto, é preciso não esmorecer na aplicação dos resultados da Conferência do Rio. Ali se desenhou uma nova estratégia para o desenvolvimento, fundada na visão renovada da cooperação internacional. Mais do que isso, operou-se um importante salto conceitual, ao se negar a distinção artificial entre problemas globais e problemas locais. Colocaram-se as questões do desenvolvimento no mesmo plano dos processos globais de comprometimento do meio ambiente que tanto concentram as atenções dos países industrializados.

Passado menos de um ano, no entanto, já se percebe uma tendência a voltar a encarar os resultados da Conferência como recaindo dentro da esfera das questões meramente ambientais. O perfeito entrosamento com que nossos países atuaram na Conferência será importante para assegurar a defesa da posição arduamente conquistada nas negociações internacionais sobre meio ambiente e desenvolvimento.

A brilhante e bem sucedida iniciativa chilena, por nós apoiada desde o primeiro momento, de convocar uma Cúpula de Desenvolvimento Social, constituiu um claro sinal de redefinição de prioridades daquele Organismo. No mesmo sentido, o Brasil sugeriu a adoção de uma "Agenda para o Desenvolvimento", iniciativa também aprovada e

que, esperamos, venha a orientar, em escala mundial, os esforços conjuntos para a superação da pobreza.

Em suma, o grande desafio de nossos tempos é o de criar, ou melhor, de transformar uma cultura centrada na obediência, na confrontação de forças antagônicas e no jogo de poder, em outra, centrada no respeito mútuo e na colaboração. Na responsabilidade, e não no ocultamento. Na verdade, e não na aparência.

Que tipo de sociedade desejamos? Que modelo de Estado queremos? A que padrão de relacionamento humano aspiramos? Na resposta a todas essas perguntas desempenha papel decisivo a vontade de assumir compromissos com coerência e firmeza. Após largos períodos de oscilação entre fases de estabilidade e instabilidade, tudo parece indicar que nossa história está entrando em uma nova órbita.

Juntemos nossos esforços, pois, para estarmos à altura das justas expectativas de nossos povos em prol da liberdade, progresso e paz.

Uma vez mais, agradeço sensibilizado ao Governo do Chile pela distinção que me outorga e pela oportunidade que me deu de falar nesta Academia Diplomática, que forja, como o nosso Instituto Rio Branco, os agentes de uma diplomacia respeitada.

Muito obrigado

Conferência no Hemiciclo da Antiga Câmara dos Deputados, sob o Patrocínio da Academia Diplomática do Chile

Santiago, em 24 de março de 1993.

Olho à minha volta neste antigo plenário da Câmara dos Deputados e procuro imaginar os embates de idéias que aqui se travaram. Quantos grandes momentos da história do Chile foram refletidos neste recinto. E não só do Chile porque este país tão altivo, tão perceptivo, sempre projetou visões importantes e absorveu e trabalhou as teses que marcaram a trajetória de nosso Continente.

Quem sabe se essas paredes, por alguma lei misteriosa, não guardarão os ecos de tantos discursos radicais, socialistas, comunistas, democratas-cristãos e tantos outros defensores de causas diversas que nesta sala forjaram a liberdade chilena e a alta cultura política de seu povo.

Com humildade ante esses altos antecedentes e neles buscando inspiração gostaria de transmitir-lhes alguns conceitos e comentários sobre a situação presente no âmbito mundial e, em particular, sobre a participação dos nossos países e do nosso continente no quadro global.

Um mundo novo, uma nova ordem?

O término da Guerra Fria criou um cenário cujas características principais poderiam ser a unipolaridade do poder militar, a formação de uma economia global de mercado, a proeminência das políticas liberais na gestão da economia, a progressiva organização da economia e do comércio internacionais em blocos regionais e sub-regionais e a tendência à globalização de problemas, como os que dizem respeito ao meio ambiente, aos direitos humanos e ao abuso de entorpecentes.

A esses temas sobrepõem-se processos que nada têm de novo, mas que não perderam atualidade. A problemática do desenvolvimento, por exemplo, não deve ser objeto de preocupação menos global ou menos intensa do que as questões que acabo de mencionar. Afinal, o fim da Guerra Fria coincidiu com o encerramento de uma década caracterizada pela aguda deterioração da situação da maioria dos países em desenvolvimento. Outras questões, mais antigas, como a dos nacionalismos e dos irredentismos que assolam diferentes regiões do planeta, ressurgem ou fortalecem-se com o desaparecimento do sistema bipolar que impunha uma certa "ordem" — mais ou menos precária — sobre uma realidade que, todos sabemos, é essencialmente dinâmica e refratária a enquadramentos dualistas.

Talvez decorra dessa junção de problemas novos, que apontam para o futuro, e de questões velhas, que nos prendem ao passado, a especial complexidade do momento que vivemos. Multiplicam-se, em conseqüência, os desafios para os formuladores de política externa, incumbidos de definir as ações que projetam o Estado como ator nesse sistema internacional em acelerada transformação e marcado por contradições.

Já se ouve falar no surgimento de uma "nova ordem internacional" pós-Guerra Fria. Não há dúvida de que se abrem novas possibilidades de evolução do cenário internacional, mas ainda é difícil identificar o significado profundo das mudanças que ocorrem. Qualquer prognóstico deve fazer-se com extrema cautela. O que se pode dizer com certa margem de segurança é que há otimismo prematuro entre os que antevêem a rápida construção de uma nova convivência entre os Estados, fundada na solução pacífica de controvérsias, na democratização dos processos decisórios e na cooperação para um desenvolvimento econômico plenamente realizado, sustentado e universal.

A preocupação em contrapor a ordem à força nas relações entre Estados soberanos talvez se tenha articulado a partir do sistema de Westfália. Grócio procurou demonstrar que a soberania não conflitava irremediavelmente com a subordinação dos Estados à jurisprudência. Na ausência de uma autoridade incontrastável, capaz de impor a ordem, procurou no Direito Natural os princípios morais que seriam as normas

vinculatórias entre os Estados. A partir de Hobbes, por outro lado, firma-se uma visão oposta: a sociabilidade, implícita no conceito Grociano, é negada como condição natural. A primazia do individualismo é incompatível com a idéia de justiça universal. A ordem internacional é configurada — e sua estabilidade garantida — pela distribuição de poder entre os Estados de maior peso militar e econômico.

Tanto o equilíbrio de poder que predominou entre 1815 e 1914 como a dissuasão nuclear, que marcou o período de 1945 a 1989, constituíram, para dizer o mínimo, sistemas de preservação da ordem imprevisíveis e de alto risco. A maior estabilidade relativa lograda pela Guerra Fria deu-se ao custo da "administração" dos inúmeros conflitos regionais por ela exacerbados e de uma corrida armamentista de proporções assombrosas, com gastos estimados em US$ 500 bilhões anuais para as duas superpotências, o que seguramente terá contribuído para a erosão interna e a derrocada da União Soviética.

O multilateralismo, que tanta esperança suscitou nos chamados "idealistas", em São Francisco, como um sistema mais eficiente e justo de regulação da ordem internacional, teve funcionamento limitado nos últimos quarenta anos. Em alguns campos, como no de direitos humanos, ocorreram, sem dúvida, avanços notáveis. No entanto, não parece existir, ainda, dois anos após a Guerra do Golfo, uma base consensual para a reavaliação do funcionamento e o aumento da eficácia do papel das Nações Unidas. Haverá por certo um difícil caminho a trilhar em direção a um multilateralismo renovado.

A legitimação generalizada da democracia política e do livre mercado é apontada por alguns como indício da culminação de um processo histórico. O capitalismo liberal, é verdade, não tem hoje competidor capaz de ameaçar-lhe a proeminência. Não podemos, no entanto, afirmar que o mundo esteja rumando para algo que se assemelhe a um grande consenso ou a uma identidade política única. Pelo contrário, a intensidade do processo histórico permanece inalterada no grande número de conflitos localizados, nos embates de fundo étnico, cultural e religioso e na disjuntiva entre desenvolvimento e subdesenvolvimento.

Outra característica de nossa época é um aparente descompasso entre o ritmo das transformações no campo político e no campo

econômico. As rupturas no jogo de poder estratégico-militar são relativamente recentes, embora, é claro, tenham raízes mais profundas. Na economia mundial, por sua vez, vêm-se consolidando há mais tempo mudanças de caráter permanente e não cíclico. Num conhecido e polêmico artigo publicado na Foreign Affairs em 1986, Peter Drucker afirma que a economia mundial não "está em mudança; ela já mudou". Aponta, em defesa de sua tese, três aspectos: a desconexão entre os produtos primários e a economia industrial; a desconexão entre produção e emprego na economia industrial; e o aparecimento dos fluxos de capital como força impulsionadora da economia mundial e a relação frouxa e imprevisível entre estes e o comércio.

A capacidade de ação política dos Estados está, mais do que nunca, ligada à sua sobrevivência numa economia global cada vez mais competitiva. A supremacia dos Estados Unidos vê-se até certo ponto qualificada pela relativa debilitação de sua economia e a afirmação de outros pólos de poder econômico na Comunidade Européia e no Japão. A afirmação de modalidades de comércio administrado em larga escala leva a uma concentração dos fluxos de comércio e investimento nas áreas mais dinâmicas do planeta. Essa reorganização econômico-comercial em escala mundial, cuja velocidade poderá variar de lugar a lugar, mas que parece irreversível, tenderá a levar, pelo menos em algumas regiões, a uma progressiva dissolução do relacionamento econômico bilateral dentro do conjunto maior de cada agrupamento supra-nacional.

O pano de fundo para essas mudanças tem sido uma profunda desordem econômica, cujas origens remontam aos anos setenta. A interdependência crescente, ao mesmo tempo que reduz a capacidade de cada país de influenciar em seu benefício a dinâmica da economia internacional, coincide com o acirramento de práticas protecionistas. A incerteza reinante sobre os resultados da Rodada Uruguai não permite ainda um prognóstico otimista quanto ao fortalecimento das regras que embasam o comércio multilateral, necessárias para arrefecer as tendências neo-protecionistas do momento. A taxa de crescimento dos países da OCDE situa-se aquém dos níveis mínimos necessários para impulsionar a economia global, cuja gestão revela-se um exercício precário, como demonstra a performance do Grupo dos Sete nos seus esforços de

coordenação. O fim da Guerra Fria não liberou recursos, na quantidade e na forma que muitos previam ou desejavam, para o soerguimento da economia internacional. Pelo contrário, alguns de seus corolários imediatos, como o custosíssimo processo de reunificação alemã, estão na raiz da presente situação.

A verdade parece ser que a transição para um mundo pós-Guerra Fria apenas começa e que caminhamos nessa direção carregando pesada herança de contradições.

A renovada atualidade do desenvolvimento

Hoje, é freqüente ouvirmos a defesa das vantagens do fim do mundo bipolar em termos quase puramente ideológicos, embora se tenha tornado lugar comum diagnosticar a dissolução generalizada das ideologias que, sob variadas apresentações, ocuparam nossas mentes e esporearam nossas ações por mais de um século. O que se vê é uma forte propensão a que o ideário liberal tome o lugar dos esforços para a superação das distorções e dos desequilíbrios da economia internacional.

No plano interno, as evidências de esgotamento dos modelos autárquicos de desenvolvimento validam, em boa medida, a adoção de políticas econômicas orientadas para o mercado, a abertura aos fluxos de comércio, a competitividade e a complementariedade. Todos os nossos países, em distintas escalas de tempo e trilhando caminhos nem sempre coincidentes, perfizeram, ou ainda perfazem, ao custo que todos conhecemos, o caminho das reformas estruturais. Evidentemente, esses esforços não podem acontecer isoladamente, como se não houvesse conexão alguma entre o que acontece dentro das fronteiras nacionais e a economia internacional. Muito menos pode-se esperar que os ajustes internos como que transbordem, provocando uma espécie de ordenamento automático em escala global.

Um dos grandes desafios que enfrentamos pode ser identificado no esmaecimento do grande debate internacional sobre as questões do desenvolvimento, que já vinha perdendo fôlego nos anos oitenta até atingir um estancamento quase completo no final da década. Permanecem mais urgentes do que nunca as inúmeras questões que afetam

diretamente os países em desenvolvimento. O acesso aos mercados dos países industrializados continua sofrendo o efeito de obstáculos não-tarifários, de medidas unilaterais e da discriminação em favor dos próprios países desenvolvidos. Sobre nossas exportações tradicionais continuam a incidir a redução de demanda e a rápida obsolescência provocadas por transformações tecnológicas e mudanças estruturais nos padrões de produção e comércio mundiais. A esse quadro negativo somam-se a reduzida taxa de crescimento dos países industrializados, a persistência de altas taxas de juros, que superam em muito os níveis médios no período em que o atual Primeiro Mundo se desenvolvia, o desnível tecnológico e os esquemas restritivos à transferência de tecnologia e conhecimento, justamente quando a nova estrutura da produção vem-se apoiando em mais informação e conhecimento. Esses fatores dificultam uma inserção dinâmica na economia mundial e acentuam a perda de participação relativa na expansão global do comércio.

Outro obstáculo está centrado na questão da dívida externa, ainda não definitivamente equacionada: a América Latina como um todo foi, durante dez anos, uma região de investimento negativo. A dívida externa está deixando de ser matéria prioritária para os países desenvolvidos, como demonstra a exclusão de seu tratamento nas reuniões do FMI e do BIRD.

Aliado a essas dificuldades, o surgimento de prioridades competitivas para a aplicação de capitais, como, por exemplo, na Europa do Leste (fenômeno que já foi chamado, de forma imprecisa, de inclusão do Leste no Sul), contribui para acentuar um quadro pouco propício à atração de investimentos.

Os elementos que apontei, sem a pretensão de esgotar assunto tão complexo, indicam o quanto permanecem atuais os grandes problemas que dominaram o diálogo Norte-Sul, ainda que o marco desse diálogo se tenha modificado. Aceitar que uma "nova ordem internacional" pós-Guerra Fria possa colocar em segundo plano a cooperação internacional para o desenvolvimento equivaleria a aceitar que os países industrializados tenham plena margem de ação para o ordenamento de seus interesses e suas prioridades econômicas com os países em desenvolvimento. Estaríamos dando livre curso a critérios, como as barreiras

à transferência de tecnologias, que apontam para uma nova divisão internacional do trabalho.

O grande desafio, portanto, é o de trazer novamente para o proscênio o tema do desenvolvimento, recorrente em nossa diplomacia. O primeiro passo nessa direção foi dado pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nela, consagrou-se um novo conceito — o desenvolvimento sustentável — que vem resgatar alguns elementos básicos de nossa atuação diplomática, como o direito ao desenvolvimento. O Chile patrocina uma outra iniciativa que certamente terá importância capital: a Cúpula sobre Desenvolvimento Social, a realizar-se em 1995.

Ao retomar o debate sobre desenvolvimento, estaremos renovando um grande movimento que moldou profundamente o mundo a partir da UNCTAD I, em 1964, quando a feição das relações multilaterais se modifica fundamentalmente a partir do crescente número de países em desenvolvimento que passam a ter voz ativa na diplomacia econômica multilateral.

A partir de então, assistiu-se, paralelamente a um intenso, difícil e em boa medida frustrante diálogo sobre as bases de uma nova ordem econômica internacional, a uma seqüência de ambiciosas negociações multilaterais voltadas para grandes temas como população, direito do mar, espaço. A ótica pela qual eram vistos os problemas e as soluções propostas nem sempre correspondiam aos anseios dos países em desenvolvimento. Isso porque os países ricos focalizavam sua atenção sobre uma agenda seletiva de problemas, como, por exemplo, a questão populacional, sobre as quais queriam agir e reclamavam a plena adesão do terceiro mundo. Por outro lado, a transferência de recursos financeiros para permitir a industrialização, o estabelecimento de melhores condições no comércio internacional de matérias primas e produtos agrícolas não eram vistos como problemas universais.

De nossa parte, embora tivéssemos plena consciência de problemas como o impacto da industrialização — e da pobreza — sobre o meio ambiente, não aceitávamos subordinar nossas decisões essenciais a ditames supranacionais. Sobretudo, não podíamos concordar que a

agenda internacional fosse ocupada pelos chamados temas globais quando nossas reivindicações no campo do desenvolvimento econômico não encontravam resposta satisfatória.

O desafio deu, na verdade, novo alento aos países em desenvolvimento. Graças à sua intensa mobilização, a Conferência do Rio constituiu a primeira grande negociação global após o fim da Guerra Fria. Já se disse que realizou, de certa forma, a aspiração das "negociações globais" recusadas em Cancún, no início da década de 80, no gesto que simbolicamente marcou o fim do diálogo Norte-Sul, apadrinhado pela França de Giscard dEstaing nos anos 70. Embora não tenha tido a abrangência de todos os temas discutidos na década de setenta, ainda assim cobriu um campo vastíssimo. A expressão "negociações globais" indica, de fato, não só que essas se efetuaram no contexto democrático da Assembléia Geral das Nações Unidas (e não nas instituições de Bretton Woods, onde predomina o voto ponderado) mas também que visaram a abordar globalmente todos os aspectos interligados da economia mundial: moeda, finanças, comércio, ajuda ao desenvolvimento. Apesar da óbvia assimetria de poder, as negociações permitiram uma real participação dos países em desenvolvimento e redundaram em concessões significativas por parte dos países industrializados.

A primeira grande negociação internacional do período pós-Guerra Fria deixou, assim, um saldo positivo no que se refere ao impulso renovado que deu às questões do desenvolvimento, com base numa nova visão da cooperação internacional. O grande salto conceitual operado foi justamente o de trazer o desenvolvimento para o mesmo plano das grandes questões ambientais que tanto preocupam os países industrializados, responsáveis que são, devido aos seus elevados padrões de produção e consumo, pelos principais fenômenos de comprometimento do meio ambiente. O êxito desse processo que se inicia, a velocidade em que será implantado, permanecem incertos. É certo, porém, que a comunidade internacional nunca dispôs de uma agenda tão ampla para o desenvolvimento — agora entendido como desenvolvimento sustentável — debatida por praticamente todos os governos, com ativa participação da sociedade civil e aprovada no mais alto nível político.

A evolução recente da América Latina

Não posso deixar de dedicar atenção especial, nestas reflexões, à América Latina. Quais seriam as condicionantes ou as limitações fundamentais de sua inserção no cenário internacional, cujas linhas básicas procurei ressaltar?

Em nosso continente, de modo geral, a reivindicação social (via populismo) e a busca de maiores oportunidades de desenvolvimento econômico (via anti-imperialismo) precederam a reivindicação propriamente democrática e, até certo ponto, a menosprezaram. Daí os regimes autoritários que se multiplicaram entre nós voltados para o fortalecimento do Estado gestor e empresário.

Três circunstâncias principais levaram ao desacreditamento do autoritarismo e à pressão democratizadora das sociedades. A primeira foi a crescente ineficiência do Estado à medida que se agigantava e se fechava ao mundo exterior. A segunda foi a armadilha do ajuste à globalização da economia mundial via absorção dos dólares reciclados e o conseqüente endividamento. A terceira causa foi o próprio câncer que corrói o Estado autoritário pela degradação dos direitos humanos, pela corrupção, pela ausência de liberdade, enfim.

Era natural, pois, que a opinião pública se voltasse contra o Estado e aplaudisse as propostas tendentes a destruí-lo sem dar-se conta de que tal opção nem sempre correspondia a seus interesses e sim a de pequenos grupos internos e externos, mais ou menos os mesmos que se haviam aproveitado do Estado tentacular.

É possível que essa revolta anti-Estado se esteja agora matizando e que a tese liberal do "Estado mínimo" vá sendo substituída pela do "Estado socialmente necessário".

Temos hoje aguda consciência de que a prioridade é a universalização das vantagens sociais. Em nossas economias, seria falacioso pretender que o empresariado, por si só, pudesse atender a demanda de bem-estar até porque há ações que não podem nem devem dar lucro, devem apenas servir ao bem-estar comum e, por isso, não podem ser privatizadas.

Nada, porém, será conseguido se não houver crescimento econômico baseado num critério constante de competitividade segundo o qual a liberdade do mercado só poderá ser restringida quando o mercado não tiver condições de promover o crescimento.

Para conduzir esse delicado equilíbrio, é preciso a conjunção de esforços do empresário, do político e do sindicalista.

As condições para essa evolução vão-se aos poucos concretizando.

Para a maioria dos países latino-americanos, os anos oitenta foram um período de grande evolução política e de profunda crise econômica. Nos primeiros anos da década de noventa, vai-se generalizando um padrão, iniciado pelo Chile, que dele ainda é o melhor exemplo, de superação da estagnação que marcou o continente na década passada. Em 1985, 8 países latino-americanos apresentavam um crescimento do PIB acima de 3%; 10 tiveram índices menores do que em 1984. Em 1991, 6 países tiveram um crescimento do PIB abaixo de 3% e apenas 5 tiveram índice menor do que em 1990. Os regimes burocrático-autoritários — para usar a expressão conhecida de Guillermo O'Donnell — que marcavam a paisagem na primeira metade daquela década deram lugar aos sistemas democráticos, que são hoje a regra.

Haveria alguma causalidade entre a liberdade política, que pressupõe liberdade econômica, e a melhor performance das economias. Paralelamente, parecem hoje um tanto frustradas as esperanças que os países ricos tinham de rápidos ganhos em toda a imensa região que abandonava o planejamento centralizado. A implantação da economia de mercado na Europa do Leste faz-se mais lentamente do que previsto. O entrosamento da parte oriental da Alemanha é hoje ainda apenas uma pesadíssima fatura e os ex-componentes da União Soviética padecem de graves males. É natural, portanto, que os capitais em busca de aplicação redescubram a América Latina, sua cultura política essencialmente ocidental e sua estabilidade relativamente maior num panorama em que os conflitos cruentos são exceção diminuta.

No novo quadro de generalização de regimes abertos, é visível o fortalecimento das relações entre os países latino-americanos. Curioso lembrarmos que tal, paradoxalmente, não era a situação quando, do Peru

para o sul, todos os nossos países tinham governos militares. Uma possível explicação estaria exatamente na visão militar estratégica que prevê alianças mas que repugna a integração.

Contudo, o contexto na nova América Latina continua problemático. Nada nos permite ignorar a persistência do imenso desnível entre o que se convencionou chamar de Norte e Sul. Professarmos a mesma filosofia política e econômica que as grandes potências não nos iguala automaticamente. As barreiras protecionistas comerciais e tecnológicas não levam em conta a adesão de um país aos princípios liberais, até porque o móvel principal é o lucro. Não quero dizer que não devamos perseguir a abertura dos mercados, a redução do Estado, o fortalecimento da iniciativa privada, mas não basta essa conversão para garantir uma simétrica abertura do mundo desenvolvido. A principal constatação que se pode fazer, portanto, é a da posição relativamente vulnerável de nosso continente.

Um outro engano contra o qual devemos precaver-nos seria tentar afastar-nos de nossa circunstância geográfica e cultural para buscar uma combinação com os grandes pólos econômicos. Esses dois movimentos, o de aproximação entre nós mesmos e o de inserção no mundo, não são excludentes. Pelo contrário, complementam-se. A concertação política e a integração econômica são requisitos para uma projeção mais nítida da América Latina no mundo.

As integrações — idéia e prática

A idéia da união, nas Américas, é mais antiga do que em qualquer outro continente. Por outro lado, nenhum sonho de integração jamais abarcou área geográfica tão extensa. Hoje, a América Latina encontra uma identidade comum que gradualmente se afirma por cima da grande diversidade que nos individualiza.

As condicionantes internas de nossos países atuaram, nas décadas de 60, 70 e 80, em sentido contrário ao da integração, encontrando sempre alternativas como o protecionismo, os subsídios e as reservas de mercado. Daí decorria uma permanente dissociação entre a retórica oficial e a ação negociadora. A desgravação tarifária e a eliminação de restrições não-tarifárias esbarravam em políticas restritivas, decorrentes não só do modelo de desenvolvimento baseado na substituição de

importações, mas também da necessidade de ajuste econômico interno em conseqüência do endividamento externo.

Nos últimos anos, os esforços de integração ganharam velocidade inédita. O passo decisivo foi dado com a afirmação de maior pragmatismo nas políticas, que passaram a deixar de lado tentativas multilaterais globalizantes em favor de aproximações bilaterais ou por grupos de países, abrindo espaço para o surgimento de subgrupos regionais.

Um dos principais resultados dessa evolução foi o Tratado de Assunção, que está completando seu segundo ano com um balanço onde as expressivas realizações suplantam claramente o elenco de obstáculos. A trajetória do MERCOSUL consolidou a percepção de que não se trata de um bloco hermético, fechado aos seus vizinhos ou aos outros blocos ou atores individuais do cenário mundial. Pelo contrário, seus objetivos são a formação de economias de escala que permitam maior inserção dos quatro parceiros nos fluxos econômicos e comerciais globais.

Apesar de condições internas muitas vezes adversas, o MERCOSUL já pôde obter êxitos significativos. Além do programa de desgravação tarifária linear e automática, sua espinha dorsal, têm sido levadas a cabo tarefas de harmonização e coordenação econômicas, tanto do lado governamental quanto por parte do setor privado, com alto grau de compreensão e entendimento mútuos. Marco significativo desse processo foi a fixação pelos Presidentes, em novembro de 1992, em Montevidéu, dos níveis máximos de tarifas que orientarão conversações para o estabelecimento, já em 1995, de uma Tarifa Externa Comum que conformará a União Aduaneira entre os quatro sócios.

Os últimos anos viram também o aparecimento de grande número de esquemas concertados, alguns paralelos e outros superpostos, de liberação comercial tendentes ao estabelecimento de zonas de livre comércio, de uniões aduaneiras ou mercados comuns. São exemplos concretos os acordos no âmbito do Grupo Andino, do Grupo dos Três, composto por Colômbia, México e Venezuela e, mais recentemente, da zona de livre comércio integrada pelo México e cinco países centro-americanos, bem como de acordos firmados entre Argentina e Chile, entre estes dois e México, entre Argentina e Venezuela e entre Chile e Venezuela.

Os diversos acordos de formação de zonas de livre comércio apresentam uma similitude básica em seus objetivos e nos meios para alcançá-los: a liberação progressiva e linear de todo o universo tarifário dentro de cronogramas predeterminados, a eliminação total de restrições não-tarifárias, e a harmonização de políticas setoriais para assegurar a reciprocidade de benefícios e a competição equilibrada.

Uma dimensão adicional de grande significado começa a marcar a paisagem. Temos dedicado especial atenção às implicações para a América Latina da proposta norte-americana de criação de uma área hemisférica de livre comércio, seja no âmbito da Iniciativa para as Américas seja através da possível futura extensão do NAFTA. Não há antagonismo nem conflitos insuperáveis entre essa proposta e os processos de intensificação do comércio e de integração em curso na América Latina. É nesse sentido que não identificamos incompatibilidades entre o comércio dinâmico mantido entre Brasil e Chile e os caminhos futuros do Chile em direção ao um possível ingresso no NAFTA. Foi também dentro desse espírito que o Brasil, em 1991, juntamente com seus parceiros do MERCOSUL, assinou com os Estados Unidos o chamado Acordo 4 + 1, que criou mecanismo de consulta sobre temas econômicos e comerciais.

O Brasil vem adotando uma postura de coerência e continuidade com relação ao tema da integração hemisférica. Os Presidentes dos países do MERCOSUL já manifestaram a disposição de iniciar, no âmbito do Acordo 4 + 1, conversações preliminares sobre as opções comerciais que se abrem a partir da nova realidade hemisférica.

Esse quadro, em grande medida, determinará a forma como se deverão desenrolar, na década de noventa, as relações econômicas e comerciais na América Latina. A escassa proporção do intercâmbio recíproco no total do comércio exterior entre os países do continente parece indicar que essas relações ainda continuarão a seguir um duplo caminho: de um lado, a busca de uma crescente inserção competitiva no mercado mundial, como requisito e fator dinamizador da modernização produtiva; por outro lado, as próprias dificuldades antepostas a essa inserção levam a uma intensificação dos esquemas de concertação dentro da região, com base em cronogramas de liberação de comércio e

no início de uma efetiva coordenação de políticas. Essas duas vertentes — a global e a regional — são aspectos complementares de um mesmo desafio: a ampliação de mercados como plataforma para a modernização e o aumento da eficiência em um mundo cada vez mais competitivo.

Não haveria êxito na integração econômica nem na luta pelo acesso aos mercados desenvolvidos sem a contrapartida de uma necessária e renovada concertação política. Os últimos anos foram marcados por uma profunda mudança na intensidade e na qualidade do diálogo entre os países latino-americanos, reflexo direto da consolidação de regimes democráticos no continente. Foi justamente para preservar esse patrimônio democrático, duramente conquistado, que surgiu o Grupo do Rio, cuja coordenação cabe, este ano, ao Chile.

O Grupo do Rio é um mecanismo singularmente dotado para a consulta política no mais alto nível, sua vocação fundamental. Caracteriza-se por grande maleabilidade de procedimentos e um grau mínimo de institucionalização. Constitui, em essência, um canal para o que se poderia chamar de uma verdadeira diplomacia presidencial na América Latina. Não se confunde, portanto, com um simples grupo de pressão para a apresentação de reivindicações de ordem econômica ou comercial. A medida do êxito do Grupo do Rio é dada pela constatação de que nenhum país latino-americano deseja, hoje, manter-se à sua margem. Ao mesmo tempo, não há como subestimar sua importância na contenção de processos que colocam em risco a ordem democrática. Além disso, a América Latina, representada no Grupo do Rio, é reconhecida como interlocutora de outros países e agrupamentos. Participamos, assim, ativamente, das discussões sobre os grandes temas da agenda internacional.

Esses e muitos outros aspectos formariam um complexo mosaico da realidade internacional e do papel, nela, da América Latina. Não sei se consegui mostrar que não nos convém retomar o caminho das ideologias. As soluções têm de ser pragmáticas e realistas. A atuação deve ser não confrontacionista mas firmemente reivindicatória. Só assim venceremos o desafio maior de começar o terceiro milênio sem a praga da miséria.

Apresentação perante a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados

Brasília, 31 de março de 1993.

Uma Política Externa Brasileira para os Anos 90

São características centrais da diplomacia brasileira: tradição, memória, estabilidade, respeito a compromissos assumidos, proteção dos interesses nacionais, visão de futuro.

A diplomacia brasileira integra-se em um todo coerente, pautado por doutrinas e princípios permanentes, ditados pelos interesses nacionais. As diretrizes de ação poderão ser variáveis, em função das mutações do cenário internacional. Sua execução deve, contudo, gozar sempre de alta credibilidade. Para tanto, é fundamental o apoio interno, baseado no consenso, na ampla base de sustentação político-partidária e na interação com as forças sociais do País.

A diplomacia brasileira deve agir com espírito crítico, capacidade de adaptação e anti-imobilismo. Deve verificar as necessidades internas, projetá-las no plano externo e buscar oportunidades de atendimento.

O Brasil tem peso específico no cenário internacional e portanto nível razoável de poder, mas este é limitado pelo poder dos demais países. Essa circunstância acarreta ameaças e oportunidades e a necessidade de harmonizar interesses. A tradicional flexibilidade de nossas posições, a permanente busca de soluções pacíficas e as boas relações que mantemos com todos os vizinhos são um patrimônio valioso no atual momento internacional.

Por que uma nova política externa? Em primeiro lugar, porque o Brasil mudou. No plano político, passamos de uma fase autoritária para uma fase de pleno exercício democrático. No plano econômico, após um período de desenvolvimento acelerado, entramos em uma crise que poderá conduzir à estagnação do crescimento. No plano ideológico,

ultrapassamos a etapa do nacionalismo autoritário e do desenvolvimento autóctone para buscar uma inserção competitiva no mundo.

Em segundo lugar, porque o mundo mudou. No plano político, o final da Guerra Fria redesenhou o esquema de poder. No plano econômico, a tendência dominante parece apontar no sentido da globalização. No plano ideológico, a democracia e a economia de mercado são a regra geral.

Uma nova agenda se impõe, tanto para o Brasil como para o mundo. As relações moldadas por financiamento externo abundante e forte presença dos Estados deixaram de existir. As políticas de substituição de importações e de proteção contra a competição externa, que foram positivas no passado, não poderão mais render os mesmos frutos. A estratégia de inserção internacional deve portanto ser redefinida. Cabe ao conjunto das nações, por outro lado, construir um novo ordenamento, sobretudo em função do fim da bipolaridade.

A conjuntura mundial enfrenta hoje um período de transição, caracterizado por indefinições e incertezas. Fatores novos e antigos convivem, forças centrífugas atuam. O cenário é complexo e aberto, o que recomenda políticas cautelosas, sem guinadas abruptas.

A conjuntura brasileira também é de transição. Ainda não superamos a instabilidade econômica e ainda buscamos um modelo político adequado, o que se evidencia pelo plebiscito e pela revisão constitucional.

A nova agenda diplomática brasileira deve pautar-se por elementos de continuidade e de mudança. As características centrais da atuação externa permanecem as mesmas e também permanecem os mesmos os objetivos primordiais: paz, desenvolvimento, estabilidade internacionais.

No mundo de hoje, contudo, a palavra-chave é mudança, o que exigirá grande capacidade de adaptação de parte do Brasil. Os cenários possíveis estão em aberto. Poderá cristalizar-se a tendência mais provável à globalização, mas não seriam de excluir cenários caracterizados pela regionalização e até mesmo fragmentação. O Brasil deverá

abrir, e não fechar opções, jogar nos diferentes tabuleiros, buscar parcerias estratégicas e parcerias localizadas, o que exige planejamento estratégico, visão de futuro e adaptação criativa.

Esse esforço deverá ser inspirado pelo realismo: será preciso seguir as regras do jogo, não poderemos mudar essas regras a curto prazo e não queremos ficar fora da cena. Ao mesmo tempo, deveremos perseguir os objetivos de uma ordem internacional mais justa, mais democrática e mais transparente a longo prazo.

Deveremos manter nossas coalizões tradicionais e procurar novas. Temos vocação universal e portanto maior facilidade de variar nossas parcerias. Temos condições de conduzir uma diplomacia diversificada e de caráter universalista.

Nossa inserção na economia global dependerá da estabilidade interna e da retomada do crescimento. Será necessário promover ajustes estruturais e modernização competitiva e eliminar ineficiências. Será necessário manter uma política de abertura para o exterior, para obter integração econômica mais profunda, e harmonizar nossas políticas às prevalentes no mercado internacional. Tal exercício não se fará sem custos, tanto em termos de adaptação da estrutura produtiva, quanto no que se refere a um menor grau de liberdade de escolha de opções. Existirá um núcleo de políticas em torno da questão da integração com a economia mundial (redução de barreiras ao comércio, política industrial, modernização tecnológica, maior participação do investimento estrangeiro, proteção adequada à tecnologia, salvaguardas na área nuclear) que deverá contar com estabilidade e refletir um amplo consenso nacional, uma vez que são essenciais para a inserção internacional do Brasil.

As medidas de liberalização não deverão, contudo, ser gratuitas. As concessões devem ter contrapartidas e ser obtidas mediante nossa tradicional habilidade de negociação. Ao lado da adaptação negociada às regras do jogo e da integração crescente no mundo, deveremos ter presente o objetivo reformista. Assim, não poderemos perder de vista a dualidade brasileira, conduzindo uma atuação diplomática que busque o moderno mas também as necessidades do mundo em desenvol-

vimento, do qual fazemos parte. Essas duas vertentes da diplomacia brasileira se unem na busca da democratização das relações internacionais, na defesa do multilateralismo econômico com regras estáveis e transparentes e na construção de um novo ordenamento multilateral mais eqüitativo.

Paralelamente a uma ação global, impõe-se ao Brasil procurar opções regionais. Nesse sentido, será preciso valorizar uma base sólida na nossa própria região, inclusive para aumentar nosso poder de barganha. A formação de uma plataforma sul-americana é favorecida pela contigüidade geográfica e poderá ter extensões no Atlântico Sul, na América Central e no Caribe. O processo de integração econômica regional não poderá privilegiar vínculos exclusivos, como tem feito o México com relação aos EUA. Seria uma opção empobrecedora. Essa postura não significa, contudo, abandonar a priorização de nossas relações com os EUA, nosso parceiro individual mais importante e com o qual o Brasil tem procurado desenvolver uma agenda positiva. As alternativas da Europa e do Pacífico devem ser enfatizadas. A Comunidade Européia, em conjunto, é nosso primeiro parceiro comercial, e o Pacífico é a área que cresce mais rapidamente no mundo atual. A regionalização aberta valoriza a contigüidade e favorece a globalização. Alimenta laços crescentes dentro de cada região, sem excluir o desenvolvimento de relações inter-regionais no seio de um sistema multilateral operante.

O Brasil pertence, ao mesmo tempo, ao mundo industrializado e ao mundo em desenvolvimento. Isso não reflete slogans ou fórmulas já ultrapassadas de posicionamento, mas sim uma realidade política, econômica e social onde coexistem a modernidade e o atraso. Nossa inserção não é unidimensional. Somos um país com valores essencialmente ocidentais e democráticos. Somos latino-americanos e panamericanos e compartilhamos com a África nossas raízes étnicas, culturais e históricas e um destino comum de transformação do Atlântico Sul em um espaço econômico vivo de integração. Somos desenvolvidos e em desenvolvimento. Somos um país atlântico mas temos vínculos crescentes com o Pacífico. Somos um país continental, mas não buscamos o fechamento, e sim a integração. Somos o maior país da América Latina,

mas não nos anima a hegemonia, e sim a cooperação. Essas características nos permitem desenvolver alianças, coalizões e parcerias em nível global, procurando nichos de oportunidade em diversos quadrantes do planeta.

A problemática semelhante e os interesses coincidentes com outros países de dimensões continentais, como a Rússia, a China e a Índia, poderão ensejar esforços de coordenação muito promissores para o Brasil. Parcerias estratégicas e operacionais podem ser desenvolvidas. As primeiras refletiriam maiores coincidências de pontos de vista e maior potencial de coordenação política. As segundas, mais pontuais e temáticas, se desenvolveriam a partir de interesses mais específicos de cooperação.

No trato dos chamados temas globais, as diplomacias bilateral e multilateral se confundem cada vez mais, tornando sempre mais necessária a constituição de coalizações de geometria variável para seu equacionamento. O Brasil, por seus interesses e suas dimensões, será sempre partícipe de muitas dessas coalizões. Temas como narcotráfico, terrorismo, direitos humanos, meio ambiente, desenvolvimento sustentável e não-proliferação são objeto de discussão multilateral intensa e permanente e demandam atitudes abertas e não recriminatórias e alicerçadas na cooperação internacional com base em regras multilateralmente acordadas. Especificamente na área de não-proliferação, são dignas de nota uma série de iniciativas nos planos interno e externo: envio ao Congresso de projeto de lei de controle de exportações e importações de equipamento bélico, de duplo uso e nuclear; entendimentos com a Argentina e com a AIEA em matéria nuclear; alterações no Tratado de Tlatelolco, para permitir sua plena entrada em vigor para o Brasil; diálogo frutífero com regimes plurilaterais de controles de transferências de materiais e tecnologias sensíveis. O êxito dessas iniciativas, que são componentes essenciais de uma melhor inserção internacional brasileira, depende sempre do apoio do Congresso Nacional, seja em termos de respaldo político, seja em termos de aprovação legislativa.

Na tentativa de estabelecimento de um novo ordenamento internacional, o Conselho de Segurança assume protagonismo crescente, o

que torna imperioso o debate sobre sua ampliação e a distribuição dos assentos permanentes.

O novo ordenamento internacional não estará imune a questionamentos, em cuja apresentação o Brasil poderá ter papel protagônico. Nesse esforço, deveremos agir em prol da crescente democratização das relações internacionais; da retomada da agenda para o desenvolvimento no âmbito das Nações Unidas, onde a categoria do desenvolvimento sustentável deverá constituir o fulcro de nossas atenções; da concessão de marcada ênfase devida às questões sociais; e da conexão entre desenvolvimento e segurança. A Agenda para a Paz do Secretário Geral da ONU, ora em debate, não seria de molde a resolver muitos conflitos regionais, que têm origens profundas e para cuja solução o desenvolvimento sustentável harmônico poderia contribui de forma decisiva. Ela deve ser completada por uma Agenda para o Desenvolvimento.

A tendência à globalização, por sua vez, também se depara com limites e ameaças: focos internos de resistência, com interesses contrários àquela tendência; disparidades regionais; forças centrífugas; e riscos de que as complexidades e desigualdades da conjuntura acarretem estímulos à regionalização, com a formação de blocos fechados e antagônicos, ou mesmo à fragmentação, tendências que estão presentes no mundo atual.

Conquanto deva estar preparada para agir em um mundo globalizado, a diplomacia brasileira não poderá excluir a possibilidade de que as tendências à regionalização e à fragmentação se tornem mais fortes. A formação de blocos econômicos mais fechados é uma hipótese possível, diante da qual a opção por relações privilegiadas com um dos grandes blocos, preferencialmente o hemisférico, poderia tornar-se necessária. O prolongamento do período de transição e o agravamento da desordem internacional também são uma forte possibilidade a ser considerada, caso predominem as forças centrífugas no sentido da fragmentação. Em um mundo fragmentado, se torna mais complexas as perspectivas para nossa integração, também é verdade que os riscos poderão ser menos graves para o Brasil e da América Latina, dadas suas tradições pacíficas e de relativa homogeneidade.

Em qualquer hipótese, é fundamental que a diplomacia brasileira procure cada vez mais alicerçar-se em instituições internas democráticas e estáveis e, nessa ordem de pensamento, a interação permanente com o Congresso Nacional é fundamental para a elaboração das linhas de ação futura do Itamaraty.

Discurso na cerimônia de condecoração da Ministra das Relações Exteriores da República da Colômbia, Senhora Noemi Sanin de Rubio, com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul

Brasília, em 13 de abril de 1993.

Excelentíssima Senhora
Ministra Noemi Sanin de Rubio,

Com grande satisfação pessoal, saúdo a presença nesta Casa da Senhora Ministra das Relações Exteriores da República da Colômbia, estendendo fraternos votos de boas-vindas à ilustre comitiva que a acompanha.

O Brasil recebe muito honrado a visita de Vossa Excelência. A mim, ela oferece a grata oportunidade de prosseguir o diálogo que temos mantido no âmbito de reuniões multilaterais, especialmente do Grupo do Rio. Ao recebê-la hoje em nosso país, antecipo que nossas conversações servirão para aprofundar o clima de entendimento e colaboração que tradicionalmente preside o relacionamento entre o Brasil e a Colômbia. Este mesmo resultado haverá de ser colhido com as reuniões da Comissão Mista de Cooperação Econômica e Técnica e com a primeira reunião do Grupo Permanente de Cooperação Consular, cuja realização coincide com a visita de Vossa Excelência. Sua vinda ao Brasil empresta, assim, alta relevância política aos trabalhos dos mecanismos de cooperação bilateral.

Neles, estamos empenhados em encontrar novos interesses comuns com vistas ao adensamento permanente de nossas relações bilaterais, mediante a troca constante de experiências. Buscamos, desta forma, dar fundamento prático e objetivo a uma amizade que se enraíza e se amplia.

Brasil e Colômbia aproximam-se por uma notável identidade de pensamento em relação a diversos e variados temas de interesse mundial e regional. As afinidades culturais, as semelhanças de formação compartilhadas por nossos povos espelham-se em grande convergência de pensamento e de vontade política entre nossos Governos, que se tem evidenciado em inúmeras ocasiões no âmbito internacional, onde trabalhamos lado a lado pela paz e pelo desenvolvimento.

Nossos dois países identificam-se igualmente como democracias rejuvenescidas, que, sob a égide de novas Constituições, buscam consolidar o espaço que lhes cabe no cenário mundial marcado por rápidas transformações. A valorização de ideais democráticos contribuir decisivamente para o aperfeiçoamento do diálogo político e para a intensificação de nossas relações econômicas e comerciais.

Senhora Ministra,

Não estivéssemos já vinculados pela tradição histórica, pela solidariedade regional e pelas afinidades humanas, quis também a geografia unir-nos de maneira indissolúvel, fazendo-nos nações amazônicas, herdeiras e condôminas de inestimável patrimônio, cujo desenvolvimento em benefício de nossos povos devemos promover conjuntamente.

No passado, a Amazônia terá sido a explicação por termos crescido virtualmente de costas um para o outro, debruçados sobre nossos litorais. Hoje, a Amazônia nos une. A extensa fronteira comum que compartilhamos por 1.645 quilômetros, entre os pontos extremos de Tabatinga e Pedra do Cocuí, merece nossa atenção prioritária.

A valorização da Amazônia, para gerar resultados econômicos duráveis, tem de basear-se no conhecimento de todos os aspectos daquele imenso conjunto de ecossistemas e incluir ações para seu desenvolvimento sustentável. Requerem-se investimentos consideráveis em pesquisa científica e em desenvolvimento de técnicas novas. A cooperação bilateral neste campo deverá intensificar-se para compensar a escassez do apoio financeiro internacional.

O programa bilateral de cooperação fronteiriça, já em andamento, onde se destaca o Plano Modelo para o Desenvolvimento Integrado das Comunidades Vizinhas ao Eixo Tabatinga-Apapóris, foi o primeiro passo nessa direção. Em nossas reuniões no dia de amanhã, pretendemos

acertar os próximos passos que nossos Governos darão para ampliar essa cooperação.

O Tratado de Cooperação Amazônica, edificado sobre os pilares da igualdade e da soberania de cada Estado, constitui valioso patrimônio diplomático das nações que compartilham o território amazônico.

Por isso mesmo, o Tratado de Cooperação Amazônica deve ser revigorado para corresponder a sua vocação. É preciso, sobretudo, fortalecer sua estrutura institucional, como maneira de adequá-lo aos desafios de nossos dias e de melhor servir os objetivos para os quais foi concebido. É nesse sentido que deve ser entendida a proposta brasileira de criação de uma secretaria Permanente em substituição à atual Secretaria Pro-Tempore do Tratado. O fortalecimento institucional do Tratado nos permitirá promover o desenvolvimento econômico e social da região, ainda mais quando a propalada preocupação internacional não se traduz em iniciativas concretas de aporte adequado.

Não haverá de correr muito tempo até que as fronteiras que compartilhamos, ainda desertas em muitos pontos, venham a ser ocupadas pelo trabalho pacífico e ordenado de nossos cidadãos. Ali haveremos de somar, no contato direto e diário, muitas vezes em cidades contíguas, como já acontece no caso de Letícia e de Tabatinga, os esforços em que devemos envolver-nos desde agora.

A visita de Vossa Excelência enseja ocasião oportuna para impulsionarmos iniciativas importantes que tiveram início por ocasião da sempre recordada visita que fez ao Brasil, em setembro de 1991, o Presidente da República da Colômbia, Doutor Cesar Gaviria Trujillo. Dá-nos, igualmente, oportunidade para encetarmos novas ações e de perseverarmos na busca de posições comuns em matérias de interesse mútuo, como é o caso do mercado cafeeiro. Nesse setor, acabamos de dar um exemplo de confiança mútua e de defesa vigorosa dos interesses dos países produtores.

Senhora Ministra,

A Iniciativa Amazônica, anunciada pelo Presidente Itamar Franco na reunião de cúpula do Grupo do Rio em Buenos Aires, em dezembro passado, constitui eloqüente demonstração do interesse brasileiro em aprofundar a integração econômico-comercial com os países latino-

americanos. Para o Brasil, a prioridade ao MERCOSUL não tem caráter excludente. Reitero, nesta oportunidade, a firme intenção de acelerar, no âmbito da Iniciativa Amazônica, o processo de negociação de Acordos de Complementação Econômica com os países amazônicos.

Da mesma forma, o Brasil acompanha com interesse os progressos alcançados nos processos de integração de que participa a Colômbia, em especial o Grupo Andino e o Grupo dos Três. A exemplo do MERCOSUL, entendemos que a dinâmica própria dos diferentes processos sub-regionais representa importante contribuição, de caráter concreto e pragmático, à integração latino-americana.

Não acreditamos em prosperidade isolada. Sabemos que o progresso de nosso vizinho abrirá oportunidades para o nosso próprio desenvolvimento. Da mesma forma, nosso crescimento contribuirá para o progresso de nosso vizinho. A solidariedade é indispensável.

O Brasil, como a Colômbia, está empenhado em luta que não pode ser mais adiada. Estamos determinados a erradicar a pobreza e a ignorância, a combater as enfermidades, a proporcionar a nossas populações a certeza de um futuro melhor, a confiança no amanhã.

Sabemos perfeitamente que obstáculos existem e que não são poucos nem de pouca monta. Mas a determinação de superá-los também é grande, com realismo e inquebrantável determinação política. Acreditamos na lição de Unamuno, quando ensinava que não devemos conformar-nos em sermos apenas os filhos de nosso passado, mas devemos animar-nos a ser os pais de nosso futuro.

É essa a mensagem de confiança que desejo que Vossa Excelência leve de volta aos nossos irmãos colombianos.

E é com a mesma fé no futuro de crescente cooperação entre os nossos países que cumpro aqui a honrosa tarefa, em nome do Presidente Itamar Franco, de impor a Vossa Excelência as insígnias da Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul. Quis o Governo brasileiro condecorá-la nesta oportunidade para significar os sentimentos de alta estima e sincera admiração que nutrimos por Vossa Excelência e, ao mesmo tempo, para marcar com esta sua visita um momento singular na história do relacionamento entre o Brasil e a Colômbia.

Discurso na cerimônia de assinatura de atos com o Governo da Colômbia, por ocasião da visita oficial ao Brasil da Ministra das Relações Exteriores da República da Colômbia, Senhora Noemi Sanín de Rubio

Brasília, em 14 de abril de 1993.

O significado desta ocasião transcende a simples assinatura de atos protocolares, que têm lugar na oportunidade em que visita o Brasil a Senhora Ministra das Relações Exteriores da vizinha e irmã República da Colômbia.

Com efeito, os atos que acabam de ser firmados representam a firme vontade de nossos Governos de ingressar em uma nova e mais amadurecida fase de suas relações bilaterais. Demonstram inequivocamente a determinação política de nossos dois países de colocar nossas significativas convergências a serviço do bem estar e da melhoria das condições de vida de seus cidadãos.

Porque já não basta, Senhora Ministra, que nossos países constatem que não têm divergências sobre temas de importância no cenário político mundial e que, ao contrário, coincidem em boa parte desses pontos.

É necessário traduzir a identidade de pontos de vista, expressa nas excelentes relações que nossos países felizmente desfrutam, em atos cujos resultados possam ser sentidos por nossos cidadãos.

A Ata da Segunda Reunião da Comissão Mista de Cooperação Econômica e Técnica é um exemplo bem claro do que acabo de dizer. Idealizada no final da década de 50 como instrumento para canalizar a cooperação bilateral nas áreas econômica e técnica, a Comissão não se reuniu senão uma vez, e isso há mais de uma década.

Reunida agora, os resultados do encontro demonstram que os tempos são definitivamente outros. Os trabalhos da Comissão foram

bem mais ambiciosos que o escopo previsto em seus estatutos. Em dois dias de trabalho profícuo, foram passados em revista temas relativos à cooperação econômica e técnica nas áreas de meio ambiente, agricultura, mineração, cooperação fronteiriça, energia elétrica e cooperativismo, entre outros importantes assuntos, sempre com a mesma preocupação, a de melhorar, de alguma forma, as condições de vida de nossos cidadãos, particularmente as daqueles que vivem em situação tão difícil, em nossas regiões de fronteira.

A Ata da Reunião do Grupo de Cooperação Consular reflete a mesma preocupação. Pela primeira vez reuniu-se o Grupo, e os resultados de seu trabalho pronto já se farão sentir sobre o quotidiano de nossas comunidades fronteiriças, sobretudo no que diz respeito à saúde, à agilização dos trâmites aduaneiros e à segurança.

O Acordo que acaba de ser assinado entre Brasil e Colômbia sobre sanidade vegetal para proteção de zonas fronteiriças e intercâmbio de seus vegetais e produtos derivados tem igualmente uma preocupação bastante objetiva: decorre da consciência de que existem pragas, doenças e ervas daninhas exóticas, cuja presença, em qualquer dos dois países, poderia ocasionar graves problemas sócio-econômicos. O Acordo visa a reduzir ao mínimo os riscos fitossanitários no intercâmbio comercial de produtos agrícolas entre os dois países.

O último dos Atos firmados diz respeito ao exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes do pessoal diplomático, consular, administrativo e técnico. Esse Acordo vem disciplinar o exercício de tais atividades, estabelecendo regras claras para a análise da concessão da autorização pertinente por parte do Estado receptor. Diria que, da mesma forma que os demais Atos hoje firmados, este Acordo preocupa-se também em sanar dificuldades, criando, portanto, condições de vida melhores para nossos cidadãos.

Assim, Senhora Ministra, estou convencido de que a Assinatura desses documentos são um firme passo adiante, solidário. São um convite à cooperação continuada, respaldada na certeza de uma amizade fortalecida, que é a base dos documentos que acabamos de firmar.

Muito obrigado.

Discurso no Seminário "Democracia, Desenvolvimento e Direitos Humanos"

Brasília, em 15 de abril de 1993.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça,
Excelentíssimo Senhor Professor Celso Lafer,
Excelentíssimo Senhor Secretário-Geral,

Senhoras e Senhores,

É com grande satisfação que lhes dou as boas-vindas a esta Casa, para uma reflexão conjunta sobre Democracia, Desenvolvimento e Direitos Humanos. O presente seminário responde à necessidade imprescindível de consulta e cooperação entre o Governo e a sociedade brasileira, a fim de melhor prepararmos as posições a serem definidas pela delegação brasileira à Conferência Mundial de Direitos Humanos, a realizar-se em Viena, de 14 a 25 de junho próximo.

Programada na seqüência da Conferência do Rio de Janeiro sobre Meio-Ambiente e Desenvolvimento, que o Brasil soube tão bem acolher em 1992, a Conferência de Viena é o segundo conclave universal organizado pelas Nações Unidas nesta década de tantas mudanças. Sua convocação, por resolução adotada pela Assembléia Geral em 1990, assinala a importância adquirida pelos direitos humanos como "tema global", de interesse prioritário para toda a comunidade internacional.

Se em 1990 o otimismo prevalecente nas relações internacionais com o fim da Guerra Fria tornava oportuna a convocação de evento mundial para analisar os resultados alcançados e obstáculos encontrados pela cooperação internacional em prol dos direitos humanos, hoje, com a multiplicação de focos de tensões e o recrudescimento de práticas que todos críamos superadas, a Conferência se torna ainda mais necessária. E oportuna ela é, também, pelos problemas existentes nessa esfera,

dentro da órbita interna de praticamente todos os países, de que não é exceção o Brasil.

Desde o início do processo preparatório da Conferência, acordaram as delegações participantes — entre as quais a do Brasil — que o evento deveria levar em consideração as interrelações existentes entre a democracia, o desenvolvimento e os direitos humanos. Procurou-se, com tal decisão, não somente valorizar o tema da Democracia, que esperamos ver prevalecer no mundo pós-Guerra Fria, mas sobretudo evitar abordagens unilaterais e simplistas dos direitos humanos, que omitem referência à realidade histórica que influencia sua fruição. Se, por um lado, não existem, no mundo de hoje, possibilidades de condicionar-se a observância dos direitos civis e políticos à obtenção prévia de plenas condições de desenvolvimento, tampouco é plausível imaginar que os direitos humanos possam ser desvinculados da situação econômico-social das populações envolvidas.

O Brasil é, nesse contexto, um dos exemplos mais eloqüentes. Vivemos atualmente período de ampla liberdade, jamais igualado em nossa história. Nossas instituições democráticas funcionam de forma plena. O Governo promove, na área dos direitos humanos, total transparência, mantendo diálogo e cooperação com a sociedade civil, com organizações não-governamentais e com os órgãos competentes da comunidade internacional. A situação dos direitos humanos no país, entretanto, permanece questão muito sensível. Incidentes como o da Casa de Detenção de Carandiru, a situação de nossas crianças de rua, o fenômeno da violência rural e urbana e até a ocorrência de situações assemelhadas às de escravidão são registros trágicos de nossas deficiências, que somente poderão ser cabalmente resolvidas com o aprimoramento das condições econômicas.

Não podemos, contudo, esmorecer. Ao contrário, devemos persistir na luta pelos direitos humanos, em todas as suas dimensões, buscando aproveitar as oportunidades e, quando possível, tentando construí-las. Neste seminário os Senhores serão informados da iniciativa que estamos impulsionando, no ensejo da Conferência de Viena, em apoio às instituições do Estado de Direito. Caso bem sucedida, ela

poderá constituir importante respaldo aos direitos humanos, particularmente nos países em desenvolvimento.

Tenho a convicção de que as reflexões deste seminário serão esclarecedoras e úteis, porque representativas de diversos setores do Governo e da sociedade brasileira. Delas há de emergir uma posição nacional mais sólida para o Brasil na Conferência Mundial de Direitos Humanos.

Muito obrigado.

Discurso na cerimônia de condecoração do Embaixador da República Federal da Alemanha, Senhor Hans Theodor Wilhelm Wallau, com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul

Brasília, em 19 de abril de 1993.

Excelentíssimo Senhor Embaixador,
Senhoras e Senhores,

É com grata satisfação que recebo Vossa Excelência, Senhor Embaixador, para render-lhe as homenagens do Governo brasileiro pelos méritos do trabalho que aqui realizou em prol do fortalecimento das relações de amizade e cooperação entre nossos países.

Vossa Excelência chega ao término de sua missão no Brasil, iniciada em março de 1991, com saldo muito positivo. Com efeito, ao longo desse período, o relacionamento bilateral recebeu significativo impulso, contando sempre com o decisivo empenho de Vossa Excelência.

Os dois anos que passou entre nós foi marcado por profundas transformações no cenário internacional. A Guerra Fria terminou, e se afirma o compromisso em torno da universalidade dos valores democráticos, fundamento de nossa herança cultural comum, da globalização dos mercados e do pluralismo político. Surgem agora novos desafios, que se mostram talvez ainda mais complexos do que aqueles urdidos a partir do confronto Leste-Oeste.

A Alemanha, palco central dos acontecimentos que conduziram à queda da ordem anterior, credenciou-se a desempenhar papel preponderante nas relações internacionais. O mundo que agora precisamos construir deve ser um mundo de cooperação, no qual o comércio e os investimentos possam fluir desimpedidamente de país para país e no

qual o crescimento econômico seja fonte de oportunidades para todos os povos e nações.

A Alemanha é o mais importante parceiro do Brasil no âmbito da Comunidade Européia, com participação de 26 por cento do total do comércio brasileiro com aquele bloco econômico. Também ocupa a primeira posição como investidor da CEE no Brasil, e, em termos mundiais, é o segundo maior investidor no País, depois dos Estados Unidos.

A cooperação teuto-brasileira é rica e ampla, disciplinada por vários acordos sobre as mais diversas áreas de atividade. O funcionamento regular das Comissões Mistas existentes entre Brasil e Alemanha bem ilustra a intensidade do intercâmbio entre os dois parceiros.

O constante diálogo político bilateral atesta o dinamismo das relações entre os dois países e a convergência de pontos de vista. A inexistência de contenciosos reafirma, por sua vez, a consistência dos laços que nos unem.

Durante a permanência de Vossa Excelência em nosso País, Senhor Embaixador, o Brasil também passou por importantes transformações internas, que serviram para fortalecer suas instituições.

Na América Latina, ainda há pouco seria difícil conceber um processo de integração como o que ora se realiza entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. As profundas mudanças por que passa a América do Sul asseguram que há no Continente, associada à sua vocação libertária e democrática, uma notável força congregadora, — que tem como uma de suas fontes inspiradoras a unificação européia. A integração latino-americana adquiriu alento como projeto diretamente vinculado aos interesses mais abrangentes de cada país membro. Tornou-se complemento necessário à modernização das suas respectivas sociedades e economias, e à sua articulação com os grandes mercados mundiais.

Senhor Embaixador,

Vossa Excelência soube responder à complexidade das transformações que testemunhou em sua passagem pelo Brasil com grande

descortínio e competência. Não apenas cultivou o legado da amizade entre o Brasil e a RFA, como o fez frutificar de forma dinâmica e criativa. Ao designar Vossa Excelência para assumir importantes funções no Ministério do Exterior em Bonn, o Governo alemão expressou seu claro apreço pelos relevantes serviços prestados ao aprimoramento dos laços bilaterais. O trabalho de Vossa Excelência ficará, estou certo, como inspiração para os seus sucessores à frente da Embaixada da Alemanha no Brasil.

Não poderia deixar de saudar aqui a Embaixatriz Johanna Wallau, que soube cativar a todos os que tiveram o privilégio de desfrutar de seu convívio desde que aqui chegou. Peço transmitir a ela as minhas homenagens.

É com grande satisfação que, ao expressar minha confiança no estreitamento cada vez maior da cooperação entre o Brasil e a Alemanha, imponho a Vossa Excelência as insígnias da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, no grau de Grã-Cruz, com a qual houve por bem o Senhor Presidente da República distinguí-lo. A distinção simboliza a admiração e o reconhecimento do Governo brasileiro ao seu papel à frente da importante Embaixada que chefiou, e também à sua dedicação à amizade crescente entre nossos povos.

Muito obrigado

Discurso no Itamaraty durante a solenidade do Dia do Diplomata

Brasília, em 27 de abril de 1993.

Excelentíssimo Senhor
Presidente da República,
Itamar Franco
Excelentíssimos Senhores
Chefes de Missão Diplomática
Excelentíssimo Senhor
Secretário-Geral das Relações Exteriores,
Embaixador Luiz Felipe Lampreia
Excelentíssimo Senhor
Diretor do Instituto Rio Branco,
Embaixador Sérgio Bath
Excentíssima Senhora
Embaixadora Thereza Quintella,
Paraninfa da Turma de 1992
Senhores Diplomatas,
Meus jovens formandos,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

O Itamaraty tem a honra de receber Vossa Excelência, Senhor Presidente, na comemoração do Dia do Diplomata. Confirma-se a tradição pela qual os diplomatas recém-formados pelo Instituto Rio Branco ouvem do Chefe de Estado palavras de orientação e de estímulo para o exercício das funções que acabam de assumir. Ao mesmo tempo, para orgulho da instituição, a presença de Vossa Excelência nesta cerimônia demonstra a confiança que a Nação deposita no profissionalismo, no espírito público e no patriotismo do corpo de servidores do Ministério das Relações Exteriores.

Interpretamos essa confiança como reveladora da importância de que se reveste a política externa no contexto da ação global do Governo de Vossa Excelência. No Brasil democrático que Vossa Excelência preside, não há política externa divorciada das demais políticas do Governo. A política é uma só, dentro e fora do País. Exprime coerência e legitimidade. Está fundada nos interesses nacionais e nos valores e aspirações da cidadania. Canaliza-se através de diferentes órgãos do Estado e de múltiplos setores representativos da sociedade.

O Itamaraty, que me cabe hoje o privilégio de dirigir, é apenas uma peça dessa engrenagem, com responsabilidade institucional pela execução da política exterior. O Ministro, egresso da Universidade e do Parlamento, sente-se autorizado a dar esse testemunho: a Universidade e o Parlamento — como o empresariado, os sindicatos, os partidos políticos, o mundo da cultura e da ciência — mantêm com esta Casa uma tradição de diálogo e cooperação que só enriquece o acervo de realizações do Brasil no campo das relações internacionais.

As linhas de ação que Vossa Excelência definiu para a política externa brasileira, e que irá mais uma vez reiterar aqui, serão seguidas por todos nós com lealdade e entusiasmo.

Ao Ministro das Relações Exteriores, incumbe dizer aos jovens diplomatas que hoje se formam o significado desta cerimônia para o Itamaraty. Ela traz, como qualquer ritual, conotações de tradição e de renovação. Tradição, porque a diplomacia está ancorada na história. Nutre-se dos ensinamentos do passado e da experiência de tantos servidores que engrandeceram o seu nome, muitos deles ilustres homens públicos e estadistas, a começar por aquele que é o seu patrono, Rio Branco. Renovação, porque a diplomacia cresce também na passagem das gerações e deve sempre incorporar a perspectiva do futuro.

A cada ano, nessa mesma época, novos diplomatas passam a integrar os quadros do Itamaraty, após concluírem o curso do Instituto Rio Branco. É para eles e suas famílias motivo de natural orgulho o ingresso na carreira.

É também para o Itamaraty motivo de envaidecimento a cerimônia desta data. Confirma o padrão de excelência desta Casa,

assegurado pela manutenção — desde 1945, quando se criou o Instituto Rio Branco — de regras objetivas, democráticas e transparentes de admissão, formação e seleção de diplomatas.

O Ministério das Relações Exteriores, dedicado a funções de caráter essencial para o Estado, demonstra que é possível ter um setor do aparelho burocrático com padrões de eficiência, motivação e correção dos mais elevados. Mas as transformações a que vimos assistindo tanto no Brasil quanto no mundo exigem o aprimoramento contínuo da instituição e a valorização de seus recursos humanos. A esses objetivos, tenho atribuído a mais alta prioridade em minha gestão como Ministro das Relações Exteriores.

Estão prestes a concluir-se os estudos a cargo da Comissão presidida pelo Secretário-Geral, e a partir de junho pretendo iniciar a implementação das medidas necessárias ao aperfeiçoamento das práticas administrativas do Ministério.

Esta é uma tarefa em que toda a Casa está colaborando, em clima de diálogo, participação e transparência. A muitos tenho ouvido pessoalmente, de muitos tenho recebido idéias e sugestões por escrito. Temos organizado seminários, inclusive com a contribuição de personalidades de fora da Casa, e nem mesmo dispensei a experiência dos Embaixadores aposentados e do quadro especial, a quem reuni no velho Itamaraty do Rio de Janeiro para uma avaliação conjunta dos rumos da instituição.

Creio que, em nenhum outro período da história do Itamaraty, tenha sido feito tamanho esforço de reflexão sobre as prioridades da política externa e os meios necessários à sua execução.

Ao Secretário-Geral, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, devo meu reconhecimento especial pela colaboração lúcida e competente que me tem prestado no encaminhamento dessa e de todas as demais questões que fazem parte do trabalho cotidiano da Casa.

O Itamaraty, Senhor Presidente, quer estar afinado com os novos tempos, para manter-se à altura de suas realizações históricas.

Aos formandos da Turma de 1992, caberá boa parte dessa responsabilidade. A eles, meus votos de felicidade em suas carreiras e em suas

vidas pessoais. A diplomacia é uma profissão plena de atrativos, mas também de dificuldades. Em suas funções, serão invariavelmente requeridas qualidades de dedicação ao serviço público, de disciplina e sacrifício, de criatividade intelectual, de capacidade de adaptação a outras culturas e a outros modos de vida.

Tendo estudado nos anos de 1991 e 1992 as grandes questões das relações internacionais contemporâneas, os novos diplomatas terão podido verificar diretamente as transformações ora em curso e, ao mesmo tempo, a perplexidade que causaram em todo o mundo. Tudo o que aprenderam agora terá que ser submetido ao teste da prática e à evolução das condições concretas do exercício da diplomacia, que se transformam ao longo do tempo, com as mudanças tecnológicas, econômicas e políticas.

Mais do que conhecimentos factuais, o que o Instituto Rio Branco lhes terá ensinado é uma atitude crítica diante da realidade e uma capacidade de apreender o novo, mesmo ao preço dos mais arraigados e confortáveis hábitos mentais. A capacidade de aprender o novo lhes permitirá estar sempre em dia com o presente, mas a atitude crítica lhes dará uma salutar desconfiança em relação ao que se apresenta como definitivo.

No patrono maior da diplomacia brasileira, cuja memória e cuja obra reverenciamos nesta data, haveremos de encontrar sempre a inspiração correta. Dele, herdamos um Brasil desenhado em seus limites e aberto à convivência com seus vizinhos americanos. Caberá à geração que hoje se inicia na diplomacia imaginar, desenvolver e implementar uma diplomacia brasileira para o século XXI, em que as fronteiras deixarão de ser um fenômeno apenas geográfico para separarem as nações por seus diferenciais tecnológicos ou de bem-estar.

A turma que hoje se forma escolheu como seu patrono uma das maiores figuras de nossa vida política, um dos maiores brasileiros deste século. Ulysses Guimarães foi exemplo das maiores qualidades que se pode atribuir a um político: coragem, imaginação e liderança.

Quero também felicitar os formandos pela escolha de sua paraninfa, a Embaixadora Thereza Maria Machado Quintella, que colo-

cou suas reconhecidas virtudes profissionais ao serviço do Instituto Rio Branco durante os quatro anos e meio em que ocupou sua direção.

Senhor Presidente,

Reitero vivamente os agradecimentos do Itamaraty, e os meus próprios, por sua presença nesta cerimônia. A vinda de Vossa Excelência hoje a esta Casa coincide com um momento de reafirmação dos objetivos políticos e dos valores éticos que inspiram seu Governo, empenhado na retomada do crescimento econômico com justiça social.

Quero que leve deste encontro, Senhor Presidente, quando celebramos a festa maior da diplomacia brasileira, a certeza de que o Itamaraty e todos seus servidores — do Ministro de Estado ao funcionário mais humilde — não faltarão jamais com sua contribuição para a grande tarefa de resgatar a esperança do Brasil e de seu povo.

Muito obrigado

Discurso por ocasião de banquete oferecido pelo Ministro das Relações Exteriores do Equador

Quito, 29 de abril de 1993.

Senhor Ministro,

As palavras de Vossa Excelência ultrapassam o gesto de acolhida fraternal e indicam a determinação de preservar e fortalecer a tradicional solidariedade entre nossas Pátrias. Minha esposa e eu — e todos os membros da delegação que me acompanha — guardaremos na lembrança a grata recordação do convívio desta noite e da hospitalidade com que nos distinguiram a Senhora de Paredes e Vossa Excelência.

É grande minha emoção ao retornar às terras do Equador, onde a beleza da natureza só encontra paralelo na amabilidade de sua gente.

Sinto-me especialmente honrado por retornar ao Equador como Chanceler do Brasil, atendendo ao gentil convite de Vossa Excelência. Ao aceitá-lo, foi minha intenção deixar clara a prioridade que o Brasil concede às suas relações com os países da região amazônica e — entre eles — ao Equador.

Pareceu-me esta uma ocasião oportuna, não apenas para reafirmar velha e segura amizade, mas também para explorar as bases de novo diálogo, fraternal, franco e objetivo entre o Equador e o Brasil. É o momento de nossas histórias nacionais para estreitarmos a colaboração entre nossos países. Estou certo, Senhor Chanceler Paredes, de que nosso encontro contribuirá para esse magno objetivo.

Na verdade, ao rever o Cotopaxi — na manhã de hoje — reafirmou-se em mim, nítida e imediata, a certeza de que Brasil e Equador estão bem próximos. A curta viagem que me trouxe aqui desmente a impressão de distância que nos sugerem os mapas.

A confluência de nossos interesses confirma igualmente a proximidade de nossos dois países, unidos por um destino indivisível, como nações americanas que compartilham interesses comuns. Todas as coincidências de herança material e espiritual que nos avizinham e a estreita cooperação que temos desenvolvido, tanto em nossas relações bilaterais como em foros multilaterais, consolidaram a confiança e a solidariedade entre brasileiros e equatorianos.

É com esse espírito que venho a Quito, certo também de que devemos honrar com novas realizações a herança de um passado de impecáveis relações.

Senhor Ministro,

Como povos amazônicos, brasileiros e equatorianos somos condôminos de valioso patrimônio, cujo desenvolvimento temos o compromisso impostergável de promover.

Para esse fim, serão necessários investimentos consideráveis em pesquisa científica e em desenvolvimento de técnicas novas. A cooperação bilateral neste campo deverá intensificar-se para cobrir a falta de apoio financeiro internacional que, até aqui, não tem correspondido ao interesse que demonstraram governos e povos de outras regiões.

O Tratado de Cooperação Amazônica tem-se constituído em foro apropriado para a discussão de temas de interesse comum dos países amazônicos. Construído sobre a base sólida da igualdade e da soberania inalienável de cada Estado Parte sobre a porção amazônica de seus respectivos territórios, o TCA tem como vocação atuar como catalizador, despertando interesses, identificando prioridades, multiplicando as oportunidades de trabalho em comum.

Ao renovar as bases da convivência internacional na Amazônia, o Tratado veio reafirmar que não existem alternativas para a cooperação, em um momento de relativo imobilismo e frustração em muitos foros internacionais e regionais. Esse entendimento possibilitou a formação de posições conjuntas em relação a problemas comuns, exemplarmente recolhidas no texto da Declaração de Manaus com vistas à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Possibilitou igualmente, em nossos dias, Senhor Chanceler, a instalação de um saudável clima de distensão e diálogo político entre os países da região, consensualmente entendido como a única forma possível de tratar problemas comuns e de encontrar soluções definitivas e mutuamente satisfatórias para os mesmos. É esse o espírito, que o Brasil saúda entusiasticamente e ao qual empresta sua mais irrestrita solidariedade, que preside o diálogo político estabelecido no mais alto nível entre os Governos do Equador e do Peru.

Pensamos, contudo, que o Tratado de Cooperação Amazônica necessita fortalecer sua estrutura institucional, como forma de adaptar-se aos desafios de nossos dias e melhor cumprir os objetivos para os quais foi concebido. Estamos certos de que a Chancelaria do Equador haverá de trazer aportes importantes derivados de sua experiência aos debates que, sobre este tema, terão lugar nas próximas reuniões do Conselho de Cooperação Amazônica e na Reunião de Chanceleres.

A propósito, quero ressaltar o reconhecimento do Governo brasileiro pelo trabalho exemplar que a Chancelaria equatoriana tem desenvolvido no exercício da Secretaria Pro Tempore do Tratado de Cooperação Amazônica, ao longo dos últimos três anos. Com efeito, coube à Chancelaria do Equador gerenciar a etapa de transição do TCA entre o período pioneiro e sua atual etapa de amadurecimento, com importante acervo de realizações em benefício de nossos oito países.

Senhor Ministro,

Como que sedimentando nossa identidade de propósitos, a geografia encontrou uma maneira tão original quanto definitiva de assegurar a união de nossos países, ao fazer nascer, das encostas orientais do Cotopaxi e do Antisana, os mananciais do caudaloso Napo, também tributário do Amazonas, famoso por ser o rio pelo qual desceu Orellana e pelo qual subiu Pedro Teixeira, em 1657, até chegar a San Francisco de Quito. É o que nos lembrava Miguel Maria Lisbôa, nosso primeiro representante diplomático por estas terras, em 1866. Já nos alertava então para a possibilidade de utilização dessa via como ligação entre nossos dois países, pois parte das águas que o Amazonas atira no Oceano Atântico, origina-se, na verdade, em solo equatoriano, em suas fontes, em suas neves, em suas chuvas.

Senhor Chanceler,

Tomemos, pois, a nossa unidade amazônica como fonte inesgotável de inspiração. A Chancelaria brasileira — asseguro a Vossa Excelência — está sempre aberta ao exame conjunto com a Chancelaria equatoriana, não apenas dos assuntos que nos interessam em base mútua e bilateral, mas de toda a problemática continental e mundial com que se defrontam nossa política externa e nossa atuação diplomática. Ainda recentemente, no início deste mês de abril, as possibilidades de ação conjugada de nossos países ficaram demonstradas de forma inequívoca em Santa Cruz de la Sierra, na reunião do Grupo do Rio.

Exploremos juntos os terrenos abertos pela revolução científica e tecnológica, nos quais se torna especialmente necessária a conjugação vigorosa de esforços entre países da América Latina. O esforço de cooperação mútua, entre nações irmãs nas necessidades e nas aspirações mais generosas, há de repousar na base de uma autêntica solidariedade continental, requisito indispensável da desejada integração latino-americana. Quero assegurar a Vossa Excelência que o Brasil não se poupará no empenho de contribuir para que essa base se torne cada vez maior e mais sólida.

Foi essa preocupação que determinou a iniciativa do Presidente Itamar Franco, ao propor, no início deste ano de 1993, a assinatura de um conjunto de Acordos de Complementação Econômica, no âmbito da ALADI, com os países da Região Amazônica, hoje conhecida como Iniciativa Amazônica.

Lembrava então, o Presidente Itamar Franco que democracia enquanto modo de vida e democracia como regime político só existem, com vigor e permanência, nas sociedades em que os homens atuam como cidadãos, e não se reduzem apenas a consumidores. Esta concepção básica nos orienta a todos, tanto no plano interno quanto no relacionamento que infatigavelmente temos privilegiado no contexto latino-americano.

A proposta brasileira da Iniciativa Amazônica decorre da constatação de que o dinamismo assumido pelos esquemas subregionais de integração, que não são excludentes, supõe a intensificação dos vínculos econômico-comerciais entre nossos países, com base nos princípios da

exploração racional de recursos e da cooperação mútua, consagrados no Tratado de Cooperação Amazônica.

Trata-se de lançar desde já, com dimensão amazônica e benefício para todos os países latino-americanos, as bases da desejada articulação entre os esquemas de integração que viemos consolidando na região, dos quais são exemplos maiores o MERCOSUL e o Pacto Andino, e que devem confluir, como estabelece o Tratado de Montevidéu de 1980, para a conformação de um mercado comum latino-americano.

O decidido esforço de modernização que empreendem nossos países deve repercutir necessariamente no plano bilateral, abrindo novas e promissoras perspectivas de cooperação. Estamos todos conscientes de que o intercâmbio comercial entre Brasil e Equador continua, ainda, muito abaixo de suas potencialidades. Da mesma forma, as possibilidades de cooperação técnica e científica não estão adequadamente exploradas.

O leque de oportunidades, contudo, é amplo. Devemos aproximar nossos homens de negócios, nossas universidades, nossas instituições científicas. A agroindústria, a biotecnologia, a saúde, as telecomunicações são campos férteis para a cooperação. Na área cultural, torna-se urgente um maior conhecimento recíproco e uma troca mais intensa de experiências. As possibilidades de cooperação são muito grandes, sobretudo no que diz respeito à educação.

Estou certo de que nosso entendimento continuará a ser, como sempre tem sido, fluído e permanente, sobretudo neste momento histórico em que se consolida um consenso universal — e que felizmente é uma realidade em nosso Hemisfério — sobre os valores democráticos e sobre a consecução de seus componentes. Nossas Nações perseguem os mesmos caminhos em busca do progresso de nossos concidadãos, dentro da concórdia, do diálogo e da paz.

É com essa certeza que, em nome do Presidente Itamar Franco e em nome do Governo brasileiro, convido a todos os que se reúnem em torno desta mesa a erguerem suas taças pela prosperidade da nobre e amiga Nação equatoriana, pelo continuado êxito de Sua Excelência o Senhor Presidente Durán Ballén e pela felicidade pessoal de Vossa Excelência e da Senhora de Paredes.

Discurso na cerimônia de encerramento da XI Conferência Interparlamentar Europa-América Latina, na sede do Parlamento Latino-Americano

São Paulo, em 6 de maio de 1993.

Senhor Presidente do Parlamento Latino-Americano,
Senhor Presidente do Senado Federal,
Senhores Membros do Parlamento Latino-Americano,
Senhores Membros do Parlamento Europeu,
Senhores Membros do Corpo Diplomático,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Conclui hoje mais um exercício de diálogo e coordenação parlamentar entre a Europa e a América Latina. Em nome do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Doutor Itamar Franco, e no meu próprio, quero expressar o quanto o Brasil sentiu-se honrado em sediar este encontro e em contribuir para a consolidação deste foro e para o êxito de suas deliberações.

Aqui o Brasil compareceu com expressiva delegação parlamentar, liderada pelo eminente homem público e Senador Humberto Lucena, Presidente do Senado Federal, que é minha casa de formação política e à qual me orgulho de pertencer em representação do Estado de São Paulo.

Como um todo, a América Latina aqui se fez representar com importante e diversificada delegação. Com isso, o Parlamento Latino-Americano mostrou que é uma realidade tangível a serviço do diálogo entre nossos povos e do fortalecimento continuado da democracia em nosso continente.

O Parlamento Europeu dignificou igualmente esta Conferência, por meio de destacada delegação, sinal inequívoco da importância que atribui ao diálogo com a instituição homóloga da América Latina.

Nas diversas sessões desta Conferência que hoje se encerra com êxito e brilho, parlamentares dos dois continentes aprofundaram a análise de temas fundamentais para o relacionamento entre a Europa e a América Latina e para a própria inserção das nossas regiões em um mundo em acelerada transformação histórica.

Centrada na democracia, na integração e na cooperação entre a Europa e a América Latina, esta Conferência acrescenta uma contribuição expressiva ao já alentado patrimônio de diálogo, concertação e intercâmbio construído ao longo de dez outras Conferências Interparlamentares Europa-América Latina.

Neste foro que espelha o rico universo da democracia representativa em mais de trinta países, os parlamentares europeus e latino-americanos puderam, com franqueza e objetividade, trocar impressões e informações e avançar reflexões que serão úteis no trabalho diário em seus respectivos Parlamentos. Como representantes de seus povos, é legítimo e inspirador que os parlamentares se dediquem também à tarefa de aprimorar as relações entre os países e de buscar novas fórmulas de cooperação e diálogo entre os Estados.

Este processo tem sido possível entre nós porque a democracia se afirmou como tendência universal neste final do século XX e porque a América Latina, antes submergida em regimes de exceção, antecipou a grande onda de redemocratização que marcou a História política mundial. A democracia e a economia de mercado foram as melhores armas na superação da Guerra Fria, não as armas nucleares ou as estéreis confrontações ideológicas e militares.

Orgulho-me, em minha condição de parlamentar, de saber que neste foro estão representadas forças que, de um lado e do outro do Atlântico, e muitas vezes com heroísmo, lutaram para fazer deste um mundo mais aberto e livre, mais sensível aos valores do humanismo e mais atento aos direitos humanos, às liberdades democráticas e ao pluralismo político, étnico, religioso e cultural.

Senhores Parlamentares,

Vivemos no Brasil a experiência da redemocratização com a consciência de que a democracia não é um fim em si mesma, mas um instrumento da transformação e do aperfeiçoamento das sociedades. Recriamos as instituições democráticas com a certeza de que a elas caberia representar um país transformado, mais pujante economicamente, mais presente na cena mundial, mais diversificado, mas também necessariamente mais justo.

É em ambiente de franca participação que se fortalece a idéia de que a democracia não se resume a eleições periódicas e à alternância de partidos no poder em seus diversos níveis. Ela é um instrumento de transformação qualitativa da sociedade.

A democracia tem seus próprios tempos e não seria legítimo esperar que um regime democrático atue, fora da esfera política, com autoritarismo, como se fosse possível separar as duas dimensões indissociáveis da política e da economia. Foi esse o sentido da revolução democrática com que a América Latina antecipou o que hoje se vê como tendência irreversível em todo o mundo.

Também no plano econômico os brasileiros estamos completando, através de uma cuidadosa engenharia política, a revolução de abertura e ajuste por que vem passando o continente como forma de adaptar-se às condições econômicas de um mundo mudado, onde a capacidade tecnológica e a competitividade são os fatores efetivos na criação da riqueza e do bem-estar.

São, portanto, muito grandes os desafios que temos enfrentado. A eles se somam desajustes herdados, a dívida social contraída junto a grandes contingentes de população, as falhas em matéria de direitos humanos, a impunidade de criminosos, a fragilidade na aplicação das leis.

Por essa razão, a modernidade entre nós significa muito mais do que a aplicação autoritária de fórmulas macro-econômicas pagas com o sofrimento do povo e com a persistência dos desequilíbrios, das iniquidades e da injustiça social. Não há modernidade sem progresso social,

sem a participação de todos nos benefícios do desenvolvimento econômico e da riqueza. Não há modernidade sem um Estado capaz de prover educação, saúde, habitação, trabalho e infra-estrutura que permitam um desenvolvimento equilibrado, sustentável e politicamente estável porque baseado em critérios sociais justos.

Porque a dimensão do nosso desafio é tão ampla, a interação com outras regiões que experimentaram formas diversas de desenvolvimento, com ritmos diferentes e com diverso impacto na estrutura social, é para nós fundamental. A Europa, nesse sentido, inspira e desafia, ao mesmo tempo em que oferece modelos a contemplar com vivo interesse e problemas a evitar.

Senhores Parlamentares,

Senhoras e Senhores,

A realização da Conferência Interparlamentar Europa-América Latina oferece precisamente aos parlamentares europeus a oportunidade de, mais uma vez, presenciar os avanços que essa dupla revolução silenciosa, a da democracia e a da transformação econômica, vem registrando em nosso continente.

Mantemos com a Comunidade Européia um relacionamento sólido e maduro. A imensa maioria dos nossos países têm na Comunidade o seu principal parceiro comercial e sua principal fonte de investimentos. Nosso interesse pelo processo de consolidação do Mercado Comum é motivado por uma grande variedade de pontos que nos afetam direta ou indiretamente.

As lições de pragmatismo e determinação da Comunidade inspiram hoje os vários processos de integração regional latino-americana, do MERCOSUL ao Pacto Andino, da América Central ao Grupo dos Três. Estou certo de que, ao debruçar-se sobre a questão da integração, esta Conferência Interparlamentar terá mais uma vez dado contribuição expressiva aos nossos próprios processos de integração regional e explorado formas de acentuar ainda mais a cooperação entre a Comunidade Européia e a América Latina.

Essa contribuição certamente virá juntar-se a outro mecanismo atuante de diálogo e concertação entre a Comunidade Européia e a América Latina, aquela que se processa por meio de encontros institucionalizados entre os Chanceleres da Comunidade e os do Grupo do Rio. Em Copenhague, há menos de duas semanas, esse mecanismo provou toda a sua utilidade como foro de consulta e cooperação, abrindo promissoras perspectivas para a intensificação das relações entre a Comunidade e a nossa região.

Senhores Parlamentares,

Do impacto da integração européia sobre o comércio exterior latino-americano, na condição de maior parceiro da grande maioria dos países da nossa região, à influência que exerce em questões como a Rodada Uruguai do GATT e à projeção que tem no tratamento da diversificada agenda política do mundo pós-Guerra Fria, a Comunidade Européia afirma-se como ator internacional dos mais relevantes para o continente.

Sei do interesse com que o Parlamento Europeu se dedica a muitos dos tópicos da nova agenda, como a proteção e a promoção dos direitos humanos, a proteção ambiental, a paz, a não-proliferação. A eles, certamente o ponto de vista latino-americano acrescenta outros, como a transferência de tecnologia, a cooperação para o desenvolvimento sustentável, a superação dos entraves ao comércio internacional.

Em todos eles, a Comunidade Européia e muito singularmente o Parlamento Europeu desempenham papel de primeira importância como atores e como interlocutores. Este diálogo parlamentar certamente constitui um instrumento comum de europeus e latino-americanos para avançar conjuntamente na discussão e no progresso desses temas de tão singular importância e impacto para nós.

Não coincidimos sempre no tratamento desses diversos tópicos, é preciso admiti-lo. Podemos divergir, entretanto, porque muitas vezes coincidimos, e podemos divergir porque nos conhecemos profundamente, com a intimidade dada por muitas décadas, às vezes séculos, de relacionamento complexo, como deve ser entre regiões que guardam

forte personalidade e são ciosas de sua independência e do papel a que aspiram no concerto das Nações.

Podemos divergir, na verdade, porque compartimos um legado comum, herdado pela Europa de hoje através do tempo e pela América Latina através do espaço, que permite uma linguagem comum e um mesmo sistema de medida. Por isso mesmo, porque nos julgamos a nós mesmos, na América Latina e na Europa, pelos padrões mais exigentes, surgem aqui e ali divergências, críticas e cobranças recíprocas.

Ecoando perguntas que as nossas próprias sociedades se fazem, somos indagados sobre o que estamos fazendo para proteger nossos indígenas, meninos de rua, trabalhadores rurais, ou o meio ambiente. Da mesma forma, de modo convergente pessoas na América Latina e na Europa se perguntam o que estaria ocorrendo com a tradicional hospitalidade européia, com a noção de solidariedade, com a generosidade esperável de sociedades afluentes que podem seja ajudar às mais frágeis seja abrir-se aos fluxos de comércio que podem revitalizar aquelas sociedades do mundo em desenvolvimento capazes de competir no mercado internacional.

É, portanto, esse pano de fundo comum de valores éticos e políticos idênticos que nos faz tão atentos uns aos outros dos dois lados do Atlântico.

Se é a comunidade de valores que permite o diálogo e, portanto, inclusive a divergência, cabe aproveitá-la e aprofundá-la em toda a sua extensão. As sociedades latino-americanas realizaram corajosa e radical transformação de suas realidades políticas e econômicas. Empreenderam de maneira particularmente notável o retorno à democracia e a formas mais modernas de economia de mercado.

Mas, devo notar, este fato histórico significativo não foi percebido em todas as suas implicações pelo mundo desenvolvido, aí incluída a Europa dos Doze.

Ambos os processos, o de mudança político-institucional e o de modernização econômica, deram-se dentro de um quadro de relações internacionais de grande estabilidade. A paz jamais foi ameaçada por

questões territoriais ou de fronteira porventura remanescentes. Não temos apreensões ou sofrimentos provocados por conflitos étnicos. Não há preocupação para a segurança internacional em torno do tema da proliferação de armas de destruição em massa ou convencionais.

A América Latina pode, portanto, considerar-se credora de maior reconhecimento e maior interesse por parte da comunidade desenvolvida por sua contribuição ao fortalecimento da liberdade política e econômica e para a manutenção da paz e da segurança internacionais.

Senhores Parlamentares,

O impacto político e as vicissitudes da entrada em vigor da fase final da integração européia, a partir do Tratado de Maastricht, têm ocupado a maior parte da atenção que se volta para o fenômeno político e diplomático representado pela CE. O temor do fechamento da Europa comunitária sobre si mesma, o crescimento do protecionismo e o receio de que a partir de Maastricht a Europa unida poderá ser um elemento desestabilizador da estrutura econômica mundial fazem parte de grande número de reflexões sobre o tema.

Também o que às vezes se identifica com uma vocação intervencionista da Comunidade Européia chega a causar preocupação em nossos países, ciosos não apenas da sua independência e soberania, mas da sua capacidade de buscar as soluções para os seus problemas. E o temos feito inclusive mediante o diálogo franco e construtivo e a cooperação com outros Governos, com organismos internacionais e com organizações não-governamentais. O diálogo interparlamentar, por sua própria natureza, é canal privilegiado para o tratamento de questões que, por suas conotações, assumem dimensão mais formal no relacionamento entre Estados. Também nessa área esta Conferência terá trazido a sua contribuição.

Para nós, além disso, a questão dos controles comunitários da imigração tornou-se também fator de preocupação, porque temos convivido com as notícias quase diárias sobre restrições praticadas a cidadãos de países em desenvolvimento nos portos de entrada europeus, muitas vezes por inconfessados preconceitos ou com base meramente na presunção de ingresso ou permanência ilegal em território comu-

nitário. Esta é matéria sensível em nossos Parlamentos e é justo e oportuno que seja trazida à agenda sempre que possível para um debate franco e objetivo.

Temos reivindicações a fazer junto à Comunidade, porque como a Comunidade estamos todos empenhados, por exemplo, no êxito da Rodada Uruguai e em um novo ordenamento multilateral para o comércio internacional de bens e serviços. Sabemos também que tais passos adiante reverterão em benefício do comércio internacional e terão impacto positivo sobre as economias de todo o mundo, gerando empregos e assegurando a retomada dos níveis de crescimento de que tanto a Europa quanto a América latina desfrutaram nos anos 60 e 70. E sabemos que, sem a pressão própria dos processos negociadores, pouco ou nada teria sido feito pela Comunidade precisamente porque interesses setoriais são afetados. Cabe-nos a todos mostrar que os interesses setoriais, que tendem a ganhar no curto prazo, perdem no longo prazo.

Senhores Parlamentares,

Este é um foro de pluralismo, um foro em que a liberdade é o valor supremo e a democracia o consenso a partir do qual se deseja construir um mundo melhor.

Estou certo de que aqui se fortaleceu ainda mais essa amizade e renovou-se a confiança recíproca.

Congratulo-me com Vossas Excelências, Senhores Parlamentares, pelo êxito do encontro, e peço-lhes a todos, latino-americanos e europeus, que sejam junto aos seus respectivos povos, os portadores da mensagem de amizade e afeto que lhes transmite todo o povo brasileiro, que muito se honrou por ter podido acolhê-los e homenagear, na pessoa de Vossas Excelências, a instituição do Parlamento, síntese da democracia e paradigma do Estado moderno.

Muito obrigado e que tenham um feliz retorno.

Artigos

Riscos e oportunidades

A sociedade brasileira tem confrontado problemas internos de caráter econômico, social e político de tal magnitude que não tem podido conceder a necessária atenção às nossas relações internacionais. As mutações contemporâneas no sistema produtivo e a acelerada transformação da natureza mesma das interações entre os Estados, entretanto, não permitem que qualquer país possa cultivar indiferença, lentidão ou imobilismo em face das oportunidades e riscos que a conjuntura internacional apresenta.

A consciência dessa necessidade de diagnosticar e avaliar em profundidade, e sobretudo de agir com velocidade, torna-se a cada dia mais intensa e mais visível no Congresso, na imprensa, na Universidade, nos meios empresariais e sindicais. Manifesta-se ainda de forma tópica, reagindo a temas de impacto direto e imediato na sociedade e na economia brasileiras, tais como a dívida externa, as negociações na Rodada Uruguai, o MERCOSUL, a questão tecnológica e a questão ambiental. Muitas vezes são grupos específicos que se posicionam sobre temas de seu interesse ou que apelam a sua sensibilidade política, ética ou cultural.

Um país das dimensões do Brasil — territoriais, demográficas, mas sobretudo econômicas e culturais —, com seu peso específico, não pode, contudo, mostrar-se tímido em sua análise do momento histórico que atravessa o mundo. É preciso ampliar o debate sobre a política externa brasileira, não só quanto a seus participantes — o que o Itamaraty vem buscando fazer através do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI) —, mas sobretudo quanto a seu foco. A discussão, em suma, deve abandonar o plano tático e o caráter reativo, definidos pelo horizonte temporal do curto prazo, e voltar-se para o nível estratégico e prospectivo, que se referem ao longo prazo.

Esta mudança de foco — que não abandona o nível do imediato, mas o incorpora em um processo mais abrangente de reflexão e ação — deve obrigatoriamente incluir em sua pauta a arquitetura do próprio sistema internacional, tanto no plano econômico como no político-ins-

titucional e de segurança. À diplomacia brasileira caberá um papel importante na construção de um sistema internacional mais igualitário e portanto mais pacífico. Nossa diplomacia somente poderá alcançar sua plenitude se recorrer ao mesmo tempo à legitimidade de um mandato concedido pela sociedade brasileira e à riqueza do acervo de idéias, valores e percepções de nossa cultura e experiência histórica.

O processo de mudanças que se iniciou com a Constituição de 1988 e nossa agenda diplomática oferecem estímulos excepcionais para esse exercício coletivo. O Brasil acaba de assumir um assento como membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, por um período de dois anos. Voltamos ao Conselho pela sétima vez — a última foi de 1988 a 1989 —, conscientes da época singular em que vivemos. Pela primeira vez, com o fim da Guerra Fria, a Carta das Nações Unidas e todos os órgãos por ela instituídos podem trabalhar como previsto por seus redatores.

O Conselho, a quem cabe a responsabilidade principal na manutenção da paz e da segurança internacionais, vem desempenhando papel central na solução dos mais variados conflitos regionais. A presença brasileira demandará um acompanhamento competente e tempestivo das diversas questões na agenda internacional e um constante esforço de reflexão e de identificação do interesse nacional. Estamos preparados para esse desafio e seguros de que representará uma ocasião única para diálogo aberto sobre nossa política externa, envolvendo os mais diversos setores da sociedade brasileira.

Esta reflexão deve partir da constatação de que o fim da bipolaridade, tanto militar como ideológica, liberou os países de alinhamentos e fidelidades excludentes. A confrontação exigia alianças militares e ortodoxia ideológica. A nova conjuntura internacional, em que o tema do "doux commerce" volta a emergir, estimula o pluralismo de parceiros e de modelos econômicos. As políticas externas da maioria dos países deixam de ter um caráter totalizante, seja de origem endógena, ou exógena, que ocorria sob a forma de um contrato de adesão a visões de mundo hegemônicas. Passam a buscar ser a expressão fiel da multiplicidade dos interesses nacionais nas diversas áreas do convívio internacional.

Essa nova maneira de fazer diplomacia é contemporânea da nova visão do Estado trazida pela progressiva expansão da democracia e da economia de mercado. A participação plena dos cidadãos na condução dos negócios públicos impede a diplomacia secreta e autocrática, as visões excludentes e as decisões táticas que carecem de legitimidade moral. A economia de mercado, por sua vez, pulveriza os centros decisórios e deixa aos empresários a decisão última sobre o que comprar e vender, a não ser nos setores estratégicos ou sensíveis. Novos padrões de competitividade exigem dos países uma constante atualização de suas técnicas gerenciais, de sua ciência e tecnologia, de seu marketing e de seu desenho industrial.

A sociedade internacional passa a funcionar antes a partir dos mecanismos de negociação do que daqueles de coerção. É da natureza da discussão econômica a transação, a concessão, a idéia de que o ganho pode ser mútuo, ainda que desigual. As negociações sobre questões de guerra e paz, território e soberania, que caracterizam a diplomacia no passado, não permitem grande flexibilidade política, além de se prestarem a um tratamento emocional e, às vezes, demagógico. Um dos trunfos de nossa diplomacia reside, como se sabe, no fato de o patrono do Itamaraty, o Barão do Rio Branco, nos ter legado uma pauta diplomática sem contenciosos nessa área sensível. Todos nossos recursos diplomáticos podem ser direcionados para a busca de uma melhor inserção do Brasil na economia e na sociedade internacionais, sem as hipotecas que gravam a atividade de outras Chancelarias.

Essa realidade não cauciona, cabe sublinhar, a visão simplista de que o econômico superou o político na vida internacional. A sociedade internacional, como qualquer sociedade, resolve suas questões através do exercício da política. Não é a matéria que se negocia, sua origem e motivação primeiras, ou sua finalidade última, o que define a natureza da atividade, mas o processo que lhe dá forma e legitimidade. Qualquer negociação bilateral ou multilateral — nas Nações Unidas, no GATT ou no FMI —, é o exercício da política por Estados nacionais que buscam resolver pacificamente conflitos de interesses.

O que ocorreu não foi a obsolescência do político, mas a relativa e talvez ainda prematura ou precária obsolescência do fator militar, no

plano global e estratégico, que sempre foi restrito às superpotências. Esta expectativa de um mundo liberado do equilíbrio do terror e portanto em paz teve que ser rapidamente matizada pela constatação da persistência e mesmo do surgimento de diversos focos de tensão e de conflito no âmbito regional, que embora não ameacem a sobrevivência da humanidade, trazia dor e sofrimento para populações inteiras.

O mundo não se resume, portanto, a uma paisagem idílica onde persistem diferenças apenas na área econômico-comercial. Resistem ou despontam focos de tensão internacional, de origem étnica, cultural ou religiosa, enquanto a fome e a pobreza representam outra fonte de ameaça à estabilidade do sistema internacional.

Essa mescla de tendências positivas e outras carregadas de ameaça compõe a agenda internacional que a sociedade brasileira deve discutir.

Temos que debater como vai ser a relação Brasil-Estados Unidos, levando em conta que essa Nação tem presença significativa em todos os aspectos da vida internacional — político, econômico, militar, cultural — e que para nós, latino-americanos, apresenta a característica adicional de integrar nosso espaço continental. Nesse contexto, é preciso debater sem preconceitos a proposta norte-americana de uma integração vertical. Frente a essa e outras alternativas, cabe reagir com maturidade, identificando o interesse nacional no contexto das opções concretas que se apresentam.

Temos que aprofundar nosso relacionamento com nossos vizinhos imediatos de forma igualitária e reciprocamente satisfatória, conservando e sublinhando a identidade da América do Sul como uma região com características especiais na área de paz e segurança, de cuja evidência crescente e por contraste com outras regiões do mundo podemos auferir vantagens em termos de investimentos e tecnologia. A vocação reiterada da América do Sul e, hoje, da América Latina como um todo para a paz, a boa vizinhança e o desenvolvimento são trunfos que não podem ser desperdiçados em uma conjuntura internacional marcada pela escassez de capitais e pela persistente instabilidade político-militar de várias regiões.

Cabe aprofundar os processos de integração e coordenação tanto na direção do sul como na direção do norte. É preciso sublinhar de modo enfático que o Brasil é um só, apesar de cada região ter naturalmente suas próprias prioridades e seus relacionamentos econômico preferenciais. O MERCOSUL não é um projeto que apenas interesse aos Estados do Sul do Brasil, assim como o Tratado de Cooperação Amazônica não interessa apenas aos Estados do Norte. O Brasil todo tem muito a ganhar com o aprofundamento desses e de outros projetos semelhantes.

Outra região que requer uma reflexão aprofundada é a África. Temos aí interesses importantes e laços afetivos e culturais de grande relevância, sobretudo com os países de fala portuguesa.

Ao Brasil se impõe praticar o que o Presidente De Gaulle chamava de estratégia "touts azimuts" — em todas as direções —, sem exclusões ou omissões. Uma dessas direções mais relevantes é a do Pacífico, onde encontramos mais próximo de nós o Chile e mais adiante o Japão e a China.

Essas alusões não tem caráter exaustivo ou hierarquizante. São meras indicações da multiplicidade de oportunidades que se nos apresentam.

Uma estratégia multidirecional, apontada para todos os pontos cardeais, se reveste, no caso brasileiro, de um caráter natural e necessário, se observamos as características de nossa sociedade, de nossa economia, de nossa geografia e, como já vimos antes, a própria forma de que a sociedade internacional se vai revestindo.

A pluralidade étnica, cultural, política e ideológica da sociedade brasileira inviabiliza parcerias excludentes.

A diversidade e a escala da economia brasileira inibe qualquer tendência à concentração em determinados mercados, por maiores e mais dinâmicos que sejam.

Nossa geografia, ao contrário do que ocorre com tantos países, também não nos condena a relacionamentos prioritários.

Finalmente, a complexidade, diversidade e fluidez do quadro internacional torna obsoletas políticas externas totalizantes, baseadas em fórmulas fáceis e na aplicação automática de seus pressupostos à realidade.

Em resumo, a política externa brasileira terá cada vez mais que atender à complexidade da sociedade brasileira em todas as suas legítimas demandas através de uma adequada compreensão e utilização das oportunidades oferecidas por uma conjuntura internacional igualmente complexa.

A hora não pede frases feitas ou iniciativas mirabolantes. A diplomacia brasileira terá que ser ao mesmo tempo consistente e criativa, confiável e inovadora. Não será difícil conseguí-lo. Temos o patrimônio de nossos princípios e um acervo significativo de realizações comuns com nossos principais parceiros. Temos também disposição para ouvir a sociedade brasileira e buscar atender a suas necessidades crescentes em um quadro externo de grande fluidez. Estamos, em suma, abertos ao diálogo e à necessidade de correção de rumos, quando necessário.

Política externa: a opção universalista

No mundo de hoje, em que política externa e política interna entrelaçam-se mais intimamente do que nunca, o esforço de retomada do crescimento e de elevação do bem-estar do povo brasileiro tem de ser visto, também, do ângulo mais amplo das relações internacionais.

Vivemos processo de mudanças profundas. Se o fim da Guerra Fria eliminou o confronto Leste-Oeste e afastou o risco do holocasusto nuclear, não gerou ainda um sistema internacional infenso a conflitos, persistindo as ameaças à paz e à segurança. Alenta-nos pensar que a superação do maniqueísmo ideológico de quase meio século tenha permitido desbloquear a agenda internacional e que, agora, os temas mais relevantes para o interesse coletivo possam ser debatidos mais objetivamente, sem compromissos políticos e doutrinários pré-determinados e sem o tom confrontacionista de ontem.

As novas circunstâncias, contudo, não foram ainda suficientes para concretizar os anseios de maior abertura e participação no processo decisório internacional. Para uns, uma nova ordenação do modelo de hegemonia do sistema internacional substituiu a bipolaridade da Guerra Fria pela unipolaridade norte-americana. Para outros, estaria em formação uma espécie de consórcio de poder (EUA/Alemanha/Japão, ou os membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, ou, ainda, os membros do G-7), em cujo nível estariam sendo definidas as prioridades da agenda política econômica. Finalmente, para alguns, abre-se a possibilidade de articulação de um novo sistema internacional mais democrático e guiado por regras multilateralmente acordadas.

Uma conseqüência imediata do desbloqueio da agenda política foi a priorização das questões econômicas. Nesse âmbito, forças poderosas estimulam, de um lado, as tendências à globalização e à economia de mercado, em ambiente altamente competitivo e com ênfase crescente nos avanços tecnológicos, e, de outro, o processo de consolidação de grandes espaços econômicos por meio de arranjos regionais. Embora aqui não seja o espaço apropriado para uma análise mais

profunda sobre a medida em que esses dois processos se contradizem ou se complementam, o fato mais importante é que eles indicam claramente que a alternativa do crescimento autárquico deve ser excluída do universo de opções à disposição das sociedades.

Não bastassem essas mudanças internacionais, também o Brasil atravessa momento de inflexão. Depois de décadas, recobramos uma democracia que reabre a discussão sobre todos os temas da agenda nacional. Esse processo atingiu inclusive o Palácio do Planalto, no governo anterior, pois também a ética na função pública passou a motivar a agenda política, sob pressão da sociedade.

Hoje, os setores mais representativos da sociedade brasileira continuam buscando o norte da trajetória de

Para um país que quer retomar o crescimento, precisa debelar a inflação e, ao mesmo tempo, resgatar sua enorme dívida social. O êxito dessa nova política passa pelo setor externo e, nesse sentido, instrumenta-se em nossa diplomacia. Partindo da premissa de que está excluída a opção do desenvolvimento autárquico, torna-se inadiável avaliar qual a melhor forma de garantir esse crescimento com integração na economia mundial e como melhor reforçar nossa inserção internacional.

Para um país que se pode caracterizar como potência média, cuja economia é a décima maior do planeta e cujo traço distintivo mais marcante é a diversificação — diversificação da produção econômica, da sua pauta de comércio e também diversificação de interesses externos — a busca de uma nova forma de inserção no núcleo dinâmico das relações internacionais é condição necessária para o desenvolvimento do país. Buscamos mercados, recursos financeiros e, especialmente, tecnologia, num mundo onde só tem acesso a essas molas propulsoras do progresso quem tiver condições de se apresentar como parceiro atraente e de influir no traçado das regras ora em definição na cena internacional.

Nosso peso específico na economia mundial abre-nos o caminho. Nosso desempenho na reconstrução da democracia, que foi fortalecido no duro teste recente do "impeachment"; na questão dos direitos huma-

nos, em que, apesar de episódios negativos, não se pode pôr em dúvida nosso firme compromisso de sua observância; na do meio ambiente, demonstrado por nossa atuação na Rio-92, quando contribuímos, com êxito, para aproximar posições inicialmente tão distantes entre nós e os países desenvolvidos; na do desarmamento, com as iniciativas no setor de armas químicas e bacteriológicas, como a que tomamos ainda este mês assinando o Tratado de Paris, e na da não proliferação nuclear, depois do Acordo assinado com a Argentina e a AIEA, situa-nos na melhor tradição ocidental e, por isso, habilita-nos a participar ativamente na construção de um novo sistema de relações internacionais mais eqüitativo e democrático.

A distribuição de nosso intercâmbio com o mundo (31% para a CEE, 21% para os EUA, 16% para a Ásia e 11% para a América Latina) e nossa posição geopolítica, como país de proporções continentais, com relações políticas e econômicas com dez vizinhos, além de nossa ação solidária no âmbito da América Latina, mostram, para nossa felicidade, que não temos que fazer opções excludentes. Como parceiros globais, devemos buscar nossos interesses onde quer que eles estejam.

Como "global trader", o Brasil continuará defendendo a conclusão satisfatória da Rodada Uruguai do GATT. Precisamos de regras consensuais e universais que impeçam a desordem nos termos de intercâmbio mundial. Como país industrializado e criativo, temos interesse em definir as regras concretas para os serviços, e entre elas incluímos a necessidade de aprovar-se uma lei de patentes nova.

Outro dado crucial a ser levado em conta é a consagração do fator humano como fonte de progresso. Assim, o que se convencionou chamar de Terceira Revolução Industrial consiste, em suas linhas mais elementares, na afirmação do conhecimento, da educação e do investimento em ciência e tecnologia como molas mestras do crescimento e da prosperidade.

Ao enfatizar nossa vocação universalista, devemos definir com precisão nossos interesses e prioridades. E eles nos parecem bem claros: a América Latina, pela vizinhança, pelo passado compartilhado e pelo futuro que estamos escrevendo juntos no MERCOSUL e na nossa

fronteira norte; os EUA nosso maior parceiro econômico, país com o qual compartilhamos valores e interesses e, com o novo governo Clinton, a perspectiva de uma agenda bilateral revitalizada; a nova Europa, com a qual já lançamos as bases de uma relação mais aberta e promissora, convictos de que saberá abrir-se para o mundo e superar as pressões minoritárias em sentido contrário; os países da Bacia do Pacífico — área de maior crescimento no mundo e que se abre para outras regiões, consciente de suas responsabilidades acrescidas — com os quais devemos definir novas relações, à altura das nossas potencialidades. A essas parcerias regionais acrescenta-se a vitalidade das nossas relações com um significativo grupo de países do Oriente Médio, do Leste Europeu e da África, sobretudo a Austral.

No passado, víamos o desenvolvimento do Sul quase que autonomamente, e como um fator fundamental para a estabilidade, para a paz e para a segurança do mundo. Hoje, embora continuando a acreditar que o desenvolvimento é peça essencial da segurança mundial, estamos convencidos de que o crescimento dos países industrializados e nossa relação com eles são decisivos. Assim como o Brasil não é viável sem crescimento, numa economia global integrada nenhum país é viável sem que o conjunto — onde os países industrializados têm enorme peso — cresça significativamente. Isto requer, portanto, um pacto pelo crescimento, como elemento indispensável para derrotar os nacionalismos, o racismo, as pressões migratórias, o desemprego, a fome e a miséria, para construir uma ordem internacional mais justa e democrática. Somos um país em desenvolvimento com graves carências sociais. Nessas circunstâncias, uma política externa de cunho universalista e de tradição ligada aos valores ocidentais deve engajar-se no esforço nacional de dar resposta ao nosso maior desafio: a luta pelo desenvolvimento com justiça social.

Brasil-EUA: maturidade do relacionamento

O início de uma nova Administração nos Estados Unidos, com a posse do Presidente democrata Bill Clinton, a 20 de janeiro, é acontecimento que convida à reflexão no que tange às expectativas que possa gerar no relacionamento com o Brasil. Em primeiro lugar, dentro da noção de tempo da diplomacia, não existem datas mágicas capazes de alterar por si só atitudes num ou noutro lado. Há, naturalmente, uma particularidade auspiciosa no fato de a transição norte-americana coincidir com o começo da gestão do Presidente Itamar Franco como titular efetivo do Governo brasileiro. Há, também, a circunstância de ocorrer em momento internacional significativamente distinto ao que predominou durante a maior parte do último período republicano. Mas, em política externa, é fundamental manter o olho na conjuntura, sem perder a visão da história. E a história ensina que Brasil e Estados Unidos estão ligados não apenas pela comunhão dos valores democráticos, base de suas sociedades, como também por uma tradição de convivência e diálogo permanentemente amadurecida.

Não haveria, pois, que antecipar grandes mudanças. O que já pudemos construir no passado, os progressos contínuos da cooperação bilateral, a superação de contenciosos, as convergências que se vão acentuando na atuação internacional de cada país, tudo configura um patrimônio que assegura a continuidade, a fluidez e o bom nível do entendimento com Washington. As novas Administrações nos EUA e no Brasil encontram totalmente desobstruídos os canais de interlocução bilateral. Não se defrontam com o antigo clima de discordâncias em matéria de dívida, comércio, tecnologia, temas já há algum tempo discutidos entre os dois países de forma adulta, com objetividade e franqueza. O Governo Clinton lidará com um parceiro que persiste no seu caminho próprio de reformas econômicas e de modernização, no qual sobressai indiscutivelmente a necessidade de superação das imensas desigualdades sociais. Mas, principalmente, não deixará de nos considerar como o país que acaba de viver experiência inédita do ponto de vista político e institucional, com um desfecho que orgulha a cidadania brasileira e fortalece os princípios da democracia.

De tudo quanto foi analisado a respeito da plataforma eleitoral do Presidente Clinton, depreende-se justamente que a ênfase por ele colocada no campo dos valores, em coerência com a política tradicional do Partido Democrata, pode vir a constituir fator de aproximação revigorada. Democracia, direitos humanos, meio ambiente, combate às drogas, não proliferação são bandeiras comuns aos dois países. Isso porque o debate internacional dessas questões assume gradativamente dimensão mais cooperativa do que confrontacionista, como também o Brasil, em particular, promoveu soberanamente avanços substanciais que lhe conferem credenciais incontestáveis.

A democracia entre nós, hoje mais do que nunca com a solução da crise do "impeachment", está vigorosamente preservada, e exercitada em sua plenitude. Os direitos humanos estão protegidos não apenas pela lei e pela política de transparência do Governo, inclusive com nossa adesão às diversas convenções internacionais que regulam a matéria, mas primordialmente pela consciência da sociedade brasileira, e nenhum episódio, por mais trágico e moralmente condenável que seja, como o do presídio de Carandiru, há de afastar o Estado e a coletividade daquele objetivo. Com a Conferência do Rio, demos contribuição expressiva para a promoção dos esforços internacionais na questão do meio ambiente, em torno da qual emergiu o conceito fundamental de "desenvolvimento sustentável" como base de um novo espírito de cooperação que desejamos fazer prevalecer, com a decidida participação dos países desenvolvidos. Temos reafirmado permanentemente nossa vocação pacífica, lastro fundamental da tradição diplomática brasileira, com uma série de atos e decisões de grande importância: o acordo de salvaguardas nucleares com a Argentina, a próxima entrada em vigor do Tratado de Tlatelolco, o Compromisso de Mendoza sobre Armas Químicas, firmado com vários países latino-americanos, além da Convenção Mundial concluída posteriormente sobre o mesmo assunto. O Brasil participou de sua negociação e irá assiná-la no dia 13 de janeiro, em Paris, juntamente com os demais Estados Partes.

Tudo isso nos assegura um diálogo muito fértil e construtivo com os Estados Unidos, que em rigor transcende qualquer ímpeto de inovação voluntarista nas relações em função de mudanças de governo.

Resultados de política externa não podem ser submetidos a uma escala imediatista. Há, para a compreensão desse aspecto, um fator decisivo: Brasil e Estados Unidos são as duas maiores democracias do hemisfério, e é isso que dá precisamente maturidade e solidez ao relacionamento. E justamente porque temos no Brasil uma democracia em plena vitalidade, com as instituições a funcionarem plenamente como expressão legítima da vontade nacional, que os Estados Unidos devem compreender, por exemplo, que as negociações em torno da questão da propriedade intelectual estão sujeitas em nosso país a decisão do Congresso Nacional. A ele cabe deliberar dentro de suas prerrogativas constitucionais, sobre o projeto de lei que lhe foi oportunamente submetido pelo Poder Executivo. O cumprimento desse trâmite legal é da essência do regime democrático e não tenho dúvida de que haverá de enriquecer as perspectivas de cooperação entre os dois países.

Além do aspecto da democracia, prevalece entre nós a convicção de que os Estados Unidos representam, historicamente, parâmetro essencial na condução dos esforços de desenvolvimento da sociedade brasileira. Modernizar a nossa economia, torná-la cada vez mais competitiva, abri-la ao comércio e aos investimentos pressupõe necessariamente uma estratégia de expansão crescente de nossas relações bilaterais. Mas é importante reconhecer que o Brasil não é um país de responsabilidades e interesses internacionais limitados. Essas responsabilidades e esses interesses ultrapassam as nossas fronteiras imediatas. Vão além da América Latina e do próprio hemisfério. Queremos maior aproximação com os EUA, sim, mas queremos e necessitamos também de crescentes vinculações com a Comunidade Econômica Européia e o Japão. Por várias razões, entre as quais similitudes demográficas, territoriais e econômicas, precisamos intensificar os laços com a Índia e a China. Tampouco se pode esquecer a África, sobretudo os países de expressão comum, como Angola, onde tem sido destacada a nossa presença política e comercial. O Oriente Próximo é outra área de relevo, onde o Brasil dispõe de boas oportunidades em termos de comércio e atração de capitais.

Para a política externa brasileira, não há, portanto, opções excludentes. Elas são múltiplas e se complementam. Sabemos privilegiar

os bons sócios, valorizamos nossos parceiros principais, mas isso não recomenda políticas reducionistas, inclusive dada a diversificação de nosso comércio exterior. Daí a importância para o Brasil, em sua condição de "global trader", da conclusão satisfatória da Rodada Uruguai do GATT. Não podemos prescindir de um sistema internacional de comércio estável e aberto. Daí também o papel do MERCOSUL como espaço econômico ampliado em nossa região e seu potencial com pólo de articulação com outros blocos econômicos regionais, como a própria CEE, o NAFTA e os países amazônicos, com os quais temos vínculos muito próximos e que agora pretendemos fortalecer ainda mais com uma iniciativa própria de expansão comercial na região. Pelo mesmo motivo, preocupa-nos o fato de que medidas restritivas às exportações brasileiras ao mercado norte-americano continuem a ser adotadas, como no caso dos produtos siderúrgicos. Por isso também é essencial para nós que sejam efetivamente cumpridos os compromissos financeiros assumidos na Conferência do Rio por parte dos países desenvolvidos, de forma a materializar os benefícios que haverão de ser proporcionados à comunidade internacional que haverão de ser proporcionados à comunidade internacional como um todo a partir da consagração do conceito de "desenvolvimento sustentável".

Tenho certeza de que essa variedade de interesses externos é reconhecida e aceita naturalmente pelos Estados Unidos, justamente porque ela exprime o caráter fundamental do Brasil como sociedade pluralista, democrática e crescentemente aberta, o que representa todo um conjunto de valores que compartilhamos com a grande nação do norte. Relações tão ricas e densas como as que mantemos com os EUA não comportam simplificações, nem dependem de receitas impostas. O Brasil, por exemplo, promove as suas reformas econômicas em ambiente de liberdades plenas e por vontade exclusiva de seu povo e de sua sociedade. Se tudo isso nos aproxima dos Estados Unidos, só temos motivos para confiar em um futuro de entendimento e cooperação. Não há outro caminho em um mundo que já sepultou a confrontação ideológica e universaliza os valores da economia de mercado e dos direitos humanos, com crescente conscientização em torno da solução dos problemas dos desenvolvimentos em escala global, sobretudo da necessidade de erradicação da fome e da miséria.

Primeiro passo para o desenvolvimento sustentável

Recentemente, um grande jornal brasileiro, ao fazer a retrospectiva do ano de 1992, dedicou não mais do que doze linhas à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. O texto acentuava o caráter não-obrigatório dos documentos conclusivos da Conferência.

Todos se lembram da Conferência do Rio, ou Rio 92, que, em doze dias agitados em junho do ano passado, dominou os meios de comunicação e atraiu a atenção mundial para o Rio de Janeiro. Mais de cem chefes de Estado e de Governo aqui desembarcaram para, com sua presença, realçar a importância do evento. Centenas de organizações não-governamentais também estiveram presentes.

Um registro tão sumário daquela que foi a maior conferência internacional de nossa época pareceria sugerir que tudo não passou de um grande evento promocional, sem maior conseqüência além da criação de mais uma instância da burocracia internacional onde os países continuariam a discutir, infindavelmente, as questões de meio ambiente e desenvolvimento.

Nada poderia estar mais longe da verdade.

Como todas as idéias renovadoras, o desenvolvimento sustentável — conceito fundamental consagrado pela Conferência — não existe apenas no plano das abstrações. Isto porque responde a um problema tão atual que já se tornou emblemático de nossa época: como produzir, consumir, criar riqueza hoje sem comprometer a capacidade das gerações futuras de, por sua vez, produzir, consumir e criar riqueza. Em outras palavras, como assegurar que a nossa qualidade de vida não se mantenha ao custo do empobrecimento da base natural que a sustenta.

Ao lado da Declaração do Rio, onde estão expressos princípios fundamentais, a Conferência aprovou um extenso programa global de ação conhecido como Agenda 21, uma espécie de receituário daquilo que é preciso fazer para tornar o desenvolvimento sustentável uma realidade.

É bem verdade que a vastidão da tarefa e os custos envolvidos tornam-na proibitiva a curto prazo para os países que desejem agir individualmente, especialmente países em desenvolvimento como o Brasil. A cooperação internacional é, por conseguinte, o principal caminho para a implementação da Agenda 21.

O Brasil acaba de dar um passo importante nessa direção ao assinar, no último dia 28 de dezembro, com o Uruguai, um Acordo de Cooperação em Matéria Ambiental. Trata-se do primeiro acordo internacional adotado à luz da Conferência do Rio e, portanto, a incorporar os principais conceitos por ela aprovados.

Sua orientação é eminentemente prática e moderna. Veja-se, por exemplo, como trata a difícil questão dos impactos ambientais fronteiriços, ou seja, dos impactos ambientais provocados no país vizinho por atividades desenvolvidas do outro lado da fronteira. Nenhum país quer ver seu desenvolvimento inibido por restrições externas de qualquer ordem — entre essas se incluem com frequência argumentos relativos ao meio ambiente. A uma reclamação de que certa atividade — por exemplo, o funcionamento de uma fábrica perto da fronteira — estaria prejudicando o país vizinho, a reação que muitas vezes se tinha era a invocação da soberania nacional.

O funcionamento da usina termelétrica de Candiota, a sessenta quilômetros da fronteira com o Uruguai, vem causando preocupação naquele país. Haveria indícios de depósitos ácidos de origem atmosférica, que poderiam ter origem nas emissões, pela usina, de óxido de enxofre e nitrogênio. Ambos os países estão realizando um trabalho coordenado na região para conhecer a extensão do problema e averiguar se realmente vem de Candiota. Trata-se de tarefa complexa, que envolve consideráveis recursos financeiros e tecnológicos.

Mas, como proceder uma vez obtidos os resultados desse levantamento? A inovação do acordo está no fato de que trata a questão com total objetividade. As partes se comprometeram a prevenir, reduzir e combater os impactos ambientais significativos que atividades desenvolvidas em seu território possam produzir no da outra parte. Também trocarão informações sobre suas atividades. Uma Comissão de Coo-

peração em Matéria Ambiental integrada pelos dois governos — e que terá concurso não só de entidades universitárias de pesquisa públicas e privadas mas também de representantes das comunidades fronteiriças — elaborará uma série de parâmetros de impacto ambiental. Poderá, por exemplo, definir os níveis aceitáveis de acidez dos corpos hídricos da região. O monitoramento permanente do ar, dos solos, dos rios e lagos permitirá identificar quando os índices vierem a superar os parâmetros estabelecidos, entrando numa faixa que permita ao país afetado ou a um seu cidadão solicitar uma compensação pelo dano ocorrido, uma vez comprovada a origem transfonteiriça desse dano.

A assinatura do acordo não significa, obviamente, que o Brasil tenha qualquer intenção de abrir mão de sua soberania. Quando um país assume livre e espontaneamente um compromisso internacional, aliena sempre um pouco de sua liberdade individual em benefício das partes envolvidas. Além disso, se algum problema efetivamente ocorre, o que interessa é corrigi-lo, inclusive porque também estarão sendo afetados os brasileiros que vivem na região.

O mecanismo de compensação por danos materiais aplicar-se-á na região fronteiriça, o ponto de contato de duas populações, que freqüentemente compartilham os mesmos problemas. Hoje, nossa fronteira meridional é área de grande atividade, e os dois governos têm de ouvir as populações lindeiras e abrir oportunidades para seu desenvolvimento. É por essa razão que o acordo dá atenção preferencial à região fronteiriça também como uma espaço cooperativo por excelência.

A Comissão de Cooperação em Matéria Ambiental cuidará de um amplo espectro de iniciativas que poderão ser desenvolvidas conjuntamente visando à elevação dos níveis de bem-estar social e econômico dos habitantes da região fronteiriça. Entre seus objetivos figuram a proteção da saúde humana e animal, a gestão, conservação e uso racional dos recursos naturais e a harmonização da legislação ambiental. Podem-se apontar exemplos específicos onde são óbvias as vantagens da cooperação: controle do uso de fertilizantes e defensivos químicos na agropecuária, interligação ou estabelecimento de sistemas comuns de tratamento de resíduos, saneamento e águas servidas de cidades e áreas urbanas fronteiriças contíguas.

Dessa descrição do acordo depreendem-se duas outras características que decorrem diretamente dos princípios aprovados pela Conferência do Rio: em primeiro lugar, a indissociabilidade da preservação ambiental e do desenvolvimento social e econômico; em segundo lugar, o alto nível de participação e informação públicas na formulação e implementação das iniciativas conjuntas.

O acordo aplica-se também em dois outros planos que transcendem a região fronteiriça: o nacional e o global. No âmbito nacional, Brasil e Uruguai trocarão informações e desenvolverão programas sobre questões tão variadas e importantes como prevenção de acidentes e catástrofes, tratamento de dejetos, substâncias nocivas ou perigosas e resíduos sólidos, desertificação, meio ambiente urbano, educação e informação.

O plano global refere-se àqueles fenômenos, objeto de grande preocupação na atualidade, cuja origem e efeitos não estão circunscritos a um quadrante determinado do planeta e cuja superação depende necessariamente da ação conjunta de toda a comunidade internacional. Brasil e Uruguai trocarão informações e cooperarão na aplicação de medidas relacionadas com os esforços internacionais para a proteção da camada de ozônio, conservação da diversidade biológica, atenuação dos processos de aquecimento da atmosfera e controle do movimento fronteiriço de resíduos perigosos.

Diante do vasto alcance das decisões tomadas na Conferência do Rio, não surpreende que até o indivíduo mais engajado se sinta imbuído de algum ceticismo. Afinal, trata-se de transformar hábitos arraigados e de mudar fundamentalmente nossa percepção imediatista dos custos e benefícios da atividade produtiva. A instabilidade provocada pelos conflitos regionais que hoje conturbam o cenário mundial, bem como as limitações de uma economia ainda à sombra das tendências recessivas dos últimos anos são também fatores que militam contra a implementação expedita da Agenda 21. No entanto, ao assinar o Acordo de Cooperação em Matéria Ambiental, o Brasil e o Uruguai deram um exemplo, que poderá ser seguido por outros países, de como já é possível dar passos importantes para a superação desse grande desafio que é tornar realidade o desenvolvimento sustentável.

O Brasil e Clinton

O retorno dos democratas ao poder nos Estados Unidos marca um ponto de inflexão na política norte-americana, após doze anos da era republicana, e é obrigação da diplomacia brasileira avaliar as implicações dessa mudança e explorá-las em benefício das relações bilaterais. Como as duas maiores democracias do hemisfério, Brasil e EUA possuem afinidades políticas naturais a sedimentarem um relacionamento maduro e historicamente denso. Com a posse do Presidente Bill Clinton, esse ambiente favorável a uma maior aproximação deve e pode acentuar-se ainda mais.

Sob um ângulo estritamente político, não deixa de ser benvinda a ênfase anunciada pelo novo Governo norte-americano em questões como democracia, direitos humanos, meio ambiente, drogas e — agora, como declarado pelo novo Secretário do Tesouro às autoridades da área econômica brasileira — também no combate à pobreza na América Latina. Esse tipo de bandeira só dividia os dois países no tempo dos regimes autoritários. Hoje, há total coincidência. Ninguém mais do que os próprios brasileiros quer a democracia preservada entre nós — e nisso demos soberanamente prova cabal na crise do "impeachment"; ninguém mais do que nós deseja o meio ambiente protegido para proveito das gerações futuras, nossa juventude livre da ameaça das drogas e os objetivos do desenvolvimento econômico e da justiça social plenamente realizados.

Abre-se neste momento outra importante via de diálogo e colaboração no campo político com a presença do Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Queremos aproveitar nosso mandato de dois anos naquele órgão, como membro não permanente, para tentar aprofundar a discussão sobre a necessidade da redemocratização da ordem internacional. Uma ordem em que os Estados Unidos convivem com outros significativos polos de poder, como Japão e Alemanha, e ao mesmo tempo com regiões do mundo em desenvolvimento que aspiram legitimamente a uma maior participação nos processos decisórios internacionais.

Do ponto de vista das relações econômico-comerciais, obviamente há incógnitas a serem esclarecidas, mesmo porque a prioridade da Administração Clinton nestes seus primeiros meses tem recaído sobre questões internas. É preciso, por exemplo, avaliar até que ponto se confirmarão os indícios mais recentes de recuperação da economia norte-americana. Disso dependem as perspectivas de expansão do próprio comércio mundial como um todo, sobretudo quando se prenunciam acirradas competições entre os grandes blocos econômicos ante as prolongadas indefinições da Rodada Uruguai. É preciso saber se os Estados Unidos se manterão na prática como defensores do livre comércio ou se não irão resistir às tentações protecionistas.

Sinal preocupante, sem dúvida, foi dado pela decisão norte-americana, confirmada nos primeiros dias da Administração Clinton, de aplicar restrições às nossas exportações de produtos siderúrgicos, sob a alegação de serem subsidiadas ou objeto de "dumping". Foi uma medida que não visou exclusivamente ao Brasil (ao contrário, 19 países foram atingidos, inclusive Japão e Comunidade Européia) e que, em nosso caso, encontrou a única resposta possível: acionamos os recursos apropriados seja no âmbito bilateral, seja no GATT.

A questão da propriedade intelectual é outro aspecto delicado. A legislação norte-americana impõe regras e prazos unilaterais, em termos quase de ultimatum, difícil de conciliar com as circunstâncias e particularidades da política brasileira. Da parte do Governo brasileiro, não falta ânimo de diálogo e entendimento. É indiscutível seu empenho na aprovação da nova Lei de Patentes. Acabo, inclusive, de presidir uma reunião de trabalho no Itamaraty, com a presença dos Ministros da área econômica, os Líderes do Governo e dos Partidos Políticos nas duas Casas do Congresso, além de empresários, para discutirmos os detalhes da legislação que interessa ao país adotar e colocar em prática.

Em matéria de ciência e tecnologia, o acesso às altas fontes do conhecimento é um princípio do qual não abdicamos. Esperamos que os EUA adotem política mais flexível nesse campo, pois do contrário menor será nossa capacidade de aperfeiçoar e modernizar o sistema produtivo brasileiro. Temos aprofundado as coincidências ente os dois países em relação aos temas da não-proliferação e das tecnologias

sensíveis. Fizemos acordo de salvaguardas totais com a Argentina e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Estamos colocando o Tratado de Tlatelolco em vigor e, ao mesmo tempo, adotando uma política na área de mísseis que deverá contemplar as normas do MTCR (Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis, adotado pelos países industrializados).

A dívida externa, por sua vez, há muito deixou de ser um problema nas relações Brasil-EUA. Nosso diálogo com a comunidade financeira internacional está normalizado e rende seus dividendos práticos, como na recente visita do Ministro Paulo Haddad a Washington.

Quanto ao tema muito atual da integração hemisférica, esta é uma discussão que também ganha relevo à medida que, por um lado, avançam as iniciativas de alcance regional, com o MERCOSUL e o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), e, por outro, aumenta cada vez mais a necessidade de uma articulação entre os dois processos. Para o Brasil, a consolidação do MERCOSUL é a prioridade, e por isso as negociações devem fazer-se, não individualmente, mas na base 4 mais 1, ou seja, MERCOSUL e Estados Unidos, estes na condição de membro mais importante do NAFTA.

A agenda Brasil-EUA com Clinton é, portanto, muito rica e, sem as incompreensões do passado, pode ser revitalizada. Não nos preocupam eventuais divergências, pois elas, na verdade, são próprias dos relacionamentos caracterizados pela amplitude de interesses recíprocos. Quando estive em Washington em janeiro, a convite pessoal do Partido Democrata para comparecer à posse do novo Presidente, pude perceber que a maturidade do relacionamento bilateral é algo que transcende os governos e as correntes partidárias. Senti o melhor espírito construtivo da parte de todos meus interlocutores que então se preparavam para integrar a nova Administração. A busca de soluções para os problemas atuais que enfrentamos na área do comércio é uma tarefa perfeitamente realizável quando existe adequado nível de diálogo político.

Nesse sentido, o Presidente Itamar Franco, que coincidentemente iniciou sua gestão poucas semanas antes da posse de Clinton, tem o firme propósito de empenhar-se pessoalmente nesse processo de revalorização

das nossas relações com os Estados Unidos. Afinal, a construção de uma democracia forte, estável e moderna, como a que desejamos para o Brasil — na qual a democracia política venha acompanhada de democracia econômica e, sobretudo, democracia social — é um empreendimento que não pode prescindir da colaboração daquele que é o nosso principal parceiro no mundo.

Redimensionando a Ásia

Estudos do GATT e do Banco Mundial/FMI confirmam ser a Ásia a região que vem demonstrando maior dinamismo econômico, quer no que diz respeito a índices de crescimento propriamente ditos, quer em termos de participação no comércio mundial. Esse quadro de prosperidade vem-se refletindo nas cifras do comércio exterior brasileiro: a soma do nosso intercâmbio, nos dois sentidos, com aquela parte do mundo, que era de US$ 400 milhões em 1970, totalizou mais de US$ 7,9 bilhões em 1991. Na década de 80, para nos atermos a uma série histórica mais próxima, o intercâmbio com a área cresceu a índices mais elevados que os do comércio global brasileiro. Em 1990, foi o mercado de destino para 16,8% das exportações brasileiras; em 1991, essa participação alcançou 18,8%, inferior apenas à da CEE (30,9%), muito próxima da dos EUA (19,8%) e superior à representada pelo mercado da América Latina (16,6%).

Ao lado desse dinamismo econômico, verifica-se na região um movimento também acelerado no sentido do diálogo diplomático e da distensão política, superando-se, assim, antagonismos históricos e inserindo-se o continente na nova realidade mundial representada pelo fim da bipolaridade. Muitos fatos recentes podem ilustrar essa afirmação: o prosseguimento, agora com a Rússia e três outras repúblicas limítrofes, da aproximação iniciada pela República Popular da China com a ex-URSS; uma "nova era" nas relações entre a China e a India; o engajamento do Conselho de Segurança das Nações Unidas — com o decidido apoio de governos da região — na pacificação do Camboja; a retomada do diálogo entre Tóquio e Moscou e o início de conversações regulares entre as duas Coréias; a aproximação de rivais históricos, como a China e a Coréia do Sul; as iniciativas tendentes a criar uma "comunidade econômica" do Pacífico, etc. O reaquecimento do diferendo indo-paquistanês em torno de Cachemira, de conotação eminentemente regional e não ideológica, é exceção que não chega a comprometer a tendência geral à distensão e à estabilidade na região.

Países do continente asiático, por sua vez, buscam postura mais ativa no cenário político mundial, vide o novo protagonismo que se verifica na política externa japonesa; o ingresso coreano nas Nações Unidas; a maior participação australiana em temas regionais, seu papel nas negociações agrícolas da Rodada Uruguai e a atuação da diplomacia daquele país na questão do banimento das armas químicas; a firme atuação da Malásia em temas globais e em especial, no diálogo Sul-Sul. A Índia, se não mais conta com a liderança carismática da dinastia Nehru-Gandhi, reafirma sua posição de potência regional e desponta como candidata natural, a exemplo do Japão, à participação permanente num Conselho de Segurança ampliado e mais representativo. A China, deixadas para trás as turbulências de Tianamen, prossegue de forma decidida no seu processo de abertura econômica. Os ventos liberais da privatização são abraçados em terras onde antes não prosperavam: Índia, Paquistão, China.

Por si só, esse cenário extremamente positivo, dos ângulos político e econômico, justifica a atribuição de alta prioridade à região na política externa brasileira, sobretudo se se levar em consideração a existência de avenidas de cooperação e de entendimento ainda escassamente exploradas com a maioria dos países da área.

Permito-me aqui repisar a premissa de que, em política externa, a colheita de resultados obedece a uma noção de tempo própria à diplomacia, que pressupõe o paciente — e por vezes aparentemente longo — trabalho de fincar raízes, de criar laços de confiança mútua. O tradicional entendimento que mantemos com a Índia nos foros econômicos multilaterais, o patrimônio comum de realizações que construímos com o Japão — enriquecido pela dimensão humana representada pelos movimentos migratórios nos dois sentidos —, o alto nível de diálogo político que atingimos com a China, esses são apenas alguns exemplos de que a base está montada para novas iniciativas que correspondam efetivamente às potencialidades de nosso relacionamento com a Ásia e a Oceânia.

No que diz respeito ao Japão — terceiro país investidor na economia brasileira, segundo credor do Brasil e nosso segundo parceiro comercial individual —, uma vez retomado o fluxo de financiamentos

tornados possíveis pela normalização das nossas relações com a comunidade financeira internacional, cabe definir, em sintonia com outras áreas governamentais e da sociedade brasileira, uma nova proposta de parceria que venha a incorporar, em maior escala, o empresariado privado nacional — até agora virtualmente ausente dos grandes empreendimentos binacionais, marcados pela presença estatal. A dar densidade — e dimensão estratégica — a essa parceria reformulada estaria o diálogo político entre as Chancelarias dos dois países, o que estou tratando de intensificar lançando mão do mecanismo de consultas que negociamos com os japoneses em 1989.

Com a China, cuido de valorizar as relações de cooperação na área de ciência e tecnologia, na qual se destaca o projeto sino-brasileiro de construção de satélites de sensoriamento remoto. Na esfera comercial, contudo, temos de tomar providências para dar novo impulso ao intercâmbio, que momentaneamente conhece certa retração: não podemos deixar de aproveitar as oportunidades de um mercado de mais de 1 bilhão de consumidores e cujo nível de renda e de consumo está em franca expansão. É nesse sentido que o Itamaraty está prestando todo o seu apoio a empresas brasileiras que lá buscam se inserir no amplo mercado de prestação de serviços, notadamente no setor hidrelétrico.

No tocante à Índia, cabe capitalizar o tradicional entendimento a que me referi em empreendimentos concretos que espalhem o peso dos dois países no concerto das nações. Há amplas complementariedades a serem exploradas em ciência e tecnologia, inclusive em setores de ponta. Possibilidades semelhantes exploraremos com o Paquistão, com quem teremos agora , momento em que ambos temos assento no Conselho de Segurança oportunidade privilegiada para um diálogo político mais intenso.

A inserção do continente asiático como um dos focos prioritários da política externa brasileira passa, também, pela construção de outras parcerias, mediante a intensificação do diálogo político tendente ao aproveitamento ou expansão de nichos de oportunidade nas áreas de captação de investimentos (aos tigres asiáticos: Hongcong, Taiwan, Coréia e Cingapura), de cooperação em ciência e tecnologia — a Coréia, com quem assinamos recentemente acordo nessa área, poderia tornar-se

parceiro relevante nesse campo —, de prestação de serviços e de cooperação técnica e tecnológica (Malásia, Tailândia, Indonésia e Filipinas, integrantes da Asean).

Nossos interesses com relação à área não se esgotam, contudo, no plano puramente bilateral. A diplomacia brasileira, cumprindo sua missão precipuamente política, e com responsabilidades acrescidas na cena mundial pela sua presença no Conselho de Segurança, não pode deixar de estar atenta às grandes transformações que estão ocorrendo no cenário asiático, hoje um dos eixos principais do sistema internacional.

Não posso, por fim, deixar de ressaltar o significado altamente positivo, para o processo de aproximação com o continente asiático, das novas linhas aéreas que ligam o Brasil àquela área do mundo. Passados 20 anos, durante os quais essa ligação se restringiu à pioneira linha para Tóquio, temos hoje vôos regulares para a Coréia, para a Tailândia e para Hongcong. Estamos em fase de conclusão de acordos aéreos com a Malásia e Cingapura. Trata-se de gigantesco passo que em muito facilita e facilitará não só o trânsito de pessoas como o intercâmbio de mercadorias com aquele continente. Espero ainda ver complementado esse processo de aproximação viária com o Oriente através da viabilização da nossa saída terrestre para o Pacífico.

A África e o Brasil

Os países que almejam participar do núcleo dinâmico das relações internacionais estão inevitavelmente empenhados, neste momento, na revisão e atualização de suas prioridades. É o caso do Brasil, que vem despendendo um grande esforço para manter o pleno domínio das situações novas que modificam, em grande velocidade, o cenário mundial.

A vertigem do novo, no entanto, não pode servir para abalar convicções quanto a temas que vêm consistentemente ocupando a agenda da nossa política externa. Assim como não podemos desperdiçar as oportunidades novas que se abrem nos dias de hoje, não podemos tampouco, depreciar os fatores políticos e geográficos que historicamente nos favorecem. Estaríamos transgredindo uma elementar regra de bom senso se, em nome de um imediatismo míope, redesenhássemos o mapa de nossos interesses no mundo e voltássemos as costas para tradições diplomáticas estabelecidas.

Tenho dito em outras ocasiões que a política externa brasileira não comporta opções excludentes: se precisamos, de um lado, estar permanentemente preparados para a conquista de novas fronteiras diplomáticas, devemos também, com idêntico sentido de prioridade, valorizar o patrimônio político que já conseguimos reunir.

Ao refletir sobre as relações entre o Brasil e o continente africano, essas considerações adquirem um vigor singular. Nossa presença na África já assume feições de tradição, da qual não podemos recuar sob pena de fazer ruir, como castelo de cartas, o inestimável capital de boa vontade acumulado por nossa experiência naquela região — da qual somos culturalmente tributários e com a qual compartilhamos uma imensa porção oceânica que pretendemos voltada para a paz e a cooperação.

O registro das ações mais recentes da diplomacia brasileira demonstra que continua viva, talvez mais do que nunca, a atenção que devotamos à África. Basta mencionar o papel de protagonista que

legitimamente o Brasil vem desempenhando em assuntos relacionados a dois países africanos de língua oficial portuguesa: Angola e Moçambique.

A ação diplomática do Brasil em busca de uma solução para o presente conflito angolano é movida por um genuíno sentimento de solidariedade. Se Angola hoje necessita, mais do que nunca, do apoio internacional para superar as incertezas do momento, o Brasil — primeiro país a reconhecer o Governo angolano, em 1975 — não poderia omitir-se. País no qual os interesses brasileiros se têm avolumado ao longo dos anos, Angola vem mantendo com o Brasil um nível exemplar de cooperação, além de respeitar com rigor todos os compromissos assumidos. Nem mesmo nos momentos mais árduos da guerra civil naquele país, foram interrompidos os fornecimentos regulares de petróleo com os quais Angola vem saldando religiosamente a dívida contraída junto ao Governo brasileiro.

No Conselho de Segurança das Nações Unidas — onde voltamos a ocupar agora mandato de dois anos — e em contatos bilaterais com diferentes países interessados, a diplomacia brasileira vem-se batendo por uma solução pacífica e democrática para a questão angolana, com base no pleno respeito aos acordos de paz firmados em 1991 e às resoluções do Conselho de Segurança sobre a matéria. Não podemos aceitar que as primeiras eleições naquele país, realizadas em setembro de 1992, reconhecidamente livres e justas, sejam flagrantemente desrespeitadas pelo partido derrotado, sob o olhar complacente da comunidade internacional.

A expressiva presença brasileira em Angola — traduzida, neste momento, por obras de vulto, como a construção da hidrelétrica de Capanda e a exploração de petróleo e diamantes, além de importantes projetos de infra-estrutura — legitima esse engajamento do Brasil, que já se traduz em resultados concretos. A Resolução 804 recentemente adotada pelo Conselho de Segurança reflete, em vários aspectos, o trabalho de convencimento que a Delegação brasileira realizou junto aos demais membros daquele foro, e, no plano bilateral, junto aos países da chamada Linha de Frente, aos países africanos de língua portuguesa e aos países observadores do processo de paz angolano — Portugal, Estados Unidos e Federação Russa.

Por outro lado, estamos buscando neste momento intensificar nossa participação no processo de paz de Moçambique, país devastado por uma guerra civil de 16 anos, ao qual estamos unidos pela língua, por uma presença cultural ativa e por interesses econômicos concretos, além de diversos programas de cooperação técnica, muitos dos quais financiados por terceiras fontes. Em atendimento a convite do Secretário-Geral da ONU, o Governo brasileiro designou um Oficial-General do Exército para comandar o contingente das Nações Unidas que supervisionará o processo de pacificação em curso naquele país. O referido convite ao Brasil certamente foi motivado pelo excepcional desempenho de nossos oficiais na missão das Nações Unidas em Angola (UNAVEM). Nunca é demais recordar que coube também a um General brasileiro o primeiro comando militar da UNAVEM.

Ainda com relação a Moçambique, determinei as providências necessárias para que prestemos assistência à implantação da infra-estrutura eleitoral daquele país, com vistas à realização, em futuro próximo, das primeiras eleições da história moçambicana. Contamos, com tais medidas, acrescentar aos nossos laços significação política ainda maior, ao lado da presença brasileira no comanda da operação de paz da ONU. São atos concretos de apoio ao processo de democratização e pacificação daquela nação irmã, que, somados ao reforço dos programas de cooperação técnica, confirmam o tipo de prioridades que, na atual conjuntura, cabe ao Brasil continuar a seguir em sua política no continente africano, com ênfase na comunidade de países de expressão portuguesa.

Tanto em Angola como em Moçambique, nossas iniciativas não teriam atingido o atual patamar de visibilidade e respeitabilidade internacionais se não fossem orientadas pela estrita observância das linhas mestras de nossa política externa africana. Tem sido determinante para o êxito de nossas postulações o peso da tradição diplomática brasileira na África. O trabalho que estamos desenvolvendo nesses países revitaliza a credibilidade da ação do Estado brasileiro perante a comunidade internacional e traz como conseqüência imediata o fortalecimento, pela via política, de nosso prestígio na África.

Fizemos, há 18 anos, uma opção clara pela África, e esta opção não tem sido e não deve ser desvirtuada — nem quando sobrevêm

prioridades pontuais que possam desviar nossa atenção para outras partes do globo. Nosso relacionamento com aquele continente ribeirinho — fronteira oriental do Brasil — deverá florescer, apesar de todas as dificuldades de um e de outro lado do Atlântico. Nenhum interesse remotamente hegemônico orientou a formulação da política brasileira para a África. Nossa presença na área sempre foi construtiva. Nações africanas sempre receberam nosso apoio fraterno, na organização de suas instituições e na luta contra o racismo remanescente. Se soubemos, sob regime autoritário, conduzir uma política externa fundada na soberania, na não-ingerência e na cooperação, mais razão temos agora para revitalizar esses princípios, adicionado-lhes um conteúdo democrático que nos confere ainda mais autoridade como interlocutores de países traumatizados pela experiência colonial e totalitária. Deve-se levar em conta também, neste contexto, que a ausência de paternalismo em nossa cooperação com a África contrasta nitidamente com os diversos interesses internacionais que — seja em época de polarização, seja em tempos de desideologização — vêm contribuindo para perpetuar o verticalismo das relações dos países africanos com o mundo desenvolvido.

A política externa brasileira reuniu, ao longo dos anos, considerável acervo de conhecimentos sobre a realidade africana, a partir de uma visão objetiva e sóbria que já nos distingue perante a comunidade internacional. Soubemos manter, no continente vizinho, uma linha política consistente, o que nos tem habilitado a acompanhar, em posição privilegiada, o desfecho dos processos de descolonização, de desmonte do apartheid, de pacificação em Angola e Moçambique e o abandono dos regimes unipartidários, entre outros desenvolvimentos internos que temos tido a oportunidade de testemunhar. É nossa obrigação transferir para as gerações futuras a possibilidade de ampliar esse acervo de conhecimentos.

Não há ação diplomática que se sustente quando lhe falece coerência. A dimensão africana da política externa brasileira tem sido, nesse sentido, de uma continuidade admirável, a despeito das conhecidas dificuldades internas para obter financiamentos e outros meios operacionais. Essa trajetória é sujeita a tropeços e frustrações, mas a diplomacia é uma atividade extremamente complexa, que demanda enorme

esforço e paciência. Para alcançar seus objetivos, é necessário que o formulador de política externa se adapte, a cada momento, a cenários em constante mutação, nos quais os êxitos pontuais são freqüentemente comprometidos por óbices imprevisíveis, que apenas o talento político conseguir transpor.

Decidi, nesse contexto, relançar a iniciativa brasileira da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, que bem expressa os interesses que compartilhamos com nossos vizinhos da região. A Zona de Paz, cabe lembrar, foi concebida em circunstâncias internacionais diferentes das de hoje: ainda existia a Guerra Fria; a Namíbia estava sob a ocupação sul-africana; as reformas do regime do apartheid pareciam um sonho; era preocupante o apoio externo aos protagonistas da guerra civil em Angola; o impasse em torno da questão das Malvinas representava fator de tensão. Hoje, a percepção brasileira é a de que a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul tem diversas vocações que podem e devem ser estimuladas em benefício de seus objetivos originais: a proteção do meio ambiente marinho, a formalização de um tratado de desnuclearização (como se fez com Tlatelolco em relação à América Latina), a cooperação esportiva, a expansão do comércio.

A política africana do Brasil já chegou a uma idade adulta e saberá, por isso mesmo, adaptar-se às variações de um contexto internacional que apresenta uma carga inédita de desafio e oportunidade. Adaptação não significa recuo, mas aprofundamento — a partir de uma reflexão para a qual nos credenciam a continuidade e o amadurecimento de nossa experiência naquele continente.

O Brasil e a Lusofonia

A política externa brasileira para a África apresenta, como particularidade, uma preocupação constante com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, os chamados PALOPs (Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique). Desde 1975 — quando se consumaram os traumáticos processos de independência que se sucederam naqueles países — até esta data, as relações que vimos mantendo com os PALOPs são marcados pela absoluta correção de propósitos e pelo crescente espírito de fraternidade, através de um diálogo franco e direto que só é possível entre nações com indiscutíveis afinidades étnicas, culturais e históricas.

Por esses motivos, é junto àqueles países que encontramos a oportunidade de levar a efeito, em sua expressão mais plena, a mais rica vocação de nossa política externa: a defesa da soberania e da não ingerência e o esforço pela superação do subdesenvolvimento econômico e social. A solidariedade inequívoca que estendemos aos PALOPs manifesta-se, sem qualquer viés paternalista, pela via da cooperação e pelo apoio na organização de suas instituições.

Tem sido determinante para o êxito de nossas ações naqueles países o peso da tradição diplomática brasileira na África. O trabalho que estamos desenvolvendo no continente ribeirinho revitaliza a credibilidade da atuação do Estado brasileiro perante a comunidade internacional e traz como conseqüência imediata o fortalecimento de nosso prestígio na África.

Para tornar eficazes os instrumentos de nossa atuação diplomática na África, somos obrigados a utilizá-los de maneira diferenciada, respeitando a diversidade étnica, cultural e histórica do conjunto das nações africanas, classificadas segundo critérios que não deixam de levar em conta a identidade lingüística e a natureza de suas ligações com as ex-metrópoles.

Nessa perspectiva, é natural que aos PALOPs seja reservado um espaço privilegiado nas atenções que dedicamos ao continente africano.

Por essa razão, buscamos acrescentar um novo instrumento de ação política que se destine a pavimentar e sedimentar institucionalmente nossas iniciativas junto aos países africanos lusófonos. Reside aí o sentido da criação de uma comunidade dos Povos de Língua Portuguesa.

A lusofonia é, de fato, uma realidade incontestável no cenário internacional. Os países de expressão portuguesa abrigam uma população superior a 200 milhões de habitantes, e seu idioma é o terceiro mais falado no mundo ocidental, sendo superado apenas pelo inglês e pelo espanhol.

A idéia de integrar esses países sempre despertou interesse nos meios políticos, acadêmicos e sociais: no âmbito governamental, Brasil e Portugal definiram no Tratado de Amizade e Consulta, de 1953, como figura de direito público, a comunidade luso-brasileira, que não tinha porém àquela altura a dimensão africana que viria a adquirir depois que se completou no continente vizinho o processo de descolonização.

Hoje, o reordenamento das relações internacionais que se segue ao fim da Guerra Fria cria estímulo adicional à criação da Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa. Além da língua e da herança cultural comum, seus traços de união serão os ideais democráticos, o respeito aos direitos humanos e o repúdio ao racismo, amparados nos princípios tradicionais da boa convivência entre os Estados: soberania, integridade territorial, a não-intervenção e solução pacífica das controvérsias. O primeiro desafio da novel comunidade estará em ajudar Angola e Moçambique a superar o trágico processo de pacificação interna, marcado ainda hoje por guerras fratricidas.

A Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa não é movida por sentimentalismos. Sua criação corresponde a uma tendência da atual conjuntura internacional, com o fim da bipolaridade, que abriu espaço para novas iniciativas de aproximação entre países com afinidades, ora derivados de interesses econômicos, ora fundamentadas em valores políticos ou culturais. Já se tem dito que o mundo está ingressando em uma era das "coalizões de geometria variável": grupos de nações aglutinam-se em torno de temas específicos ou genéricos, com objetivos duradouros ou efêmeros.

O novo foro que pretendemos criar com a comunidade lusófona tem vocação tão duradoura quanto a que inspira o processo de cooperação no seio dos países ibero-americanos — que se desenvolveu com ímpeto nestes últimos anos, tendo ensejado, a partir das comemorações do Descobrimento da América, duas conferências de Chefes de Estado e de Governo, estando prevista uma terceira, que se realizará brevemente no Brasil.

A Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa, iniciativa em tão boa hora concebida pelo Presidente Itamar Franco, confirma, por outro lado, a diversidade das opções de nossa diplomacia, dentro da sua tradição universalista. Sem prejuízo dos interesses e prioridades que informam nossa atuação em outros âmbitos, a comunidade lusófona assume nitidamente uma feição histórico-cultural que não substitui as iniciativas integracionistas de natureza econômica ou geográfica, como o MERCOSUL, os Tratados da Bacia do Prata e de Cooperação Amazônica, o Grupo do Rio ou a Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul. Esta última, por sinal, exprime a essência dos vínculos que desejamos manter e desenvolver com o continente africano, embora se restrinja geograficamente a nossos parceiros banhados pelo mar comum.

Foros e mecanismos de cooperação não são, portanto, excludentes e sim complementares. Não há incompatibilidade entre, de um lado, o estímulo político à cooperação que deriva da identidade comum forjada na língua e na cultura e, de outro, as obrigações econômicas e comerciais decorrentes dos vínculos com outros agrupamentos. Na "Commonwealth", o Reino Unido é membro da CEE; o Canadá, do NAFTA; o Zimbábue, da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC); a Malásia, da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN); e Trinidad e Tobago, da Comunidade do Caribe (CARICOM). Exemplos semelhantes podemos encontrar entre os países que constituem a "Francofonia".

A Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa tem uma vocação clara de mecanismo de concertação e consulta política, destinado a dar aos nossos países um instrumento adicional para a coordenação de suas posições em torno de temas da agenda internacional, para promover

em conjunto seus interesses comuns e para avaliar, de seu próprio ponto de vista e com uma base permanente, a evolução da conjuntura política e econômica internacional. A concertação política, a exemplo do que já fazemos no âmbito latino-americano com o Grupo do Rio, terá papel fundamental em temas que nos dizem respeito tão diretamente, a pacificação e a democratização da África Austral, em que a influência da comunidade lusófona será por certo relevante em termos políticos e diplomáticos.

Cabe reconhecer que a Comunidade enfrentará obstáculos consideráveis em razão da relativa fragilidade econômica dos citados países africanos e da incerteza quanto à evolução dos processos políticos por que passam Angola e Moçambique. Uma solução pacífica e democrática para o conflito que vitima o povo angolano e a boa condução das iniciativas de pacificação em Moçambique são condições importantes para o êxito do projeto comunitário.

Foi pelas razões acima expostas que o Embaixador do Brasil em Lisboa, José Aparecido de Oliveira, foi instruído a visitar os cinco países africanos de expressão portuguesa, a fim de encetar os entendimentos destinados à criação da Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa. A futura entidade insere-se perfeitamente na nossa postura externa para com a África, cujas bases foram por mim delineadas em artigo publicado, no dia 18/03, no Jornal do Brasil.

A Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa será também um dos temas centrais da agenda que ocupará a próxima reunião de cúpula Brasil-Portugal, quando o Presidente Itamar Franco visitar Lisboa, em julho próximo, para concretizar a II Cimeira Brasil-Portugal.

Comunidade Européia: modelo e desafio

O Brasil recebe, nestes dias, a visita do Comissário das Comunidades para a América Latina, Manuel Marín. Sua visita desperta um grande interesse no Governo brasileiro porque possibilita que passemos em revista, com uma alta autoridade comunitária, o amplo quadro do relacionamento Brasil-CE. Será também a ocasião de mostrar-lhe que, apesar de inegáveis dificuldades enfrentadas pelo Brasil, o país continua sendo a mais forte economia latino-americana, a mais diversificada e a que maior e mais maduro relacionamento econômico e comercial mantém com a Europa dos Doze.

A visita de Marín traz também a oportunidade de, mais uma vez, contrastar os nossos problemas conjunturais com a tradição de dinamismo da nossa economia, que ainda ocupa lugar de realce entre as que mais cresceram no mundo nas últimas décadas, e com a familiaridade que temos com os mecanismos do mercado, com os investimentos estrangeiros e com as formas de gerenciamento empresarial da economia.

A integração européia desempenha papel central em nossa política externa e em nossa inserção internacional. Do seu impacto sobre o comércio exterior brasileiro, na condição de nosso maior parceiro comercial, à influência que exerce em questões como a Rodada Uruguai do GATT e à projeção que tem no tratamento da diversificada agenda política do mundo pós-Guerra Fria, a Comunidade Européia afirma-se como ator internacional dos mais relevantes para o Brasil.

O fim da Guerra Fria e as novas modalidades de convivência internacional têm ressaltado cada vez mais a importância da CE como grande ator internacional com interesses globais. Em todos os grandes temas da agenda internacional contemporânea, da segurança dos direitos humanos, do meio ambiente à não-proliferação, da transferência de tecnologia à cooperação para o desenvolvimento, a CE é interlocutor de primeira importância e parceiro imprescindível. Podemos até divergir,

mas não há como ignorar o peso político com que as Comunidades reforçam o seu poder econômico no mundo de hoje.

O impacto político e as vicissitudes da entrada em vigor da fase final da integração européia, a partir do Tratado de Maastricht têm ocupado a maior parte da atenção que se volta para o fenômeno político e diplomático representado pela CE. O temor do fechamento da Europa comunitária sobre si mesma, o crescimento do protecionismo e o receio de que a partir de Maastricht a Europa unida poderá ser um elemento desestabilizador da estrutura econômica mundial fazem parte de grande número de reflexões sobre o tema.

Para nós, além disso, a questão dos controles comunitários da imigração tornou-se também fator de preocupação, porque temos convivido com as notícias quase diárias sobre as restrições praticadas a cidadãos brasileiros nos portos de entrada europeus quando sobre eles incide a suspeita de que tentam um ingresso ilegal em território comunitário.

Mas a CE não pode ser vista apenas como preocupação e temor. O Brasil tem tido um relacionamento exemplar com a Comunidade, que vai muito além das naturais diferenças de visão que surgem em qualquer relação complexa. Se é certo que divergimos em algumas áreas e temos receios recíprocos em outras, é também certo que podemos assumir essas diferenças porque assim o permite a maturidade e a complexidade do nosso relacionamento.

O Brasil que hoje se relaciona com a CE é muito diferente daquele que viu nascer a Comunidade em 1957. Somos hoje uma complexa economia industrial que fortaleceu sua base agrícola. Somos um global trader não apenas porque comerciamos com todo o mundo, mas porque a nossa pauta comercial é diversificada e fazemos concorrência a diversas outras economias, em seus próprios mercados ou em terceiros mercados. Faz parte do relacionamento entre parceiros com graus elevados, ainda que diversos, de desenvolvimento defender com afinco seus interesses próprios e procurar explorar áreas de coincidência. Assim é com a CE.

Quase trinta por cento do nosso comércio exterior está concentrado na CE, à qual, por sua vez, cabe ampla participação nos investimentos estrangeiros em nosso país; nosso intercâmbio global atingiu, em 1992, o montante de US$ 12,5 bilhões. No perfil relativamente equilibrado do comércio exterior do Brasil, a CE aparece como um elemento decisivo que ajuda a fazer do Brasil um país com interesses comerciais relativamente bem distribuídos pelos principais pólos da economia mundial.

Temos uma tradição de relacionamento com as Comunidades que se beneficia, sem dúvida, das boas relações que cultivamos sempre com cada um dos seus integrantes. Foi um relacionamento que amadureceu à medida em que a CE se consolidava como espaço econômico integrado com intensa projeção internacional à medida em que a economia brasileira se diversificava e ampliávamos o nosso comércio exterior tanto qualitativamente como espacialmente.

Desse amadurecimento, que ocorreu aqui e lá, decorreu necessariamente uma intensificação das relações e o desenvolvimento de áreas crescentes de convergências e de competição entre os dois pólos.

O Brasil vê a integração européia como um elo importante para o crescimento da economia mundial. Só o crescimento dinâmico do mundo, com abertura comercial, poderá permitir a integração de países hoje excluídos do núcleo dinâmico da economia mundial, mas que se preparam, por suas reformas internas, para a ele aderirem.

A dimensão da economia brasileira, nossos interesses comerciais diversificados, nossos parceiros múltiplos nas áreas de investimento e tecnologia determinam a opção universalista de nossa politica externa. A história do Brasil aproxima-nos da Europa, dos Estados Unidos, da América Latina, nosso entorno geográfico imediato e nosso parceiro mais íntimo.

As relações do Brasil com a CE têm de estar presididas por um encontro criativo de visões do mundo num horizonte de cooperação crescente. A sorte do Brasil de alguma maneira está vinculada à sorte da Comunidade. No momento, a economia brasileira encontra-se à beira de dispor dos instrumentos necessários para assegurar sua estabilização,

em particular a reforma fiscal, e de lançar-se em novo período de crescimento. Nossos parceiros tradicionais, como a Europa, podem contar com a revitalização das oportunidades no Brasil, onde a economia de mercado é uma realidade, não um objetivo de longo prazo, como ocorre em outras áreas reconhecidamente de interesse das Comunidades.

Mas não é só pela parceria comercial e econômica que a CE exerce um atrativo especial para o Brasil. A Comunidade Européia sempre foi um modelo e um desafio para a América Latina. Nos anos 60, acreditávamos que a integração se realizaria exclusivamente em função da vontade política. Não percebíamos naquele momento que por trás do Tratado de Roma, que tanto inspirou a criação da antiga ALALC, havia outros elementos além das cláusulas do próprio Tratado.

Anos de aprendizado no acompanhamento cuidadoso dos assuntos da Comunidade e de sua crescente importância como nosso parceiro comercial ensinaram-nos que a integração é o coroamento de um processo progressivo de colaboração entre países que têm em comum algo mais do que suas fronteiras.

Aprendemos que integração significa mais do que o mero acréscimo de mercados; que o processo de integração deve ir além da liberalização do comércio; que a integração teria grande impacto sobre certos setores das várias economias envolvidas; que deveria alcançar não apenas o nível de produção de bens e serviços, mas também o desenvolvimento de tecnologias; que levaria à harmonização das políticas macro-econômicas por meio de um complexo processo de barganha; e que o processo deveria respeitar as soberanias nacionais, a despeito de todas as concessões voluntárias que eram exigidas enquanto, em muitos aspectos, as fronteiras desapareciam.

A Comunidade Européia, tomada como modelo, inspirou-nos a realizar projeto similar na América do Sul. Durante anos fortalecemos o comércio intra-regional até que vislumbramos a possibilidade de promover esse comércio e elevar a patamares crescentes os interesses por ele gerados.

Nesse sentido, o MERCOSUL — Mercado Comum do Sul — tem como referência o esforço europeu de integração. Mas não apenas

nesse sentido. Quando a CE mostrou-se decidida a caminhar rumo ao Mercado Comum, a comunidade internacional viu surgir os contornos de uma nova realidade: a economia mundial passava por uma rápida transformação e aquele poderoso bloco econômico do após-guerra, muito antes do término da confrontação Leste-Oeste, apontava os rumos do que poderá ser a estrutura da economia mundial nas próximas décadas.

A CE foi, assim, um modelo e um alerta contra o risco de marginalização. Esse risco representava para nós um grande desafio, em uma conjuntura em que o Brasil e a maioria dos países latino-americanos, para não falar da maior parte do mundo em desenvolvimento, sofriam particularmente os efeitos da sua perda de vigor econômico e da persistência de elementos típicos do cenário mundial.

Simultaneamente com a suplantação do modelo econômico baseado na substituição de importações e no endividamento externo, tomávamos consciência de que a sobrevivência no mundo dos anos 90 dependia de opções corretas em matéria de abertura econômica e ajuste estrutural e de boas parcerias operacionais. Entre elas, em destaque, a CE.

É sobre essa parceria operacional especialmente produtiva e promissora que vamos prosseguir no diálogo de alto nível com a Comunidade. São relações que apresentam numerosos elementos de permanência e interesses de longo prazo de ambas as partes. O Presidente Itamar Franco tem a intenção de participar pessoalmente do relançamento das relações com a CE. A consciência que desenvolvamos em ambos os lados, no Brasil e na CE, sobre a importância relativa desse relacionamento será instrumento para garantir a supremacia dos interesses de longo prazo sobre as vicissitudes do curto prazo, e das coincidências sobre as diferenças.

Entrevistas

"As prioridades da política externa"

O GLOBO — 1º Caderno
24 de outubro de 1993

BRASÍLIA

O Ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso, considera a entrada do Brasil no Mercado da Europa Oriental um objetivo prioritário da política externa brasileira. Ele já marcou para a próxima semana um encontro com os ministros da Fazenda, do Planejamento e da Indústria e do Comércio, para discutir um programa de incentivo e de financiamento às exportações brasileiras. Além do leste europeu, Fernando Henrique vê na América Latina e na Ásia áreas de interesse estratégico.

– A guerra hoje é econômica - afirmou.

A eventual vitória do candidato Bill Clinton na eleição presidencial americana é encarada com tranqüilidade pelo Ministro, que não acredita em aumento do protecionismo no mercado americano com a chegada do Partido Democrata à Casa Branca. Ele considera superada a fase de maior atrito no contencioso com os EUA e defende ampla discussão no Congresso para adoção de uma Lei de Patentes.

O GLOBO Onde estão os parceiros prioritários do Brasil?

FHC No Leste europeu, na América Latina e na Ásia. O Brasil não pode tirar os olhos da Ásia. A Coréia do Sul, por exemplo, dispõe de tecnologia avançada e tem recursos para investir. Esses investimentos podem ser feitos no Brasil. O Leste europeu é um mercado importantíssimo. A Alemanha vai investir este ano US$ 10 bilhões lá e o leste europeu ainda está desorganizado economicamente. O Brasil tem negócios com Angola, com outros países da África, na América Latina. Por que não estamos no Leste europeu e na Ásia, qual é o

problema? Temos de traçar uma estratégia para entrar no Leste europeu e precisamos com urgência de um sistema de financiamento das exportações. Na próxima semana terei um encontro de trabalho com os Ministros da Fazenda, Planejamento e da Indústria e do Comércio, para discutir um programa de incentivo, de financiamento às exportações.

O GLOBO O que muda nas relações entre Brasil e EUA se Bill Clinton for eleito?

FHC Não acredito que ocorram mudanças sensíveis na política externa americana. Nosso contencioso com os Estados Unidos diminuiu muito e questões que eram mais complicadas, como direitos humanos e energia nuclear, estão equacionadas. Os democratas têm uma relação mais próxima com o setor produtivo e com os sindicatos, mas a economia mundial está interligada. A preocupação hoje é com a formação dos blocos econômicos.

O GLOBO Essa proximidade dos democratas com os sindicatos e o setor produtivo não pode representar a volta de medidas protecionistas no mercado americano e uma ação mais dura em relação aos produtos brasileiros?

FHC O discurso é um pouco mais exaltado, mas não acredito em grandes mudanças.

O GLOBO O Presidente Itamar Franco já disse que quer uma ampla discussão na sociedade e no Congresso Nacional sobre a Lei de Patentes. Isso não deixa o Brasil numa posição delicada e sujeito a novas retaliações?

FHC Ainda não houve qualquer decisão do Congresso brasileiro sobre a questão das patentes, e o Presidente Itamar tem razão em defender um amplo debate sobre o assunto. Ninguém tem dúvida de que tem de haver uma Lei de Patentes. O Governo americano está tão

preocupado quanto nós com esta questão. É preciso fazer com a Lei de Patentes o que foi feito com a Lei de Informática, um trabalho de esclarecimento do Congresso Nacional. Temos de obter um compromisso internacional sobre o assunto. Setores específicos dos dois lados, do Brasil e dos EUA, certamente vão fazer pressão, poderemos ter alguns problemas no caso do setor de química fina, mas todos esses casos terão uma solução satisfatória. Também temos setores interessados, e também temos Congresso.

O GLOBO Quais são as prioridades do Brasil com as mudanças na política internacional, o fim da bipolaridade entre EUA e a antiga URSS e a formação de blocos econômicos?

FHC A grande preocupação da política externa é como se organiza o espaço econômico e como entraremos nisso. A grande questão não é a guerra e a paz, a guerra hoje é econômica. Do ponto de vista militar, os Estados Unidos têm uma superioridade enorme, mas essa questão perdeu força. Onde está o inimigo a ser combatido? As armas da nova geração são a tecnologia e o comércio.

"O mundo está se organizando em blocos"

O ESTADO DE SÃO PAULO
25 de outubro de 1993

BRASÍLIA

Convencido de que a boa política externa depende de um país organizado internacionalmente, o Ministro Fernando Henrique Cardoso pretende atuar, no Ministério das Relações Exteriores, como uma ponta entre os anseios da sociedade brasileira e as questões internacionais. Para o novo Chanceler brasileiro, os projetos de modernização são invenção de governos, mas conseqüências da evolução do próprio país. De acordo com seu diagnóstico, o Brasil não deve privilegiar uma aproximação com o Sul, o Norte ou o Leste. Sua proposta: "Uma ação global visando ao desenvolvimento de nosso comércio, à defesa de nossos interesses tecnológicos e, na política, a uma ação mais efetiva junto às Nações Unidas". Em entrevista a Dora Kramer e Rosângela Bittar, Fernando Henrique propõe maior intercâmbio comercial com a Ásia, "o grande mercado hoje para as nossas exportações".

ESTADO O Senhor está atuando como Primeiro-Ministro, treinando para o parlamentarismo?

FHC Não, nesse Governo o presidente é primeiro-ministro e quem atua como primeiro-ministro, na verdade, é ele. As decisões políticas são todas deles. O que acontece é que dos 16 ministros civis, 13 são parlamentaristas, é natural que se tenha um trabalho de articulação política mais complexo mas as semelhanças com o parlamentarismo morrem aí.

ESTADO Mesmo com 13 parlamentaristas, os partidos não estão dando apoio incondicional ao Governo. Falta liderança no Congresso ou vaga para 503 Deputados e 81 Senadores no Ministério?

FHC O critério adotado pelo Presidente é escolha pessoal. Ele está atento à realidade partidária, mas os partidos não estão indicando, não há fatiamento. A Caixa Econômica foi bastante expressiva. O Governador do Ceará deu respaldo a uma solução técnica. Procura-se fazer no Banco Central algo semelhante. Já que caímos numa democracia temos de negociar com o Congresso e com a sociedade. Isso quem fará não serão os Ministros isoladamente, mas as forças políticas representadas lá dentro. Essas forças também têm que aprender que a negociação não se faz em torno de cargos, mas de objetivos políticos.

ESTADO Então, qual é o seu papel na política interna.

FHC Tenho muitas vinculações com o Congresso, com a sociedade brasileira de um modo geral e com a paulista em particular. Essas vinculações são muito importantes. É bom que a sociedade esteja articulada também com o que eu vou dizer lá fora. Não foi por acaso que a primeira visita que eu fiz depois de nomeado ministro foi ao empresariado de São Paulo.

ESTADO Como o Governo tratará a questão da dívida externa?

FHC Os acordos terão continuidade.

ESTADO Dizem que o Presidente não quer manter o acordo com o FMI.

FHC Não é isso. Enquanto não tivermos definidas as reformas tributárias e fiscal, não há o que discutir. Quando as reformas estiverem definidas, os Ministros da área econômica discutirão com o FMI.

ESTADO O Senhor já tem definido seu plano para a política externa brasileira?

FHC O Brasil tem uma política externa que independe de governos. Mas o que vamos tentar fazer primeiro é

promover o entrosamento entre ações externas e internas. A questão da guerra e da paz não é a que preocupa o mundo, pois os conflitos estão localizados, a questão central concentra-se em três linhas. A primeira é a relativa à economia internacional, comércio, investimentos e tecnologia. A ênfase que damos é ao processo de integração da economia mundial e à questão relativa ao GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) e, dentro do GATT, assuntos como patentes, concessão de serviços públicos, etc. Em segundo lugar precisamos ter uma iniciativa na América do Sul que não se limite ao Cone Sul. Eu pedi ao Itamaraty um trabalho sobre o que se pode fazer com os Estados amazônicos. A terceira é a questão política. Temos que atuar mais firmemente junto às Nações Unidas.

ESTADO Haverá mudanças em relação à Amazônia?

FHC Quando os estudos estiverem prontos, vou anunciar alguma medida. Vamos dedicar grande atenção à Venezuela, Peru, Colômbia, Bolívia, aos Estados limítrofes.

ESTADO E o Hemisfério Norte?

FHC Vamos prestar muita atenção também ao Acordo entre Canadá, México e Estados Unidos. Mas isso tudo é normal, hoje o mundo está se organizando em blocos, só que eles não devem se fechar. Temos que acompanhar o fluxo entre os blocos.

ESTADO O Brasil terá parceiros preferenciais?

FHC A grande saída exportadora é a Ásia, o Japão, a China, a Coréia, Taiwan, a Malásia. Aí há interesse e recursos. O Japão importa US$ 45 bilhões, e o Brasil exporta para lá apenas US$ 750 bilhões. Nossa política sempre foi muito voltada para o Atlântico, África e Europa, tem que dar uma guinada, embora tenhamos muitos interesses na África.

ESTADO E a Europa, não queremos nada com a Europa?

FHC Claro que queremos. Temos de olhar para a Alemanha, que está investindo US$ 6 bilhões na Alemanha do Leste, e depois vai dinamizar o leste europeu. Além disso, estou muito atento ao GATT, com a questão da Comunidade Econômica Européia. Vou ter uma reunião em Bruxelas, em novembro, com o Parlamento Europeu e, se tiver oportunidade, vou fazer uma reunião com nossos Embaixadores na região. Também temos de prestar atenção ao Leste. Não podemos esquecer que a economia do Leste, passada a crise, é forte. O que não podemos é nos isolar, mas sim ter uma ação geral, com modéstia, sem basófia. Ninguém vai chegar para abafar.

ESTADO Como fazer essa política externa com Embaixadores que não têm dinheiro nem para pagar suas contas?

FHC Esse assunto foi o primeiro que tratei com o Governo. Não dá para ficar pedindo tostões, o Itamaraty gasta do orçamento da União 0,17%, o que não é nada. Se quisermos uma política externa ativa, temos que ter mais recursos.

ESTADO O Senhor pretende inovar na nossa diplomacia?

FHC Não tenho dinheiro para nenhum plano grandioso. Mas acho que nós nunca aproveitamos direito as pessoas brasileiras que, não sendo diplomatas, têm trânsito, contatos e credibilidade lá fora. O Franco Montoro tem um bom trânsito, o José Sarney também. Há alguns empresários e intelectuais também. Não é preciso formalizar nada, nomear ninguém, mas por que não dar missões para essas pessoas cumprirem, como fazem os americanos, os russos, os franceses? Isso é que é entrosamento com a sociedade, de não precisarmos ficar presos à burocracia.

"O primeiro mundo começa aqui"

JORNAL DO BRASIL
17 de janeiro de 1993

"Acabou o espetáculo". Com essa frase, o Ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso, 61 anos, define o Governo Itamar e enterra o marketing de Fernando Collor, que, aliás, o desejava muito como ministro. Depois de 105 dias de governo, Fernando Henrique diz que é hora de "arrumar a casa". Para isso, é preciso trabalhar e trabalhar. Filho de general, ex-MDB, ex-PMBD e fundador do PSDB, está dividido entre ser porta-voz do Brasil — fez oito viagens internacionais em três meses -, acompanhar de perto o desempenho do Executivo no Congresso e conversar com empresários. e trabalhadores. "Temos que ser Primeiro Mundo aqui dentro, e depois seremos, naturalmente, no exterior". Para isso, acha prioritário resolver problemas como miséria e inflação. Parlamentar há 19 anos, o mais indicado Ministro das Relações Exteriores, está gostando muito de ser governo. Porque é preciso e, principalmente, possível, como diz, fazer muita coisa. Ele elogia o Presidente e seu Governo e conta sobre a inevitável comparação que os estrangeiros fazem entre Itamar e Collor. "Itamar sobe ouvir e falar. Não tem estilo imperial". Na sexta-feira, o Ministro falou ao em Brasília ao JORNAL DO BRASIL sobre questões internas e externas. Hoje à noite, viaja aos Estados Unidos, para a posse de Bill Clinton, e depois vai à Inglaterra. "Temos que ser mais agressivos no exterior".

JB O Governo Itamar completou há pouco 100 dias. Qual o balanço que o Senhor faz?

FHC Nesses 100 dias, foi possível acabar com vários fantasmas. Primeiro, o da corrupção. Este fantasma desapareceu. Não quero dizer que não possa existir topicamente, mas não há mais um sistema montado. Em segundo lugar, temos um relacionamento entre Executivo e Le-

gislativo como não se via há muito tempo. Esse Governo é congressual. O Presidente dá sinais claros de que respeita o Legislativo. Em terceiro lugar, encararam-se os temas sobre os quais se falava mas nada se fazia, como a reforma tributária. Pode-se ser certo ou errado, pode ser boa ou ruim, mas o Governo mandou uma proposta, e o Congresso está discutindo. Em quarto lugar, começou-se a botar em ordem a casa. Foi possível pagar os 147% dos aposentados, o funcionalismo, as dívidas do Itamaraty.

JB As luzes nas Embaixadas se acenderam de novo...

FHC As luzes foram acesas, e novamente temos telex para nos comunicar. Também foi possível pagar os hospitais. Então, nesses 100 dias foi possível dar sinais de que esse país é viável. O Brasil é viável. Hoje há uma enorme disponibilidade de capitais no mundo. No exterior, tenho ouvido que, finalmente, a América do Sul é uma zona de paz. A Europa está complicada, com conflitos nos Bálcãs, na Europa do Leste. Aqui no Brasil temos recursos humanos razoáveis, base universitária, um certo desenvolvimento tecnológico. Temos a experiência institucional de um Estado que nasceu há dois séculos. Congresso funcionando, imprensa ativa e livres, sindicatos atuantes.

JB Mas e a inflação não atrapalha?

FHC É o nosso grande problema. Mas não se acaba com a inflação por milagre. Quando se tentou isso, não deu certo. Tem que ser um processo mais persistente com menos truques.

JB O Governo não vai apelar aos pacotes?

FHC Não vai haver pacotes. Estamos propondo um reforma fiscal porque precisamos de recursos adicionais para comprar títulos da dívida interna, para baixar os juros e

a dívida. O Governo vai manter uma atitude coerente para acabar este temor de que podem vir novos pacotes. Quando há ruído, isso dá confusão e acelera a inflação. Porque ela hoje não é monocausas é resultado de uma situação de desordem, que gera ansiedade nas pessoas. Elas começam a querer passar na frente das outras para não perder ou para ganhar mais. Então vamos desinflar a crise, ter um orçamento equilibrado, aumentar a receita para poder fazer obras. É a maneira sadia de combater a inflação.

JB O Senhor está otimista ?

FHC Claro. A Inglaterra ficou muito tempo numa situação de us and down, de zigue-zaque. Ninguém apostava na Inglaterra. Mas se organizou. Vi A França e a Espanha pobres. Hoje são países ricos. O Brasil tem condições de ser um país decente em 20 anos, se a elite brasileira não for cega e entender que tem de pagar impostos e investir. É preciso voltar a acreditar no Brasil, não como bazófia, mas como exercício de disciplina diária. O povo precisa voltar a ter confiança no Governo.

JB Dá para ter?

FHC Eu tenho dito que o poder no Brasil ficou triste. Ele não era triste com Juscelino, com Jânio. Ficou triste depois, porque foi usurpado, não tinha legitimidade, foi exercido de forma imperial. Isso é um sinal de que a sociedade está doente.

JB Para o Senhor, o poder é triste também no Governo Itamar?

FHC Ainda é triste, mas espero que seja cada vez menos. Se as coisas começarem a andar em ordem, o poder deixa de ser um exercício de angústia. Não acho que se deve cair na alegria boba, mas não é bom ficar numa situação depressiva. No governo anterior, essa tristeza que se

apossou do Brasil foi substituída apenas pelo espetáculo. Hoje não tem mais espetáculo. O espetáculo acabou. Agora é a normalidade.

JB A política externa no Governo Itamar levará o Brasil para o Primeiro Mundo, como queria Collor, ou haverá uma recaída terceiro-mundista?

FHC O terceiro-mundismo acabou. Hoje não há ninguém que se organize em função da idéia terceiro-mundista. Todos aspiramos a ser Primeiro Mundo, mas, para isso temos de começar internamente. Só se pode ser Primeiro Mundo lá fora se formos aqui dentro também. Então, temos de botar a casa em ordem, melhorar o nível educacional do povo, distribuir melhor a renda no país — aí naturalmente entraremos no Primeiro Mundo.

JB A política externa vai privilegiar as relações com o Primeiro Mundo?

FHC Estamos vivendo uma etapa em que acabou a bipolaridade entre Estados Unidos e União Soviética. Mas a nova hegemonia americana ainda não tem seus contornos definidos. Não se sabe até o momento como ela vai se exercer — se dentro de um sistema múltiplo de alianças ou isoladamente se dentro do Conselho de Segurança da ONU ou fora dele.

JB Como estão nossas relações com os Estados Unidos?

FHC Tinham um antigo dossiê de contencioso com os Estados Unidos, que foi se resolvendo ao longo do tempo. Havia a questão dos direitos humanos, que afetou nossas relações durante o período da ditadura, especialmente na administração Carter. Havia a questão do meio ambiente, onde demos a volta por cima na Rio-92. Agora, nós é que cobramos um compromisso americano com o Tratado de Biodiversidade e com a Agenda 21. Havia ainda o problema da proliferação

nuclear, que também foi superado. Então não existem mais grandes problemas políticos.

JB Os contensiosos agora são basicamente econômicos?

FHC Exatamente. Todos os países que crescem enfrentam isso. Ao crescer, entra em choque, disputa mercados. Devemos encarar isso com naturalidade e maturidade. Nossa política externa deve preocupar-se em não contaminar o conjunto de relações com os Estados Unidos por causa de choques em um determinado plano. Não vamos transformar isso numa bandeira de luta política. Por exemplo, os Estados Unidos estão sobretaxando nossas exportações de aço. Vamos defender firmemente nossos interesses nesse setor, e, se for necessário, recorrer a outras instâncias internacionais. Mas sem espírito de beligerância.

JB Como está o Mercosul?

FHC Há uma vontade política dos quatro países de caminhar da direção de um mercado único. Mas também há problemas. O Brasil promoveu, no Governo anterior, uma baixa tarifária muito grande, que aliás foi pouco reconhecida no mundo. E não pedimos nada em troca, o que talvez tenha sido um erro. Nossas barreiras tarifárias estão, portanto, decrescendo. Mesmo assim, há um caminho complicado pela frente.

JB O Senhor acredita no potencial do Mercosul?

FHC Muito. Em dois ou três anos o comércio entre os quatros países passou de US$ 3 bilhões para US$ 6,5 bilhões, mais que dobrou. E está crescendo rapidamente agora. Então, o Mercosul é uma coisa importante.

JB Não devemos prestar mais atenção ao Nafta (North American Free Trade Agreement, reunindo EUA, Canadá e México, assinado em 92)?

FHC Estamos prestando atenção ao que está ocorrendo no Hemisfério Norte. O Nafta é uma realidade ou, pelo menos, uma tendência. Por isso os demais países do Mercosul, montamos uma reunião chamada de "quatro mais um" — os quatro países mais os EUA. Vamos querer saber melhor o que é o Nafta, que abertura ele terá ou que conseqüências trará para nossas economias. Não vamos fazer a política da avestruz e ignorar o Nafta, mas temos de ter claro que os americanos, canadenses e mexicanos não estão querendo abri-lo. Aliás, o chilenos querem entrar e não conseguem. É bom lembrar que temos um comércio exterior muito diversificado. O principal cliente do Brasil hoje, como grupo, é a Comunidade Européia. Trinta por cento de nossas exportações vão para lá. Um pouco mais de 20% vão para os EUA, cerca de 20% para a Ásia e mais de 20% para a América Latina. Portanto, temos relações comerciais muito diversificadas. O Brasil é o único país da América Latina cuja pauta de exportações é composta de mais de 60% de produtos industrializados.

JB O Brasil não corre o risco de perder para outros países, como o México e Argentina, a condição de interlocutor privilegiado dos EUA?

FHC Não acredito que os EUA desconsiderem um país do porte do Brasil. Somos 60% do PIB da América Latina. Por nossa população, produto, industrialização, comércio externo, não podemos ser desconsiderados por um país que tem noção do mundo, como os EUA. Não temos aflição com essas coisas. Nossa relação com os EUA não pode se basear numa corrida contra tal ou qual país. Tem de se apoiar nos interesses do Brasil.

JB Na ação política, como o Brasil pretende influir no mundo?

FHC Hoje estamos no Conselho de Segurança da ONU, pela sétima vez. Queremos ter um papel na modificação da Carta da ONU, em 1995. Por isso o Presidente Itamar foi a Dacar, na reunião do Grupo dos 15. Não foi por terceiro mundismo, foi por realismo, porque o Grupo dos 15 arrasta um conjunto de países importantes. O Brasil tem tido facilidade para ser eleito para órgãos da ONU, por causa dessa política realista. Não fica dizendo que pertence ao mundo x ou ao mundo y. Nós estamos no mundo real, que é composto por países muitos distintos.

JB O que o Brasil vai defender no Conselho de Segurança?

FHC Como disse antes, ainda não está clara se a relação das grandes potências vai ser negociada no Conselho. Se for, ele é o fórum central do mundo. Hoje, a ONU está assumindo papel crescente de força da paz.

JB Força da paz ou de polícia?

FHC Isso tem de ser examinado pelo Conselho de Segurança. É preciso resolver se a ONU vai ser força de paz ou de intervenção. Até agora, elas são convocadas em ameaças à paz mundial. No caso do Iraque, a base era essa. Mas há tendências, ainda não expressas claramente, de que se passe a outro tipo de intervenção. E isso tem de ser muito bem discutido. Nós queremos, jogar um papel nessa questão.

JB Se o Conselho não for o fórum para a hegemonia dos EUA, como será?

FHC Se não for o Conselho ou a Assembléia da ONU, a situação vai se complicar muito no mundo. Qual seria a solução? A força? Temos de cobrar dos grandes países que tenham, no nível internacional, o mesmo compromisso com a democratização que têm no plano interno. Ou seja, o princípio deve ser o da representativi-

dade o da negociação, do respeito às decisões. Não pode ser o primeiro da força.

JB Como está a imagem do Brasil hoje no mundo?

FHC Houve um momento em que era muito ruim, agora é variável. O impeachment jogou um papel positivo, nossa presença econômica é positiva, a inflação é negativa, a violência contra os meninos de rua e negativa. O impeachment ajudou muito. Agora em Madri, na Cúpula Iberoamericana, pude sentir a confiança nas instituições do Brasil. Foi importante que as manifestações de rua não tenham sido violentas.

JB Qual sua expectativa em relação à Administração Clinton?

FHC Ela esta colocando de novo em discussão temas que nos interessam. Creio que Clinton vai reivindicar a volta aos temas da economia real, não só da economia monetária. Ou seja, produção e emprego.

JB A onda neoliberal que dominou o mundo estaria cedendo?

FHC Conversei na Espanha com Alfonso Guerra, Chefe do PSOE e ex-Vice-Primeiro-Ministro do Felipe Gonzalez. Ele acha que estamos assistindo a uma correção no movimento do pêndulo. O Estado vai ter um pouco mais de peso. Não que vá se voltar ao Estado-produtor, porque hoje as forças produtivas privadas são suficientemente fortes. Mas, quem cuida da pobreza? É o mercado? Em países que têm muita pobreza, como o Brasil, sem ação pública coordenada não se resolve o problema da pobreza.

JB Como o Governo Itamar quer combater a miséria no Brasil?

FHC Ao mesmo tempo em que pratica uma política de austeridade nos gastos, o Governo definiu alvos concretos de investimentos: agricultura, habitação e recuperação de estradas. Isso vai ter efeitos no combate à pobreza. O problema é estar de olho para evitar a inflação. Daí a importância da reforma fiscal. O Brasil cansou de milagres. Também não há populismo nisso. Populismo é usar dinheiro público para obter apoio. Não é o caso. Mas não vamos ser ingênuos; não há solução razoável para a questão social sem a retomada sustentada do crescimento econômico e organizar o Estado. Itamar, com seu estilo de não fazer coisas pomposas, está ajudando temos de fazer as coisas mais simples.

"Emigrantes enviam US$ 2,4 bilhões ao País"

Folha de São Paulo
22 de janeiro de 1993

Há hoje 400 mil brasileiros espalhados por nações desenvolvidas. O número é tão expressivo que vem forçando o Itamaraty a remodelar sua estrutura de consulados no mundo. Nos Estados Unidos, foi aberto um consulado em Boston. No Japão, outro em Nagoya. Estima-se que os brasileiros enviem anualmente para o Brasil cerca de US$ 2,4 bilhões, 20% de toda a arrecadação que o Governo quer com o ajuste fiscal.

As revelações foram feitas à Folha pelo chanceler Fernando Henrique Cardoso. Na sua opinião, a fuga de brasileiros para o exterior tende a crescer e revela uma das faces da crise brasileira. Segundo Fernando Henrique Cardoso, uma das tarefas da diplomacia brasileira é mudar a imagem do país no exterior. Uma imagem corroída inclusive pelo calote dado pelo Governo em organismos internacionais do porte da ONU. O Brasil deve em taxas e mensalidades a órgãos multilaterais cerca de US$ 45 milhões. "Isso é descaso", diz o Chanceler. Abaixo, os principais pontos da entrevista.

FOLHA Quando assumiu o Ministério, o Senhor disse que queira o Itamaraty sem salamaleques. Qual a diferença entre o Itamaraty de hoje e o Itamaraty de dois meses atrás?

FHC Quando em referi a salamaleques não era questão formal. É que eu acho que devemos ter uma diplomacia direta. Uma diplomacia na qual, em vez de falarmos indiretamente as coisas, devemos apresentar as coisas como elas são. Vou dar um exemplo de diplomacia sem salamaleques. Estamos fazendo várias discussões sobre a qual é a política externa brasileira. Neste momento em que o mundo se reorganiza, como é que o Brasil vai se inserir no mundo? O Mercosul é um pedaço disso. Outro

pedaço é a Comunidade Econômica Européia. Outro pedaço é que nós tínhamos uma política para África. Para a Ásia não temos coisa alguma. E a Ásia onde está a prosperidade. Acho que o Brasil, se quiser ir adiante, tem que desenvolver relações com os países que têm desenvolvimento tecnológicos e que têm dinheiro.

FOLHA Mas como estes países exergam um país com inflação mensal superior a 20%, recessão...

FHC Com desconfiança. Eles acham que nós não temos condições de botar a casa em ordem. Eu acho que arrumar não é tarefa tão difícil assim no Brasil. Eu tenho dito lá fora. E não falo com o intuito de enganar ninguém. Pode-se dizer que, lá fora, o Brasil não tem uma atitude ativa quanto à construção de sua imagem. Não basta dizer apenas o que você é capaz de exportar. É preciso mostrar como estamos lidando com a questão do desmatamento na Amazônia, dar provas de que vamos demarcar terras indígenas. É melhor mostramos uma imagem de gente que sabe que tem problemas, mas está tentando resolvê-los.

FOLHA A impressão que se tem é que, graças à hiperconcorrência entre as nações, a diplomacia possui hoje uma visão mais mercantilista. Tem-se também a impressão de que esta nova ordem não foi assimilada pelo diplomata brasileiro.

FHC Indiscutivelmente na diplomacia tradicional a questão econômica era vista como se fosse uma coisa não-nobre. Nobres eram as questões chamadas políticas: os conflitos entre as potências, a guerra e a paz, etc. Claro que a política continua existindo. Não se pode também imaginar que o Itamaraty tenha antenas mais aguçadas do que as da sociedade. Hoje os empresários também vão lá fora. Acho que devíamos fazer como o pessoal de Formosa, os japoneses, os chineses, o Chile. Eles têm

nos outros países um centro de exportação comercial. É uma espécie de show room que não é oficial. Faz-se um "pool" de empresas, forma-se uma fundação e organiza-se um escritório para facilitar as transações. É preciso pôr as empresas nisso.

FOLHA Qual é a sua prioridade no Ministério?

FHC Eu diria que são três. Primeiro, o Brasil precisa se situar numa nova ordem mundial que já existe. Acabou o confronto entre os blocos. Há muito mais convergências. O que não significa que os problemas de relacionamento tenham acabado. A questão é que as brigas se dão agora em outro plano. Não podemos continuar agindo com mentalidade de subdesenvolvidos. Por exemplo, não vejo razão para não aprovarmos no Brasil uma legislação de patentes. O segundo ponto: acho que temos que reequacionar o problema das nossas exportações e importações, sobretudo na área tecnológica. Terceiro ponto: precisa ter uma reforma interna no Itamraty. É preciso redesenhar o Ministério, para que ele atenda a essas novas demandas. Isso passa pela formação do diplomata. O Instituto Rio Branco precisa pensar que tipo de formação deve ser dada. Tem que haver uma valorização do saber mais especializado.

FOLHA Essa reforma na formação do diplomata não vem sendo muito retardada?

FHC Eu acho que nós já devíamos ter pensado nesses assuntos há mais tempo. Acho que ficamos muito tempo no Brasil sem querer entender que houve uma globalização da economia e, além disso, um realinhamento político. Veja a discussão sobre a lei de propriedade industrial. A China tem uma lei de propriedade industrial. Vários países estão definindo. Aqui isso ainda é uma questão de direita e esquerda. Outro exemplo: o Primeiro-Ministro da Malásia nos disse outro dia que eles estão

exportando US$ 35 bilhões. O país tem 25 milhões de pessoas. Nós exportamos os mesmos US$ 35 bilhões, com uma população infinitamente maior. O nosso esforço de exportação ainda é muito pequeno. Aí, vem a discussão antiga de que o Brasil precisa olhar primeiro o mercado interno. Isso é uma bobagem. Quando você amplia as exportações você aumenta o mercado interno também. Você deu emprego, injetou recursos na economia. Nenhuma economia sobreviverá se não estiver conectada com o resto do mundo.

FOLHA A queda de fronteiras traz o problema do racismo. Qual a sua opinião sobre esse fenômeno? De que modo ele afeta o emigrante brasileiro?

FHC É impossível negar que há hoje um racismo crescente. Isso evidentemente pode ter uma influência na definição das políticas dos países. No caso da América do Sul, não é toda ela que é considerada como uma peste na Europa. Nós não podemos aceitar essa atitude preconceituosa. Ela tem que ser combatida. Por outro lado, essa atitude soberba que se verifica hoje na Europa não tem consistência. Isso não é assim, por exemplo, nos Estados Unidos. Embora eles tenham um rigoroso controle de imigração, não existe na lei um enraizamento do racismo. Na Europa não existe na lei, mas existe na prática. Tenho tido muitas reclamações de brasileiros que voltam de portos europeus simplesmente porque implicaram. Acham que o cara vai lá para ficar. Há inclusive um aspecto novo para a diplomacia brasileira. Nós não nos organizamos para ser um país de emigração. E hoje nós somos. Eu tive que fechar os consulados em New Orleans e Dallas, nos Estados Unidos, para abrir outro em Boston, onde há uma concentração de dezenas de milhares de brasileiros. No Japão, em Nagoya, a situação é a mesma. Tivemos que abrir um Consulado lá. Há hoje brasileiros trabalhando no exte-

rior e remetendo dinheiro pra cá em quantia apreciável. É algo em torno de US$ 2,4 bilhões de remessas anuais.

FOLHA De onde vem todo esse dinheiro?

FHC Estamos levantando o número exato. Vem de brasileiros que moram no Japão, nos Estado Unidos, principalmente desses dois países. Hoje temos 40 mil brasileiros fora. Se cada um mandar US$ 500 por mês, temos US$ 2,4 bilhões por ano.

FOLHA Esse movimento de emigração se deve, em parte, ao desencanto com o país, não acha?

FHC É verdade, em grande parte. Nós não temos empregos aqui. A nossa preocupação é no sentido de acompanhar o tratamento que vem sendo dispensado a estes brasileiros que estão lá fora. Temos que ter consulados cuidando dessa gente. Estamos mudando consulados por causa disso. Os japoneses querem ter controle sobre esse movimento. Querem controlar o aliciamento de mão-de-obra aqui no Brasil. Pela lei brasileira isso é proibido. Há mil problemas novos ainda não equacionados. Uma das coisas que pedi à comissão de reestruturação do Itamaraty que analisasse é justamente isso: diante do novo mundo, onde é que precisamos ter gente. Não é para diminuir o número de consulados. Há menos de 900 diplomatas. É pouca gente. Precisamos é redistribuir esse pessoal.

FOLHA O Senhor tem informações sobre a qualificação da mão-de-obra que o Brasil exporta?

FHC Em geral a qualificação é baixa. A queixa dos japoneses é de que a qualificação é baixa e o desenvolvimento japonês não comporta. Há também um pequeno número na área técnica. Mas nesse campo vai daqui pra lá e vem de lá pra cá também. Isso é demonstração de dina-

mismo. Mas quando se trata de mão-de-obra baixa, aí é problema de falta de oportunidade de trabalho.

FOLHA A tendência é de aumentar o número de brasileiros que vão para o exterior?

FHC Sem dúvida nenhuma, a tendência é de aumentar.

FOLHA Sabe-se que o país deve sua contribuição anual a organismos internacionais. Um país que deve esse tipo de coisa pode ser levado a sério?

FHC Acho que não. Devemos a todos os organismos internacionais. Isso é descaso. Um país que exporta US$ 35 bilhões, tem US$ 20 bilhões de reservas e que deve a organismos, não é possível. Vou dizer qual é a situação. Devemos por exemplo, à OEA, que tem um brasileiro como Secretário-Geral. Devemos desde 90 algo em torno de US$ 4 milhões. Se não pagarmos até o final do ano, perdemos direito a voto. Devemos à Organização Panamericana de Saúde, que tem um brasileiro como diretor. Devemos à Aladi, onde um brasileiro acabou de ser eleito Secretário-Geral. Na Aladi devemos menos de US$ 1 milhão, cerca de Cr$ 10 bilhões. Devemos também à ONU. Somando todos esses pequenos débitos, dá algo em torno de US$ 45 milhões de atrasados. Os Ministros da área econômica, num grande esforço, devem estar pagando a metade desta dívida e me prometeram que até o final do ano pagam a outra metade. Isso não é falta de dinheiro. É falta de interesse. Não dá para entender, sem falar que devemos aluguel de casas onde estão instaladas Embaixadas, telefones, à Varig. Isso não é possível. Isso pesa na imagem.

FOLHA Houve uma época em que a diplomacia brasileira era terceiro-mundista. Collor pretendeu voltá-la mais para o primeiro mundo. Qual a sua intenção?

FHC A minha intenção é orientar a diplomacia para onde há desenvolvimento tecnológico e capacidade de importação e exportação, esteja no sul ou no norte do hemisfério. A Argentina, por exemplo, é um sócio fundamental. O Chile também é importante. Angola é outro parceiro relevante. Na Ásia há vários bons parceiros. No Oriente Médio também. Temos que ir buscar os recursos de onde eles estão, sejam recursos de talento ou financeiros.

"Vuelvo como canciller al país de mi exilio"

Jornal "LA NACIÓN",
de Santiago do Chile

LA NACIÓN O Senhor visitará Santiago este mês para assinar quatro acordos com o Governo do Chile. Quais são estes acordos e qual a sua importância para ambos os países?

FHC Deverei visitar o Chile, em caráter oficial, no período de 23 a 27 do corrente, atendendo a um amável convite do Chanceler Enrique Silva Cimma. Essa visita servirá primordialmente para que se aprofunde o diálogo político entre o Brasil e o Chile que, de forma muito aberta, caracteriza as excelentes relações de amizade que sempre existiram entre os dois países. Durante a visita deverei assinar com meu colega chileno acordos sobre a cooperação bilateral na área do turismo e sobre cooperação espacial, além de outro instrumento que regulamentará o exercício de atividades remuneradas por funcionário diplomático e afins dos dois países quando em serviço em Santiago e em Brasília, respectivamente. Além desses, deverão ser formalizados ainda um convênio operativo entre o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas — IPEA — do Brasil e o Ministério do Planejamento chileno e o Memorando de Entendimentos que define o Programa de Cooperação Técnica Bilateral para o período de 1993/1994. Trata-se de instrumentos importantes e que demonstram como é diversificado o espectro das relações entre os dois países.

LA NACIÓN Como o Senhor analisa o momento atual nas relações entre o Brasil e o Chile (política, cultural e economicamente)?

FHC As relações entre o Brasil e o Chile atravessam momento particularmente positivo. Nossas relações se fundaram desde o século XIX em bases de grande solidez e se desenvolvem atualmente de forma intensa e diversificada em uma interação rica e mutuamente benéfica. Ao diálogo político fluído e produtivo que existe entre nossos Governos, somam-se exemplos importantes de cooperação nos campos econômico e comercial e um intercâmbio criativo e estimulante no domínio da cultura e das artes. É relevante assinalar a coincidência de nossas posições nos organismos internacionais como as Nações Unidas e a OEA e nos principais foros econômicos internacionais. O Brasil apóia, por exemplo, a candidatura chilena à direção geral da FAO e tem procurado trabalhar por sua eleição. Apreciamos muito o apoio valioso que o Chile tem prestado ao Programa Antártico Brasileiro. No campo comercial os resultados registrados em 1992 foram extremamente auspiciosos, tendo o Brasil se situado em terceiro lugar entre os maiores parceiros comerciais do Chile, logo após os Estados Unidos e o Japão, havendo importado quase meio bilhão de dólares em produtos chilenos naquele ano.

LA NACIÓN Poderia o Senhor resumir suas relações pessoais com o Chile e quais os seus sentimentos ao visitá-lo como Ministro das Relações Exteriores?

FHC O Chile tem, para mim, uma significação muito forte entre as reminiscências da minha vida política e acadêmica. É o país que me acolheu fraternalmente durante meu exílio, entre 1964 e 1968. Vivíamos tempos difíceis no Brasil. Havia perdido minha posição de professor universitário em São Paulo e mais tarde tive suspensos meus direitos políticos. No Chile, encontrei não só o conforto e a segurança das liberdades democráticas, mas também um ambiente intelectual extremamente fecundo que me proporcionou experiência

profissional e acadêmica das mais gratificantes. Participei intensamente, na CEPAL e no ILPES, de um dos períodos mais férteis da história do pensamento político e econômico na América Latina. Dessa experiência, resultou a ampliação do círculo de amizades que fiz, não apenas nos meios intelectuais, políticos, empresariais e jornalísticos do Chile, mas também nos de vários outros países irmãos do continente. Desenvolveu-se então em mim uma crença muito profunda no ideal da integração latino-americana, que hoje se torna realidade. Como professor e pesquisador — atividades que exerci no ILPES, na FLACSO e na Universidade do Chile — vivi período de grande enriquecimento humano e, ao mesmo tempo, de grande produção acadêmica no que tange ao estudo das questões sociológicas e do desenvolvimento. Toda essa vivência evidentemente fez do Chile uma referência pessoal muito importante para mim. Primeiramente, como nação verdadeiramente amiga e fraterna que supriu a dor do exílio, da distância da Pátria; em segundo lugar, como o país onde trabalhei e convivi com eminentes personalidades representativas da cultura e da tradição democrática chilena — umas já famosas, como Prébisch, Neruda, Gabriel Valdéz, Aníbal Pinto, Medina Etcheverría, Osvaldo Santiel; e tantos outros; outras que viriam a destacar-se posteriormente na vida chilena, como o meu amigo Alejandro Foxley, Ministro da Fazenda, e muitos outros; e ainda como país-símbolo de resistência democrática e de vocação integracionista na América Latina. Depois que deixei o país, sempre acompanhei muito de perto a luta de tantos anos que teve posteriormente de livrar o povo chileno até que a normalidade político-institucional pudesse ser restabelecida. O Brasil, por sua vez, reencontrou também o seu caminho democrático, e por isso, depois de ter já retornado muitas vezes ao Chile no exercício de minhas atividades parlamentares ou mesmo em caráter privado, não pode haver emoção maior para mim do que ser acolhido agora pelos amigos chilenos na condição de Chanceler do meu país.

"Brasil vê com atenção a Europa unificada"

Correio Braziliense
13 de maio de 1993

Do ponto de vista do Brasil a integração européia desempenha papel central em nossa política externa e em nossa política econômica. Do seu impacto sobre o comércio exterior brasileiro à influência que exercem em questões como a Rodada Uruguai do Gatt. Globalização econômica, formação de uma nova ordem mundial e a dinâmica em torno dos chamados novos temas, ou outros que se reintroduzem na agenda internacional — direitos humanos, desenvolvimento sustentável, transferência de tecnologia, desarmamento — a Comunidade Européia afirma-se como ator internacional dos mais relevantes.

Tornou-se lugar — comum afirmar que atravessamos um período de transição. Não parece tão evidente, porém, que as mudanças ocorridas no mundo devam ser percebidas não apenas como oportunidades, mas sobretudo como desafios e riscos. As mudanças em si não são fator de paz. Persistem forças negativas a minarem o efeito das transformações políticas a que vemos assistindo. O mesmo se aplica ao campo econômico; as mudanças globais e a interdependência fizeram reemergir práticas protecionistas, e a ameaça de guerras comerciais torna-se cada vez mais visível no horizonte. As tensões Leste-Oeste foram substituídas por árdua competição entre as nações e grupos de nações. Esta é provavelmente a chave para entendermos tanto a relação ente a CEE e um país como o Brasil quanto o meio internacional como um todo.

INTERDEPENDÊNCIA

Nesse contexto, a integração é um processo sujeito a outras tendências globais e, como tal, a uma série de pequenas correções em sua trajetória de aperfeiçoamento. O mundo de hoje e, provavelmente, o de amanhã, evidenciam claramente que a integração não deve significar isolamento, indiferença ou auto-suficiência. Na opinião do Brasil, a integração, como um março da era posterior ao fim da Guerra Fria, vem

acompanhada por outro conceito fundamental dos nossos tempos: a interdependência. Esta é a razão pela qual penso que o relacionamento entre o Brasil e a CEE e a nossa própria visão da integração européia serão mais bem compreendidos a partir dos princípios fundamentais da visão brasileira do atual momento de transição.

O Brasil, que se volta hoje com renovado interesse para a CEE e a Europa em geral, tem promovido nos últimos anos amplas reformas políticas e econômicas que restituíram o orgulho e a confiança ao seu povo. Nos anos 80, enquanto se esgotava o modelo econômico baseado na substituição de importações, identificamos a necessidade de uma abertura do País à economia mundial, assim como aos fluxos internacionais de capital e tecnologia, de maneira abrangente, equilibrada e contínua. Reavalia-se o papel do Estado. Não desejamos nem a sua presença maciça na economia, nem o desmantelamento da máquina administrativa.

SOCIAL

Apesar dos problemas estruturais que temos enfrentado, a economia brasileira conserva sua força como a décima economia do mundo e, provavelmente, uma das mais diversificadas entre os países em desenvolvimento, com poderosa base industrial e amplo mercado a expandir-se através da integração com nossos vizinhos do Cone Sul. Somos uma economia competitiva em diversas áreas, tanto na indústria quanto na agricultura. Somos uma economia de mercado com longa tradição de presença do capital estrangeiro. Somos também uma economia com crescente projeção internacional: há muito que assumimos a condição de "global trader", com presença quase universal nos mercados internacionais. É natural que tenhamos grande interesse no mercado europeu tanto exportador quanto importador, e que possamos discordar sobre as políticas que afetam nossa posição em terceiros mercados e sobre as regras do comércio global.

A democracia, tal como a concebemos, não é apenas um sistema político. Deve abranger também o sistema social. Deve assegurar a estabilidade social e prover a necessária base para o crescimento da economia. Temos a clara percepção de que as questões internacionais

afetam a sociedade brasileira de modo bem diferente do que o faziam no passado. Temos a clara percepção de que um ambiente internacional justo e equilibrado é pré-condição de progresso social. Não é, naturalmente, a única pré-condição, mas é primordial.

IMPACTO

O fim da Guerra Fria é, para nós, mais um elemento a ser levado em conta para a perfeita compreensão do mundo de hoje. Muitos são, do ponto de vista brasileiro, os elementos do quadro internacional, a partir dos quais devemos avaliar o impacto da integração européia sobre o resto do mundo e em particular sobre o Brasil: a consolidação de vários pólos econômicos e tecnológicos; a construção de blocos regionais como a CEE e o Nafta; a ênfase revigorada no multilateralismo não apenas político, mas também econômico, através da Rodada Uruguai; a emergência de novos tópicos na agenda internacional; a expansão da democracia e dos valores da economia de mercado; as novas tensões nacionais e regionais em países do Terceiro Mundo e na Europa central e oriental; o ressurgimento diferenciado da questão Norte-Sul, com o persistente e crescente desequilíbrio social, econômico e tecnológico entre países desenvolvidos e em desenvolvimento; o predomínio da competitividade econômica e da eficiência tecnológica sobre a capacidade militar e estratégica.

Muitos desses elementos estão presentes, em certa medida, nos tópicos que integram o relacionamento entre o Brasil e a CEE. Por essa razão não posso de deixar de combinar uma grande expectativa com certa frustração e algum receio. A CEE sempre foi um modelo e um desafio para a América Latina. Nos anos 60, acreditávamos que a integração se realizaria exclusivamente em função da vontade política. Não percebíamos naquele momento de que por trás do Tratado de Roma havia outros elementos além das cláusulas do próprio Tratado. Anos de aprendizado no acompanhamento cuidadoso dos assuntos da Comunidade e de sua crescente importância como nosso parceiro comercial ensinaram-nos que a integração é o coroamento de um processo progressivo de colaboração entre países que têm em comum algo mais do que suas fronteiras.

Aprendemos que a integração significa maiores fluxos de comércio, de investimentos e de cooperação; significa mais do que o mero acréscimo de mercados; que o processo de integração deve ir além da liberalização do comércio; que a integração teria grande impacto sobre certos setores das várias economias envolvidas; que alcançaria não apenas o nível de produção de bens e serviços mas também o desenvolvimento de tecnologias; que levaria à harmonização das políticas macroeconômicas por meio de um complexo processo de barganha; e que o processo deveria respeitar as soberanias nacionais, a despeito de todas as concessões voluntárias que eram exigidas enquanto, em muitos aspectos, as fronteiras desapareciam.

MODELO

A CEE, tomada como modelo, inspirou-nos à realizar projetos similares na América do Sul. Durante anos fortalecemos o comércio intra-regional até que vislumbramos a possibilidade de promover esse comércio e elevar a patamares crescentes os interesses por ele gerados. Nesse sentido, o Mercado Comum do Sul (Mercosul) é desdobramento do esforço europeu de integração. A CEE foi, assim, um modelo e um alerta contra os riscos de marginalização. Tal risco foi provavelmente superestimado ao final dos anos 80. Mas ele representava para nós um grande desafio. O Japão e os "Tigres" asiáticos davam sinais de que uma comunidade informal da Ásia e do Pacífico estava em construção; os EUA e o Canadá já haviam assinado o Acordo de Livre Comércio e a incorporação do México ao que viria a ser o Nafta era apenas questão de tempo.

A África e diversas ex-colônias recebiam da CEE um tratamento especial. A Europa Oriental era vista como o próximo satélite da CEE. A China tinha, e ainda tem, seu próprio peso. O risco de marginalização era real e efetivo em algumas regiões da América Latina. Simultaneamente com a derrocada do modelo econômico anterior, baseado na substituição de importações e no endividamento externo, tal quadro levou-nos a modos diversos de ajustes estruturais e de integração.

COMPETIÇÃO

Ademais de ser um modelo e um desafio, a CEE sempre foi um importante parceiro — o mais importante parceiro — o mais importante e o mais duro também para o Brasil. Somos parceiros e, força é reconhecê-lo, somos também, numa certa medida, competidores. Na verdade, em larga escala. Sejamos francos a esse respeito. Temos o direito de discordar, precisamente porque estamos unidos por diversos interesses e porque temos sido capazes de nos pôr de acordo em tantas questões importantes, tanto de natureza política quanto econômica. Tomemos, por exemplo, a agricultura. A política da CEE tem implicações não apenas sobre as economias, como a brasileira, que não subsidiam o setor, mas também sobre todo o processo de negociação da Rodada Uruguai, como um fator significativamente negativo para que se alcance um entendimento final, que, como se sabe, deveria ser um todo equilibrado de mútuas concessões e de passos coletivos rumo à liberalização multilateral do comércio.

Tomemos outro setor — a política industrial. Causa-nos grande preocupação o fato de que medidas protecionistas tais como investigações anti-dumping sejam usadas como instrumento de política industrial. Subsídios para programas de alta tecnologia e o rígido cartel da industrial do aço também têm impacto negativo sobre o desenvolvimento indústria e o comércio dos parceiros da CEE. O próprio comércio é outro campo que nos preocupa. A estrutura tarifária estabelecida pela CEE dificulta o acesso ao mercado comunitário de bens manufaturados de outros países. Aquilo que se costuma chamar de "síndrome regulamentadora" de Bruxelas contribui igualmente para o destímulo do intercâmbio comercial, visto que tais regras, por vezes incompreensíveis, são fortemente protecionistas.

FORTALEZA

Diversas outras áreas refletem a preocupação que se ia tomando lugar-comum quando os Doze já se preparavam para a plena integração; o temor de que a Europa se tornasse uma fortaleza, contrariando o espírito do Tratado de Roma. Isso é verdade igualmente com relação à transferência de tecnologias avançadas entre a CEE e os países em

desenvolvimento. A política de não-proliferação da CEE tende a não considerar as tendências mundiais e esforços de outros países, sempre que se trate de proteger os interesses específicos dos países-membros.

A Comunidade Européia é, tem sido e tudo leva a crer que continuará a ser o principal parceiro comercial brasileiro; quase 30 por cento do nosso comércio exterior está concentrado na CEE, à qual, por sua vez, cabe ampla participação nos investimentos estrangeiros em nosso país. Sentimo-nos frustrados, porém, com o fato de que, à medida que a Europa consolida transformações institucionais profundas, redesenhando a própria dinâmica das relações internacionais, a Comunidade não se tem revelado a parceira que seria legítimo esperar, à luz de seus vínculos históricos com o Brasil e de sua percepção política de nosso processo de desenvolvimento.

No âmbito dos investimentos, apesar do interesse tantas vezes manifesto pelo Brasil, persistiu, nos últimos anos, clara tendência à retração. É bem verdade que tal atitude decorreu, em parte, dos problemas provocados pelos reajustes estruturais da economia brasileira. Mas também contribuiu a falta de estímulo oficial ao investidor privado europeu, em contraste profundo com o tratamento reservado pela CEE ao Leste europeu.

A dívida externa brasileira, por sua vez, assume claramente a condição de um problema do passado. Nessa área, cabe assinalar que a contribuição européia em favor de esquemas de negociação mais flexíveis foi muito reduzida, como se houvesse decisão de delegar aos Estado Unidos um protagonismo exclusivo na matéria.

TECNOLOGIA

Para nós, o acesso desimpedido à tecnologia de ponta européia é a parte fundamental para nosso desenvolvimento. Compartilhamos das preocupações dos países detentores de tecnologias sobre a necessidade de garantias nos campos nuclear, balístico e químico. Daí os renovados compromissos internacionais do Brasil nessa área. E daí, também, estarmos trabalhando pela aprovação de um sistema de proteção à propriedade intelectual. No âmbito do meio ambiente, a ação comunitária tem sido surpreendentemente parcimoniosa. Depois de seu papel

na formulação doutrinária de aspectos importantes da problemática ambiental, a Comunidade chegou discreta à Conferência do Rio, e mais discretos ainda foram os seus pledges para financiar o Projeto Piloto de Florestas Tropicais.

Com relação aos direitos humanos, mais uma vez buscar-se uma presença mais ativa da Comunidade. O desemprego nos países desenvolvidos é subemprego ou marginalização do mercado de trabalho em países como o Brasil... A violência que aumenta nos grandes centros urbanos é tão inquietante num lado e noutro do mundo, mas os instrumentos disponíveis para o combate às causas profundas dessa mazela social diferem consideravelmente. Eis um campo altamente propício para a fertilização da cooperação internacional. O projeto da retomada do crescimento no Brasil implica importante incremento do seu intercâmbio com o mundo, em regime crescentemente aberto ao exterior.

INTEGRAÇÃO

O Brasil vê a integração européia como um elo importante para o crescimento da economia mundial. Só o crescimento dinâmico do mundo, com abertura comercial, poderá permitir a integração de países hoje excluídos do núcleo dinâmico da economia mundial, mas que se preparam, por suas reformas internas, para a ele aderirem. A dimensão da economia brasileira, nossos interesses comerciais diversificados, nosso parceiros múltiplos nas áreas de investimento e tecnologia determinam a opção universalista de nossa política externa. As relações do Brasil com a CEE têm de estar presididas por um encontro criativo de visões de mundo num horizonte de cooperação crescente. A sorte do Brasil de alguma maneira está vinculada à sorte da Comunidade. Nossos parceiros tradicionais, como Europa, podem contar com a revitalização das oportunidades no Brasil, onde a economia de mercado é uma realidade, não um objetivo a longo prazo.

No pós-Guerra Fria, uma Europa fechada é o prelúdio de um mundo fechado. E um mundo fechado deverá fazer reviver o antagonismo e o confronto, em termos talvez mais acirrados do que antes. O moderador das divergências haverá de ser a consciência de que vivemos um mundo global, onde os interesses de uns se entrelaçam

forçosamente com os dos demais. Precisamos desenvolver juntos um visão de mundo que, ao reconhecer as individualidades, promova o interesse comum.

INTERDEPENDÊNCIA

Se a globalização e a interdependência da economia tornaram inviáveis posturas isolacionistas, se o fim da Guerra Fria retirou fundamento ao confronto e à intimidação, o século XXI haverá de ser o século da cooperação e da integração. De outra forma estaríamos voltando a 1914, a 1939 ou a qualquer outra data de enlutada memória. Hoje, quando se fala em "agenda para a paz", nem sempre se tem em mente que ela deve passar necessariamente por uma "agenda para o desenvolvimento: A chave para isso pode ser uma relação criativa entre comércio e crescimento. O fechamento dos países em blocos é o caminho mais curto para o confronto, talvez até para o caos.

O mundo fechado em blocos é o mundo de protecionismo e do nacionalismo, é o mundo das soluções excludentes que, como nos revela a história do após-guerra, é um mundo que não resolve nada ou resolve muito pouco. O mundo que pretendemos construir deve ser um mundo de cooperação. No qual comércio e investimentos possam fluir de país para país. Onde o crescimento econômico seja fonte de oportunidades para todas as nações. A Comunidade Européia, março institucional da cooperação internacional, tem papel importante a desempenhar na construção desse mundo. Para tanto, o Brasil está comprometido a trabalhar junto com a Comunidade, enquanto avança no seu caminho de reformas econômicas e de estabilidade política.

"Um Sociólogo na Fazenda"

Gazeta Mercantil
21 de maio de 1993.
Por Maria Helena Tachinardi — Brasília

Fernando Henrique é sociólogo e professor-catedrático da Universidade de São Paulo (USP). Ficou conhecido nos meios acadêmicos da América Latina e da Europa como pensador da escola cepalina, que pregava a substituição das importações, sobretudo nas décadas de 60 e 70.

Com a eleição de Montoro para o Governo de São Paulo, em 82, assumiu uma cadeira no Senado Federal. Em 86, foi reeleito com a respeitável marca de 7 milhões de votos. Foi líder do Governo no Congresso.

Fernando Henrique deixou o PMDB para fundar o PSDB, e, no ano passado, aceitou o convite do Presidente Itamar para comandar o Ministério das Relações Exteriores.

Fernando Henrique Cardoso permaneceu sete meses e dezesseis dias à frente do Ministério das Relações Exteriores. Ele assumiu o cargo em outubro, em substituição a Celso Lafer.

As principais marcas que o ex-Chanceler imprimiu à política externa brasileira foram a aproximação com o setor privado, por meio da criação de um comitê empresarial de assessoramento; a ênfase nas relações comerciais e econômicas com a Ásia; a reforma da carreira diplomática e das práticas administrativas, que acaba de ser desenhada e que seria por ele apreciada por esses dias; a retomada da discussão para a elaboração de novas emendas substitutivas ao projeto de lei sobre propriedade industrial (marcas comerciais e patentes); o relançamento do diálogo com o Japão, país que o Ministro visitou nos últimos dez dias; a tentativa de melhorar as relações com as autoridades norte-americanas, sobretudo no contexto das taxações aos produtos siderúrgicos; e a ênfase na modernização das atividades consulares.

As últimas viagens internacionais realizadas pelo ex-Chanceler foram aos EUA e ao Japão, onde, inclusive, representou o Grupo do Rio no diálogo com as autoridades japonesas. A próxima viagem internacional de Fernando Henrique Cardoso será em Buenos Aires, no próximo dia 24, para acompanhar o Presidente Itamar Franco.

GAZETA O Senhor chega amanhã ao Brasil. Qual será a primeira coisa que o Senhor vai fazer lá?

FHC A primeira coisa é falar com o Presidente da República. Até agora eu só falei com ele por telefone. Em seguida, eu acho que o maior problema é de imediato que eu tenho é montar uma equipe competente e confiável ao País. E em seguida mostrar que só poderemos dar certo se houver trabalho. Quero seriedade e quero honestidade. Ninguém precisa ficar especulando se vai haver isso ou aquilo.

GAZETA Quando o Senhor vai apresentar o seu programa?

FHC O programa econômico do Brasil está feito, já foi apresentado. O programa que o Ministro Eliseu Rezende apresentou é um programa realista, um programa que não tem nada de pulo de gato, é um programa que tem que ser cumprido. Eu acho que o Brasil precisa é trabalhar e acreditar. Não acredito que haja milagres. Agora, tem que ter uma execução orçamentária rígida, nós precisamos ter um controle muito grande do endividamento dos estados e municípios. E vou dizer uma outra coisa, enquanto eu for Ministro, sobre política econômica, falo eu. Os que estiverem lá no Ministério da Fazenda deverão se sujeitar às linhas da política econômica.

GAZETA O Presidente lhe deu carta branca?

FHC O Presidente me deu carta branca. Claro que dentro do programa aprovado por ele, com o qual também estou de acordo, e que é um programa que todo o País co-

nhece. E enquanto eu for Ministro da Fazenda, repito, falo eu. Vou pedir que todos se abstenham de dar palpite sobre a matéria de política econômica.

GAZETA Sobre o programa econômico.

FHC Eu preciso rever tudo isso, e o que precisa agora é que o Congresso aprove as medidas que o programa do Ministro Eliseu propôs. Essas medias ainda não foram aprovadas pelo Congresso. Mas eu participei da elaboração do programa, ajudei na definição final, de modo que estou de acordo com as linhas gerais e as propostas de disciplina orçamentária que estão lá, mas que não sufoca a economia. Aliás, há sinais claros na agricultura, acho isso muito importante, que se continue apoiando o desenvolvimento da agricultura brasileira. Há sinais muito claros de que vamos ter que reparar estradas. Há recursos para isso. Há um programa habitacional. Então, o que está lá vai ser feito. O que não está não vai porque não tem dinheiro. E com relação à política salarial, quero ser muito claro. A política salarial está embutida no orçamento do Governo que foi aprovado pelo Congresso. Eu sei que a situação salarial está ruim. Quem não sabe disso? Agora, pior ainda são medidas que aceleram a inflação. Nós vamos ter que tomar medidas que desaceleram a inflação. Eu vou dizer com toda clareza: nós estamos fazendo uma tentativa importante no Brasil, que vai dar certo, de ao mesmo tempo dar sinal de recuperação econômica e de combater a inflação. Mas eu não vou deixar de ter um olho muito direto na inflação. Minha prioridade é o programa que está lá. Ele coloca ao mesmo tempo o combate da inflação e a reorganização do Estado que permite um certo alento da economia. Minha prioridade é colocar em marcha o programa. Nós precisamos de administração, gerência, eficiência, disciplina. Não precisamos estar inovando a cada momento. Eu tenho muito respei-

to por idéia. Acho que idéia é uma coisa muito difícil. Não se tem a toda hora. E não deve ter a toda hora. Se formos começar uma idéia a cada minuto, é preciso ter uma disposição de trabalhar a cada minuto.

GAZETA Qual a prioridade da inflação?

FHC Inflação é a prioridade número um do povo brasileiro, porque quem é que perde com a inflação? O assalariado, e o Estado. Agora, como é que se combate a inflação? Nós temos um programa de combate a inflação que é um programa que segue todas as linhas normais de como se combate a inflação: botar o orçamento em ordem, ter poder político para isso, pagar a dívida interna, fazer negociação com o Fundo, pagar a dívida externa. Ela será combatida como conseqüência desse conjunto de medidas. A inflação não tem só uma causa. Tem várias, a principal no Brasil sendo a desordem que gerou uma desconfiança. Pois bem. Enquanto eu estiver no Ministério quero duas coisas: ordem e disciplina. Repito: quem der palpite sobre política econômica pela imprensa, não sendo Ministro da Fazenda nem presidente da república, por favor peça demissão.

GAZETA Haverá congelamento de preços?

FHC Não, não haverá congelamento de preços. Isso aí é uma coisa que está excluída. Não está excluída do Governo. Está excluída da mentalidade dos brasileiros. Se alguém amanhã tiver a ilusão de congelar preços, vai ter a decepção de verificar no dia seguinte que ninguém congela. Porque o País amadureceu. Nós não vamos mais por esse caminho. Ninguém está querendo mágica fácil não.

GAZETA O senhor falou em congelar gastos.

FHC Congelar gastos é outra coisa. Os gastos estão congelados pelo orçamento. O Governo tem sido até

mais rigoroso, inclusive ao cortar certas despesas que foram autorizadas e não têm como ser executadas. Não serão executadas. Dinheiro ninguém inventa. Quando não tem, não tem.

GAZETA (inaudível)

FHC No que se refere a uma política estrita na execução do orçamento, podem contar comigo. Eu não quero ser presunçoso e dizer que vou fazer o que até agora não foi feito. Se nós fizermos o que está programado, isso já vai deixar a casa em ordem. O que é isso? E investimento que não seja inflacionária. Uma capacidade de acabar com os grandes rombos. Quais são eles? Talvez hoje o que provoque maior dificuldade na contenção dos gastos é o setor produtivo estatal. Algumas empresas têm gastos que o Estado não pode fazer face. Como é que se resolve isso? Com a privatização. Está sendo feito. Vamos continuar fazendo a privatização. Em vinte meses haverá mais privatizações, com o que vamos não só abater a dívida interna, como também ter recursos para ciência e tecnologia, para alguns programas sociais, porque a destinação já está prevista. Isso aí é o que vamos fazer. Segunda questão: temos que ter uma política muito estrita no endividamento de Estados e municípios, na qual o Banco do Brasil e a Caixa Econômica seguirão as diretrizes do Ministro da Fazenda nesta matéria, que são as diretrizes do Presidente da República, controlar os gastos.

GAZETA Sobre a negociação da dívida externa?

FHC Sobre a dívida externa, conversei hoje com o nosso negociador, Pedro Malan, que é uma pessoa pela qual tenho a maior admiração, respeito e amizade. A dívida externa está finalizando a negociação, essa negociação está em bons termos, dentro da definição do Senado Federal. Eu fui o relator da definição do Senado. Então,

não vou mudar nada, vou implementar o que o Senado mandou fazer e o negociador está fazendo. Falei com Alexandre Kafka e pedi a ele transmitisse ao Senhor Michel Camdessus, com quem espero falar pelo telefone, que sob minha orientação o Governo está empenhado em obter uma finalização também da negociação com o FMI. Com isso nós regularizamos nossa situação perante os credores internacionais.

GAZETA Sobre a corrupção?

FHC Corrupção é um problema de polícia. Você tem uma repulsa da sociedade à corrupção. Acho que essa é uma questão que não se coloca. Acho que as pessoas que trabalham comigo e me conhecem sabem que nem se coloca essa questão. Acho que o Governo Itamar tem sido bastante estrito nessa matéria.

GAZETA O Senhor acredita que o ex-Ministro Eliseu Rezende seja corrupto?

FHC: Não, não acredito.

GAZETA A reação à sua posse no mercado foi positiva, embora alguns observem que o Senhor não é economista. O Senhor mesmo disse em Washington que dá graças a Deus por não ser economista. Como é que o Senhor responde a essas restrições?

FHC Esse foi um dos argumentos que eu sempre usei, inclusive junto ao Presidente. Realmente eu não sou economista. Mas tenho, digamos, a humildade suficiente para saber o que eu não sei, e por isso mesmo vou me cercar de pessoas que tenham competência na área. Apesar de não ser economista, fui professor de História Econômica da Universidade de São Paulo (USP). Era colega do Ministro Delfim Netto, que dava aula de Estatística naquela época. Depois, trabalhei quatro anos na CEPAL. Trabalhei com o (Raul) Prebisch (econo-

mista "estruturalista "argentino). Então, não sou alheio à literatura econômica e aos problemas da economia. Agora, acho que o Ministro da Fazenda do Brasil hoje é uma pessoa capaz de entender o conjunto e tem que ter uma forte capacidade política, negociadora. Quer dizer, a reforma fiscal depende do Congresso. A negociação da dívida dos Estados e Municípios depende do Congresso. As políticas dependem de aprovação do Congresso. Mas isso não supre a necessidade de ter uma equipe competente do ponto de vista técnico, e é o que eu vou fazer.

GAZETA O deputado José Serra vai fazer parte de sua equipe?

FHC O deputado José Serra não pode fazer parte da minha equipe. Ele é deputado, líder do meu partido. Mas todo mundo sabe que ele era meu candidato a Ministro da Fazenda no Governo Itamar Franco. Eu fiz muito empenho para que ele fosse Ministro da Fazenda. Considero o deputado José Serra um homem de grande capacidade técnica, e certamente será uma das pessoas com as quais terei contato permanente para não errar.

GAZETA Por que ele não pode ser da sua equipe?

FHC Ele é deputado, não pode ser nomeado.

GAZETA E não pode ser Ministro do Planejamento?

FHC Ah, Ministro do Planejamento, sim.

GAZETA E sobre o Ministério do Planejamento?

FHC A situação do Ministério do Planejamento, eu vou ter que conversar. Se for necessário, pela razão que vocês apontaram, que talvez seja conveniente ter um economista numa posição ministerial, eu conversarei como Presidente. Mas gostaria de dizer que o Ministro designado (Alex) Stepenenko, eu o conheço, ele ajudou na formação do programa econômico, é competente. Eu

não estou antecipando nada, até por que não cabe a mim, cabe ao Presidente da República a decisão de ministérios. Não há aí nenhum tom de briga.

GAZETA O novo presidente do Banco Central é o economista Edmar Bacha?

FHC Não, eu não sei quem vai ser, pode até continuar o (Paulo Cesar) Ximenez. Eu vou ver lá. Eu não sou partidário. Acho que o Brasil não devemos estar pregando sustos a toda hora. Estou vindo de uma experiência que para mim particularamente foi muito positiva, o Itamaraty. Uma experiência em que eu não nomeei ninguém, até porque não pode, não é? E no entanto o Itamaraty funcionou perfeitamente. Eu não tenho queixas de quem quer que seja no Itamaraty, só tenho gratidão do trato pessoal. E não nomeei ninguém de fora. Então acho que não se deve pensar o tempo todo em colocar as pessoas, acho que se deve tirar das pessoas o que elas podem dar. Vamos com muito vagar, certamente ninguém será surpreendido nem vamos dar sustos ao mercado.

GAZETA O Senhor pode falar um pouco mais sobre juros?

FHC Eu acho que os juros no Brasil hoje, você fazendo as contas, não há nenhuma razão para que você mantenha taxas especulativas de juros. Você tem a dívida mobiliária do governo hoje por volta de trinta e poucos bilhões de dólares. Os ativos das empresas, ativos líquidos, são de cerca de US$ 100 bilhões. Então você não está numa situação de insolvência. Você tem reservas. Você não tem razão para manter uma política de juros especulativa forte. Nós sabemos que ministro não pode decretar juros. Decretou, não adianta nada. Mas eu acho que a confiança, e uma ação estrita na realização orçamentária, mostrando cada vez mais à sociedade qual é o resultado disso, permitem uma política mais

restritiva, no sentido de não ter que lançar mão de juros altos.

GAZETA O ex-Ministro Eliseu Rezende ouviu os bancos brasileiros dizerem que, se o Governo pagar toda a dívida interna, eles quebram.

FHC Eu acho que onde quebram bancos é nos EUA, e a economia vai bem...


FUNAG
FUNDAÇÃO
ALEXANDRE
DE GUSMÃO